Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Carla Alexandra Delgado Vieira

O envelhecimento na imprensa portuguesa: uma *Visão* genderizada dos idosos

janeiro de 2018

Carla Alexandra Delgado Vieira **O envelhecimento na imprensa portuguesa: uma *Visão* genderizada dos idosos**

UMinho | 2018

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Carla Alexandra Delgado Vieira

O envelhecimento na imprensa portuguesa: uma *Visão* genderizada dos idosos

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas
e da
Professora Doutora Carla Preciosa Braga Cerqueira

janeiro de 2018

DECLARAÇÃO

Nome: Carla Alexandra Delgado Vieira

Endereço eletrónico: carlavieiraster@gmail.com

Número do Cartão de Cidadão: 09925122 1zy6

Título da tese: O envelhecimento na imprensa portuguesa: uma *Visão* genderizada dos idosos

Orientadoras:

Professora Doutora Rosa Cabecinhas

Professora Doutora Carla Preciosa Braga Cerqueira

Ano de conclusão: 2018

Doutoramento em Ciências da Comunicação

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, 19/01/2018

Assinatura: Carla Alexandra Delgado Vieira

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, janeiro de 2018

Nome completo: Carla Alexandra Delgado Vieira

Assinatura: Carla Alexandra Delgado Vieira

Dedicatória

"Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós"
Anthoine de Saint-Exupery

Esta tese é dedicada à memória da minha querida avó "Tina" por ter feito de mim uma criança tão feliz!

Tabacaria

"Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo".
Fernando Pessoa

Cântico Negro

"Vem por aqui" - dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: "vem por aqui!"
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:
Criar desumanidade!
Não acompanhar ninguém.
- Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre à minha mãe

Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...

Se ao que busco saber nenhum de vós responde
Por que me repetis: "vem por aqui!"?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derru

bar os meus obstáculos?
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tectos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha Loucura!
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...

Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém.
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca principio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: "vem por aqui"!
A minha vida é um vendaval que se soltou.
É uma onda que se alevantou.
É um átomo a mais que se animou...
Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
- Sei que não vou por aí!
(José Régio, in 'Poemas de Deus e do Diabo')

Agradecimentos

"O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis".

Fernando Pessoa

Este é o dia "D" de um caminho com vários anos. Chegar até aqui não foi fácil, a jornada contou com dias complicados mas fez tudo parte do processo e, até, porque não dizê-lo, da aventura!

Ao longo destes quatro anos foram muitas as pessoas que, de alguma forma, em algum momento, deram o seu contributo para que este trabalho tenha sido possível.

Começo por agradecer aos funcionários das várias bibliotecas por onde andei e que tentaram sempre ajudar-me. Agradeço especialmente à Ana Santana, ao André Viana, à Paula Gonçalves e ao Aníbal Almeida, funcionários e chefia da Biblioteca Municipal de Paredes de Coura pela ajuda sempre prestável, pelo empenho e pela amizade. Ao Nuno Viana, funcionário da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Cerveira o meu muito obrigada pela sua disponibilidade e simpatia.

Ao núcleo duro dos meus colegas de Doutoramento (eles sabem quem são) por tantas e agradáveis horas de conversa e incentivo.

À minha "turbulenta" família pelo apoio em todas as horas e, principalmente, por gostarem de mim como eu sou!

E, por fim (porque o mais importante costuma ficar para o fim) o meu agradecimento à minha orientadora Doutora Rosa Cabecinhas e à minha coorientadora Doutora Carla Cerqueira, pela Preciosa ajuda, apoio, conselhos e orientação.

Porque todos contam, contei com todos. Contem, comigo, também!

O envelhecimento na imprensa: uma *Visão* genderizada dos idosos

Resumo

Vivemos num mundo caraterizado pelo rápido envelhecimento populacional, assim, envelhecer é uma etapa natural do ciclo de vida. O envelhecimento, como um dos desafios mais importantes do século XXI, obriga à reflexão sobre questões com importância crescente. As lentes de género são, também, importantes para a compreensão do fenómeno do envelhecimento, uma vez que a imagem social das mulheres e homens idosos é distinta.

Pela sua importância social, nos últimos anos os média têm focado questões pertinentes sobre o envelhecimento, nomeadamente a alimentação, os hábitos de vida, a sexualidade, entre outras.

Como é que a revista *Visão* tratou e deu visibilidade aos idosos e ao envelhecimento em Portugal durante o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012) e comparativamente ao ano anterior (2011) e posterior (2013)? Esta é a questão central que permeia este estudo e que deu origem a outras relacionadas com os estereótipos e a genderização deste fenómeno, quer no que diz respeito aos protagonistas assim como em relação às fontes utilizadas, o tipo de discurso, a visibilidade dada ao tema do envelhecimento e/ou aos protagonistas das peças publicadas. O *corpus* de análise consistiu numa análise de conteúdo com recurso ao *software* SPSS das 497 peças jornalísticas nas quais os protagonistas eram idosos ou que falavam sobre o envelhecimento veiculadas pela revista *Visão*. A seleção desta *newsmagazine* justifica-se pelo facto de ser a revista de informação generalista semanal mais vendida em Portugal durante o ano de 2011 (Grupo Marketest, 2011), 2012 (Ano europeu do Envelhecimento Ativo) e 2013.

Da análise efetuada verifica-se que foi durante o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012) que foi dada mais visibilidade à temática do envelhecimento e/ou aos protagonistas idosos. Contudo, de um modo transversal aos três anos em estudo, o tema do envelhecimento tem pouca notoriedade. Ficou, também, claro o desfasamento existente entre a visibilidade atribuída a homens e mulheres que participaram nas peças jornalísticas como protagonistas e/ou fontes, assim como a evidente notabilidade da grande maioria dos protagonistas e/ou fontes citados.

Palavras-chave: Envelhecimento; idosos; género; imprensa

Ageing in the Portuguese press: a gendered analysis of older people in newsmagazine *Visão*

Abstract

We live in a world characterized by rapid population ageing; therefore, ageing is a natural stage of the life cycle. Ageing, as one of the most important challenges of the 21st century, requires reflection on issues of growing importance. Gender lenses are also important for the understanding of the ageing phenomenon since the social image of elderly women and elderly men is different.Due to its social importance, in recent years the media has focused on pertinent issues about ageing, namely nutrition, life habits, sexuality, among others.

How did the Portuguese press treat and give visibility to the elderly and the ageing process in Portugal during the years 2011, 2012 (European Year of Active Ageing), and 2013? This is the central question that pervades this study and that gave rise to others related to the stereotypes of ageing, the gendering of ageing, both with regard to the protagonists and the sources used, the type of discourse, the visibility given to the theme of ageing and/or to the protagonists of the published articles.

The corpus of analysis consisted of a content analysis using SPSS software of the 497 press articles published by *Visão* magazine and in which the protagonists were elderly people or who spoke about the ageing process. The selection of this news magazine is justified by the fact that it was the best selling weekly general information magazine in Portugal during 2011 (Marketest Group, 2011), 2012 (European Year of Active Ageing) and 2013.The analysis shows that it was during the European Year of Active Ageing (2012) that the theme of ageing and/or the elderly became more visible.

However, a closer look at the three years under study reveals the little visibility given to the ageing issues. Concerning the theme of the articles, it is concluded that "History of life", "Work/Career" and "Past Events" stood out in the three years under study.

It was also evident the chasm between the visibility given to men and women Used as protagonists and/or sources, as well as the evident visibility of the great majority of the protagonists and / or sources mentioned.

Keywords: Ageing; elderly people; gender; press

Índice

Introdução 1

Parte I – Enquadramento conceptual 5

Capítulo I – Abordagem teórica ao tema do envelhecimento 7

1.1 Definições e conceitos de envelhecimento 7

1.2 O envelhecimento através dos tempos 10

1.3 Estudos do envelhecimento 12

Capítulo II – O fenómeno social do envelhecimento 23

2.1 Portugal em números 23

2.2 As consequências do envelhecimento 28

2.2.1 A reforma 31

2.2.2 A feminização do envelhecimento e a viuvez 32

2.3 Os Estereótipos e (novos) papéis sociais dos idosos 37

2.4 Desafios de uma sociedade em envelhecimento 43

Capítulo III – Média: teorias e reflexões 51

3.1 A importância dos média no pós-modernismo 51

3.2 Os principais modelos de comunicação e jornalismo 54

3.3 A construção dos discursos jornalísticos: principais teorias 59

3.4 Tipos de fontes jornalísticas 67

3.5 Géneros jornalísticos 69

3.6 A imprensa em Portugal 72

3.7 O surgimento das revistas em Portugal 77

3.8 O mercado das *newsmagazines* 81

Capítulo IV – Média e envelhecimento 87

4.1 A imagem dos cidadãos idosos nos média 87

4.2 Média e género: a (in)visibilidade do feminino 96

4.3 Os idosos e as novas tecnologias 102

Parte II – Investigação empírica 113

Capítulo V – Metodologia 115

5.1 Opções metodológicas 115

5.2 *Corpus* e modelo de análise 121

5.3 Objetivos do estudo e questões de investigação 122

5.4 Análise de conteúdo categorial temática 124

5.5 Recolha de dados 130

5.6 Análise estatística 132

Capítulo VI – Análise e discussão dos resultados 135

6.1 Visibilidade e notoriedade do tema do envelhecimento e/ou dos idosos 135

6.2 Visibilidade dos protagonistas numa visão genderizada 153

6.3 Caraterísticas socioeconómicas dos protagonistas das peças 162

6.4 Fontes utilizadas nas peças 169

6.5 Discurso utilizado pela *Visão* relativamente ao tema do envelhecimento 184

Capítulo VII – Conclusões finais 187

Referências bibliográficas 191

Outras referências 212

Apêndices 216

Apêndice 1 – Breve Historial da Revista *Visão* 216

Apêndice 2 - Frequências gerais 218

Anexos 228

Anexo 1 - Classificação das profissões nacionais - Última revisão (segundo INE) 228

Índice de Tabelas

	Página
Tabela 1: Estatística descritiva	133
Tabela 2: Cruzamento de variáveis efetuados	133
Tabela 3: Frequência absoluta e percentagens sobre a temática do envelhecimento e/ou idosos na revista *Visão*	136
Tabela 4: Número de peças por género jornalístico a cada um dos três anos de estudo	139
Tabela 5: Espaço ocupado na edição da revista *Visão* por ano	142
Tabela 6: Destaque das peças na edição da revista *Visão* por ano	143
Tabela 7: Localização da peça no tipo de página – par/ímpar por ano	144
Tabela 8: Tema da peça na edição da revista *Visão* por ano	146
Tabela 9: Fotografia, infografia, gráficos e outros elementos que acompanham a peça por ano	147
Tabela 10: Número de protagonistas por peça por ano	150
Tabela 11: Localização geográfica geral por ano	151
Tabela 12: Localização geográfica nacional por ano	153
Tabela 13: Sexo dos protagonistas por ano	154
Tabela 14: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 1 em cada ano	163
Tabela 15: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 2 em cada ano	165
Tabela 16: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 3 em cada ano	166
Tabela 17: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 4 em cada ano	167
Tabela 18: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 5 em cada ano	167
Tabela 19: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 6 em cada ano	168
Tabela 20: Número de peças para o tipo de fonte utilizada 1 por ano	172
Tabela 21: Número de peças para o tipo de fonte utilizada 2 por ano	172

Tabela 22: Número de peças para o tipo de fonte utilizada 3 por ano 174

Tebela 23: Número de peças para o tipo de fonte utilizada 174

Tabela 24: Número de peças quanto à profissão das fontes no total dos anos 176

Tabela 25: Número de peças *versus* sexo da fonte 1 no total dos anos 179

Tabela 26: Número de peças *versus* sexo da fonte 2 no total dos anos 180

Tabela 27: Número de peças *versus* sexo da fonte 3 no total dos anos 180

Tabela 28: Número de peças *versus* sexo da fonte 4 no total dos anos 180

Tabela 29: Número de peças *versus* sexo da fonte 5 no total dos anos 180

Tabela 30: Número de peças *versus* sexo da fonte 6 no total dos anos 180

Tabela 31: Percentagem de peças quanto ao tipo de discurso 185

Índice de gráficos

	Página
Gráfico 1: Número de artigos sobre a temática do envelhecimento e/ ou idosos na revista *Visão*	135
Gráfico 2: Total do tipo de título dos artigos sobre o envelhecimento e/ou idosos na revista *Visão*	136
Gráfico 3: Total de peças por Género Jornalístico nos três anos de estudo	138
Gráfico 4: Espaço ocupado na edição da revista *Visão*	141
Gráfico 5: Destaque das peças na edição da revista *Visão*	143
Gráfico 6: Tema da peça na edição da revista *Visão*	145
Gráfico 7: Sexo dos protagonistas	154
Gráfico 8: Número de indivíduos por profissão em cada nível de protagonismo (1 a 6)	162
Gráfico 9: Número de peças quanto ao tipo de fonte utilizada	170
Gráfico 10: Número de peças quanto à profissão das fontes (1 a 6)	175
Gráfico 11: Número de peças quanto ao sexo das fontes	178
Gráfico 12: Número de peças quanto ao tipo de discurso utilizado	185

Lista de siglas e abreviaturas

DGS	Direção Geral de Saúde
G8	Grupo internacional formado pelos sete países mais industrializados e desenvolvidos do mundo, com a participação adicional da Rússia
High teck	Termo abreviado para designar a mais avançada tecnologia existente
INE	Instituto Nacional de Estatística
Marktest	Estudos de Mercado, Audiências, *Marketing*
OMS	Organização Mundial de Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
E.P.	Envelhecimento Produtivo, conceito que conceptualiza o envelhecimento de uma forma positiva
E.B.S.	Envelhecimento Bem Sucedido, modelo teórico de estudo do envelhecimento

Introdução

O título desta tese de Doutoramento é *O envelhecimento na imprensa portuguesa: uma Visão genderizada dos idosos*. Este é um fenómeno que considero deveras pertinente tendo em conta que, desde o final do século XIX, o exponencial envelhecimento demográfico, as melhores condições de vida, a maior longevidade humana e a diversidade em estilos de vida, propõem uma nova dinâmica social face à velhice (Silva, 2006). E o que é, afinal, ser velho? Papaleo Netto (2007) toma a definição biológica do envelhecimento como um processo, e a velhice como uma fase da vida. As manifestações somáticas da velhice, conforme o autor, caracterizadas pela redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se à perda dos papéis sociais, à solidão e às perdas psicológicas, motoras e afetivas. Assim, nesta visão, a velhice é encarada como um período de fraquezas e de debilitações físicas e emocionais (Silva, 2006). Mas há, também, quem encare o processo de envelhecer como uma dinâmica, significando simultaneamente durar e mudar (Silva, 1998). Também Martins, Andrade e Rodrigues (2010, p. 122) falam sobre esta dinâmica:

> o envelhecimento é frequentemente sentido como uma descontinuidade que se manifesta na continuidade que vivemos no dia-a-dia. Somos os mesmos e no entanto mudámos. A imagem refletida no espelho não parece ser a mesma, quando comparada com a fotografia tirada há anos atrás.

Por seu lado, Olievenstein (1999, p. 14) considera que se "a aparição da velhice, os seus sintomas e as suas crueldades são coisa conhecida", também acrescenta que "a aparição da velhice não acontece apenas em alguns meses. É um longo caminho atrasado por muitos subterfúgios" (p. 16). O autor coloca uma questão que me parece pertinente: porque é que alguns de nós chegam aos 100 anos, e outros, muitas vezes em faixas etárias muito jovens, morrem prematuramente? Olievenstein aponta os fatores sociológicos ou genéticos como sendo os grandes responsáveis, mas o condicionamento económico e social é determinante. O autor salienta a dupla relação do envelhecimento: "a velhice é, pois, esta viagem de dois rostos: um, o da solidão, infinitamente mais doloroso do que o outro, o da relação com os demais" (Olivenstein, 1999, p. 19). O autor considera ainda que alguns indivíduos encaram a velhice de uma forma quase romântica:

> se alguns perscrutam, minuciosamente a redução de possibilidades, as tonterias, o corpo que sofre, a solidão, outros pelo contrário, procuram novos prazeres, um novo estatuto, um novo lugar: a arte de ser avó, de praticar vela com os netos, de cuidar de uma casa de campo,

> acolhendo com um sorriso sempre disponível filhos, netos, cães e gatos abandonados nas férias. Imagens quase exuberantes de uma verdadeira felicidade. (Olivenstein, 1999, p. 26)

Aliás, o autor considera mesmo que, a velhice inicia-se pelas perdas identitárias do nosso "eu":

> a velhice começa, pois, pelas feridas narcísicas, o ideal do eu, este imaginário do real, atrás do qual cada um de nós corre, sofre os golpes cujo impacto é impossível avaliar a priori, de tal forma o investimento narcísico de cada um de nós é diferente, algemado pelas escolhas da vida, pelas aquisições da infância, pelas carências de afeto, privilegiando ora o imaginário estético, ora a função social, ou, ainda, a ternura dada ou recebida. (Olievenstein, 1999, p. 38)

No entanto, seja qual for a forma como se encara o envelhecimento, importa perceber como os média refletem este fenómeno. Este aumento da esperança de vida, a possibilidade de chegar à velhice está intimamente ligada com o avanço da medicina. Os fatores socioeconómicos melhoraram, bem como o acesso aos cuidados de saúde, o direito ao trabalho e a oportunidade educacional (INE, 2002).

Concordo com a noção que este fenómeno social é

> um dos desafios mais importantes do século XXI e obriga à reflexão sobre questões com relevância crescente como a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto dos idosos na sociedade, a solidariedade intergeracional, a sustentabilidade do sistema de segurança social e de saúde, e sobre o próprio modelo social vigente. (INE, 2011)

No seguimento desta linha de pensamento e, seguindo a temática deste trabalho, não posso deixar de questionar a importância que os média atribuem aos cidadãos seniores e de que forma tratam a problemática do envelhecimento, uma vez que a humanidade está perante um envelhecimento demográfico sem precedentes. Assim, parece que os média não estarão alheios a esta problemática, dado o papel relevante que estes assumem na sociedade atual. Com efeito, os média, pela sua importância crescente na sociedade em que vivemos, contribuem para hegemonizar algumas representações sociais "no entanto, os meios de comunicação social podem ser também excelentes instrumentos para a visibilidade das minorias ativas, permitindo a difusão de representações polémicas e contribuindo assim para a mudança social" (Cabecinhas & Évora, 2008, p. 2686).

Numa sociedade global, a regulamentação social opera por meio de um repertório de símbolos, de imagens e de estereótipos que são também expressos através dos meios de comunicação social. Portanto, as ideias de que os média expressam em relação ao envelhecimento e à velhice são muito significativas, pois exercem a função de ponto de referência para os próprios idosos,

influenciando o seu comportamento e as suas atitudes, e também as ideias de todos nós a respeito do que significa envelhecer em sociedade.

O interesse pelo estudo do envelhecimento surgiu após ter frequentado um curso de especialização em Gerontologia Social. Os conhecimentos obtidos nesta área de saber despertaram em mim a curiosidade de investigar mais sobre esta temática unindo duas áreas distintas que me são caras: a gerontologia e a comunicação social. Por outro lado, verifiquei que havendo alguns trabalhos académicos nesta área em Portugal (como por exemplo, Alves, 2015; M. J. P. Ferreira, 2012; Silva, 2006) acredito que existe espaço para novos estudos e é mais do que pertinente investigar esta temática. Assim, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a problemática do envelhecimento e a visibilidade ou invisibilidade que esta temática e os indivíduos seniores encontram nos média, procurando chamar a atenção para o aumento da percentagem de idosos e a consequente mudança que tal fenómeno opera na sociedade e que se poderá refletir nos meios de comunicação social.

Esta tese de doutoramento encontra-se dividida em duas partes centrais. A primeira parte relativa ao enquadramento conceptual é composta por três capítulos. No Capítulo I faz-se um breve apontamento dos principais estudos do envelhecimento. O Capítulo II é dedicado à revisão da literatura relativa ao fenómeno social do envelhecimento, as suas consequências e os seus desafios. No capítulo III procede-se a uma reflexão sobre os média, o surgimento da imprensa em Portugal e o mercado das *newsmagazines*. O Capítulo IV centra-se na temática principal deste trabalho: média e envelhecimento, através de uma revisão da literatura. A segunda parte, denominada investigação empírica, é também composta por três capítulos relativos à metodologia utilizada (Capítulo V), no qual é definido o paradigma conceptual, formulam-se as questões de investigação que permeiam este estudo e é apresentada a grelha de análise utilizada; o estudo empírico (Capítulo VI) onde que incide sobre a discussão dos resultados obtidos e, por fim, as conclusões (Capítulo VII).

Parte 1 – Enquadramento conceptual

"Envelhecer ainda é a única maneira de se descobrir que se viveu muito tempo"

Charles Saint-Beuve

Capítulo I – Abordagem ao tema do envelhecimento

1.1 Definições e conceitos de envelhecimento

E o que é, afinal, ser velho? Para Beauvoir, a velhice é um processo dinâmico, de mudança.

> A velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo. Em que consiste este processo? Em outras palavras, o que é envelhecer? Esta ideia está ligada à ideia de mudança. Mas a vida do embrião, do recém-nascido, da criança, é uma mudança contínua. Caberia concluir daí,como fizeram alguns,que nossa existência é uma morte lenta? É evidente que não. Semelhante paradoxo desconhece a verdade essencial da vida: ela é um sistema instável no qual se perde e se reconquista o equilíbrio a cada instante; a inércia é que é o sinônimo de morte. A lei da vida é mudar. (Beauvoir, 1990, p. 17)

Nogueira destaca a forma como o envelhecimento é encarado: como um processo gradual, descendente, em que as pessoas vão perdendo as suas capacidades físicas e psicológicas, tornando-se em indivíduos mais vulneráveis em termos sociais e emotivos.

> O declínio em termos de capacidade de realização, atribuído ao envelhecimento biológico acarreta avaliações erróneas no que diz respeito a outras áreas de funcionamento (...). O indivíduo que se sente inseguro da sua eficácia favorece o aparecimento de processos auto-perpetuadores, que originam um declínio no funcionamento cognitivo e no comportamento. O indivíduo que se sente inseguro da sua eficácia, não só limita o âmbito das suas atividades, como também diminui o esforço dispendido. O resultado é uma perda progressiva de interesses e capacidades. (Nogueira, 1991, p. 44)

Para outros autores (Fonseca, 2004; Paúl, 1997; Paúl, 2005), mais do que estudar um fenómeno, interessa compreender o caminho que percorremos no nosso processo de envelhecimento.

> Os economistas, os sociólogos, os políticos, olham para o envelhecimento humano como o problema da rutura dos sistemas de pensões e da saúde, a falta de equipamentos ou serviços, o poder dos votos de idosos persistentes a abeirarem-se das urnas. Os psicólogos olham para si próprios e fazem talvez as únicas perguntas científicas que existem, coloridas e repetidas à exaustão, nas suas mais diversas formulações: quem somos, como e para onde caminhamos, ou seja, como, em cada presente, nos desenvolvemos e envelhecemos. (Paúl, 1997, p. 11)

De facto, os psicólogos do desenvolvimento, como Baltes (1997), colocam questões que vão muito para além da controvérsia "inato *versus* adquirido", tentando perceber de que forma as condições internas e externas operam para o desenvolvimento individual, qual o papel da pessoa neste processo, de que forma ocorrem as transições entre os vários níveis de organização de

desenvolvimento e, ainda, porque perante as mesmas influências há respostas diferentes. A problemática do envelhecimento pode ser discutida sob vários pontos de vista. Da mesma forma,

> ao estudar o envelhecimento há autores que sugerem a divisão entre o envelhecimento primário, que seria o normal e sem doenças, o secundário que se refere a um envelhecimento relacionado com a doença, e o terciário, relativo a um período mais ou menos longo, próximo da morte, em que havia uma deterioração de aspetos considerados como não variando com a idade, para níveis anteriores de desempenho. (Paúl, 1997, p. 11)

Paúl manifesta-se contra uma visão de uniformidade dos idosos, acreditando que estes não são um grupo homogéneo.

> A visão da terceira idade apresenta uma visão de uniformidade dos idosos como se se chegasse a um estádio do ciclo vital, em que se esbatem todas as diferenças individuais e em que pudéssemos falar de um grupo homogéneo de indivíduos caracterizados por uma diminuição de capacidades vitais, de recursos sociais e económicos. Esta visão simplista parece-nos estar completamente afastada da realidade, em que depressa nos apercebemos de que há idosos e idosos e mais ainda, de que qualquer um deles carrega consigo um enorme peso, correspondente a toda a sua longa história de vida determinada quer pelo seu património genético, quer pelo seu património psico-social. (Paúl, 1997, p. 21)

Por seu lado, Olievenstein considera que se "a aparição da velhice, os seus sintomas e as suas crueldades são coisa conhecida" (1999, p. 14), também acrescenta que "a aparição da velhice não acontece apenas em alguns meses. É um longo caminho atrasado por muitos subterfúgios" (1999, p. 16). O autor coloca a pertinente questão: porque é que alguns de nós chegam aos 100 anos, e outros, muitas vezes em faixas etárias muito jovens, morrem prematuramente? Olievenstein aponta os fatores sociológicos ou genéticos como sendo os grandes responsáveis, mas o condicionamento económico e social é determinante. O autor salienta a dupla relação do envelhecimento. "A velhice é, pois, esta viagem de dois rostos: um, o da solidão, infinitamente mais doloroso do que o outro, o da relação com os demais" (Olivenstein, 1999, p. 19) e considera que alguns indivíduos encaram a velhice de uma forma quase romântica.

> Se alguns perscrutam, minuciosamente a redução de possibilidades, as tonterias, o corpo que sofre, a solidão, outros pelo contrário, procuram novos prazeres, um novo estatuto, um novo lugar: a arte de ser avó, de praticar vela com os netos, de cuidar de uma casa de campo, acolhendo com um sorriso sempre disponível filhos, netos, cães e gatos

> abandonados nas férias. Imagens quase exuberantes de uma verdadeira felicidade. (Olivenstein, 1999, p. 26).

Aliás, o autor considera mesmo que a velhice se inicia pelas perdas identitárias do nosso "eu", já que

> a velhice começa, pois, pelas feridas narcísicas, o ideal do eu, este imaginário do real, atrás do qual cada um de nós corre, sofre os golpes cujo impacto é impossível avaliar a priori, de tal forma o investimento narcísico de cada um de nós é diferente, algemado pelas escolhas da vida, pelas aquisições da infância, pelas carências de afeto, privilegiando ora o imaginário estético, ora a função social, ou, ainda, a ternura dada ou recebida. (Olievenstein, 1999, p. 38)

Papaleo Netto (2007) toma a definição biológica do envelhecimento como um processo, e a velhice como uma fase da vida. As manifestações somáticas da velhice, conforme o autor, caracterizadas pela redução da capacidade funcional, pela calvície e pela redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, e associam-se à perda dos papéis sociais, à solidão e às perdas psicológicas, motoras e afetivas. A velhice é então encarada como um período de fraquezas e de debilitações físicas e emocionais (Silva, 2006). Mas há, também, quem encare o processo de envelhecer como uma dinâmica, significando simultaneamente durar e mudar (Silva, 1998).

Atentemos no conceito de envelhecimento no seu sentido mais lato. Cancela enuncia o envelhecimento como sendo um processo de degradação progressiva.

> Fala-se correntemente do envelhecimento como se tratando de um estado tendencialmente classificado de "terceira idade" ou ainda "quarta idade". No entanto, o envelhecimento não é um estado, mas sim um processo de degradação progressiva e diferencial. Ele afeta todos os seres vivos e o seu termo natural é a morte do organismo. É, assim, impossível datar o seu começo, porque de acordo com o nível no qual ele se situa (biológico, psicológico ou sociológico), a sua velocidade e gravidade variam de indivíduo para indivíduo. (Cancela, 2007, p. 2)

Para Maia a noção de envelhecimento está associada a uma imagem negativa. "Sabe-se que no imaginário social a velhice está associada a perdas que levam à rutura e ao isolamento, a uma imagem negativa de ser velho, à perda de papéis sociais e à precariedade das condições de vida" (2008, p. 2).

1.2 O envelhecimento através dos tempos

A busca da longevidade e a preocupação com o envelhecimento parece fazer parte da história da humanidade.

> A história nos mostra que o desejo em prolongar a vida, retardar ou tentar controlar o envelhecimento é intrínseco ao ser humano, e faz parte de sua procura pela felicidade completa. A busca continua e quanto mais as pesquisas científicas avançam, os processos se modernizam abrindo espaços para que tenhamos uma vida mais saudável e plena, mais o homem deseja a juventude, a beleza, o corpo sarado, buscando concretizar o mito da imortalidade, ou da beleza e juventude apesar dos anos, como a ninfas que não eram imortais, mas permaneciam jovens e belas até à morte. O homem parece não suportar o limite, a velhice e a morte. (Duarte, 2013, p. 3)

Os primeiros escritos sobre o envelhecimento remontam à Bíblia onde se lê que as pessoas passaram a viver mais depois do dilúvio. No século 8 a.C., o poeta grego Hesíodo escreveu sobre a existência de um povo que poderia viver séculos e morrer serenamente durante o sono. Também Aristóteles, filósofo, e Galeno, médico, ambos gregos, abordaram o tema do envelhecimento referindo-se à quantidade de calor que cada ser humano com o decorrer dos anos iria dispersando até acabar, surgindo a morte (Duarte, 2013). Vários métodos foram então testados para prolongar essa quantidade de ar quente e, consequentemente, o período de vida do ser humano, constituindo rituais que foram chegando até nós através dos tempos: os banhos de leite (Cleópatra), poções mágicas que buscavam a imortalidade (alquimistas), e a busca desenfreada pela famosa "fonte da juventude", que segundo a *estória* garante a imortalidade a quem dela beber e que levou o navegador Ponce de León a enlouquecer na sua tentativa exaustiva de a encontrar (Duarte, 2013). Vários estudos começaram, entretanto, a surgir. No entanto, o primeiro trabalho considerado científico sobre o envelhecimento aparece, apenas, no século XIX. Conforme descreve Duarte (2013), neste estudo Chacort não se preocupou em estudar a imortalidade, mas em tentar compreender as causas e consequências associadas ao envelhecimento.

Mais tarde, em 1908, o cientista russo que foi prémio Nobel de Medicina, Ilya Ilyich Metchnikov, interessou-se e escreveu sobre o processo de envelhecimento acreditando que uma velhice fisiológica poderia ser alcançada pelos seres humanos (Duarte, 2013).

No domínio do envelhecimento psíquico destaca-se James Birren (1961) com três períodos distintos de investigação científica (Vaz, 2008). Um período inicial entre 1835 e 1918 e um segundo período entre as duas guerras mundiais durante o qual foram realizados estudos

experimentais recorrendo a testes direcionados para a avaliação de problemas a nível intelectual. Na Rússia, Pavlov (1904) destacou-se com a teoria dos estímulos e "esta teoria é ainda hoje usada para explicar o envelhecimento no processo de aprendizagem" (Vaz, 2008, p. 31). No Japão desenvolveu-se a psicologia do envelhecimento, tendo sido dada ênfase às modificações antropométricas e as respetivas mudanças da esfera mental (Vaz, 2008). O terceiro período, que decorreu a partir da década de 40 do século passado, foi denominado *fase de expansão das investigações sobre o envelhecimento* (Vaz, 2008). Neste período desenvolveram-se os estudos de comparação entre a realização de operações formais e a idade cronológica, nos quais a ideia de um declínio cognitivo associado à idade deixa de fazer sentido.

Marchand (2001) sintetiza a evolução destas teorias ao afirmar que o declínio intelectual acontece a partir dos 70 ou mais anos de idade, e não tem necessariamente que afetar todas as capacidades nem todos os indivíduos. A autora defende que o envelhecimento intelectual não é um processo homogéneo, afetando as pessoas de maneira distinta, havendo algumas que não perdem capacidades intelectuais, especialmente as que desenvolvem intensa atividade intelectual durante todo o seu ciclo de vida.

Shaie e Willis (2003) salientam o pouco desenvolvimento dos estudos relativos ao envelhecimento quando comparados com os estudos dedicados às crianças, e questionam como é que um período de tempo tão lato da vida humana pode estar tão insuficientemente estudado? Segundo os autores, esta situação pode ser explicada pelos valores atribuídos à infância pelos pais da psicologia do desenvolvimento como Freud, por exemplo, acreditava que a "criança é o pai do Homem" e defendia que "os acontecimentos da vida adulta se poderiam explicar pelos acontecimentos na infância" (citado em Shaie & Willis, 2003, p. 5). Outra explicação adiantada por Shaie e Willis é que poucas pessoas chegam a idosos, não sendo assim objeto de estudo. Os autores começaram a interessar-se por várias mudanças ocorridas na vida adulta como: capacidade de aprendizagem, memória, competência intelectual mas também com aspetos importantes desta fase da vida a que chamam de acontecimentos normativos (tendo em conta contudo que o que é entendido como normativo numa cultura pode não o ser em outra) nomeadamente o casamento, o divórcio, ter filhos, mudar de emprego e reformar-se (Shaie & Willis, 2003). A evolução que se tem verificado na forma como vários autores abordam o tema do envelhecimento, as alterações socioeconómicas e culturais das últimas décadas, e a consequente importância do envelhecimento na sociedade atual, indiciam a importância de se compreender as teorias e modelos que lhes estão associados.

1.3 Estudos do envelhecimento

A forma como encaramos hoje o desenvolvimento psicológico humano, alterou-se de forma substancial. A teoria e a investigação sobre o desenvolvimento cognitivo ao longo do ciclo de vida têm sido abordadas a partir de diversas tradições teóricas e metodológicas. Genericamente, é possível identificar atualmente duas grandes linhas de investigação: (1) uma tradição cognitivo-estrutural, na qual se desenvolvem trabalhos em torno do pensamento pós-formal, comummente designada por neo-piagetiana, (2) outra tradição, que se enraíza na teoria desenvolvimental dos sistemas, genericamente denominada contextualismo desenvolvimental, que integra a perspetiva do ciclo de vida (Bastos, Faria & Moreira, 2012). Antes de avançar é necessário, contudo, distinguir entre teorias de desenvolvimento e modelos de desenvolvimento. As teorias de desenvolvimento adulto pretendem descrever e explicar as alterações de conduta introduzidas pela idade assim como as diferentes alterações entre indivíduos ou grupos a que pertencem (Baltes, 1997; Bengston, Rice & Johnson, 1999; Lerner, 2002).

Um dos fundadores da Gerontologia Social, Robert Havighurst (1972), formulou seis tarefas principais que devemos enfrentar na velhice, sendo o *desenganche* – a redução voluntária ou não da participação ativa na sociedade – como é o caso da reforma, o tema central. Os seis pontos dizem respeito à diminuição da forma e saúde física; à adaptação à reforma; à adaptação à morte do cônjuge; à união a uma associação constituída por pessoas da mesma idade, à adaptação e adoção de vários papéis sociais de uma forma flexível e a encontrar um lugar para viver que seja satisfatório. A teoria do *desenganche* é muito importante para autores como Shaie e Willis. Pretende que com a chegada da terceira idade, os idosos tendem a retirar-se socialmente mas de uma forma consciente e "imposta". Esta retirada social "é acompanhada ou precedida por uma preocupação consciente com o eu e por uma diminuição social ou até afastamento das pessoas e dos lugares (...) neste sentido é mais um processo natural do que imposto" (Havighurst, Neugarten & Tobin, 1968, p. 61, citado em Shaie & Willis 2003, p. 312).

Em contrapartida alguns investigadores como Lemon, Bengston e Peterson (1972) defendem a técnica da atividade e satisfação com a vida. Esta teoria afirma que para envelhecer com sucesso é necessário manter a atividade, procurando novos interesses e atividades para substituir as ocupações anteriores como o emprego e os colegas de trabalho. Estamos perante a teoria da atividade do envelhecimento que defende que existe uma relação entre a atividade social e a satisfação com a vida na velhice.

Mais tarde, Cartensen (1992) e Baltes e Cartensen (1999) desenvolveram a teoria da seletividade emocional. Segundo estes investigadores, ainda que exista uma diminuição do contacto social com o aumento da idade, outras formas de contacto social (como a aproximação familiar e amigos íntimos) mantêm-se sem diminuir com a idade (Cartensen, 1992; Field & Minkler 1988; Lang & Cartensen, 2002). Partindo dos estádios de desenvolvimento cognitivo da infância desenvolvidos por Piaget, estes autores formulam seis estádios no desenvolvimento adulto referindo que, nos últimos anos de vida, a necessidade de adquirir conhecimento declina. Estamos perante o estádio da reintegração ou reintegrativo que corresponde ao estádio de integridade do ego de Erikson (Cartensen, 1993; Fridrickson & Cartensen, 1990) que Shaie e Willis também referem que "este estádio inclui frequentemente uma redução selectiva das relações interpessoais de forma a concentrar a atenção nas preocupações de cada um" (2003, p. 365). O estádio reorganizativo corresponde ao chamado ancião-jovem. Um último estádio diz respeito ao deixar um legado, um testemunho de vida.

As abordagens teóricas do desenvolvimento adulto podem ser: *freudiana* ou *psicanalítica* (entrada em conflitos emocionais e nos processos mentais inconscientes). Estas teorias por norma aplicam-se a factos da vida do quotidiano: paternidade, menopausa, morte do companheiro. As abordagens sociopsicológicas do envelhecimento contribuem para entender os numerosos fenómenos normais e prejudiciais relacionados com a idade. Esta é uma abordagem defendida por Whitbourne (1987), Heckhausen e Shulzs (1995), Blanchard-Fields (1996), Baltes e Carstensen (1999) e os temas que se aplicam são o autoconceito, a disposição socioemocional e o controlo. A abordagem da aprendizagem social centra-se em torno das condutas, dos seus condicionalismos e das suas mudanças. Os autores associados são Bandura (1969, 1977) e Seligman (1972) e os tópicos abordados são a aprendizagem e a motivação. Uma abordagem menos utilizada é a aproximação dialética. Centra-se na mudança, nas oposições e contradições, na sua resolução e síntese final. Na sua forma mais conhecida centra-se em três estádios: teses, antíteses e sínteses. Por exemplo um pensamento (tese) dá lugar a uma contradição (antítese) que por fim resulta numa síntese. Baltes (1997) é um dos autores associados aos estudos sobre a personalidade, crises e ciclo vital são os temas aplicados (Shaie & Willis, 2003).

Brandtstadter fundamentou a sua teoria da ação e do controle pessoal sobre o desenvolvimento de acordo com uma abordagem teórica dentro do paradigma contextualista. Nesta teoria o desenvolvimento individual é um processo que se fundamenta e regula através da ação

individual e social, em que a ação é feita e formada através da conjunção de expectativas, valores e crenças (Fonseca, 2007). Para Brandtstadter (1984 citado em Fonseca, 2007), a plasticidade e a diversidade ditam a qualidade do desenvolvimento que se relaciona com o contexto; há limites para a plasticidade e para uma visão voluntária do desenvolvimento pois poderão existir restrições de ordem biológica; é possível consolidar a diversidade com a imutabilidade das ações no desenvolvimento sendo que alguns processos e padrões são de ordem e validade universal.

Para Overton (2006 citado em Fonseca, 2007), a teoria da ação e o conceito de controle inerente aborda um processo de desenvolvimento centrado na pessoa. Nesta teoria, o desenvolvimento individual é um processo que se fundamenta e regula através da ação individual e social, em que a ação é feita e formada através da conjugação de expectativas, valores e crenças (Fonseca, 2007). Outra ideia que persiste aqui é o desenvolvimento humano como um produto cultural. Brandtstadter (1990 citado em Fonseca, 2007) defende que a teoria da ação e do controle sobre o desenvolvimento parte do princípio que cabe ao indivíduo esforçar-se para atingir determinados objetivos e modela assim o desenvolvimento através desse seu esforço. Ele ajusta os seus interesses às suas capacidades e competências. Mas construir o próprio desenvolvimento pode ter vários limites, visto que elementos intencionais e acidentais podem intervir no processo de desenvolvimento e os indivíduos julgam estes elementos como algo que pode ser alterado, modificado ou aceite, de acordo com a sua consciência. A regulação do desenvolvimento e das mudanças que estão associadas ao ciclo de vida são uma área importante para o controle. Este controlo não é total, pois o indivíduo confronta-se com diferentes tipos de constrangimentos que podem ser esperados e controláveis ou fortuitos e imprevisíveis (Fonseca, 2007). É o ser humano que controla ativamente o seu curso de vida e seleciona, entre ganhos e perdas, a melhor maneira de manter o seu equilíbrio. O indivíduo está em processo de ajustamento, pois procura dar resposta aos seus objetivos pessoais tendo em conta as suas capacidades e competências. Estes processos de ajustamento da ação em função objetivos pré-determinados e dos objetivos em função dos constrangimentos desenrolam-se inconscientemente, e poderá conduzir o indivíduo a estados de perturbação emocional, ficando visível a ligação existente entre o controle das crenças e objetivos (dimensão cognitiva), o controle da ação (dimensão comportamental) e o controle dos estados emocionais (dimensão afetiva) Brandtstadter (1984, 1989 citado em Fonseca, 2007). Os modelos de desenvolvimento,

por sua vez, pretendem aferir de que forma se processa determinado aspeto específico do envelhecimento ou como se organiza tal processo (Shaie & Willis, 2003).

Da distinção entre modelos de estádios e contínuos surgem diferenças entre alguns princípios sobre tendências fundamentais no desenvolvimento adulto. Os modelos de tendência assentam em três princípios: aumento, estabilidade e diminuição. Nos modelos de desenvolvimento infantil a tendência é o aumento das variáveis com a idade, por exemplo, o aumento da inteligência e das capacidades cognitivas e sociais, já no que diz respeito ao desenvolvimento adulto, os modelos de diminuição são mais comuns, por exemplo, certas capacidades biológicas diminuem e, segundo alguns investigadores, também as habilidades intelectuais (Shaie & Willis, 2003). Os autores adiantam que dentro de um mesmo sistema também pode haver diferenças. Por exemplo, no modelo de diminuição é comum dividir-se em modelo de diminuição irreversível, que diz respeito à diminuição das capacidades biológicas, e modelo de diminuição com compensação, que afirma que à medida que diminuem as capacidades biológicas aumentam as estratégias sociais como forma de compensação. É dado o exemplo da diminuição da visão e o uso de óculos como estratégia de compensação. Há, ainda, outro modelo normativo que tenta analisar as várias causas que afetam o desenvolvimento adulto, ou seja as influências normativas relacionadas com a idade que se detêm nos fatores biológicos e ambientais e que estão relacionados com a idade cronológica. Estas influências incluem acontecimentos que se experimentam numa determinada cultura e num determinado momento e que podem ser significativos na vida de determinada pessoa, não afetando, no entanto, a vida das demais (por exemplo a promoção no emprego). No seguimento destas ideias defende-se que o envelhecimento não pode ser encarado como um estádio único de vida, distinguindo o velho, o ancião-jovem, o ancião e o muito ancião. Assim, na esteira de alguns investigadores (Gergen & Gergen, 2000; Riley & Riley, 1994), Shaie e Willis consideram que a idade dos 70 pode ser muito satisfatória para algumas pessoas que se mantêm ativas, mesmo depois da reforma: "uma vida satisfatória durante este período pode chegar a ser uma realidade se a nossa sociedade diferenciadora de cidadãos consoante a idade se converter numa sociedade integradora independentemente da idade dos cidadãos" (Shaie & Willies, 2003, p. 83).

Já em relação aos centenários, estes autores seguem as orientações de trabalhos de investigação anteriores (Homma, Shimonaka & Nakazato, 1992; Poon et al., 1992) e acreditam que são um caso à parte, "no entanto, os idosos de mais idade representam uma população culturalmente diversificada" (Shaie & Willis, 2003, p. 83). Por outro lado, alertam para o facto da

maioria destes anciãos serem mulheres, começando a introduzir-se o tema do envelhecimento no feminino:

> alguns autores consideram que ser idosa e mulher é "duplamente perigoso" devido a ter menos oportunidades e mais hipótese de sofrer de uma incapacidade. Outros autores sugerem, contudo, que a morte prematura é um "problema de homens" e que se deveria destacar a capacidade de sobrevivência das mulheres. (Shaie & Willis, 2003, p. 83)

A sabedoria no processo de envelhecimento é outra forma de abordar o envelhecimento que tem vindo a ganhar relevância: "os investigadores que se ocupam do estudo da sabedoria procuram reunir evidências sobre a possibilidade da existência de ganhos à medida que envelhecemos" (Bastos et al., 2012, p. 114). No entanto esta abordagem não é pacífica. Alguns investigadores defendem o declínio da sabedoria com o envelhecimento, para outros existe uma correlação entre a idade e a sabedoria e, existe ainda, quem defenda que a sabedoria aumenta com o avançar da idade (Baltes & Staudinger, 2000; Bluck & Glück, 2004; Brugman, 2006; Kunzman & Baltes, 2003; Smith & Baltes, 1990; Staudinger & Baltes, 1996; Sternberg, 1990; Sternberg & Jordan, 2005).

Neste campo existem duas obras de referência, uma publicada nos anos 90: *Wisdom,* editada por Sternberg (1990) e uma outra mais recente: *A Handbook of Wislow,* editada por Sternberg & Jordan (2005). "Do ponto de vista teórico estas duas obras têm o mérito de facilmente permitir o esforço da investigação para trazer para primeiro plano uma visão positiva sobre o envelhecimento humano" (Bastos et al., 2012, p. 115). Os estudos do processo de envelhecimento foram conduzindo a questões relativas à qualidade de vida, saúde e bem-estar.

A perspetiva do ciclo de vida enquadra-se, como defende Lerner (2002), no âmbito das teorias desenvolvimentais. A teoria desenvolvimental do ciclo de vida, da qual Baltes (1997) é o grande impulsionador, centra-se no estudo do desenvolvimento do indivíduo desde a sua conceção até à morte. A psicologia do ciclo de vida tem na sua base vários objetivos, que passam por oferecer uma informação organizada de todo o desenvolvimento. Identificam as ligações entre acontecimentos e processos desenvolvimentais, delineiam fatores e mecanismos que fundamentam o desenvolvimento e especificam oportunidades e constrangimentos de carácter biológico e comportamental que moldam o desenvolvimento dos indivíduos.

Tendo como base que o interesse central desta teoria é a relação entre o indivíduo e o contexto, Baltes e colaboradores (1980, 1990), testaram a ideia que o desenvolvimento bem-sucedido implicaria a maximização de ganhos e minimização de perdas.

Para se atingirem os objetivos do ciclo de vida, Baltes e colaboradores (1998 citado em Lerner, 2002), consideram que se deverá proceder à análise de cinco níveis de desenvolvimento. O primeiro nível de carácter mais geral diz respeito a informações gerais daquilo que podemos esperar do indivíduo em termos de evolução, em termos históricos e em termos interdisciplinares associados à biologia e ao contexto. O segundo nível faz uma aproximação geral relativa aos ganhos e perdas. O terceiro nível articula as teorias do desenvolvimento do ciclo de vida de carácter mais geral. O quarto nível específica que o desenvolvimento se baseia na seleção, otimização e compensação. Por fim, o quinto nível caracteriza a teoria do ciclo de vida e faz uma investigação a nível da cognição, inteligência, personalidade e *self*.

Relativamente à questão de ganhos e perdas ao longo do ciclo de vida verifica-se uma diminuição da quantidade e qualidade de recursos biológicos associada à idade. Dependendo do contexto em que o indivíduo se insere, pode criar oportunidades e/ou limitações no seu desenvolvimento, ou seja, a classe social, a etnia, os papéis sociais ou períodos históricos assumem um papel na perceção sociológica do curso de vida.

Baltes (1997) distingue três grandes categorias de influências ou fatores: influências normativas ligadas à idade (exemplo, idade da reforma) influências normativas ligadas ao contexto histórico (as gerações vivem contextos históricos diferentes) e influências não normativas (casamento, divórcio). Cada um de nós é uma síntese destas fontes de influências que pode determinar ou não um envelhecimento bem-sucedido.

O desenvolvimento do ciclo de vida assume um carácter multidimensional, sendo que várias dimensões estão envolvidas num processo de mudança. Ocorre uma interligação próxima nos contextos que estão associados à idade, à história e acontecimentos de vida não normativos Dentro desta família teórica destaca-se a perspetiva do ciclo de vida de Baltes (1997) e colaboradores (Baltes, Lindenberger & Staundinger, 2006), nomeadamente nas suas contribuições através do modelo Otimização Seletiva com Compensação (SOC). Este modelo permite que se tenha uma visão sistemática do desenvolvimento humano ao longo da vida, sendo que todos os processos têm que ser considerados conjuntamente para assim se descrever e entender o desenvolvimento de forma adequada.

O modelo SOC encerra uma visão positiva do processo de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida e, em particular, do envelhecer bem. Através do SOC explana-se a grande variabilidade interindividual e a muita plasticidade ou capacidade de reserva intraindividual em termos dos processos adaptativos (adaptação). Através do modelo SOC de Baltes (1997) e integrando os

pressupostos teóricos da Teoria do Ciclo de Vida com o qual me identifico pode-se proceder a uma visão sistemática do desenvolvimento humano, descrevendo processos entre o indivíduo e o contexto.

Assim, o indivíduo por intermédio da seleção orienta o seu desenvolvimento através dos recursos que tem disponíveis, ajustando o seu desenvolvimento através da otimização e, através da compensação faz face a perdas e ao declínio que podem afetar o seu funcionamento.

São destacadas sete proposições relacionadas com o modelo SOC: 1) há diferenças substanciais entre o envelhecimento normal, ótimo e patológico, sendo que o ótimo pressupõem um envelhecimento sob condições amigas da idade e o patológico caracteriza-se pelo aparecimento de doenças; 2) há muita heterogeneidade no envelhecimento, o que significa que envelhecemos de modo muito diferente; 3) há muita reserva latente, aponta-se para uma capacidade de reserva mesmo na velhice, os idosos continuam a ter capacidades de aprendizagem; 4) há perda no envelhecimento próximo do limite da capacidade de reserva, os estudos demonstram que as maiores perdas estão relacionadas com as mecânicas da mente; 5) face às evidências contraditórias das duas proposições anteriores esta diz respeito às dinâmicas entre os processos associados às duas proposições anteriores, ou seja as dinâmicas entre as mecânicas fluidas e cristalizadas (duas categorias distintas enunciadas por Baltes, inteligência fluída declina com a idade devido às mudanças do ciclo de vida, a inteligência cristalizada é de base educacional e mantêm-se preservada durante a maior parte da vida adulta) abre a hipótese para se compreender o envelhecimento bem-sucedido; 6) com o envelhecimento o equilíbrio entre ganhos e perdas é cada vez menos positivo e uma última proposição 7) que sugere que o *self* mantêm-se resistente na velhice.

O estudo revela que não existem diferenças entre os indivíduos mais novos e os mais velhos no que diz respeito ao *self* e à satisfação da sua vida pessoal, apesar dos estereótipos negativos relacionados com o idoso.

A partir destas proposições os autores (Baltes & Baltes, 1990) definem uma série de princípios gerais com vista às estratégias para o envelhecimento bem-sucedido. Este modelo pretende refletir as dinâmicas entre ganhos e perdas, entre plasticidade orientada para o desenvolvimento e os limites associados à idade.

O modelo preconiza um processo de adaptação que acontece ao longo do ciclo de vida mas com especial relevância na velhice devido às perdas das reservas biológicas. Há três elementos que interatuam: um elemento de seleção que leva a aumento na restrição decorrente do processo de

adaptação, um elemento de otimização (as pessoas aumentam as suas reservas gerais e maximizam as suas escolhas em termos quantitativos e qualitativos) e por fim o elemento compensação que resulta do leque da plasticidade ou potencial adaptativo.

Num aprofundamento deste modelo, os autores preconizam que para que a seleção resulte em desenvolvimento bem-sucedido é necessário trabalhar em conjunto com processos de otimização e compensação.

Distinguem seleção eletiva que é iniciada pelo próprio e que é considerada desejável de seleção baseada na compensação de perdas que envolve fazer ajustamentos, ou mudança na estrutura dos objetivos. Para além da seleção são então necessários mecanismos ou métodos de otimização. Esta pode ser interna ou externa, ativa ou passiva e, ainda de domínio geral ou subjetivo.

Em relação à compensação, os autores distinguem duas categorias: a primeira pode ser a consequência do processo de seleção e otimização, o desenvolvimento é sempre uma dinâmica de ganhos e perdas. Uma segunda categoria centra-se nas mudanças negativas biológicas, sociais e ambientais. Compreender esta dinâmica em mudança é importante para compreender a distinção entre otimização e compensação. O contexto e o espaço em que determinado comportamento acontece são fulcrais para a contextualização da categoria em que se inscreve: seleção, otimização ou compensação.

Em conclusão o modelo SOC aplica-se a uma vasta gama de variações nos objetivos e meios de desenvolvimento, podendo ser ao mesmo tempo universal e relativista.

Várias opções e alternativas de desenvolvimento precisam de ser delineadas, ação denominada por seleção eletiva, ou seja, o indivíduo elege o objetivo pela primeira vez. Nos domínios selecionados é necessário a otimização dos mesmos, ou seja, a otimização descreve um processo que regula o desenvolvimento à medida que se pretendem níveis superiores de funcionamento. A compensação é a atividade de um indivíduo que mantém o seu nível de atividade utilizando os seus conhecimentos e o seu saber para neutralizar os declínios dos desempenhos nas atividades de natureza fluida.

O crescimento e o declínio caracterizam o desenvolvimento como multidireccional. A importância da compensação destaca-se quando a perda ou o declínio representam uma ameaça ao funcionamento do indivíduo. Quando os esforços compensatórios falham, o indivíduo terá que reestruturar a sua hierarquia de objetivos, existe aqui a seleção baseada na perda (seleção seletiva).

No seguimento destas ideias inicialmente desenvolvidas nos anos 80 em relação ao modelo de otimização seletiva com compensação, Baltes e Baltes (1990) colocam em destaque dois conceitos centrais: a variabilidade *interindividual* e o conceito de plasticidade *intraindividual*.

Tendo como análise os precursores do envelhecimento bem-sucedido, dos quais se destaca Cícero com o seu ensaio *De Senecute* ao longo do qual apresenta uma visão otimista da condição humana e do processo de envelhecimento, os autores Baltes e Baltes (1990) destacam vários critérios ligados ao envelhecimento bem-sucedido: a longevidade, a saúde biológica, a saúde mental, a eficácia cognitiva, competência social e produtividade, controlo pessoal e satisfação com a vida.

No mesmo artigo o conceito de Envelhecimento Produtivo (EP) conceptualiza o envelhecimento "sob uma perspetiva positiva, refutando estereótipos e valorizando o papel desempenhado pelos idosos, bem como os contributos que prestam" (Gonçalves, Martin, Guedes, Cabral-Pinto & Fonseca, 2006, p. 139).

O EP opõe-se a uma imagem de incapacidade e dependência, onde a autonomia é desejável; o idoso é visto desta perspetiva como um agente ativo no seu envelhecimento, podendo continuar a tomada de decisão de modo significativo, ou seja, é responsável por si não delegando esse papel a terceiros. Nesta perspetiva o envelhecimento é compatível com o conceito de qualidade de vida, ou seja, existe sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho de funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade da sua família, do seu trabalho e dos valores da comunidade à qual pertence.

Mas será, de facto, assim? "Sabe-se que, no imaginário social a velhice está associada a perdas que levam à rutura e ao isolamento, a uma imagem negativa de ser velho, à perda de papéis sociais e à precariedade das condições de vida" (Maia, 2008, p. 2).

O ser humano é hoje encarado como um sistema altamente complexo onde se interligam dimensões de carácter biológico, cognitivo, emocional, relacional e social (Fonseca, 2007). São vários os autores (Baltes et al., 2006) que sustentam, hoje, o estudo do desenvolvimento baseado num sistema de relações entre a pessoa e o contexto do ciclo de vida, numa interação dinâmica e recíproca entre várias variáveis que intervêm na construção deste processo. Este conceito constitui uma inovação, devido à sua multidimensionalidade. Envelhecer é, assim, um processo dinâmico habitualmente lento e progressivo mas individual e variável. Teorias de natureza biológica, fisiológica, psicológica e social, tentam explicar este processo.

Segundo o modelo de Envelhecimento Bem-sucedido (EBS) o envelhecimento pode ser compreendido através do modelo de seleção, otimização e compensação, mecanismos de adaptação interativos que procuram sempre a maximização dos ganhos e a minimização das perdas (Baltes et al., 2006).

Importa agora clarificar a minha posição relativamente a todas as teorias e modelos acima descritos. Concordo com o modelo que preconiza a perspetiva do ciclo de vida que pressupõe que o desenvolvimento seja marcado por continuidades e descontinuidades, encontrando-se sob influência de fatores internos e externos que possibilitam uma enorme variedade de percursos de desenvolvimento. De facto, o modelo SOC (seletividade, otimização e compensação) é aquele com o qual mais me identifico e aquele que me parece mais pertinente para o presente estudo empírico, uma vez que sob esta perspetiva, o desenvolvimento humano incorpora conceitos como os de plasticidade, interação pessoa-contexto, continuidade e mudança, encontrados ao longo da análise do presente trabalho. Acredito nos aspetos centrais defendidos por este modelo como a plasticidade, a seletividade à medida que envelhecemos e a otimização, valorizando os nossos recursos em detrimento dos aspetos mais negativos. Entendo que o desenvolvimento pessoal de cada um de nós é sempre uma dinâmica de perdas e ganhos. Partilho a ideia que toda a mudança que decorre ao longo do ciclo de vida resulta da intencionalidade, das limitações e das oportunidades com que os indivíduos se defrontam. Essas oportunidades e limitações resultam das influências biológicas, históricas e culturais, normativas e não normativas. Um aspeto importante no processo de desenvolvimento do indivíduo é a existência de um determinado potencial de plasticidade, ou seja, uma adaptabilidade às situações que lhe permite otimizar a direção do seu desenvolvimento. De salientar que este potencial vai diminuindo à medida que os recursos de ordem biológica vão igualmente diminuindo.

Capítulo II – O fenómeno social do envelhecimento

2.1 Portugal em números

Os idosos e o tema do envelhecimento constituem um assunto atual pela sua dimensão social, uma vez que o fenómeno do envelhecimento a nível global é uma preocupação dos governos, das instituições e dos investigadores. Portugal não é exceção.

> Com efeito, Portugal figura atualmente entre os cinco ou seis países com o índice de envelhecimento mais alto do mundo, ou seja, com a maior percentagem de pessoas com 65 ou mais anos de idade relativamente às crianças e jovens até aos 15 anos. E as perspetivas de evolução a curto e médio prazo são de aumento certo; a longo prazo, provavelmente também, mas a este respeito o cientista social hesita perante perspetivas de décadas, pois é a própria evolução da sociedade que se torna virtualmente impossível de prever. É útil, todavia, saber onde nos podemos encontrar daqui a meio século se os parâmetros atuais não se alterarem radicalmente (Bandeira et al., 2014, p. 13).

A investigação revela que há mais do que um desempenho social (natalidade, mortalidade, migrações) que contribui para o envelhecimento de uma sociedade (Bandeira et al., 2014). Qualquer que seja a causa primeira do envelhecimento demográfico, as mudanças do peso relativo de cada estrutura no conjunto da população são sempre condicionadas pelas dinâmicas demográficas. O envelhecimento ou o rejuvenescimento das populações dependem do "desempenho" da natalidade, da mortalidade e das migrações. Na medida em que esse "desempenho" é também social, económico, político e cultural, o envelhecimento demográfico, além de demográfico, é também social (Bandeira et al., 2014, p. 18) Vejamos, agora, detalhadamente o que tem vindo a acontecer em termos demográficos no nosso país. O fenómeno social do envelhecimento em Portugal, apesar de ser comum à maioria dos países desenvolvidos aconteceu em alturas diferentes (Nazareth, 1979).

No contexto europeu, o fenómeno do envelhecimento das populações registou-se primeiro em França em finais do século XVIII, seguiu-se a Bélgica, a Suíça e a Noruega, sendo comum a todos os países da Europa ocidental, no início do século XX (Nazareth, 1979). Apesar das assimetrias regionais entre o norte e o sul, na década de 1970 o envelhecimento social parece ser extensível a todo o território nacional (Nazareth, 1979). É certo que o país mudou muito em apenas 50 anos: "com efeito, em cinco décadas, o panorama político, social, cultural e económico de Portugal mudou radicalmente" (Rosa & Chitas, 2010). Os autores assinalam algumas fases que consideram estruturantes desta mudança: guerra colonial, mudança de

regime político, processo de descolonização e de nacionalização de vários sectores, adesão do país à então Comunidade Económica Europeia, reprivatização de alguns sectores da economia, entrada de uma nova moeda em circulação e participação na globalização económica e financeira (Rosa & Chitas, 2010). Todas estas mudanças refletiram-se, também, no número de residentes, apesar de esta evolução não ser assim tão marcante.

> Em 1960, Portugal contava com 8,9 milhões de residentes! Vinte e cinco anos depois (em 1985), atinge os 10 milhões de residentes, patamar onde se manteve até hoje. Em 2001, o total de residentes passou para os 10,4 milhões. (Rosa & Chitas, 2010, p. 12)

Já em 2008 e, segundo dados do INE, o número total de residentes situava-se em 10,6 milhões: "assim, entre 1960 e 2008 – período de quase cinco décadas – a população teve um aumento de cerca de uma pessoa em cada cinco" (Rosa & Chitas, 2010, p. 12). Contudo, num passado recente há um decréscimo significativo da população que merece a nossa atenção porque se relaciona com os movimentos migratórios.

> O período mais marcado pelo decréscimo populacional situou-se entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70. Entre 1964 e 1973, a população portuguesa perdeu cerca de 400 mil residentes. (...) O que justificou a diminuição da população residente foi que muitos portugueses passaram a ir viver para outros países, ultrapassando largamente o número de estrangeiros que fixaram residência em Portugal. (Rosa & Chitas, 2010, p. 12)

O número de residentes voltaria a acelerar a partir de meados da década de 1970 e início dos anos 1980. Para tal muito contribui o regresso de emigrantes maioritariamente de países da Europa e a deslocação de portugueses das ex-colónias (Rosa & Chitas, 2010). Segue-se aquilo a que se pode chamar de "euforia demográfica": "apenas entre 1974 e 1975, o número de entradas excedeu o número de saídas em mais de meio milhão de pessoas" (Rosa & Chitas, 2010, p. 12). Até aqui verificamos que as oscilações do número de residentes se deviam a causas económicas e sociais (como a emigração) ou políticas (como o regresso dos portugueses que viviam nas ex-colónias). No entanto, a entrada na década de 90 traz dois novos fatores condicionantes da oscilação da população: a diminuição do número de nascimentos e a sua aproximação ao número de óbitos, e a imigração.

> O aumento populacional fez-se à custa do saldo migratório, dado que o saldo natural se aproximou de zero (entre 1993 e 2008 o número de nascimentos ultrapassou o

> número de óbitos em menos de 100 mil, uma média, portanto, de apenas mais de 6 mil nascimentos que óbitos por ano). (Rosa & Chitas, 2010, p. 12)

As alterações no padrão da fecundidade foi, também, um dos fenómenos estudados pelos investigadores como causa de alterações na sociedade portuguesa.

> O aumento da idade média de maternidade resultou de uma alteração significativa do padrão da fecundidade. Com efeito, durante o período fértil das mulheres, as idades mais fecundas (ou seja, aquelas em que as mulheres têm mais filhos) foram-se tornando cada vez mais tardias. (...) Associado ao retardar do projeto de maternidade está também a quebra dos níveis globais de fecundidade, extensível a todas as idades do período fértil. A título de exemplo, note-se que nasciam 178 crianças por cada 1000 mulheres entre os 25 e os 29 anos, em 1960, e que em 2008 nascem "só" 77. (Rosa & Chitas, 2010, p. 16)

Em 2016, e segundo dados do Eurostat, em Portugal este número fixou-se nos 8,4 nascimentos por cada 1000 habitantes. Todos estes fatores contribuíram sobremaneira para uma alteração profunda da sociedade portuguesa (Rosa & Chitas, 2010). Apesar de no resto da Europa parecer haver uma mudança do índice de fecundidade em Portugal o cenário continua a ser marcado pela negativa, "de salientar ainda que, nos últimos dez anos, a tendência é para uma subida, mais ou menos tímida, da natalidade, na generalidade dos países Europeus, constituindo Portugal uma exceção, com a natalidade a descer no mesmo período" (Torres, 2012, p. 56). Outra característica do envelhecimento demográfico é que este fenómeno parece não estar relacionado com o sexo biológico dos indivíduos. A este propósito Rosa e Chitas salientam que o envelhecimento é transversal.

> Estes novos horizontes de vida são extensíveis a ambos os sexos, embora as mulheres continuem em clara vantagem no tempo de vida comparativamente aos homens. Esta diferença é, aliás, responsável pela constante sobre - representação feminina nas idades mais avançadas: por cada cinco indivíduos com 75 ou mais anos, pelo menos três são mulheres. (2010, p. 20)

Por outro lado, os autores salientam a importância que estes cidadãos adquirem na sociedade: "ao viverem até mais tarde aumenta a importância estatística das pessoas em idade mais avançada (os chamados "idosos"). Este é um dos elementos que traduz o envelhecimento na população (chama-se a este, "o envelhecimento no topo") (Rosa & Chitas, 2010, p. 20), assim como o aumento dos idosos mais velhos.

> As facetas do envelhecimento demográfico são várias. Entre elas está não só o reforço da importância da população idosa no total da população residente mas também o

> aumento da importância dos idosos mais velhos (com 75 anos ou mais anos). Com efeito, enquanto em 1960, os idosos mais velhos representavam 34% do total de idosos, em 2001, perfaziam 41% e, em 2008, já correspondem quase a metade (46%) da população com 65 ou mais anos. (Rosa & Chitas, 2010, p. 21)

Atentemos, agora, nos resultados dos Censos 2011. Em Portugal, a proporção da população com 65 ou mais anos era, em 2011, de 19%. Este valor contrasta com os 8% verificados, em 1960, e com os 16% da década anterior. O índice de envelhecimento da população reflete também esta tendência. Em 2011, acentuou-se o predomínio da população idosa sobre a população jovem. O índice de envelhecimento é de 129, o que significa que Portugal tinha à data mais população idosa do que jovem. Em 2001 havia 85 municípios com o índice do envelhecimento menor ou igual a 100. Em 2011, este valor era de 45. Os mesmos resultados revelam que, no que diz respeito às características demográficas da população, existiu um agravamento do envelhecimento populacional na última década. O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, está bem vincado nos resultados dos Censos 2011. Há 30 anos, em 1981, cerca de ¼ da população pertencia ao grupo etário mais jovem (0-14 anos), e apenas 11,4% estava incluída no grupo etário dos mais idosos (com 65 ou mais anos). Em 2011, Portugal apresentava cerca de 15% da população no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 19% da população tinha 65 ou mais anos de idade (INE, 2011). Segundo os mesmos dados, entre 2001 e 2011 verificou-se uma redução da população jovem (0-14 anos de idade) e da população jovem em idade ativa (15-24 anos) de, respetivamente 5,1% e 22,5%. Em contrapartida, aumentou a população idosa (com 65 anos ou mais), para cerca de 19,4%, bem como o grupo da população situada entre os 25-64 anos, que cresceu 5,3%. Também um estudo da Universidade Católica Portuguesa reflete esta situação: "a evolução demográfica em Portugal no passado recente caracterizou-se por um gradual aumento do peso dos grupos etários seniores e uma redução do peso da população jovem. Esta dinâmica populacional aponta para uma transição demográfica sem precedentes na história" (Carneiro et al., 2012, p. 14). O agravamento do envelhecimento da população portuguesa é praticamente comum à generalidade do território nacional. Apenas 16 dos 308 municípios apresentavam em 2011 indicadores de envelhecimento inferiores aos verificados em 2001. O envelhecimento das populações também deixou de ser um fenómeno dos municípios do interior e alastra-se a todo território (INE, 2011). Segundo Rosa, as causas para este acontecimento estão bem identificadas, por um lado a redução da mortalidade e, por outro, a redução da natalidade.

> De facto, não foi há muitos séculos que os portugueses tinham uma esperança média de vida à nascença próxima dos 40 anos. Em 1920, por exemplo, os homens tinham uma esperança média de vida de cerca de 36 anos. Em 1960, esta já atingia os 60 anos. Hoje, passados quase 50 anos sobre essa data, a sua esperança de vida à nascença é de 76 anos.(...) Idêntica evolução se passou com as mulheres, as quais têm beneficiado sempre de uma esperança de vida superior à dos homens. (Rosa, 2012, p. 29)

E por redução da mortalidade não se fala só do aumento da esperança média de vida, mas também da redução da mortalidade infantil.

> O melhor exemplo para compreender o que a redução da mortalidade e o consequente aumento da esperança de vida devem ao progresso científico e social é a taxa de mortalidade infantil. (...) Mesmo não remontando aos anos 20, verificamos que, no início dos anos 60, morriam, em Portugal, cerca de 80 crianças com menos de um ano por cada 1000 que nasciam. Atualmente, morrem menos de três, valor que é, aliás, dos mais baixos do mundo. (Rosa, 2012, p. 31)

A somar à redução da mortalidade infantil e do aumento da esperança média de vida, verifica-se também a redução dos níveis de fecundidade, fator já anteriormente identificado.

> Para que a renovação das gerações esteja assegurada, é necessário que cada mulher deixe uma futura mãe, ou seja, que tenha uma filha. Para tanto é necessário que cada mulher tenha, em média, 2,1 filhos. Um pouco mais do que dois filhos, portanto, porque a probabilidade de nascerem indivíduos do sexo masculino é ligeiramente superior à probabilidade de nascerem indivíduos do sexo feminino. (Rosa, 2012, p. 31)

O mesmo estudo conclui que geograficamente, as regiões com uma estrutura etária da população mais equilibrada são aquelas que também apresentam índices de dependência mais favoráveis. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com 45 e 46, por cada 100 em idade ativa, respetivamente, detêm os valores mais baixos. Já o Alentejo aparece no topo com o valor mais elevado de 61 pessoas em idade não ativa, seguido do Centro com 57 (INE, 2011).

Atentemos, agora, nos estudos mais recentes. Em 2014 a população jovem somava 14,4% enquanto a população idosa rondava os 20,3%. Por sua vez a população em idade ativa aumentou para 65,3% (INE, 2014). Segundo dados da PORDATA (2016) atualmente o número de idosos representa 20,5% da população. O índice de envelhecimento do país no ano de 2015 situava-se nos 143,9 por cada 100 pessoas jovens. Em 2011 este índice era de 125,8, em 2012 situava-se nos 129,4 e em 2013 já atingia os 133,5, ou seja o índice de envelhecimento tem vindo a crescer. Estes resultados refletem o perfil demográfico do país caracterizado por um

aumento da população mais idosa e pela diminuição da população mais jovem, motivado sobretudo pela diminuição da natalidade. Dados avançados pelas Nações Unidas vêm confirmar esta tendência (Nações Unidas, 2015). Em 2015, Portugal possuía uma população idosa de 2.801milhões de idosos, estimando-se que em 2030 o seu número atinja os 3.413 milhões (Nações Unidas, 2015). Assim, parece evidente que estamos perante uma sociedade em envelhecimento.

2.2 As consequências do envelhecimento

O envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes da sociedade contemporânea do século XXI. Em todo o mundo o aumento substancial de pessoas com mais de 65 anos parece ser o cenário predominante.

> O mundo está à beira de um marco demográfico. Pela primeira vez desde que há registos o número de pessoas com 65 anos ou mais supera o número de crianças pequenas. Impulsionado pela queda da taxa da fertilidade e pelos aumentos consideráveis na esperança média de vida, o envelhecimento da população vai continuar e até acelerar. Prevê-se que o número de pessoas com 65 anos ou mais cresça de um número estimado de 524 milhões em 2010 para quase 1,5 mil milhões em 2050, sendo a maior parte do aumento verificado nos países em desenvolvimento. (OMS, 2009, p. 2)

Certo é que o envelhecimento, apesar de não ser exclusivo dos tempos modernos só começou a ser falado há cerca de 100 anos (Stuart-Hamilton, 2002, p. 15) "calcula-se que nos tempos pré-históricos a velhice era extremamente rara e mesmo no século XVII, provavelmente apenas 1% da população vivia mais de 65 anos". Uma realidade bem diferente do que tem vindo a acontecer desde o início do novo milénio: "olhando de outra perspetiva, cerca de 70% da população ocidental de hoje viverá mais de 65 anos e 30-40% mais de 80 anos (possivelmente mais se as tabelas atuais estiverem certas)" (Stuart-Hamilton, 2002, p. 15). O autor reflete sobre a pertinência de a sociedade de hoje ser conhecida como uma sociedade retangular, uma vez que em cada década existe um número similar de pessoas vivas. No entanto, o envelhecimento parece ser uma experiência diferente dentro de uma mesma sociedade: "a prevalência do envelhecimento, portanto, difere dentro da mesma sociedade, ao longo do tempo histórico e difere hoje entre os países industrializados e aqueles em desenvolvimento. Ela também difere entre elementos da mesma sociedade" (Stuart-Hamilton, 2002, p. 17). De facto, a sociedade ocidental está em profunda transformação, sendo que, para tal, muito têm contribuído fatores como o aumento da esperança média de vida, a diminuição da taxa de natalidade e o declínio do

peso da população trabalhadora (Carneiro, Chau, Soares, Fialho & Sacadura, 2012, p. 8). "Por tudo isto, o envelhecimento da população constitui, em simultâneo, um desafio e uma oportunidade, se as vidas mais longas e saudáveis coincidirem com o prolongamento da vida ativa". Pode-se, então, dizer que a velhice, como fenómeno social, é, cada vez mais, um problema de todos, saindo desta forma da esfera privada, da vida familiar e pessoal para a vida pública. "No mundo contemporâneo, a velhice transformou-se numa questão social e política, rompendo com o estatuto que manteve até ao final da primeira metade do século XIX, em que era um assunto quase exclusivamente restrito à esfera privada e familiar" (Vaz, 2008, p. 18). De facto, o envelhecimento da população a nível global chamou a atenção de várias classes e áreas científicas durante a segunda metade do século XX (Shaie & Willis, 2003). Com o fim da segunda guerra mundial compreende-se que "o envelhecimento do mundo ocidental processa-se a um ritmo rápido" (Shaie & Willis, 2003, s.p.).

O interesse pela temática levou à realização da I Assembleia Municipal sobre o envelhecimento, em 1982, em Viena. Desta iniciativa resultou um Plano de Ação com 62 medidas nas áreas da habitação, educação, emprego, saúde, proteção social e família conhecido como Plano Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Em 1991, foi aprovado o documento denominado "Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas" que assenta em cinco princípios: 1) independência, onde estão assegurados os cuidados básicos assim como o direito a um trabalho remunerado, assim como o acesso à educação e à formação; 2) participação, que prevê o direito dos idosos a participar em várias atividades, políticas, associações, partilhar conhecimento e passar o seu testemunho às gerações mais novas; 3) assistência que prevê o direito a usufruir dos cuidados da família e de ter acesso a cuidados de saúde em lares e centros de acolhimento; 4) realização pessoal que prevê o direito dos idosos terem oportunidades parao desenvolvimento do seu potencial e, por fim, 5) dignidade, que defende o direito a uma vida digna livre de exploração e maus-tratos independente de qualquer condição pessoal ou social (Nações Unidas, 1995). Em 1993 foi celebrado o Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações.

A comemoração do Ano Internacional do Idoso dá-se em 1999, um passo considerado fundamental para estudar o tema do envelhecimento e atribuir-lhe a importância devida.

> Em 1999 consagrou-se o Ano Internacional do Idoso, iniciativa concretizada pelas Nações Unidas, na sequência da Assembleia Mundial sobre o envelhecimento de 1982. Esta iniciativa passou então a constituir um marco fundamental para avaliação das políticas implementadas no âmbito do envelhecimento da população, bem como das relações de desenvolvimento/envelhecimento. (Martins & Santos, 2008, p. 2)

O aumento da longevidade desperta a necessidade de conhecer as implicações do aumento da população idosa e surge uma quantidade considerável de investigação científica sobretudo nas últimas quatro décadas (Shaie & Willis, 2003). Desta forma, existe nas universidades um aumento de cursos orientados para a terceira idade. A própria OCDE alertou para o facto deste fenómeno global ter sérias implicações em termos económicos, nos sistemas sociais e de saúde. Para Rosa (2012), a preocupação com os níveis de envelhecimento da população assenta sobretudo em pilares como a saúde (ou a falta dela), a solidão e o isolamento e a pobreza. Em suma, por uma razão ou outra são múltiplos os receios face ao envelhecimento da população. Entre estes, a autora salienta três ideias que pareceram ser centrais quando se alude ao tema: "o envelhecimento demográfico é mau porque a população estagna e não há renovação de gerações; a produtividade diminuiu; põe em risco a sustentabilidade financeira da Segurança Social" (Rosa, 2012, p. 35). Falando sobre as consequências do envelhecimento como fenómeno que a sociedade nunca antes enfrentou, a autora destaca que

> com efeito, as sociedades envelhecidas convivem muito mal com o envelhecimento da população e pouco têm aproveitado este processo demográfico para reverem alguns dos seus princípios, dos seus modelos, os quais se revelaram, porventura, muito úteis em circunstâncias passadas, mas totalmente diversas da realidade atual, quando as suas estruturas populacionais não estavam envelhecidas. Por isso justifica-se que se pergunte: porque não aceitar uma revisão dessas lógicas à luz dos desafios que se colocam às sociedades atuais, em vez de perpetuarmos a sua reprodução de modo acrítico? (Rosa, 2012, p. 51)

Segundo dados do INE relativos a 2015, o número de idosos no mundo em 2050 poderá atingir a fasquia de dois mil milhões.

> A proporção mundial de pessoas com 60 e mais anos de idade aumentou de 9,2% em 1990 para 11,7% em 2013, e espera-se que continue a aumentar, podendo atingir 21,1% em 2050. Em valores absolutos, as projeções das Nações Unidas apontam para que o número de pessoas com 60 e mais anos de idade passe para mais do dobro, de 841 milhões de pessoas em 2013 para mais de 2 mil milhões em 2050, e o número de pessoas com 80 e mais anos de idade poderá mais do que triplicar, atingindo os 392 milhões em 2050. (INE, 2015, pp. 2-8)

Perante a realidade do envelhecimento galopante a nível mundial, torna-se urgente definir políticas e programas de intervenção que vão ao encontro das necessidades da população idosa. Contudo, antes de desenvolver esta ideia parece-me pertinente definir a minha posição relativamente ao fenómeno do envelhecimento como um fator social. De facto, existe uma necessidade de se definir políticas, estratégias e programas de intervenção relativamente à

problemática do envelhecimento, no entanto este fenómeno está muito para além de ser um problema social. Ele é, antes de mais, uma conquista da medicina, da investigação, enfim, das sociedades modernas que deve ser louvado e encarado como uma vitória.

Por tudo isto, concordo com Vaz quando afirma que

> contrariamente ao que ouvimos todos os dias o envelhecimento não é prioritariamente um problema social. Não, o envelhecimento não é um peso para a sociedade, uma preocupação suplementar das últimas décadas. O envelhecimento significa um progresso da capacidade de vencer a miséria e a fome, primeiro, de vencer a doença infeciosa e os acidentes, mais recentemente, que foram até há algumas décadas as principais causas de morte das sociedades desenvolvidas e o são ainda nas sociedades em desenvolvimento. (2008, p. 9)

O que parece acontecer, contudo, é a negatividade dos discursos produzidos pela sociedade relativamente à velhice, nos quais os idosos começam a ser responsabilizados pelo "peso" que exercem na máquina económica (Vaz, 2008). Mesmo nas disciplinas de sociologia e de política social, a velhice parece ser encarada como um problema. "Também no domínio da política social, as pesquisas sobre a velhice têm incidido, essencialmente, na perspetiva do grupo como problema social, encarado em função das suas possibilidades e direitos providencializados" (Vaz, 2008, p. 19). O autor considera que a associação do fenómeno da velhice a um problema social constitui um dos obstáculos que a sociologia enfrenta

> quando quer estudar o processo de envelhecimento e da velhice pois que se defronta com representações construídas em torno do seu objeto de estudo, responsáveis pela forma como ele é apreendido e como induz a maneira de o conceber e definir. (Vaz, 2008, p. 22)

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida, como a reforma e a viuvez.

2.2.1 A reforma

Desde os anos 80 do século XX assiste-se a um aumento do número de trabalhadores reformados. Segundo Shaie e Willis (2003) este facto pode ser justificado por vários fatores como os avanços da saúde, uma maior esperança de vida, uma reforma forçada não planeada ou uma perda de rendimentos devido à própria reforma ou à inflação. Já em relação à decisão de pedir a reforma, estes autores apontam como razões a existência de pensões adequadas, uma planificação da reforma e o sentimento de ter atingido as próprias metas profissionais. O grau de satisfação com a reforma está diretamente ligado à forma como decorreu todo o processo que

conduziu a esta situação. E é especialmente importante se a reforma foi voluntária ou compulsiva (Gall, Evans & Howard, 1997). Fonseca (2005) associa a reforma ao início do envelhecimento e fala da necessidade de estudar este processo.

> Havendo já tantos estudos realizados no nosso país sobre a transição da escola para a vida ativa, parece-nos relevante saber mais acerca quer acerca da transição da vida ativa para a reforma, quer acerca do período de vida subsequente, o qual deixa de estar marcado pela vida profissional e pelo desempenho do papel do trabalhador. (p. 45)

No seu artigo "Aspetos Psicológicos da Passagem à Reforma, Um estudo qualitativo com reformados portugueses", o autor salienta a conotação da "passagem à reforma" como o início do envelhecimento. Sendo o trabalho um dos marcos da vida adulta, a reforma é tida como um ponto de viragem.

> É por isso que a ocorrência da reforma e a vivência da condição de reformado são realidades suscetíveis de gerar um conjunto de perceções, expectativas e sentimentos característicos de um processo de transição – adaptação, com eventuais consequências ao nível da satisfação de vida e do bem-estar psicológico, da saúde, do relacionamento com os outros, dos hábitos da vida quotidiana e até mesmo da personalidade deste. (Fonseca, 2005, p. 47)

Como resultado do referido estudo, o autor destaca a existência de um *continuum* de sentimentos e expectativas relativas à "passagem à reforma". Num extremo positivo, destaca o alívio e sentimento de libertação de responsabilidades. No outro lado salienta os sentimentos de estagnação da vida quotidiana e a frustração. Entre estes dois extremos apontam um sentimento de desorientação perante esta nova fase da vida. Um resultado surpreendente é a descoberta que os "novos reformados" adquirem a possibilidade de acompanhar o envelhecimento dos próprios pais, observando-se aqui uma situação nova no plano das relações intergeracionais.

2.2.2 A feminização do envelhecimento e a viuvez

De facto, a sociedade está em profunda transformação e a forma como envelhecemos está longe de ser consensual. Contudo, de acordo com a OMS é possível, por um lado, envelhecer com qualidade e, por outro, envelhecer de forma diferente consoante o indivíduo seja homem ou mulher.

> Os fatores que podem determinar o envelhecimento ativo são, de acordo com a OMS, económicos, sociais, pessoais (biológicos e psicológicos), comportamentais (estilos de

> vida), relativos ao ambiente físico, à cultura, aos serviços sociais e de saúde. A OMS destaca, ainda, o género entre os fatores que determinam a forma como envelhecemos. (Perista & Perista, 2012, p. 7)

A dimensão de género parece ser, assim, um elemento diferenciador na forma como o envelhecimento atual é vivido por homens e mulheres.

> A população idosa é predominantemente composta por mulheres porque estas tendem a viver mais do que os homens. Em 2013, a nível mundial, havia 85 homens por cada 100 mulheres no grupo etário dos 60 e mais anos, e 61 homens por cada 100 mulheres no grupo etário dos 80 e mais anos. É expectável que este rácio aumente moderadamente nas próximas décadas, refletindo uma melhoria ligeiramente mais rápida na esperança de vida dos homens nas idades avançadas. (INE, 2015, pp. 2-8)

Em Portugal, o resultado dos censos 2011 corrobora esta ideia, por se verificar que "o fenómeno do envelhecimento populacional é mais acentuado nas mulheres, refletindo a sua maior longevidade – 103 e 153 idosos por cada 100 jovens do mesmo sexo, respetivamente para homens e mulheres, em 2011" (INE, 2011). Dados mais atuais apontam que, em Portugal, em cada 175 idosos, 100 são mulheres (Nações Unidas, 2015).

As especificidades de género no envelhecimento têm sido estudadas por vários investigadores (Arber & Ginn, 1996; Wheeler, 1997; Goldani, 1999; Miller & Simeth, 2007). De facto, uma das grandes razões apontadas para esta diferenciação do envelhecimento é a realidade do processo de envelhecimento dentro da quarta idade (indivíduos com mais de 80 anos) ser uma experiência de mulheres. Parece-me, assim, pertinente estudar a genderização do fenómeno do envelhecimento.

> Ao se discutir o envelhecimento diferenciado entre homens e mulheres, destaca-se a maior e crescente proporção de mulheres no total da população idosa, ou a chamada "feminização da velhice". Este fenómeno, resultante da maior longevidade feminina, ganha sua expressão máxima entre o grupo de idosos mais velhos. (Goldani, 1999, p. 76)

Importa então perceber de que forma esta maior proporção de mulheres idosas ou a denominada "feminização da velhice" poderá colocar em causa os tradicionais contratos sociais ou, se preferirmos, a forma tradicional como a sociedade ocidental se encontra estruturada. Tal como refere Goldani (1999, p. 76), "os contratos sociais, nem sempre explícitos, estabelecem as formas de intercâmbio na sociedade, com base em valores e normas estabelecidos". O que parece ser um "pacto" implícito entre as gerações é que os pais cuidem e suportem

economicamente os filhos na infância e adolescência e que estes mesmos filhos cuidem dos pais envelhecidos. E como fica este "pacto" social numa perspetiva de género? Ao longo dos tempos o papel tradicional da mulher como "dona de casa, esposa e mãe" sofreu uma profunda transformação.

> De facto, o aumento nas taxas de separação e divórcio, a diminuição no tamanho da família e a crescente participação das mulheres no mercado do trabalho são as referências na discussão sobre quem e como se ajudará os idosos necessitados. (Goldani, 1999, p. 76)

E para além dos papéis que se espera sejam desempenhados por homens e mulheres, como é que se processa o envelhecimento sob as lentes de género? A este respeito Goldani parece não ter dúvidas que o envelhecimento é distinto sob uma perspetiva de género: "homens e mulheres vivem e envelhecem de forma diferente. Há fatos básicos que distinguem a mulher idosa do homem idoso e como tal afetam seus processos de envelhecimento e diferenciam as suas vidas" (Goldani, 1999, p. 77).No seu estudo *Mulheres e envelhecimento: Desafios para novos contratos intergeracionais e de género* (1999) na sociedade brasileira salientou que

> homens e mulheres sofrem perdas com a idade, enfrentam preconceitos e estereótipos, mas os recursos com que contam para enfrentar a velhice são diferentes. As mulheres se deparam nesta fase com todas as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e de desigualdades estruturais. (...) Mesmo entre as que trabalharam, essas tiveram salários equivalentes à metade ou pouco mais que os dos homens e acabam como as mais dependentes e pobres entre os idosos. (Goldani, 1999, p. 78)

Por outro lado, as mulheres vivem mais do que os homens e este fenómeno de longevidade pode ser um problema para a idosa que se depara com uma situação de debilitação da sua saúde física e mental, com poucos recursos económicos e pouco apoio familiar (Goldani, 1999). Também Neri acrescentou, a propósito do envelhecimento feminino e do discurso ambíguo, que considera existir entre instituições sociais, governo e idosos brasileiros.

> Pouco se discutem hoje, no Brasil, as implicações sociais da disseminação dessas noções, que possivelmente vão ajudar a criar ou a acentuar estereótipos segundo os quais as mulheres idosas são pobres, pouco educados, doentes, incapazes e economicamente dependentes, configurando-se como um peso e um risco social de proporções crescentes e incontornáveis. Além de serem danosas para os idosos e, a longo prazo, para a sociedade, essas conceções são apenas parcialmente verdadeiras. (Neri, 2001, p. 7)

A autora desenvolveu quatro estudos na comunidade com mulheres idosas, subordinados aos temas: "Solidão e bem-estar psicológico em mulheres idosas que vivem sozinhas"; "Indicadores de desenvolvimento pessoal e bem-estar subjetivo em idosas"; "Satisfação e afetos positivos entre homens e mulheres idosos" e "Atitudes em relação aos idosos e à velhice pessoal em adultos e idosos profissionais e não profissionais". Perante os resultados obtidos, a autora concluiu que "o processo de feminização da velhice não diz respeito apenas à maior longevidade feminina e à superioridade numérica das mulheres idosas sobre os homens idosos, mas envolve o exercício de papéis e o funcionamento do self" (Neri, 2001, p. 16) e destacou alguns aspetos do envelhecimento no feminino.

> O envelhecimento acarreta riscos crescentes à mulher em termos de saúde, funcionalidade, proteção e integração social. Os riscos são em parte devidos a fatores biológicos, em parte devido a estilo de vida, histórico de saúde e doença, pobreza, baixa escolaridade e isolamento social e a diferenças em oportunidades entre homens e mulheres, as quais prejudicam as mulheres. (Neri, 2001, p. 16)

Outro aspeto da investigação comum ao mundo ocidental aponta que a maior percentagem das idosas ou são divorciadas ou viúvas, ao contrário dos homens que continuam casados (Shaie & Willis, 2003). As explicações para esta disparidade são claras, segundo estes autores por um lado as mulheres tendem a casar com homens mais velhos, por outro lado possuem uma maior esperança de vida. No entanto, a longo prazo este cenário pode ser alterado, pois "segundo as previsões demográficas para 2050 a percentagem de viúvas será menor uma vez que a esperança média de vida dos homens para além dos 65 anos aumentará. Assim, a percentagem de homens divorciados ou viúvos será maior" (Shaie & Willis 2003, p. 208).

Outro aspeto importante prende-se com o facto de as idosas viúvas dificilmente voltarem a casar, no entanto os homens que ficam viúvos se voltam a casar fazem-no com mulheres com menos de 65 anos. A investigação (Shaie& Willis, 2003) mostra, também, que as mulheres idosas que ficam viúvas sofrem consequências a nível económico, social e psicológico. Viver sozinha parece ser uma das consequências da viuvez que muitas mulheres têm de enfrentar. Outra das consequências da viuvez apontadas por estes autores é a solidão social e emocional. Um distinto envelhecimento entre homens e mulheres parece ser, assim, uma realidade comum em todo o mundo o que poderá revelar a existência de estereótipos sociais associados à mulher na terceira idade. Também em Portugal a ideia de uma mulher idosa, sem apoios familiares e económicos à medida das suas necessidades e alvo de discriminação de género, parece ser a realidade que persiste. Um estudo português realizado pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social, sob o

tema "Igualdade de Género na Vida Social: Diagnóstico de Alguns Resultados Municipais" (Perista & Silva, 2008) dá sustentabilidade a esta linha de pensamento.

> Uma análise atenta da situação e condições de vida de mulheres e de homens evidencia assimetrias claras entre os sexos – que nem sempre são percetíveis a quem tem pouca experiência neste campo – e deve centrar-se no estudo dessas diferenças, que, de uma ou de outra maneira, contribuem para fomentar e/ou potenciar desigualdades sociais e económicas entre mulheres e homens (por exemplo, baixas qualificações, desemprego, situações de precariedade económica, doença e incapacidade, situações de violência doméstica, entre outras). (Perista & Silva, 2008, p. 42)

O mesmo revela o estudo do INE, *Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal 2001-2011*, quendo se afirma que "a taxa de risco de pobreza é mais elevada nas mulheres com 65 e mais anos: em 2009, o risco de pobreza das mulheres idosas foi de 23,5%, face a 16,4% das mulheres entre 18 e 64 anos, e a 17,9% do total da população" (INE, 2011, p. 14) e ainda que

> as mulheres apresentavam ainda uma proporção inferior à observada para a população total no que respeita à escolaridade completa até ao 3º ciclo do ensino básico – 54,4% para 59,2% na população total – particularmente evidente no grupo de mulheres com idade mais avançada (65 e mais anos). (INE, 2011, p. 17)

Também Vieira & Perista (2012) refletem sobre esta preocupação, destacando que "as desigualdades de género, visíveis em idades jovens, tendem a manter-se, por isso, em idades mais avançadas, acentuando-se mesmo em alguns casos, e acarretam consigo obstáculos reais para a vida de homens idosos e mulheres idosas" (p. 9).

Daniel, Simões e Monteiro (2012) realizaram um estudo sobre as representações sociais de idosos e de idosas em pessoas que com eles interagem em contexto de institucionalização, recorrendo à Técnica de Associação Livre de Palavras, e concluíram que quanto se trata do envelhecer no masculino a maior associação que se faz é a "experiência", já no que diz respeito ao envelhecer no feminino há uma maior ligação às "rugas" e à "solidão". Para os autores "existe uma tensão, e até mesmo uma certa dislexia pública em torno do fenómeno do envelhecimento e da velhice" (Daniel et al., 2012, p. 24) mantendo-se os estereótipos idadistas e sexistas. Por outro lado, afirmam existir um discurso político defensor de um envelhecimento ativo que pretende manter os idosos o mais possível participativos nas várias esferas sociais. A investigação mostra, também, que as mulheres idosas que ficam viúvas sofrem consequências a

nível económico, social e psicológico. Assim, um olhar sobre género justifica-se claramente tendo como ponto de partida ao próprio estudo do envelhecimento.

> Na realidade, este parece ser um fenómeno profundamente genderizado e o cruzamento de diferentes formas de discriminação, como o idadismo (ageism) e o sexismo, entre outras, poderá acarretar consigo problemáticas diferenciadas para cada um dos sexos nas etapas ulteriores do ciclo vital. (Vieira & Perista, 2012, p. 9)

Foi nesse sentido que a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) entendeu promover o projeto "Género e envelhecimento: planear o futuro começa agora!" (no âmbito do Programa PROGRESS) (Perista & Perista, 2012, p. 9), que pretendeu aprofundar uma reflexão genderizada sobre o envelhecimento.

> A feminização do envelhecimento é bem evidente. Em 2011, as mulheres representavam 58% da população idosa. A análise por escalões etários dentro da população idosa, relativa ao ano 2010, evidencia que a feminização se acentua à medida que se considera idades mais avançadas: as mulheres representam um pouco mais de metade das pessoas com 65 a 74 anos mas representam já mais de dois terços da população com 85 e mais anos. (Perista & Perista, 2012, p. 12)

2.3 Os estereótipos e (novos) papéis sociais dos idosos

Será a longevidade uma garantia de qualidade de vida? Antes de mais é preciso estudar os discursos em relação ao envelhecimento e, quando aqui chegamos, estes são distintos: há o discurso da velhice negativa, onde se inscrevem as situações de pobreza, isolamento social, solidão, doença e dependência; e, por outro lado existe um outro discurso dirigido "aos menos jovens" que adquirem uma outra dimensão e que são considerados como segmentos específicos: turismo sénior, universidade da terceira idade, etc.

A nível internacional, Ferrigno (2002) afirma que "o velho é percebido como o diferente, indesejado, que agride o padrão de beleza estabelecido pela sociedade moderna, incorporando-se dessa forma negativamente ao imaginário social, fenómeno que provoca difusão de uma imagem profundamente estigmatizada do envelhecimento" (p. 16). Encontramo-nos aqui perante uma questão pertinente relacionada com esta etapa do ciclo de vida: os estereótipos da velhice. Estereótipos sociais podem ser definidos como

> certas generalizações desenvolvidas pelos indivíduos de uma sociedade. Eles derivam em grande medida ou são um exemplo do processo cognitivo geral de categorização. A principal função deste processo é simplificar ou sistematizar, com o objectivo de proceder a uma

> adaptação cognitiva e comportamental, a abundância e a complexidade da informação recebida através do seu meio ambiente pelo organismo humano. (Tajfel, 1981, pp.146-147)

Definindo estereótipos como sendo uma representação social sobre os traços típicos de um grupo, categoria ou classe social (Ayesteran & Páez, 1987), verifica-se que no caso dos idosos o estereótipo projeta sobre a velhice uma representação social gerontofóbica (medo irracional acerca de tudo o que diz respeito ao envelhecimento e à velhice), contribuindo para uma imagem negativa por parte da sociedade, e, também, por parte dos indivíduos mais velhos em relação a eles mesmos (Almeida, 2014). Segundo Moscovici (1976) uma primeira definição das representações sociais baseia-se na conceção que determinado conceito ou tarefa não é determinado pela realidade social, mas antes pelo comportamento do funcionamento cognitivo do grupo. As representações sociais apresentam-se, assim, como uma forma de pensar e interpretar a realidade do quotidiano. Para Moscovici, existem dois sistemas em constante funcionamento. Estamos perante uma dupla questão, por um lado a forma como o social influencia a elaboração psicológica que está na base da construção das representações sociais, por outro de que forma a elaboração psicológica intervém no social.

> Podemos ver dois sistemas cognitivos a trabalhar em conjunto, que operam em termos de associações, discriminações, ou seja, o sistema operacional cognitivo e o outro que controla, verifica e seleciona de acordo com várias regras lógicas e outras; isto envolve um tipo de metasistema que trabalha o material produzido pelo primeiro sistema. (Moscovici 1976, p. 256)

Também Stuart-Hamilton (2002) descreveu os estereótipos associados à terceira idade como sendo os mais comuns, tais como a falta de agilidade física e mental, a solidão, o desmazelo, a insegurança ou a pobreza. Uma vez que a sociedade espera que as pessoas se comportem de forma apropriada à idade (Kite, Deavz & Mile, 1993) defendem que os estereótipos das pessoas mais velhas são mais fortes do que os estereótipos de género. Neste sentido, Ward (1997) citado em Stuart-Hamilton defende que as pessoas de idade acabam sendo vítimas das suas próprias ideias, porque quando jovens contribuíram para estes estereótipos que agora os assombram "a estereotipificação também parece afetar a confiança das pessoas mais velhas e, gradualmente, quanto mais a pessoa acredita nos estereótipos mais baixa a sua auto-estima" (2002, p. 135).

É somente a partir de meados do século passado, impulsionado pela pressão social e demográfica, bem como pelo crescente número de trabalhos de investigação acerca do envelhecimento, que surge um aumento do número de investigações dos estereótipos acerca das pessoas idosas. Tal como expõe Dinis (1997), um estudo realizado na Universidade de Montreal

permitiu identificar 14 estereótipos como os mais frequentes relativos aos idosos e que passamos a descrever: 1) os idosos não são sociáveis e não gostam de se reunir; 2) divertem-se e gostam de rir; 3) temem o futuro; 4) gostam de jogar às cartas e outros jogos; 5) gostam de conversar e contar as suas recordações; 6) gostam do apoio dos filhos; 7) são pessoas doentes que tomam muita medicação; 8) fazem raciocínios senis; 9) não se preocupam com a sua aparência; 10) são muito religiosos e praticantes; 11) são muito sensíveis e inseguros; 12) não se interessam pela sexualidade; 13) são frágeis para fazer exercício físico e, por último, 14) são, na sua grande maioria, pobres. O autor salienta ainda que é comum encontrar em jornais e nos telejornais, até como reflexo da reforma do sistema de Providência, uma constante e insistente exposição dos idosos. Assim, apesar da promessa de longevidade e da qualidade de vida, há ainda muitos estereótipos associados à terceira idade difíceis de separar do processo de envelhecimento. Os estudos científicos que abordaram os estereótipos acerca dos idosos, realizados essencialmente desde o final da primeira metade do século passado, revelaram maioritariamente durante várias décadas o predomínio injustificado de uma imagem negativa acerca do envelhecimento e acerca das pessoas idosas, como referido por Marín, Troyano e Vallejo (2001 citado em Magalhães, Fernandes, Antão & Anes, 2010). Tendo consciência de que este é um assunto que requer uma investigação aprofundada, de facto, parecem ser os estereótipos de orientação negativa que se mantêm na sociedade atual.

"Também em Portugal, os estudos recentemente efetuados numa série de problemáticas relativas ao envelhecer e à situação dos idosos em Portugal apontam para a persistência de alguns destes estereótipos negativos" (Magalhães et al., 2009, p. 1). Estamos, assim, perante o idadismo definido como sendo o processo de estereotipia e de discriminação sistemática, contra as pessoas porque são velhas (Staab & Hodges, 1998). A sociedade privilegia a beleza e a juventude em detrimento da velhice.

O termo idadismo (*ageism*) foi introduzido em 1969 por Butler e pode ser definido como um processo de "estereótipos e discriminação sistemática contra as pessoas por elas serem idosas, da mesma forma que o racismo e o sexismo o fazem com a cor da pele e o género" (Magalhães et al., 2009, p. 243). Também Rosa fala sobre este termo, expondo que

> o termo "idadismo", não muito feliz (tradução literal de ageism), vem bem a propósito. Assim, à semelhança de outros conceitos do mesmo tipo (como o racismo, por exemplo), o "idadismo" significa a discriminação, habitualmente negativa, das pessoas com base na idade. (2012, p. 56)

A autora considera ainda que esta discriminação se aplica, muitas vezes, a aspetos muito discutíveis como a capacidade produtiva.

> Com razão ou sem ela, por vontade dos próprios ou não, a esmagadora maioria das pessoas com mais de 65 anos está reformada, existindo também uma larga parte da população ativa mais velha que tem mais dificuldade em encontrar trabalho do que os mais velhos. (Rosa, 2012, p. 56)

No entanto, há também casos de sucesso, profissionais mais velhos que fogem à regra: apesar de a regra ser a perda de "valor de mercado" a partir de uma certa idade, existem, no entanto, casos em que os profissionais mais velhos não perdem o seu prestígio profissional, como é o caso de muitos advogados, arquitetos, professores, universitários, cientistas, grandes cozinheiros, *designers* e artistas das mais diversas áreas (Rosa, 2012). Mas então, onde se encontra a diferença? Ou melhor, qual a atitude que faz toda a diferença? A autora aponta as suas razões, "e a resposta poderá ser: são pessoas que, em vez de (em muitos casos, para além de) fazer, têm ideias e imaginam o que deve ser feito" (Rosa, 2012, p. 56). Contudo, estes exemplos citados são a exceção à regra. Rosa (2012) entende que o trabalhador português é orientado para uma atividade específica, para uma profissão, não existindo adequação da atividade desenvolvida à idade dos trabalhadores.

> Em suma, a programação da vida profissional dos indivíduos não está em consonância com a sua evolução física, e sobretudo mental ao longo da vida. Enquanto o ser humano sofre profundas transformações, a sua atividade profissional é encarada como imutável, fazendo-se dentro de um determinado rumo de barreiras precisas. Logo, é natural que muito provavelmente, se venha a verificar um desfasamento algures no tempo. (Rosa, 2012, p. 57)

A ideia de um indivíduo ativo no processo do seu próprio desenvolvimento tem vindo a ganhar consistência quer seja de forma direta (pelas escolhas que faz) ou indiretamente (criando ou mudando os contextos do desenvolvimento). Por outro lado a profissão serve, também, para a "construção de uma identidade social: a atividade profissional na contemporaneidade continua a ser um referencial que influi decisivamente tanto na construção de identidades, como nas formas de sociabilidade" (Daniel, Antunes & Amaral, 2015, p. 292) e é ao entrar nesta fase da vida que os idosos perdem o seu estatuto profissional e adquirem outro estatuto: o de reformado (Fernandes, 2001).

Contudo, também nem todos os reformados têm o mesmo estatuto na sociedade, uma vez que a idade social que pode ser definida "pela obtenção de hábitos e *status* social pelo indivíduo para o preenchimento de muitos papéis sociais ou expectativas em relação às pessoas de sua idade,

em sua cultura e em seu grupo social" (Schneider & Irigaray, 2008, p. 590) condiciona o próprio processo de envelhecimento, uma vez que esta idade social "é composta por atributos que caracterizam as pessoas e que variam de acordo com a cultura, o gênero, a classe social, o transcorrer das gerações e das condições de vida e de trabalho, sendo que as desigualdades destas condições levam a desigualdades no processo de envelhecer" (Schneider & Irigaray, 2008, p. 590).

Parece, assim, necessário introduzir mudanças relativamente a esta imagem estigmatizada do envelhecimento. Assim, concordo com Marques (2011) quando destaca a importância da criação do Instituto do Envelhecimento como uma arma poderosa na luta contra a discriminação, os estereótipos e o idadismo.

> Em primeiro lugar, e dadas as limitações existentes da informação disponível sobre as práticas idadistas na sociedade portuguesa, o Instituto do Envelhecimento pode ter um papel importante na promoção de estudos que investiguem com mais pormenor e rigor estas manifestações em diversas áreas. (Marques, 2011, p. 98)

A defesa do cumprimento das leis anti discriminação pela idade, a denúncia do idadismo como prática anticonstitucional e as práticas formativas anti idadismo são outras ações enunciadas pela autora. Também Oliveira, Fernandes & Carvalho (2011) salientam a importância de inverter esta situação.

> É necessário acabarmos com a ideia de que velho não serve para nada, devemos aproveitar sua experiência de vida, seus conselhos e aprendizados, devemos deixar que eles nos mostrem que são capazes e que só envelheceram como todos nós vamos um dia, mas ainda tem muitas metas para alcançar e sonhos para realizar. (s.p.)

O indivíduo está, assim, sujeito às representações dominantes da sociedade e é nesse enquadramento que ele pensa ou exprime os seus próprios sentimentos. As representações diferem segundo o meio social onde se vive e são construídas, podendo ser estas positivas ou negativas (Miranda et al., 1998 citado em Martins et al., 2010, p. 122). As representações sociais

> regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento. As representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupal, as ações de resistência e de mudança social. (Cabecinhas, 2004, p. 126)

Assim, pode-se afirmar que existe a necessidade de uma "recriação social" (Oliveira et al., 2011) da forma de olhar o idoso, uma nova expressão social sobre o idoso, encarando-o como um individuo "uno" no seu processo de envelhecimento com capacidades, valor e sabedoria.

> Há a urgência de levantar e compreender as múltiplas determinações que circundam a expressão social do idoso. Pois, com o crescimento das contradições sociais no mundo do capital é imprescindível que o Assistente Social esteja qualificado à altura das mais variadas demandas. Trata-se de um tema extremamente importante. Não apenas no que se refere ao conteúdo científico, como também e, principalmente, por apresentar novos olhares e perspetivas a essa questão natural humana. (Oliveira et al., 2011, s.p.)

Aliás, o contributo positivo dos idosos não é apanágio das sociedades pós-modernas. "Nas sociedades que antecedem a emergência do Capitalismo é possível observar a importância que era dada às pessoas mais velhas. Pois em torno delas, centralizavam-se as decisões, as lideranças, o aconselhamento mediante a grande experiência de vida" (Oliveira et al., 2011, s.p.). Contudo, sabe-se que nas sociedades capitalistas é através do trabalho e do papel desempenhado na construção da sociedade que homens e mulheres se tornam sujeitos sociais (Oliveira et al., 2011). Então, não sendo mais um elemento ativo na construção da sociedade em que está inserido, qual o papel dos idosos nesta sua nova fase de vida?

Concordo com a reflexão de Oliveira e colaboradores, quando afirmam que

> na sociedade capitalista o idoso é apresentado como beneficiário já que este contribuiu para o seu país e agora pode gozar de seu repouso, respaldado pelas políticas sociais que se efetivam através de serviços. Os idosos dispõem de um leque de "alternativas" dentro desses serviços, na sua maioria estatais, que estão caracterizados em várias atividades, que são identificadas no âmbito do discurso da universalidade de direitos. (2011, s.p.)

Mais, os investigadores falam de uma transfiguração dos direitos do idoso em benefícios, ou seja, o cidadão que enquanto foi ativo tinha direitos e que quando chega à velhice passa a ter benefícios.

> O que vemos na realidade do sistema capitalista é, nada mais, nada menos, uma transfiguração de direitos em benefícios que são massificados e absorvidos como tal pelos idosos e sociedade em geral. Onde o Estado cria respostas mínimas, possibilitando, ilusoriamente, que o idoso se identifique como integrante dessa sociedade. Fazendo com que ele se perceba como um ator social que não atua mais,

> mas que já atuou e "merece" ser recompensado por isso. Buscando, por meio de tais políticas preservar a hegemonia dominante. (Oliveira et al., 2011, s.p.)

Mas esta injustiça poderá começar na esfera familiar com "os novos papéis" adquiridos pelo cidadão na sua qualidade de reformado (Oliveira et al., 2011). De facto, de um dia para o outro o idoso é chamado a desempenhar funções e adquirindo estatutos que, até então, não lhe eram comuns.

> O envelhecer dentro do contexto familiar denota várias consequências que resultam do processo de saída do mercado de trabalho, o idoso passa a ser um (co) partícipe da renda familiar. Assumindo um novo papel, não mais como protagonista, mas como coadjuvante no dia-a-dia da família. (Oliveira et al., 2011, s.p.)

Acerca deste novo estatuto, Martins e Rodrigues (2005) apontam a realidade do desemprego que leva famílias inteiras a viverem dependentes da reforma de um idoso, o único detentor de algum tipo de receita.

2.4 Desafios de uma sociedade em envelhecimento

De facto, o envelhecimento da população, que se assiste a nível global, é um desafio com o qual a humanidade nunca se confrontou. Desta forma, perante este fenómeno demográfico a sociedade tem necessidade de se reestruturar e definir políticas de intervenção e programas à escala global. Assim, desde o final do século XX e início do século XXI assistiu-se a várias tentativas de encontrar consenso à escala global em termos de políticas relativas ao envelhecimento (por exemplo: Nações Unidas – Viena Internacional Plan for Action on Aging - 1952; Nações Unidas – Madrid Internacional Plano for Action on Aging – 2002). O envelhecimento ativo tem sido promovido nas discussões internacionais desde 1997, numa reunião do G8 em Denver quando o Japão colocou nas agendas as políticas globais (Takamura, 2007). Foi definido, ainda em 2002, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como "o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem" (OMS, 2002, p. 12). De igual forma o já referido relatório da Comissão Europeia (2009) sustenta que

> o envelhecimento ativo constitui, por si só, uma abordagem abrangente e sustentável que deve empregar uma variedade de ferramentas além das políticas da reforma. Com o objectivo de poderem considerar a hipótese de trabalhar mais, as pessoas não devem ser confrontadas com práticas discriminatórias, elas devem estar preparadas para atualizar e aproveitar ao máximo as competências que adquiriram com a experiência e ter acesso a

> planos de reforma mais flexíveis, devendo gozar não só de boa saúde física e mental, mas também ter boas perspectivas de permanecer assim por mais tempo. (Comissão Europeia, 2009, s.p.)

O relatório da Comissão Europeia intitulado *The demographic future of Europe – from chaleenge to opportunity* (2006, s. p.) enuncia os desafios deste fenómeno e as suas implicações em termos económicos, sociais e de saúde.

> O envelhecimento demográfico, ou seja, o aumento da percentagem de pessoas idosas é, acima de tudo, o resultado de um importante progresso econômico, social e médico, dando aos europeus a oportunidade de viver uma vida longa em conforto e segurança sem precedentes em nossa história. No entanto, tal como foi sublinhado pelos Chefes de Estado e de Governo na cimeira informal de Hampton Court em Outubro de 2005, este é também um dos principais desafios que a União Europeia terá de enfrentar nos próximos tempos.

Mais recentemente, as decisões tomadas pelos países que participaram na Assembleia Municipal sobre o Envelhecimento (AME) sob o tema "Sociedades para Todas as Idades" que decorreu em Madrid, em 2012, aceitaram o compromisso de facilitar aos idosos acesso universal e igualitário aos cuidados de saúde, promovendo a capacitação e a independência dos idosos a sua plena participação na sociedade, reconhecendo-lhes um importante papel no desenvolvimento social. "Reconhecemos a contribuição dos idosos ao desenvolvimento no desempenho de seu papel como guardiões" (Carneiro et al., 2012, pp. 14-15). Na mesma Assembleia foi também definido o Plano de Ação Internacional do Envelhecimento que prevê três pontos principais:

> os idosos e o processo de desenvolvimento; a promoção da saúde, do apoio social e do bem-estar para todo o ciclo da vida; a criação de contextos propícios e favoráveis que promovam políticas orientadas para a família; e a comunidade como base para um envelhecimento seguro. (Carneiro et al., 2012, p. 15)

A diversificação dos idosos e a pluralidade dos vários estilos de vida, diferentes necessidades e distintos processos de envelhecimento são fatores que encontraram eco na Assembleia, referindo a importância de se desenvolver políticas nesse sentido (Carneiro et al., 2012). O envelhecimento da população é, assim, um fenómeno social que preocupa cada vez mais os governantes europeus, desde logo pelas consequências expectáveis na economia, na segurança social e ao nível do sistema de saúde.

> A UE passará de uma situação em que tinha 4 pessoas em idade ativa por cada pessoa com idade acima dos 65 anos para um rácio de apenas duas pessoas em idade ativa para cada uma acima dos 65 anos. O decréscimo da força de trabalho

> representará também uma diminuição do crescimento económico potencial, ao mesmo tempo que aumentará, com base nas atuais políticas, a despesa relativa aos sistemas de pensões, saúde e cuidados a longo prazo. (Carneiro et al., 2012, p. 17)

Os autores referiam-se, assim, à pressão que o envelhecimento produzirá em várias áreas da vida pública. "O envelhecimento constituirá uma pressão substancial nas finanças públicas, nos sistemas de segurança social, nos mercados de trabalho e em várias outras áreas de política pública" (Carneiro et al., 2012, p. 17). Segundo o Plano de Ação Internacional do Envelhecimento as preocupações decorrentes do aumento do número de idosos não são meramente económicas, existem outros fatores que podem constituir um entrave a um envelhecimento ativo digno e dignificante agindo como agentes bloqueadores a possíveis mudanças culturais e políticas, tais como as perceções de o idoso constituir um fardo para a sociedade, a glorificação da juventude e o desinteresse pela sabedoria e a experiência dos mais velhos. O Plano alerta contudo que, "recusar os contributos dos muitos idosos, a todos os níveis, constitui um erro extravagante e de custo social, económico e financeiro elevado, num período de crise e num contexto europeu muito difícil, senão imprevisível" (Carneiro et al., 2012, p. 18).

Também a nível nacional tem havido uma preocupação crescente relativa às consequências do envelhecimento. A responsabilização do governo para dar respostas a esta problemática tem vindo a acontecer há já alguns anos.

> Além de procurar garantir a segurança económica, a formação e a informação das pessoas idosas, o Estado deverá promover todas as ações que facilitem o associativismo dos idosos, na decisão, organização e gestão de programas que a eles respeitam, como forma de evitar superar o seu isolamento ou marginalização social, pela realização de "formas de realização pessoal através da participação ativa na vida da comunidade", Constituição da República Portuguesa, 1976, artº 72, 7. (Paul, 1997, p. 23)

É que, efetivamente, à questão quantitativa do envelhecimento demográfico junta-se outra à qual é necessário dar resposta, a questão do idoso como indivíduo e não apenas como um número, já que "no quadro de certas sociedades atuais, onde se inclui a portuguesa, a velhice tem uma identidade própria, com contornos nítidos e autónomos em relação ao indivíduo" (Rosa, 1993, p. 8). Mas, de facto, o aumento do número de pessoas da terceira e quarta idade (acima dos 80 anos) reflete-se no estado providência, obrigando a uma gestão da "terceira idade".

> Os modelos de Gestão da "3ª Idade" constituem um problema cada vez mais crucial, uma vez que, cada vez mais precocemente se percorre a trajetória da velhice.

> Importa, como tal, contrariar quaisquer tentativas de ocultação e redução funcionalista a uma questão biologizante e/ou "etária", localizando as contradições que encerram no paradigma neoclássico em que abunda uma produção de poderes ordenadores de modos de vida que não poderão deixar de suscitar curiosidade "cientifica" quanto às tensões por si produzidas ou às distorções sociais a que esses modelos sujeitam a vida administrativa dos indivíduos. (Santos & Encarnação, 1997, p. 19)

Num mundo em crescimento, onde a humanidade já alcançou a fasquia dos sete biliões de pessoas e no qual a esperança de vida à nascença é cada vez maior, o número de reformados aumentou de forma evidente, colocando em causa todo o sistema que assenta nas bases da solidariedade intergeracional. Podemos passar quase tantos anos reformados como no ativo e esta é uma preocupação que parece não encontrar uma resposta eficaz, ou que pelo menos não suscite polémica. A perenidade do sistema da Segurança Social tem sido, desde há já vários anos, uma preocupação crescente dos políticos, economistas, profissionais da área social e investigadores. Esta problemática, a par de uma viagem aos inícios do Estado Providência e uma reflexão acerca da perenidade deste sistema é amplamente focada por Mendes (2011). O autor começa por lembrar os primórdios de sistemas de proteção tal como misericórdias, montepios, caixas de reforma, apólices de seguros, associações de socorros mútuos, entre outros, até ao conceito de segurança social tal como o conhecemos hoje, que surgiu nos Estados Unidos da América, no seguimento da grave crise económica de 1930. Um aspeto relacionado com a incerteza na terceira idade e apontada pelo autor é a ameaça à empregabilidade a partir de certas idades. "Sendo uma realização histórica, a perenidade da segurança social não está nem pode estar inscrita nas estrelas. Resulta da vontade expressa das nações, estando sujeita aos limites das respetivas economias" (Mendes, 2011, p. 14). O autor desenvolve a ideia de que o aumento da demografia poderá constituir a principal ameaça ao sistema da segurança social[1]. O significado de solidariedade intergeracional vai ganhando força no seu discurso, assim como o conceito de "cidadania social", reconhecendo direitos de assistência aos indivíduos mais desfavorecidos ou em risco social. O autor defende um olhar longitudinal na perspetiva da justiça

[1] Impõe-se aqui uma retrospetiva do que é o Estado Social. Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 e em obediência a novos princípios de política social substitui-se os sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social o qual estabelece no artigo 63º a universalidade do direito à Segurança Social. Este sistema protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, desemprego e outra situação de falta ou diminuição dos meios de subsistência. Atualmente vigora a lei nº 4/2007. Tem como objetivos garantir a concretização do direito à segurança social; promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o respetivo reforço da respetiva equidade; promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

entre gerações, baseada na transferência intergeracional, de umas gerações para outras, tais como os legados que passam de pais para filhos. A problematização dos riscos associados à longevidade e as consequências introduzidas na atividade económica são também amplamente discutidas, na medida em que

> com as reformas dos sistemas de pensões das duas últimas décadas, os respetivos benefícios passaram a ser ajustáveis no sentido inverso à evolução da esperança de vida. As pensões podem, assim, vir a revelar-se insuficientes para garantir vida condigna ao beneficiário que enfrenta os novos riscos da longevidade. (Mendes, 2011, p. 93)

A incerteza da velhice a várias medidas, nomeadamente face à própria incerteza da continuidade das pensões é preconizada pelo autor, assim como o impacto da saída da atividade e da duração de vida assegurada pelos avanços da medicina. Mas o autor descreve outra grande problemática da longevidade: a necessidade de medidas de empregabilidade dos mais idosos de forma a estancar a saída do ativo destes cidadãos (Mendes, 2011). A grande questão da própria sustentabilidade da segurança social é um tema amplamente abordado pelo autor. Apesar do muito que ainda há a fazer, destaca-se a evolução do estado Social desde os anos 90, altura em que "era iniludível a necessidade de reformar a segurança social, apesar dos seus menos de vinte anos de existência" (Mendes, 2011, s.p.). Já então a problemática dos custos com as pensões desencadeada pelo fenómeno do envelhecimento da população se impunha (Mendes, 2011). O autor refere o "Livro Branco" da Segurança Social, documento criado pelo Governo da época precisamente para diagnosticar os grandes problemas que se deparavam à Segurança Social. Contudo, em jeito de conclusão o autor salienta que "a necessidade de proteção pública contra estes riscos de longevidade continuará a manifestar-se de forma intensa" (Mendes, 2011, p. 127).

O envelhecimento e a solidariedade intergeracional foram, também, o mote para a realização do seminário "Solidariedade entre Gerações" (2012) que decorreu na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo. Eduardo Martinho, presidente do Instituto da Segurança Social, na época, questionou sobre qual seria o papel do Estado. Para aquele responsável, de facto, só o conhecimento científico e os técnicos especializados poderão solucionar os vários problemas que surgem no dia-a-dia. A propósito do tema, lembrou que o ano de 2012 foi o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo, e lançou a questão das políticas sociais para a terceira idade: "o que quer dizer idoso? E quem é idoso, de facto?". Segundo Martinho, a palavra perde todo o seu significado e prejudica toda a definição das políticas.

Para Martinho (2012) as políticas sociais devem estar centradas na questão do cidadão. A Segurança Social assenta em dois pontos concretos: situação contributiva e na situação não contributiva. A forma como olhamos para estes domínios tem de ser diferente da maneira como encaramos a cobrança de impostos. Há aqui uma atenção na proteção das pessoas. Eduardo Martinho (2011) considerou, ainda, que, se o momento é de crise profunda para uns, é de grandes oportunidades para outros.

Tal como reflete Mendes (2011) acerca do caráter vinculativo da Segurança Social sobre os membros ativos da sociedade como financiadores do sistema através das suas contribuições, também Eduardo Martinho (2012) salientou a necessidade de salvaguardar que a estratégia sobre o sistema não se contamine com a crise. De facto, adiantou que "temos assistido a mudanças significativas, como por exemplo o aumento da idade da reforma". Segundo Martinho (2012) há uma série de aspetos que são, de facto, direitos dos cidadãos e devem ser apoiados pelo Estado, mas depois há uma série de questões cuja resposta é ambígua: quais os direitos que devem ser assegurados pelos cidadãos? Considerou, ainda, que "andamos a confundir sustentabilidade com sobrevivência" (Martinho, 2012).

Podemos, então, concluir que o Estado Social somos todos nós, independentemente da nossa atividade. Desta forma há uma responsabilização de todos nós pelo sistema social. Caeiro (2008) salienta que

> o Estado Providência, nos contornos em que hoje o conhecemos, surge com alguma nitidez nos finais da I Guerra Mundial, como forma de superação das desigualdades sociais provocadas pelo Estado liberal, baseando então as suas premissas principais na questão da igualdade, determinante do conceito de justiça social. (p. 211)

Esta parece ser a grande responsabilidade do Estado Providência. O conceito de igualdade e a capacidade do Estado de intervenção ao nível da distribuição da riqueza fica muito aquém dos objetivos traçados. Sabe-se hoje claramente e os números não enganam que os mais desfavorecidos socialmente continuam a ser os pobres, os idosos e os cidadãos com deficiência. Sabe-se, também, que mesmo com a intervenção das várias respostas sociais como lares de idosos, centros de dia, unidades de cuidados intensivos, entre outras, não são suficientes e muitas não dão uma resposta eficaz aos problemas. Caeiro recorda, ainda, uma das caraterísticas do Estado Providência, o *welfare state* que "resulta do ponto de vista económico, do crescimento económico europeu, do pleno emprego e da redistribuição do rendimento" (Caeiro, 2008, p. 224). Estes são, aliás, os grandes problemas com que se debate o modelo de segurança social português, sendo a questão da sustentabilidade social uma questão

amplamente debatida há já várias décadas, como salienta Carvalho, "a necessidade de mudança nos sistemas de proteção social, em virtude de vários fatores, dos quais se destaca a redução drástica da despesa pública, pressionou os governos a efetivarem as reformas que há muito deveriam ter sido concretizadas (Carvalho, 2007, p. 3).

Integrado no II ciclo de Seminários Gerontologia Social Aplicada - Envelhecimento Ativo & Vínculos Multigeracionais (2012), promovidos pela Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, sob a temática "Intervenção Social e Envelhecimento Ativo", Hermano Carmo (2008) destacou três eixos problemáticos do envelhecimento como questão social: 1) representações menos corretas sobre o idoso, que é visto como um consumidor líquido de recursos, o que considerou falso porque os idosos podem incentivar a economia, basta para tal que necessitem de recursos; 2) práticas incorretas sobre os idosos resultantes da discriminação; e 3) práticas incorretas do idoso, resultantes de comportamento de risco (sedentarismo, má nutrição, entre outros). Considerou que as ações mais adequadas passam pela autonomização dos idosos, considerando-os como cidadãos-parceiros e apostar na solidariedade intergeracional.

Este foi o mote para a intervenção de António Manuel Fonseca (2012) que sob a temática "Reforma e Envelhecimento Ativo" alertou para "a lógica do sistema de pensões de reforma tem subjacente uma mediação anónima entre gerações, um contrato social baseado na solidariedade entre gerações". Ainda assim, o autor ressalva que "a realidade demográfica e a emergência de formas de discriminação idadistas tendem a colocar em causa a lógica subjacente à solidariedade entre gerações" (Fonseca, 2012). O investigador destacou que é necessário criar uma nova idade social liberta de categorias pré-estabelecidas.

De facto, o aumento da esperança de vida conjugada com a diminuição da natalidade preconiza uma sociedade cada vez mais envelhecida, com cada vez menos pessoas no ativo e cada vez mais beneficiários quer das reformas quer dos apoios sociais. E, se tivermos em conta que com o avanço da medicina poderemos, efetivamente, passar mais tempo da nossa vida como beneficiários do que como trabalhadores a colaborar com as nossas contribuições para a "máquina" económica, facilmente concluímos que, do ponto de vista da sustentabilidade da segurança social estamos perante um problema que requer uma solução a breve prazo, antes da inevitável rutura do sistema. A solução poderá passar, por exemplo, pelo aumento constante da idade da reforma, situação já anunciada pelos nossos governantes e que tanta discussão tem suscitado na sociedade.

Capítulo III – Média: teorias e reflexões

3.1 A importância dos média no pós-modernismo

Apesar dos efeitos devastadores potenciados pela Segunda Guerra Mundial a reconstrução da vida económica foi um processo rapidamente iniciado.

> No entanto, na resolução dos problemas dos tratados de paz, das dívidas e reparações, as potências vencedoras procederam com maior prudência e generosidade do que em 1919. (...) A expansão económica mundial e, principalmente na Europa, a partir de 1950, assentou no crescimento da indústria. (Prada, 1966, s.p.)

Estava em curso uma profunda transformação social, uma sociedade perplexa com a capacidade de destruição das armas nucleares, fruto da evolução de uma ciência moderna, crítica dos padrões éticos e estéticos que vigoravam no século passado, uma sociedade ávida de informação. Um movimento que vai além de uma filosofia social, podendo-se afirmar, antes, um paradigma sociocultural que reivindica novos caminhos para a humanidade, nos avanços da ciência e conquista do espaço extraterrestre, na evolução da biologia molecular com a descoberta do ADN, na filosofia, nas artes e na política. Alvin Tofler (1980) chamou-lhe a terceira vaga ou a terceira grande mudança que a espécie humana enfrentou. A primeira vaga foi a revolução agrária, a segunda vaga foi a revolução industrial e, por fim, a terceira vaga que traz implícito um novo código de comportamento.

> Esta nova civilização, ao desafiar a antiga, derrubará burocracias, reduzirá o papel do estado-nação e originará economias semiautónomas num mundo pós-imperialistas. (...) É uma civilização com a sua própria e característica perspetiva do mundo, com as suas maneiras próprias de lidar com o tempo, o espaço, a lógica e a causalidade. (Tofler, 1980, p. 15)

Em consonância com o pensamento pós-moderno, a forma de pensar o conhecimento não pode continuar a seguir uma lógica mecanicista e determinista. As repercussões da globalização sobre as maneiras de se pensar e sentir, viver e agir no mundo, afetam as conceções filosóficas sobre a realidade. A abertura de novos espaços territoriais sem fronteiras, os mercados comuns, as moedas transnacionais, etc., são desafios para a mente humana, que não podem coexistir com conhecimentos divididos, hierarquizados, sistematizados. Muitos autores tentaram definir o pós-modernismo, como enuncia Siqueira (2005, p. 30):

> vários estudiosos da sociedade-cultura pós-moderna (entre eles Frederic Jameson, David Harvey, Mike Featherstone, Laslie Sklair, Zygmunt Bauman e Jean Baudrillard),

> destacam que a característica da mesma é, antes de tudo, a de ser uma sociedade-cultura de consumo, que reduz o indivíduo à condição de consumidor como consequência da automatização do sistema de produção.

Contudo, o pós-modernismo não é de fácil definição. Para Diogo,

> é difícil apreciar a pós-modernidade como problema teórico: aparece e desaparece geralmente na bruma de comentários, muitas vezes brilhantes acerca de autores como Nietzshe e Heidegger (Vatimmo, por exemplo) ou de estratégias de leitura atribuídas a Deleuze e Derrida ('o pós-modernismo pós- estruturalista') (Diogo, 1993, p. 8)

Para Almeida não interessa tanto a definição de um fenómeno relativamente recente e que pode ser analisado de várias formas mas, antes a sua essência, "o que se poderia afirmar, contudo, é que a Pós-Modernidade é uma nova modalidade de pensar e de viver" (Almeida, 2010, p. 5). O autor sintetiza uma possível definição recorrendo à importância dos média: "a sociedade pós-moderna, pois, constitui-se como uma sociedade da comunicação globalizada, a sociedade dos mass media" (Almeida, 2010, p. 7).

De facto, da chamada Escola Filosófica de Frankfurt, representada por Horkheimer, entre outros, surge a Teoria Crítica que pretende analisar a vida dos seres humanos em comunidade articulando as várias áreas do saber, promovendo a interdisciplinaridade e levantando questões acerca da cultura de massas, sociedade de consumo, os média e a proliferação de signos. Também em França, pensadores como Baudrillard e Lyotard procuram refletir acerca da condição pós-moderna. Em *A Sociedade de Consumo,* Baudrillard (1981) faz uma profunda reflexão acerca do modelo capitalista e do apelo ao consumo. Apesar de não entrar em contradição aberta com o pensamento de Galbraith (1958/1976), o autor afirma que se concorda com a posição relativamente à liberdade de escolha do indivíduo – porque de facto ele é soberano em última estância – já a sua alienação ao consumo é utópica. O pensador francês Baudrillard, em *O sistema dos objetos* (2006), ao tratar os objetos como instrumentos e signos, desenvolve os conceitos de arranjo e de ambiência que culminam no conceito de funcionalidade. Para outros autores, esta alienação do consumidor em relação ao objeto não é possível. De facto, acreditam que estamos perante uma sociedade tecnológica, onde os objetos adquirem dois conceitos, a complexidade funcional, ligada às necessidades dos indivíduos, ao mundo do mercado, onde o uso dos objetos é determinante, ou seja ao seu *repertório de funções*, e a complexidade estrutural, que está ligada à variedade de elementos desse repertório, dado que "complexidade funcional e complexidade estrutural são portanto, as dimensões essenciais do mundo de objetos ou organismos e permitem traçar um mapa do mundo de objetos" (Moles et

al., 1973, p. 8). A perspetiva de Moles e dos seus colaboradores, na sua interpretação do triunfo do signo, parece-me também pertinente e interessante, ao referir que

> a sociedade-cultura de consumo pós-moderna está associada à complexidade humana, ou seja, envolve seus valores, desejos, hábitos, gostos e necessidades numa escala extremamente intensificada. No contexto pós-moderno, a estetização da vida cotidiana e o triunfo do signo retratam a subordinação da produção ao consumo sob a forma de marketing, com uma ascensão cada vez maior do conceito de produto, do design e da publicidade. (1973, p. 20)

Vive-se, assim, num mundo simbólico. Estas grandes transformações estendem-se a todas as áreas da vida social. Também Guedes (2007) fala destas mudanças que se estendem às diferentes formas de saber, até às novas tecnologias de informação, incluindo o próprio jornalismo.

> Ora, a pós-modernidade representa uma época de profundas mudanças no universo social, que se estende desde as transmutações tecnológicas e fragmentação dos sujeitos até o convívio entre diferentes formas de saber, como a literatura, a poesia, a filosofia, a ciência, a religião e, por que não dizer, o saber das novas tecnologias da informação, disto fazendo parte o próprio jornalismo: uma forma de saber cotidiano indissociável das sociedades contemporâneas. (Guedes, 2007, p. 4)

A importância dos meios de comunicação torna-se indiscutível.

McQuail (2003) reconhece três ideias centrais para definir a importância dos meios de comunicação de massa para a sociedade nas primeiras décadas do século XX, que passam pelo poder, integração ou desintegração e esclarecimento ou o oposto. Em relação ao conceito de poder, Alves (2015) destaca a propaganda militar da imprensa, da rádio, do cinema e dos jornais durante as duas guerras mundiais. No que diz respeito à capacidade de integração ou desintegração o autor refere o papel dos meios de comunicação de massa nas grandes revoluções industriais, a evolução do capitalismo e o aumento da classe operária. Relativamente à capacidade de esclarecimento ou o oposto, esta ideia reflete-se na forma como os meios de comunicação informam e esclarecem as sociedades, assim como contribuem para a formação de comportamentos e opiniões através da disseminação de ideologias (Alves, 2015). Neste contexto, a informação e a informática vão ganhando cada vez mais importância nesta denominada sociedade do conhecimento (Lyotard, 2003). Com este desenvolvimento surge a expressão "novos média" que começou na década de sessenta do século passado com duas inovações essenciais, a comunicação por satélite e o aproveitamento dos computadores

(McQuail, 2003). "A chave do imenso poder do computador como máquina de comunicação está no processo de digitalização que permite à informação de todos os tipos e em todos os formatos ser tratada com a mesma eficácia e também ser misturada" (McQuail, 2003, p. 29). Com o surgimento da internet, na mesma altura, introduziram-se mudanças nos processos comunicacionais, pelo que "podemos já concluir que a revolução das comunicações mudou o 'equilíbrio do poder', dos *media* para as audiências, na medida em que existem mais opções de escolha e usos mais ativos dos *media* disponíveis" (McQuail, 2003, p. 29). Estas mudanças comunicacionais assentam sobretudo num modelo de comunicação bidirecional e interactivo.

> Porém, enquanto inicialmente a principal característica dos meios de comunicação de massa assentasse no envio de informação a partir de um emissor para muitos recetores, esse modelo foi-se alterando progressivamente até aos nossos dias. Com o surgimento da tecnologia em rede, nomeadamente da Internet, os meios de comunicação de massa passaram a ser não somente emissores, mas também recetores de informação - a comunicação que anteriormente era transmitida de uma forma unidirecional, passou a ser emitida de forma bidirecional e interativa. (Alves, 2015, p. 86)

3.2 Os principais modelos de comunicação e jornalismo

Desde o início dos anos 60 do século passado o pensador Moscovici (1976, 1984) interessou-se por temas como a produção de conhecimento, a definição de sociedade e a discussão em torno das representações sociais. O autor tentou perceber não só o processo de produção de conhecimento, mas também analisar o seu impacto nas práticas sociais e vice-versa. Ele foi, aliás, o responsável pela introdução do termo *representações sociais,* na psicologia social.

A importância desta teoria para a compreensão do mundo contemporâneo fica bem demonstrada nesta dualidade constante: "para Serge Moscovici, não só as nossas imagens do mundo social são um reflexo dos eventos do mundo social, mas os próprios eventos do mundo social podem ser reflexos e produtos de nossas imagens de mundo social" (Sêga, 2000, p. 132). Partindo desta teoria e sendo o envelhecimento um facto social de inegável importância de que forma será este fenómeno tratado pelos média? Na tentativa de compreender a forma como se constroem os discursos jornalísticos sobre o tema em questão e, como este se trata de um capítulo sobre os média parece-me pertinente incluir uma reflexão acerca das mais importantes teorias de comunicação e jornalismo. Comecemos pela questão: afinal o que é a comunicação?

A visão de Fiske (1990, p. 13) quando refere que a "comunicação é uma daquelas atividades humanas que todos reconhecem, mas que poucos sabem definir satisfatoriamente", parece-me

bastante interessante. De facto, do falar à escrita, passando pelo vestuário, pela simples simbologia dos semáforos de trânsito até à mais elaborada crítica literária, seguramente tudo isto é comunicar. Perante tão vasta área de estudo, várias teorias foram surgindo no mundo académico cada uma defendendo diferentes abordagens disciplinares (Fiske, 1990).

Aceito que existem duas principais grandes escolas no estudo da comunicação. A primeira encara a comunicação como sendo uma transmissão de mensagens e a segunda vê a comunicação como uma produção e troca de significados (Fiske, 1990). A primeira estuda o processo como os emissores e recetores codificam e descodificam uma mensagem, assim como os transmissores usam os canais e os meios de comunicação. "Estuda assuntos como a eficácia e a exatidão. Vê a comunicação como um processo pelo qual uma pessoa afeta o comportamento ou o estado de espírito de outra" (Fiske, 1990, p. 14). A esta escola pode-se chamar processual. Por outro lado, a segunda escola estuda a forma como as mensagens interagem com as pessoas de forma a produzir significados, usando termos como a significação, sendo o seu principal método de estudo a semiótica, a ciência dos signos e dos significados. A segunda escola de comunicação é, portanto, a semiótica. Os códigos são comuns às duas escolas, no entanto "a escola processual vê-os como meios para codificar e descodificar, enquanto a semiótica os considera como sistemas de significação" (Fiske, 1990, p. 17).

O modelo de Newcomb (1953) deixa a era dos modelos de comunicação lineares para trás. É um modelo triangular "contudo o seu principal interesse reside no facto de ser o primeiro dos nossos modelos a introduzir o papel da comunicação numa sociedade, ou numa relação social" (Fiske, 1990, p. 51). É um modelo assente no entendimento de que as pessoas precisam de informação, ou seja esta deixa de ser apenas um direito para passar a ser, também, uma necessidade. Westley e Maclean (1957 citado em Fiske, 1990) fizeram duas alterações fundamentais: introduziram um elemento novo, a função editorial-comunicativa, ou seja quem decide o que se comunica e, por outro lado, alargaram o modelo inicial ao meio ambiente social.

> A sociedade de massas em que vivemos alargou inevitavelmente o meio ambiente social relativamente ao qual temos que nos orientar. Portanto, a necessidade de informação e de orientação de B aumentou, mas os meios para satisfazer essa necessidade foram restringidos. Os mass media são os únicos meios disponíveis. (Fiske, 1990, p. 54)

Este é um modelo que preconiza uma dependência dos média.

Jakobson (1960) desenvolve um modelo com semelhanças quer aos modelos lineares quer aos triangulares. No entanto a sua grande preocupação é a significação e a estrutura interna da

mensagem (Fiske, 1990). Estamos perante um modelo duplo. O seu modelo assenta nos fatores constitutivos de um ato de comunicação: destinador, mensagem, destinatário, contexto, contacto e código. Cada um destes fatores determina uma função diferente da linguagem: função emotiva (comunica emoções e atitudes), função conativa (efeito da mensagem no destinatário), função referencial (objetiva, factual), função fática (manter a relação entre o destinador e o destinatário), função metalinguística (identificação do código que está a ser usado) e função poética. Esta última consiste na relação da mensagem consigo própria (Fiske, 1990).

Para Fiske (1990, p. 58), apesar de existirem muitos outros modelos, estes são aqueles que "ilustram a natureza e a intenção da modelização". No entanto, outros modelos têm sido propostos, como é o exemplo do modelo intitulado *Multi-Step Flow of Comunication* ou "modelo de comunicação em etapas múltiplas" pela mão de Shramm que sublinha a complexa rede de relações sociais que interferem no processo de comunicação, na qual por vezes os líderes de opinião fazem o papel de *gatekeepers* ou de líderes de opinião que influenciam outros líderes de opinião (Sousa, 2003). Um outro modelo, denominado de *Palo Alto* propõe uma visão da comunicação como uma matriz para as atividades humanas (Sousa, 2003). Este modelo introduz cinco pontos considerados inovadores: a ideia que é impossível não comunicar; a existência de dois níveis de comunicação, o conteúdo ou os dados da comunicação e a relação ou os aspetos que permitem a interpretação da mesma; a pontuação de sequência ou o facto de a mensagem depender de uma organização interna; a comunicação pode ser digital se entendermos que a comunicação se processa de forma descontínua, ou analógica se entendermos que os sinais são contínuos. Por último, este modelo aponta a interação entre os participantes (Santos, 2003). A ideia de um recetor ativo no processo de comunicação ganha, assim, cada vez mais força.

De facto, o modelo de Maletzke (1976), que não se baseia nos processos semióticos, assenta em ideias que se baseiam no papel do recetor, a reação que a mensagem provoca nele, o facto da forma como a mensagem lhe chega poder ser afetada pelos meios tecnológicos utilizados nos meios de comunicação. Ganha também destaque o papel ativo do recetor na perceção e seleção das mensagens, e a forma como se relaciona socialmente: "portanto, os efeitos dos meios e das mensagens dependem, em grande parte, do recetor, indivíduo dotado de uma determinada personalidade e inteligência, com determinados interesses, opiniões, atitudes e valores" (Sousa, 2003, p. 27). Verifica-se, portanto, que no processo de comunicação existem modelos lineares e modelos circulares. Verificamos que os modelos lineares preconizam uma dependência do

recetor aos média, ou seja, toda a responsabilidade da comunicação é atribuída ao emissor. No que diz respeito aos modelos circulares, o processo de comunicação deixa de estar limitado ao emissor e passa a contemplar o *feedback*, o recetor torna-se um elemento ativo e determinante de todo o processo comunicativo.

Debrucemo-nos agora sobre o processo de jornalismo que é a atividade informativa, realizada periodicamente e difundida através dos meios de comunicação de massas (imprensa, rádio, televisão, imprensa *online*), principalmente sobre o jornalismo impresso que é o foco central desta tese. Para Correia,

> o jornalismo é apenas uma vertente de um mundo da comunicação social cada vez mais dependente da lógica do mercado, e nem os jornalistas são deixados pacificamente entregues às suas notícias nem são eles os únicos protagonistas que intervêm no campo mediático. (Correia, 1997, p. 17)

Numa tentativa de definir a atividade jornalística diz Sousa que "não é fácil definir o que é o jornalismo. Na sua essência, corresponde, dominantemente, à atividade de divulgação mediada, periódica, organizada e hierarquizada de informações com interesse para o público" (Sousa, 2003, p. 53). Já Fernandes diz que "o jornalismo não deve ser apenas uma atividade comercial, ou um diletantismo intelectual, deve antes possuir aquela dose indispensável de virtudes sociais que lhe permitem ter, na sociedade, um papel simultaneamente crítico e construtivo" (Fernandes, 2001, p. 47). Guedes (2007, p. 8) sublinha as alterações sofridas, a partir das últimas décadas do século XX, pelo jornalismo: "com o crescimento da imprensa capitalista, a informação jornalística passa por significativas modificações, tanto no conteúdo quanto na forma dos bens simbólicos". No mesmo sentido Trigo considera que "os jornais impressos abandonavam a linguagem reflexiva, densa, e passaram a trabalhar com a informação mais próxima do entretenimento" (2013, p. 3). Acerca das várias mudanças ocorridas, Sousa destaca que

> seja como for, o jornalismo é uma poderosa e complexa estratégia de comunicação social. É tão poderoso que se pode equiparar aos poderes Executivo, Legislativo e Judicial, sendo frequentemente apelidado de Quarto Poder. Outros, ainda, apelidaram-no de contrapoder, pois o jornalismo é um contraponto aos restantes poderes. (Sousa, 2003, p. 53)

O primeiro modelo de jornalismo que surge é o Modelo Autoritário que esteve em vigor em Portugal até ao 25 de Abril de 1974 (Sousa, 2003). Neste tipo de modelo de jornalismo não existe liberdade de imprensa e a censura aos órgãos de comunicação é uma constante. As revoluções francesa e americana terão estado na origem do Modelo Ocidental de Jornalismo,

que é um modelo de jornalismo vigente em países democráticos capitalistas, como é o exemplo de Portugal.

> O Modelo Ocidental de Jornalismo preconiza que a imprensa deve ser independente do estado e dos poderes, tendo o direito a reportar, comentar, interpretar e criticar as atividades dos agentes de poder, inclusivamente dos agentes institucionais, sem repressão ou ameaça de repressão. Teoricamente os jornalistas são apenas limitados pela lei (tida por justa), pela ética e pela deontologia. (Sousa, 2003, p. 66)

Há, no entanto, várias críticas a este modelo.

> As ideias de uma imprensa livre e do livre acesso à imprensa foram exportadas para todo planeta a partir do Ocidente. Porém, o fluxo livre de informação poderá ter aspetos negativos, já que se faz, predominantemente, dos países ricos (geralmente situados no hemisfério Norte) para os países pobres (geralmente situados no hemisfério Sul). (Sousa, 2003, p. 66)

Existem ainda outras críticas a este modelo. Segundo Chowsky e Herman (1988), em determinadas circunstâncias este modelo funciona como um Modelo de Propaganda, beneficiando os interesses governamentais e os grandes interesses económicos vigentes e levando à concentração da propriedade dos média por grandes grupos económicos. Para além das críticas, há quem proponha alternativas a este modelo. São exemplos o jornalismo cívico, o jornalismo comunitário e o jornalismo público, ou de cidadania, ou ainda, dos cidadãos. (Sousa, 2003). Há, ainda, outros modelos de jornalismo. O Modelo Revolucionário de Jornalismo é definido como um modelo que, na sua prática, pretende derrubar um determinado sistema político. O *Pravda* jornal anterior à revolução bolchevique, ou a imprensa dos *Partisans,* na Jugoslávia ocupada pelos Nazis, ou ainda as publicações e rádios clandestinas que lutaram pela libertação de países subjugados pelo poder colonial (Sousa, 2003). O Modelo Comunista de Jornalismo advoga que o estado domine a imprensa e, muitas vezes é o proprietário dos meios de comunicação social. Normalmente existe nos estados com uma conceção comunista (China e Vietname).

> O acesso aos *media* fica, assim restringido aos que perseguem os objetivos comunistas do estado, subordinado à ditadura do proletariado enquanto a sociedade socialista se encontra em transição para uma sociedade comunista. Existe censura, até porque se entende que a imprensa socialista deve estar ao serviço do proletariado, impedindo a contra-revolução e a tomada de poder pela burguesia. (Sousa, 2003, p. 67)

Um outro modelo de jornalismo foi praticado em países na sua maioria com passado colonial. É um modelo assente em aspetos muito distintos, no entanto com objetivos bem definidos que passa pela construção da identidade nacional e o desenvolvimento do país.

> Nos países que implementaram um Modelo de Jornalismo para o Desenvolvimento, entende-se que todos os órgãos de comunicação social devem ser usados para a construção nacional (quando os estados são multi-étnicos), para combater o analfabetismo e a pobreza e para desenvolver o país (Sousa, 2003, p. 68).

3.3 A construção dos discursos jornalísticos: principais teorias

Assim sendo, como será afetado o discurso jornalístico?

> No discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito da realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. Por isso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre mas os factos são soberanos. (Rodrigues, 1993, p. 27)

Mas até que ponto os factos são soberanos? Será a informação transmitida pelo simples facto do acontecimento? Quando é que a "estória" é ou não importante? A este propósito diz Correia que "um elemento essencial para a definição da noticiabilidade (...) são os chamados valores-notícia" (1997, p. 137) definidos por Golden e Elliot como "qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo" (Correia, 1997, p. 137). Estes valores-notícia encontram-se em todo o processo jornalístico, desde a recolha até à apresentação da informação.

> A invocação e aplicação dos valores-notícia surge quando se avalia a noticiabilidade do acontecimento, ao apreciar se as suas características o tornam ou não merecedor de ser notícia; mas prossegue em todo o restante percurso da atividade jornalística, até à apresentação e edição dos noticiários. (Correia, 1997, p. 137)

Correia enuncia quatro fatores ou critérios de noticiabilidade: um primeiro fator diz respeito à posição hierárquica dos indivíduos em causa: "um acontecimento relativo a uma personalidade (do mundo da política, do desporto, etc) tem prioridade noticiosa relativamente a um outro acontecimento, mesmo de maior relevância, ocorrido com alguém desconhecido da opinião pública" (Correia, 1997, p. 140). Um outro fator é a influência sobre o interesse nacional, acrescentando-se a este o fator proximidade. Um terceiro fator de noticiabilidade é a questão do número de indivíduos envolvidos no acontecimento: "cinco afogados num naufrágio na costa portuguesa terão maior destaque na informação nacional que o dobro ou o triplo na costa

chinesa, mas o caso já será diferente se se tratar de Macau" (Correia, 1997, p. 144). Por fim, um outro fator de noticiabilidade a ter em conta será a relevância de determinado acontecimento tendo em conta as implicações futuras. Correia (1997) dá o exemplo de um congresso científico que, devido por exemplo à posição hierárquica das figuras convidadas para a sessão inaugural, terá maior destaque na abertura do que os atos seguintes desse mesmo acontecimento.

Na década de 1970, a socióloga Gaye Tuchman desenvolveu investigações sobre a atividade jornalística tendo considerado que "cada notícia afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento das suas tarefas diárias, afeta a sua reputação perante os seus superiores, e tem influência nos lucros da organização" (Correia, 1997, p. 164). A socióloga sustentou ainda que os profissionais recorrem à objetividade como um ritual estratégico para se protegerem das críticas de dentro e fora da empresa (Tuchman, 1983). Já Traquina defende que "o objetivo declarado de qualquer órgão de informação é o de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes" (2004, p. 167). Segundo o autor este "mito" que considera o jornalista como um "comunicador desinteressado" que apenas relata sem emitir opiniões tem dois momentos históricos cruciais:

> primeiro surge em meados do século XIX com um "novo jornalismo" – o jornalismo informativo – cuja ideia-chave é a separação entre "factos" e "opiniões". (...) O segundo momento histórico tem lugar no século XX nos anos 20 e 30 nos Estados Unidos. Embora o conceito de objetividade seja hoje visto erradamente como a negação da subjetividade e um reforço da fé nos fatos, Michael Schudson explica que o ideal da objetividade não foi a expressão final de uma convicção nos fatos, mas a afirmação de um método concebido em função de um mundo no qual os fatos não eram merecedores de confiança devido ao surgimento das relações públicas e da tremenda eficácia da propaganda verificada na Primeira Guerra Mundial. (Traquina, 2004, p. 168)

Segundo Traquina (2004), a ideologia da objetividade que considera as notícias como emergindo diretamente dos factos, tornando os jornalistas como meros e fiéis transmissores dos mesmos reforça um "empirismo ingénuo" cujo conceito máximo é a teoria do "espelho" onde as notícias são vistas como sendo o reflexo da realidade. Esta é a teoria mais antiga, baseada no positivismo do filósofo francês Auguste Compte (1798-1857). De um lado estão os defensores desta teoria e de outro aqueles que encaram a notícia como a construção da realidade (Breed, 1999; Lewin, 1947; Sousa, 2003; Traquina, 2004; Vasconcelos, 2011; White, 1993). A teoria da agulha hipodérmica surge no período das duas guerras mundiais e coincide com a difusão das comunicações de massas. Pode descrever-se este modelo como sendo "uma teoria de

propaganda e sobre a propaganda, com efeito no que diz respeito ao universo dos meios de comunicação, esse é o tema central" (Wolf, 1992, p. 19).

A teoria do *Two-Step* e do *Multi-Step Flow of Comunication* assume que os média estão longe de ter um poder quase ilimitado sobre as pessoas (Sousa, 2003). Os autores Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1968) introduzem a noção de exposição seletiva, ou seja, os recetores tem tendência a ler ou a escutar pessoas com quem de antemão estão de acordo ou simpatizam. Outra ideia que persiste nesta teoria é a existência de um mediador entre o público em geral e os meios de comunicação (*two-step*), os denominados líderes de opinião. Com esta noção de mediação surge a ideia de perceção seletiva, ou a ideia que o recetor perceciona apenas o que lhe interessa. No seguimento desta linha de orientação surge o termo memorização seletiva, ou seja, o recetor não só se expõe aos conteúdos de forma seletiva, como também tende a percecionar estes conteúdos de forma distinta e a memorizar a informação com a qual mais se identifica (Sousa, 2003).

Small e Vincent (1894) e K. Bücher (1915) (citados em Traquina, 2003) estiveram por trás da figura que mais tarde daria lugar ao conceito de *gatekeeper*. Segundo a sua opinião eles consideravam o telégrafo que recebia e selecionava o material recebido pelos correspondentes dos jornais em todo o mundo como a ponte de ligação entre o jornal e o mundo.

Marocco (2004) entendia que o telegrafista está sujeito a muita pressão, nomeadamente à propaganda de guerra, aos interesses do "patrão" e na sua seleção de notícias confiava nas suas primeiras impressões, não indo além da confirmação da veracidade das mesmas. "As condições de produção das notícias não eram avaliadas. E assim, no controle do telégrafo, o editor suprimia as notícias que considerava desagradáveis dando importância às agradáveis. (Marocco, 2004, p. 76).

O termo *gatekeeper* surgiu num artigo do conhecido cientista social Kurt Lewin: "as várias secções são orientadas por regras imparciais ou *gatekeepers*. Neste caso um indíviduo ou grupo que têm o poder de decidir o que pode ou não ser publicado" (Lewin, 1947, p. 145). White, utilizando o termo introduzido por Lewin, defendeu que "a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação estava dependente do facto de certas áreas dentro dos canais funcionarem como gates" (White, 1993, p. 142). O autor acompanhou o trabalho de um jornalista ao qual chamou Mr. Gates. A sua função consistia em analisar e selecionar entre os vários despachos das agências de notícias aquelas que o "seu" jornal publicaria no dia seguinte. Depois de ter distribuído as notícias por várias categorias tentou perceber os motivos

que levariam o editor (Mr. Gates) a preferir umas em detrimento de outras, tendo concluído que "através do estudo das razões apresentadas para a rejeição de notícias das agências noticiosas, podemos verificar como a comunicação das "notícias" é subjetiva, como tem por base o conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*" (White, 1993, p. 151).

O papel de *gatekeeper* foi alargado por Warren Breed (1999) ao estudar o controlo social nas redações, analisando os mecanismos de manutenção da linha editorial e política dos jornais. Chegando, assim, à conclusão que

> o processo de aprendizagem da orientação política cristaliza-se num processo de controle social, no qual se castigam os desvios (geralmente de um modo suave) com reprimendas, cortando o artigo, recusando um comentário de modo amigável por parte de um executivo, etc. (Breed, 1999, p. 161)

Neste rumo, considera-se os média e as suas tecnologias como "os lugares por excelência condutores e provocadores da cristalização de uma sociedade marcada por relações de poder desiguais, atuando como dinamizadoras do controle social" (Brittos & Gastaldo, 2006, p. 121).

Os autores explicam como se desenvolve o processo de controlo social.

> De um lado, os meios de comunicação distribuem uma cultura (não raro já presente no mundo da vida, mas que é industrializada, o que pressupõe incorporada aos moldes capitalistas) que tende a reforçar os limites da sociedade de consumo, o que implica em condutas que atendem aos interesses do poder, já que marcadas por um controle social. De outro lado, as tecnologias midiáticas espalham-se pelos mais diversos espaços, passando a integrar a sociabilidade, vendendo posturas definidas como adequadas e confirmando lógicas que podem acabar sendo introjetadas pela subjetividade. (Brittos & Gastaldo, 2006, p. 121)

Mas até que ponto o poder dos média é legitimado pelo poder instituído? Os autores alegam que "o conjunto dos poderes pode não estar absorvido no aparelho de Estado, como efetivamente não está, mas nem por isso deixa de se relacionar com o capitalismo" (Brittos & Gastaldo, 2006, p. 122). Esta linha de pensamento remete-nos para a visão foucaltiana da questão. Apesar de Michel Foucault nunca usar a expressão "controlo social" mas sim *genealogia do poder*, as suas reflexões acerca do poder instituído, principalmente em *Vigiar e Punir* (1975) mostram claramente o poder de um Estado dominante e disciplinador e os efeitos produzidos por tais práticas.

> E, muito mais além, a partir de seus trabalhos, um olhar nuançado permitirá perceber como as práticas penais têm um alcance que ultrapassa o campo da lei e do Estado, ao

> constituírem formas de regulação dos comportamentos, de produção de conhecimento e de formas de subjetividade na modernidade. (Alvarez, 2004, p. 171)

Sublinhando esta ideia de dependência dos média, surge a hipótese do *agenda-setting* que considera que as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os média incluem ou excluem das suas notícias. A teoria do *agenda-setting* é apresentada em 1972 por MacCombs e Shaw. Esta teoria sustenta que os meios de comunicação têm o poder de agendar temas com pertinência para serem debatidos na esfera pública (Sousa, 2003). Convocando Wolf "se é certo que a imprensa pode na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar qualquer coisa" (1992, p. 128). Também Sousa (2003) sublinha este facto, assumindo que um dos pontos mais interessantes desta teoria é que pressupõe que os média influenciam não só a forma de pensar mas também sobre o que se deve pensar. Embora o *agenda-setting* seja prioritariamente apontado como um conjunto integrado de pressupostos e de estratégias de pesquisa, ele é sobretudo

> mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, suscetíveis de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos mass media, do que um modelo de pesquisa definido e estável. (Wolf, 1992, p. 128)

Atente-se, também, no facto de se falar de uma hipótese e não de uma teoria. Recorrendo a Hohfeldt, Martino e França (2001), verificamos que

> uma teoria, como enfatizei anteriormente, é um paradigma fechado, um modo acabado e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, pela qual traduzimos uma determinada realidade segundo um certo modelo. Uma hipótese, ao contrário, é um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de erro característico de uma teoria. (p. 189)

Os pressupostos de agendamento são vários: o fluxo contínuo de informação, a influência dos meios de comunicação sobre o recetor não a curto prazo mas a médio e longo prazo e os meios de comunicação que, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a determinado tema, são capaz de influenciar a médio e longo prazo sobre o que pensar e falar. Assim sendo, podemos afirmar que numa sociedade complexa como a nossa temos necessidade da mediação dos meios de comunicação social. Consoante referem Hohfeldt et al. (2001, p. 193):

> dependendo da mídia, sofremos a sua influência, não a curto prazo, mas a médio e longo prazo, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda.

Várias críticas foram feitas a esta teoria. Umas das mais conhecidas assenta na ideia que existe uma dissonância entre a agenda mediática e agenda pública, uma vez que a primeira raramente apresenta temas relevantes para a vida das pessoas (Sousa, 2003). O *newsmaking* constitui outra linha de orientação importante, sendo, contudo, mais uma teoria de jornalismo do que de comunicação (Hohfeldt et al., 2001). Esta teoria dá especial atenção à transformação dos diversos factos do quotidiano em notícia. Assim sendo, o enfoque recai no emissor, neste caso no profissional da informação, na relação entre fontes e jornalistas, assim como todo o processo da produção informacional.

> No horizonte do newsmaking se colocam dentre os vários temas possíveis, os conhecidos estudos sobre gatekeeping ou filtragem da informação, que se distingue totalmente da censura, por sua perspetiva distinta da ideologia e mais vinculada às rotinas de produção da informação, verificáveis, assim, tanto entre a mídia capitalista quanto na socialista, por exemplo. (Hohfeldt et al, 2001, p. 204)

Centrada precisamente sobre a relação entre os meios de comunicação e a esfera pública surge a proposta da Teoria da Espiral do Silêncio (1973). Avançada pela socióloga alemã Neumann, pressupõe que "as pessoas temem o isolamento, buscam a integração social e gostam de ser populares; por isso, as pessoas têm de permanecer atentas às opiniões e aos comportamentos maioritários e procuram expressar-se dentro dos parâmetros da maioria" (Sousa, 2003, p. 156). Assim, na opinião de Neumann os meios de comunicação social tendem a consagrar mais importância às opiniões dominantes em detrimento das opiniões veiculadas pelas minorias, reforçando a ideia que a opinião expressa é reflexo de uma maioria quando na verdade pode não o ser. "Pode dar-se mesmo o caso de existir uma maioria silenciosa que passe por minoria devido à ação dos meios de comunicação" (Sousa, 2003, p. 157). Desde 1968 que vinha a ser desenvolvida uma teoria que assentava essencialmente num projeto denominado "Indicadores Culturais" que pretendia analisar a forma como a televisão influencia a sociedade ou *cultiva* determinados comportamentos e atitudes (Sousa, 2003). Fala-se da teoria do cultivo ou da incubação (1968). Perspetiva a influência dos meios de comunicação social a longo prazo. Entre os efeitos a longo prazo dos meios de comunicação social encontra-se o seu papel socializador. Surge, assim, a teoria da socialização pelos média. Montero (1993) distingue três grandes linhas

de investigação neste processo de socialização: 1) os meios de comunicação como instituições-agentes de socialização, 2) os meios de comunicação como agentes de socialização política e os 3) acontecimentos críticos e processos de socialização política, onde os meios de comunicação introduzem novas formas de pensar e atuar em situações de crise e rutura. Tichenor, Donuhue e Olien (1980) propõem a teoria das diferenças de conhecimento (*knowledge gap*). Esta teoria assenta na ideia que as pessoas educacionalmente mais favorecidas têm mais capacidade de reter informação. Partindo do pressuposto que as pessoas educacionalmente mais favorecidas terão mais poder económico, poderão, assim, obter mais informação, entrando-se num círculo vicioso. Pode-se, então, afirmar que "a função informativa, comunicacional e formativa dos meios de comunicação beneficia, assim, essencialmente, as pessoas educacional e economicamente mais favorecidas" (Sousa, 2003, p. 159). No entanto, os autores consideram outros fatores para esta diferenciação social, como as características dos conteúdos informativos, o uso dado à informação e a diferença entre os média, dado que "não existe apenas um hiato de conhecimento, mas vários e de dimensão variável e variada" (Sousa, 2003, p. 160). A relação entre a manutenção do poder e a distribuição do conhecimento é a questão central desta teoria.

A teoria da dependência introduzida por Ball-Rokeach e DeFleur (1976) pressupõem que existe uma interdependência entre os meios de comunicação social e o contexto social em que estão inseridos: político, económico, religioso, etc. Uma outra versão desta teoria salienta que o grau de interdependência varia consoante os sistemas, sendo a sobrevivência e a motivação o maior motivo que leva as pessoas a dependerem dos meios de comunicação social. Assim, existe uma certa relativização dos efeitos da comunicação social consoante o momento estrutural. As teorias da construção social da realidade baseiam-se na sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (1976) e centram-se no pressuposto de que a comunicação social contribui para criar um patamar mínimo de entendimento comum entre os indivíduos de uma sociedade, ajudando na definição de comportamentos e papéis sociais. É neste contexto que surge a teoria da mediação de Altheide e Snow, em 1988, que procura explicar a ação social dos meios de comunicação social através da organização dos processos globais de comunicação em sociedade. Nas palavras de Sousa (2003) esta teoria assenta num processo multifacetado de comunicação, "pressupondo que a vida social se constitui por e através de um processo permanente e multifacetado de comunicação mas também que pessoas e grupos sociais que têm competência para codificar e descodificar os significados emergentes desse processo"

(Sousa, 2003, p. 165). Segundo esta perspetiva, a atividade jornalística e os seus enunciados não se limitam a reproduzir a realidade social mas, antes, são elementos ativos na construção da realidade social. Bourdieu (1984, p. 4) explica que "em torno de uma palavra, emerge um discurso fundamentado em pressupostos cognitivos e definições normativas, de forma que ela adquire uma existência objetiva". Estamos, assim, perante uma atividade jornalística que desempenha um "papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes" (Alsina, 1996, p. 18).

Os jornalistas utilizam, assim, os factos como unidades de construção do real, "à revelia dos tecidos discursivos, o jornalista nada mais é do que uma espécie de manobrador de recursos discursivos distintos que ganham níveis de estruturação determinados" (Fausto Neto, 1991, p. 33). Também Traquina (2004, p. 168) defende que o processo defendido pela teoria do espelho não é verdadeiro, as notícias surgem numa conjugação de acontecimentos e de textos "enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento". Traquina considera, também, que "os jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes ativos no processo de construção da realidade" (2004, p. 168). Embora as notícias "nasçam" do real, as notícias, contudo, "registam as formas literárias e as narrativas (*new frames*) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento" (Traquina, 2004, p. 168). As questões do tempo e do espaço que condicionam e "tiranizam o trabalho jornalístico são, também, abordadas pelo autor. Gaye Tuchman (1978 citado em Traquina, 2004) explica que a forma como os jornalistas tentam impor ordem no espaço é estendendo uma rede (*new set*) de forma a capturar os acontecimentos. São três as estratégias utilizadas: a territorialidade geográfica, a especialização organizacional e a especialização em termos de temas. Em relação à ordem no tempo, esta passa pelo serviço de agenda que tenta planear o futuro elaborando uma lista de acontecimentos previstos o que permite a organização do trabalho com uma certa antecedência.

Seguindo esta linha de pensamento Vasconcelos conclui que

> os discursos de legitimação do jornalismo, os mitos profissionais, as visões funcionalistas e essencialistas sobre a atividade refletem, de certa maneira, a forma como as pessoas participam do jornalismo na sua vida cotidiana. Nesse sentido, embora a ideia de uma essência do jornalismo constitua-se num equívoco, ela deve ser levada em consideração enquanto construção social, pois participa do processo de negociação das identidades e práticas de jornalistas, fontes e público. (2011, s.p.)

Fica, deste modo, registada a grande transformação do jornalismo nas últimas décadas e a sua importância social, uma vez que "nas últimas duas décadas, o jornalismo passa por um

importante processo de evolução, não apenas do ponto de vista tecnológico e operacional, mas também pelo seu papel social" (Vasconcelos, 2011, s.p.).

3.4 Tipos de fontes jornalísticas

Fidalgo define as fontes como sendo "pessoas muitíssimo implicadas no processo da informação, que tantas vezes explicam ou condicionam a própria informação e que são essenciais ao trabalho de qualquer jornalista" (Fidalgo, 2000, p. 2). Para Gomes, "uma boa fonte é aquela que proporciona material suficiente para uma boa notícia, além de conhecer o funcionamento da empresa jornalística e saber que o fator tempo é primordial no processo de produção da notícia" (Gomes, 2009, p. 203). Já Ribeiro apresenta a seguinte definição:

> a fonte surge, portanto, como ponto de partida de qualquer processo de comunicação.(...) Todavia, a preponderância das fontes de informação no processo noticioso não é um dado adquirido nem a sua explicação é linear. O relacionamento entre fontes de informação e jornalistas está envolto num espesso nevoeiro, em que nem sempre se percebe quem mais tolda a mensagem (notícia) (2014, p.28)

Os primeiros estudos sobre as fontes em jornalismo apresentam uma tipificação simplista. "Um dos primeiros estudos, realizado por Gieber e Johnson em 1961, considera essencialmente a fonte oficial, tendo em vista o objeto de pesquisa, a prefeitura de Nova York" (Schmitz, 2011, p. 3). Mais tarde, Sigal (1973) para além da fonte primária, introduz o conceito de fonte não-governamental. Esta categoria incluía todas as outras:

> a primeira representa os poderes constituídos e tem acesso facilitado aos canais de rotina; enquanto a não-governamental,ou "desconhecida", vira notícia desde que esteja envolvida em eventos ou ações espetaculares. Esta classificação torna-se frágil diante da variedade de fontes representativas de organizações e personalidades ou de si mesma, bem como as formas de interferência nos procedimentos jornalísticos. (Schmitz, 2011, p. 3)

Investigadores como Molotch e Lester (1974) classificaram as fontes como "promotores de notícias", acreditando que apesar da autonomia dos jornalistas, as fontes conseguiam promover as suas notícias. Já Hall e colaboradores (1978) classificam as fontes como "definidores primários" acreditando na sua ascendência sobre os jornalistas. Acreditavam, também, num acesso estratificado aos meios de comunicação. Em 1980, Gans, define sem classificar diferentes tipos de fontes, como as institucionais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas: Para o autor, as fontes não são idênticas, nem apresentam igual importância, mas tentam informar o que mais lhes convêm e sob o ângulo pretendido; enquanto

os jornalistas, conforme a seção e especialização, cultivam laços mais ou menos fortes na relação e buscam as informações sob ângulos alternativos que, às vezes, as fontes pretendem esconder (Schimtz, 2011, p. 4).

Em Portugal, Santos defende que

> o estudo das fontes informativas implica uma distinção e classificação: institucionais, oficiosas ou estáveis e provisórias. Outra caracterização separa as fontes ativas das passivas, segundo o grau de utilização e o tipo de relações que se instituem entre a fonte e o órgão de informação. (Santos, 1997, p. 33)

O autor salienta, também, que "as fontes não são todas iguais e igualmente relevantes, assim como o acesso a elas. Do mesmo modo, o acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído" (Santos, 1997, p. 33). A investigação das fontes jornalísticas leva Pinto (2000) a considerar que os itens utilizados para classificar as fontes são pobres e insuficientes, sendo necessário um estudo mais abrangente.

> Sendo o jornalismo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, tornava-se necessário analisar a relação com as fontes num quadro mais vasto e complexo, que fizesse emergir não apenas as dinâmicas internas ao campo, mas as convergências e as conflitualidades, decorrentes da interação no sistema social. (Pinto, 2000, p. 277)

Alertando para as mudanças ocorridas nas últimas décadas, nomeadamente a crescente concentração de empresas jornalísticas em grandes grupos económicos, a crescente "tabloidização" da informação e a precaridade da profissão, o investigador destaca a necessidade de estudar as fontes numa ótica de relacionamento com os jornalistas.

> As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espácio-temporalmente situados. Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua atividade a partir de estratégias e com táticas bem determinadas (Pinto, 2000, p. 278)

Segundo este enquadramento se existem notícias é porque há alguém com interesse em torna-las públicas, atestando, assim, a importância das fontes jornalísticas em todo o processo de formação de notícias (Gomis, 1991; Pinto, 2000). Pinto (2000) adianta, contudo, que uma outra forma de estudar a relação fontes-jornalistas passa pela categorização dos diferentes tipos de fontes, subdividindo-as em classes. Assim uma possível categorização das fontes poderia ser: quanto à natureza: pessoais ou documentais; quanto à origem: fontes públicas, oficias ou privadas, quanto à duração: episódicas ou permanentes; quanto ao âmbito geográfico: fontes

locais, nacionais ou internacionais, quanto ao grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indiretas/ secundárias, quanto à atitude face ao jornalista: fontes ativas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes) (Caminos Marcet, 1997; Besunartea et al., 1998, pp. 81-82, citados em Pinto, 2000); segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais; segundo a metodologia ou a estratégia de atuação: fontes pró-ativas ou reativas (McNair, 1998, pp. 147-150, citado em Pinto, 2000), preventivas ou defensivas (Pinto, 2000, p. 279). O autor reconhece, no entanto a dificuldade do processo de classificação das fontes, referindo que "as taxonomias daí resultantes são vastas e naturalmente vinculadas a perspetivas e interesses distintos" (Pinto, 2000, p. 279).

Chaparro (2009) propõe sete tipos de fontes: 1) organizadas (partem de organizações com grande competência; 2) informais; 3) aliadas (mantêm uma relação de confiança com os jornalistas); 4) de aferição (especializadas em determinadas matérias); 5) de referência (partem de pessoas ou de instituições de grande conhecimento); 6) documentais (de origem fiável) e 7) bibliográficas (livros, teses, etc). Schmitez (2010) avança com outra possível classificação das fontes. Por categoria: primária e secundária; por grupo: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada, referência; por ação: proactiva, ativa, passiva, reativa; por crédito: identificada, sigilosa e por qualificação: confiável, fidedigna, duvidosa (Schmitez, 2010, p. 7).

3.5 Géneros jornalísticos

A noção de género surgiu há vários séculos com a retórica de Aristóteles e Platão (F. G. Ferreira, 2012). "Os gêneros refletiam sobre a identidade dos textos, portanto, deram as distinções entre poesia, prosa, tragédia, comédia e outros tipos de discursos" (F. G. Ferreira, 2012, p. 3). O russo Mikhail Bakhtin retoma os estudos de Aristóteles, "para quem depende do modo que o emissor percebe e compreende seu destinatário e do modo que ele presume uma compreensão responsiva ativa" (F. G. Ferreira, 2012, p. 4). No entanto, a origem do conceito de género jornalístico está longe de ser consensual, tendo sido vários os investigadores que demonstraram interesse pelo tema: José Luiz Martínez Albertos, Jacques Kayser, Irena Tetelowska (Polônia), Luiz Beltrão (Brasil), Amália Dellamea (Argentina), Raul Rivadeneira Prada (Bolivia), Ana Francisca Aldunate e Abraham Santibáñez (Chile), Guillermina Baena (México) e Juan Gargurecivh (Perú) (F. G. Ferreira, 2012). Contudo, devido à sua vasta obra pode-se dizer que o estudo dos géneros jornalísticos teve o seu início com Jacques Kayser (França, 1953 citado em

F. G. Ferreira, 2012). O investigador deu um grande impulso aos seus estudos entre 1960-1962 (F. G. Ferreira, 2012). Recorrendo a Gargurevicth (1982) por géneros jornalísticos pode-se entender como sendo as formas que os jornalistas utilizam para se expressar. Para o investigador os géneros jornalísticos comportam a nota informativa, a entrevista, a crônica, a reportagem, os gráficos que incluem mapas, fotos, caricaturas, seguindo-se outros géneros que ele considerou menos importantes como as colunas, os artículos, os testemunhos, as resenhas, a crítica, a polêmica ou debate, as campanhas, a titulação e os folhetins. A notícia parece ser o género jornalístico de referência.

> A produção da notícia é um processo que se inicia com um acontecimento. É o sujeito observador que dá sentido ao acontecimento. Os acontecimentos estariam formados por aqueles elementos exteriores ao sujeito a partir dos quais ele mesmo vai recorrer e construir o acontecimento. (Alsina, 1993, p. 81)

De facto, outros investigadores parecem corroborar esta ideia. Foi a partir do século XIX que os estudos sobre os géneros jornalísticos ganharam destaque, ocupando a notícia o género jornalístico de excelência (Marques de Melo, 1998). Medina considerou a notícia o género de base, ao afirmar que "a revisão de todos esses trabalhos nos permite aqui propor que, no jornalismo, o gênero de base é a notícia (o relato puro dos acontecimentos)" (Medina, 2001, p. 48). Para González, "a notícia é, antes de mais, algo diferente, que afeta uma maioria diretamente (o anúncio de um cataclismo numa determinada cidade) ou indiretamente (a morte de uma mulher em resultado de um episódio de violência de género)" (2005, pp. 25-26). Marques de Melo (2009) avança com cinco géneros jornalísticos: 1) género informativo (nota, notícia, reportagem e entrevista); 2) opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta); 3) interpretativo (dossier, perfil, enquete e cronologia); 4) diversional (história de interesse humano; história colorida); e 5) utilitário (indicador, cotação, roteiro, serviço). Contudo, Santos (2009) anuncia o fim do termo "géneros jornalísticos" e a sua substituição por "elementos informativos", tendo em conta aspetos como as diferentes abordagens dos distintos meios de comunicação social aos conteúdos informativos, o surgimento da internet e as evoluções da prática jornalística. Os géneros jornalísticos estarão, então, a ser efetivamente substituídos por elementos de informação, uma pequena revolução que implica um reposicionamento de fórmulas clássicas, onde a notícia obedecia à técnica da pirâmide invertida e a entrevista respeitava regras consideradas inquebráveis até há alguns anos atrás. A estas mudanças, que resultam de uma nova forma de produzir e de receber informação, juntam-se fenómenos como a necessidade de clarificar o que é verdadeiramente a reportagem, entendida

enquanto género nobre. Fundamental também é analisar a excessiva facilidade em produzir opinião (Santos, 2009). A própria definição da "pirâmide invertida" ganha novos contornos. Grijélmo (2003) propõem o termo "erosão da pirâmide invertida" o que "permite por exemplo, que, em qualquer momento da sua construção, possam ser introduzidas - explicações ou documentação que enriqueçam a notícia" (Grijélmo, 2003, p. 33). Para além do "quem, o quê, como, quando, onde e porquê" o autor introduz o "segundo quem", "para quê" e "quanto". Também a própria notícia é alvo de inovações. Santos (2009) propõe duas categorias de notícias: a notícia simples (mantendo o óbvio) e a notícia diversificada (a possibilidade de acrescentar valor informativo). Da mesma forma a reportagem enquanto elemento informativo é dividida em três categorias: reportagem simples (relato em presença); reportagem alargada (diferentes perspetivas e distintos ângulos de abordagem do mesmo acontecimento) e reportagem assumida (o tema é apresentado na primeira pessoa) (Santos, 2009). A autora distingiu, ainda, a entrevista (que pressupõem o contacto direto entre jornalista e entrevistado) e a entrevista escrita (previamente agendada, com perguntas enviadas e respostas recebidas por email). A entrevista escrita elucidaria, assim, o leitor quanto à forma como a entrevista foi conduzida "porque, se é verdade que alguns jornais indicam, esporadicamente, que a Entrevista foi dada por *e-mail*, admite-se que muitas sejam publicadas sem essa referência" (Santos, 2009, p. 4470). Para além destas duas categorias reconhece, ainda, a entrevista negociada ou nova entrevista ou, ainda, entrevista condicionada (sempre que exista um condicionamento dos temas a tratar).

Nesta sua classificação, Santos (2009) acrescenta os elementos informativos complementares: a cronologia (complemento à informação que ajuda a perceber a sequência do acontecimento); o perfil ou protagonista (textos que acompanham as reportagens ou entrevistas que ajudam a conhecer melhor aspetos pessoais e/ou profissionais dos intervenientes nos acontecimentos) e o destaque (que através de um número ou de um elemento gráfico chama a atenção do leitor para determinado aspeto da informação). Como elementos informativos Interpretativos refere a análise e explicação como sendo artigos que vão além da simples informação, ou seja, que "apresentam vários aspetos que vão para além do simples relato noticioso, apresentando perspetivas determinantes, ao mesmo tempo que contextualizam os acontecimentos através de dados (novos ou esquecidos)" (Santos, 2009, p. 4472). A pergunta e resposta é outro género adiantado por Santos (2009). São perguntas e respostas feitas pelos próprios jornalistas tendo em conta as questões que estes entendem que os leitores querem ver respondidas. Dentro destes elementos a autora refere, ainda, o ponto por ponto, um género que explica cada aspeto de um

acontecimento. Como elementos informativos opinativos refere o editorial, a opinião (todos os artigos que refletem posições individuais); a crítica (apesar de ser um artigo de opinião é especializado em cultura) e as cartas e fóruns (incluem-se as cartas ao diretor, as cartas do leitor e os fóruns da rádio e televisão que permitem a participação do ouvinte). Dentro dos elementos informativos visuais destaca a fotografia, a infografia, a ilustração, o documento, o gráfico e o mapa. Por fim, como elementos informativos lúdicos sublinha o *cartoon* que "parte de uma situação atual, sempre noticiada pela comunicação social, e utiliza protagonistas dos acontecimentos, acentuando um aspeto que se destaca pela curiosidade ou pelo bizarro" (Santos, 2009, p. 4478); a crónica que "mais do que querer levar a pensar da mesma maneira (como faz a opinião), a crónica pretende sensibilizar: pela história em si ou pela beleza na arrumação das palavras e das ideias" (Santos, 2009, p. 4478) e o elemento informativo experimental cujo "exemplo mais evidente desta nova abordagem é a recolha de informação sobre a experiência e/ou sentimentos de uma pessoa com vista à produção de um texto escrito na primeira pessoa" (Santos, 2009, p. 4478).

3.6 A imprensa em Portugal

A propósito do surgimento da imprensa em Portugal, Tengarrinha (1989) adianta que "de uma maneira geral, pode dizer-se que o jornalismo nasceu, em Portugal, como em qualquer outro país, da confluência de três fatores distintos: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público pela *notícia"* (Tengarrinha, 1989). O autor faz a alusão a duas características fundamentais para assinalar o início do jornalismo: "a periodicidade e a continuidade ou encadeamento" (Tengarrinha, 1989). Desta forma considera que os primórdios do jornalismo português encontram eco nas chamadas *Gazetas da Restauração,* tendo a primeira destas o longo título de *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641* (Tengarrinha, 1989). Mercúrio – mensageiro dos deuses – foi o nome utilizado por várias publicações europeias. Em Portugal o destaque vai para a publicação denominada *Mercúrio Português* escrita por aquele que é considerado o primeiro jornalista no nosso país, António de Sousa Macedo.

> Embora, cronologicamente, não tivesse sido Sousa Macedo o primeiro jornalista português, foi na verdade ele o primeiro quem, pela versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo direto e conciso, apresentou uma verdadeira constituição de jornalista, ainda não visível em Manuel de Galhegos. (Tengarrinha, 1989, p. 41)

A guerra entre Portugal e Castela constituía o assunto principal das notícias. O último *Mercúrio Português* saiu em Julho de 1667 "e durante o século XVII não existe qualquer outra publicação em Portugal" (Tengarrinha, 1989, p. 43). No período pombalino foram criados vários jornais (Tengarrinha, 1989). Em Portugal os finais do século XVIII e princípios do século XIX ficam marcados pelo aparecimento dos periódicos humorísticos. O primeiro a surgir foi *Palestras Críticas* e *Semijocosas*, seguindo-se muitos outros. As publicações ditas sentimentais também surgem nesta época. No entanto, o acontecimento notável que constitui um marco na imprensa portuguesa é o surgimento dos primeiros diários. *Diário Lisbonense* foi o primeiro quotidiano português a surgir nas bancas, impresso em Lisboa. Corria o ano de 1809. Poucos meses mais tarde surgiram mais três jornais diários: *O Mensageiro, Novo Jornal de Lisboa* e *Journal de Lisboa*. Toda esta liberdade seria posta em causa mais tarde com o ato repressivo do dia 11 de Setembro de 1810, tendo sido presas meia centena de pessoas. Começaram a surgir as primeiras repressões, nomeadamente com a proibição do periódico *Correio da Tarde*. Daqui em diante agravaram-se as restrições sobre os jornais. (Tengarrinha, 1989). É nesta altura que se assiste ao aparecimento de vários panfletos, volantes e pasquins, estes últimos muito populares como *O Assento da Câmara de Celorico Bêbado*. Muito conhecido, na época, ficou o panfleto *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*. As condições restritivas que se viviam no reino poderão ter sido a causa para o surgimento em massa de vários periódicos portugueses no estrangeiro, escritos por exilados portugueses como uma forte contestação ao que se vivia no país (Tengarrinha, 1989). Entramos, então, na Revolução de 1820, que trouxe, também, grandes mudanças à imprensa portuguesa, de tal forma que a atividade jornalística aumentou que em Fevereiro de 1821 havia em Lisboa 17 jornais políticos, seis jornais diários e vários outros não diários. De entre os jornais fundados, na altura, destaca-se pelo papel importante que exerceu: *O Independente*.

É nesta altura que aparece a primeira Lei sobre Liberdade da Imprensa que enunciava que "toda a pessoa pode, da publicação desta Lei em diante, imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer Livros ou Escritos sem prévia censura" (Tengarrinha, 1989, p. 129). Estavam, assim, lançadas as bases para o surgimento no nosso país da imprensa de opinião. Surgiram, na época 39 novos jornais, o que constituiu um autêntico *record*. De entre estes novos jornais havia diários e muitos tinham carácter político e feição constitucional. O mais lido era o *Astro da Lusitânia*, talvez pelo seu carácter de oposição e denúncia que fica bem marcado na sua nota introdutória.

> Vamos com uma mão, que muitos chamarão sacrílega, levantar o espesso véu que tem escondido tanos crimes, tantos erros, e tantos absurdos: vamos, bem o sabemos, desafiar as fúrias todas de muitas classes, de muitos homens interessados na existência das nossas antigas e defeituosas instituições e que sepultados no mais torpe egoísmo não acordam nem ainda com dolorosos gemidos de dois milhões de desgraçados portugueses. (Tengarrinha, 1989, p. 131)

De salientar que, apesar da proliferação de jornais, era grande o atraso tipográfico no nosso país, apenas existindo tipografias em Lisboa, Porto e Coimbra.

Chegados ao absolutismo, período negro para a imprensa em Portugal, o rei D. Miguel manda publicar o Decreto de 16 de Agosto de 1828 onde são abolidas todas as conquistas relativas à Liberdade de Imprensa. E o país regressa às trevas e à anterior a 1820. A censura regressou em força e a imprensa caiu significativamente, passando em apenas alguns anos de 39 periódicos para apenas 5. Alguns jornalistas sofrem sérias perseguições, como foi o caso de José de Sousa Bandeira, condenado à forca devido às suas ideias liberais publicadas no seu periódico *O Azemel Vimaranense* (Guimarães, 1823). Teve de fugir para escapar a tal sorte. Entre os poucos periódicos que como já vimos existiam na época, alguns eram marcadamente defensores do Miguelismo, sendo os mais populares A *Besta Esfolada* (Lisboa, 1828) e *O Desengano* (Lisboa, 1830), para citarmos apenas alguns. O primeiro jornal Miguelista a ser fundado foi o *A Águia de Lisboa*, que passou a chamar-se *A Águia do Ocidente* (Tengarrinha, 1989). Também nas ilhas surgem alguns periódicos, como é o caso de *O Patriota Funchalense*, na Madeira e *A Crónica da Terceira*, nos Açores.

A regência de D. Pedro não trouxe imediatamente a tão aguardada Liberdade de Imprensa, apesar dos vários protestos veiculados em alguns periódicos da época. Aliás "mesmo depois da assinatura da Convenção de Évora Monte, a lei libertadora tardava" (Tengarrinha, 1989, p. 146), sendo por fim proclamada a 22 de Dezembro de 1834. Como seria de esperar, a partir de 1834 proliferam os periódicos em Portugal, sendo que estas novas publicações são diferentes das anteriores por questões técnicas e de segurança dos processos jornalísticos e pela ideologia vigente, aparecendo os primeiros periódicos dos partidos. Depois de alguns sobressaltos após a decadência do setembrismo, a perseguição à imprensa acentua-se com o cabralismo, constituindo o período entre 1842 a 1851 um dos períodos mais duros mas talvez dos mais gloriosos da história da nossa imprensa (Tengarrinha, 1989), sendo proibidos os jornais de cariz política. Para culminar esta vaga de repressão sob a imprensa é publicada a carta de Lei de 3 de Agosto de 1850, que ficou conhecida pela "Lei das Rolhas". Mas logo que esta Lei foi revogada

os jornais surgem em toda a parte aumentando consideravelmente o número de periódicos publicados no país. Entra-se no período da Regeneração, um dos mais facilitadores para a imprensa. É nesta época que é publicada a Lei de 17 de Maio de 1866 que aboliu "todas as cauções e restrições estabelecidas para a Imprensa periódica" (Tengarrinha, 1989, p. 184). Mas o desenvolvimento da imprensa não está identificada apenas com o aumento do número de jornais. Incrementa-se a venda ambulante e o aumento da venda de jornais traz uma nova profissão: os ardinas, com os seus pregões sensacionalistas tentando cativar o público. Surgem jornais de referência como *O Diário de Notícias*, em Lisboa, que tinha ao seu serviço 30 vendedores, e *O Comércio do Porto*. Verificou-se o crescimento da indústria tipográfica, as reivindicações dos topógrafos, a organização industrial da imprensa que modifica a situação do jornalista no jornal, deixando de ser proprietário e redator, assumindo um novo papel "assiste-se à alienação do jornalista em face do jornal como um dos fenómenos mais significativos da Imprensa Moderna" (Tengarrinha, 1989, p. 229) e surgem os primeiros anúncios. Nesta altura surgem os primeiros jornais operários do país: *Eco dos Operários*, *A Esmeralda* e *A Península*, "atuando essencialmente no domínio da doutrinação" (Tengarrinha, 1989, p. 240). Outros se seguiram até 1871, altura de grandes contestações e de grandes alterações do movimento operário.

Em 1948 surgem dois jornais clandestinos de caráter manifestamente republicano: *O Regenerador* e *O Republicano*. Mas só a partir de 1869 aparecem os primeiros jornais de cariz verdadeiramente republicano. Muitos outros jornais nascem nesta altura no país com uma orientação política mais definida: "a partir de 1906-1907 os jornais republicanos radicalizam as suas posições, passando a ser órgãos verdadeiramente *revolucionários"* (Tengarrinha, 1989, p. 239).

O movimento anarquista em Portugal fica, também, marcado pelo surgimento de imprensa própria. Títulos como *O Revoltado,* em Lisboa*, O Agitador,* no Porto*,* ou *A Conquista do Bem* e *Os Bárbaros,* em Coimbra, são alguns dos exemplares próprios deste movimento que "foi pretexto para a promulgação de uma das mais repressivas leis da história da nossa imprensa periódica (13 de Fevereiro de 1896, chamada 'dos anarquistas')" (Tengarrinha, 1989, p. 243). No seguimento desta lei e de outras que se lhe seguiram que tantos protestos gerou, muitos jornais foram sucessivamente fundados, encerrados e ressuscitados como é o caso de *O País* e *A Lanterna*. Em 1900 surge o célebre folheto *A Imprensa em Portugal*, escrito por França Borges

que resumia a atividade jornalística em Portugal e as perseguições a que eram sujeitos os jornalistas (Tengarrinha, 1989).

Em 1906 é apresentado na Câmara dos Deputados um projeto de lei de Imprensa que provocou bastante alarido (Tengarrinha, 1989). "O projeto despertou um dos mais longos e vigorosos movimentos de protesto, tendo recebido apoio das empresas jornalísticas, dos jornalistas políticos e dos profissionais da Imprensa" (Tengarrinha, 1989, p. 255). O dia 18 de Dezembro de 1906 constitui uma data importante para a imprensa portuguesa, as Associações de Jornalistas de Lisboa e Porto entregaram um veemente protesto na Câmara dos Deputados: "dezenas de jornalistas lisboetas e portuenses, depois de se reunirem na Associação da capital, seguiram a comissão, numa marcha impressionante que, ao longo do trajeto pelas ruas da cidade, foi sempre acompanhada das aclamações e dos aplausos vibrantes da população" (Tengarrinha, 1989, p. 255). A 20 de Junho de 1907 foi publicada uma lei que proibia a circulação de escritos ou desenhos que pusessem em causa a ordem ou segurança pública. E qualquer periódico necessitava de autorização prévia (Tengarrinha, 1989). Isto levou à extinção de vários jornais e a perseguição da imprensa manteve-se até à instauração da República. Durante décadas a atividade jornalística manteve-se conturbada. Antes da revolução, o Estado já detinha através da Caixa Geral de Depósitos publicações como o *Diário de Notícias, Mundo Desportivo, Vida Rural* e uma parte substancial do *Jornal de Notícias*. (Figueira, 2012). As grandes transformações começam a acontecer em 1975 na sequência do golpe falhado de 11 de março. Vários jornais começam a fazer reivindicações. Aos poucos os trabalhadores da imprensa vão controlando os grandes jornais, como é o caso do jornal *Expresso* que sofre o boicote dos ardinas. Do sector público passam a fazer parte o *Diário Popular, Jornal do Comércio, Comércio do Porto, Record e o Século* (e as publicações que lhe pertenciam), *A Capital* e o *Diário de Lisboa.* Como jornais privados sobreviveram *O Primeiro de Janeiro*, a *República*, *Diário de Coimbra, Correio do Minho, Diário do Minho, Diário do Sul, Notícias de Évora* e *Diário do Ribatejo*, mais alguns jornais das ilhas (Figueira, 2012). Não é, portanto, de estranhar que ao contrário da generalidade dos países europeus, em Portugal o primeiro código deontológico só tenha aparecido em 13 de Setembro de 1976 (Figueira, 2012). A luta no campo político traz novas publicações como o *Jornal Novo* ou *O Jornal*, tido como "um jornal de jornalistas" pela participação destes no capital da empresa. Com conotações políticas surgem, ainda, as publicações *Tempo* (centro-direita) *A Tarde, O Dia* e *O País* (direita), *A Rua* e *O Diabo,* mais perto da extrema-direita e *A Capital, Diário de Lisboa e Diário Popular,* conhecidos como jornais de informação socialista (Figueira, 2012). E lentamente,

a imprensa portuguesa vai chegando à modernidade. Na década de 80 do século passado surge o jornal *Correio da Manhã,* e é nesta fase que surge o processo de reprivatização dos jornais, o jornalismo de economia, a denominada imprensa cor-de-rosa assim como duas publicações consideradas marcantes no panorama da imprensa portuguesa: *O Independente* (entretanto encerrado) e o *Público* (Figueira, 2012).

Na década de 90 do século passado com a afirmação da "nova economia" acentua-se a tendência para a concentração da propriedade dos média. No virar do milénio os principais órgãos de comunicação social portugueses pertencem ao grupo Contolinveste, Cofina, Impresa, Media Capital e Sonaecom (Figueira, 2012).

3.7 O surgimento das revistas em Portugal[2]

A primeira revista portuguesa surge em 1884 com o título *A Illustração*. Foi editada em Paris e dirigida por Mariano Pina. A *Revista de Portugal* surge em 1889 pela mão de Eça de Queiroz que colaborou com a revista até 1892. Contou, ainda, com a colaboração de nomes como Fialho d'Almeida, Luis de Magalhães, Eduardo Prado, Rodrigues de Freitas, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro. Nos seus quatro volumes encontram-se informações importantes para o conhecimento dessa época e da própria história literária de Eça de Queirós. A Revista de Portugal abrangia diversos géneros, tais como filosofia, inéditos de romance e poesia, crítica literária, artística e dramática, história, sociologia, economia, pedagogia, política, etc."[3]. A *Alma Nacional* nasce em 10 de Fevereiro de 1910. Foi dirigida por António José de Almeida (1866-1929) e teve como finalidade servir a propaganda anti-monárquica e ajudar na doutrinação republicana. Contou com as colaborações de intelectuais prestigiados opositores ao regime monárquico, como Aquilino Ribeiro, Basílio Telles, Guerra Junqueiro, Miguel Bombarda, Teixeira de Queirós, Teófilo Braga, Tomás da Fonseca e o ilustrador Francisco Valença, entre outros[4]. A *Águia* aparece no Porto, no dia 1 de Dezembro de 1910, sendo inicialmente quinzenal, a partir de 1911 passou a ser mensal. Teve vários diretores, tendo sido Álvaro Pinto o primeiro.

> A *Águia* foi uma revista que versou diversas temáticas, desde literatura à arte, ciência, musica, filosofia e crítica social. A sua publicação, na sequência da implantação da República, tinha como objetivos contribuir para a construção de uma sociedade mais humanizada e congregar, sob um domínio comum de nacionalismo literário, diferentes tendências. Desta forma exerceu

[2] A informação sobre o surgimento das reistas em Portugal foi consultada na Hemeroteca Digital.
[3] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[4] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf

> grande influência política e ideológica nos maiores quadrantes da intelectualidade portuguesa da época. Teve ainda a particularidade de publicar apenas material inédito de vários autores portugueses, dos quais se destacam Eça de Queirós, António Nobre, João de Deus, Camilo Castelo Branco, António Sérgio, Alexandre Herculano, Antero de Quental, entre outros.[5]

Em 1915 surge a *Atlântida* que tinha como grande objetivo aproximar os povos português e brasileiro e

> contou com uma vastíssima colaboração das principais figuras da cultura portuguesa e brasileira, entre elas destacando-se Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão e José de Figueiredo. A revista empenhou-se nalgumas causas como a mobilização para a I Guerra, reflectida na publicação de um suplemento ao n. º 21, intitulado "Portugal na Guerra: uma cruzada bendita" e a propaganda patriótica, expressa no n. º 25 da revista, que a ela é dedicado[6].

Seara Nova é fundada por Raul Proença e um grupo de intelectuais portugueses em 1921. Assume-se como uma publicação essencialmente doutrinária e crítica, pretendendo ter uma função de intervenção e aproximação da elite intelectual da sociedade portuguesa. "Após a implantação da Ditadura Nacional surgida da Revolução de 28 de Maio de 1926, o grupo da Seara Nova assumiu-se como um dos grupos ideológicos mais activos no combate contra o salazarismo"[7]. Esta revista contou com grandes nomes do meio intelectual português da época.

> O projecto, nos seus primeiros anos de publicação, reuniu alguns dos principais nomes da intelectualidade do tempo, com destaque para Jaime Cortesão, Raul Proença e António Sérgio. Mas muitos outros intelectuais deram a sua colaboração ao longo dos seus mais de 50 anos de publicação, como Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, Câmara Reis, Augusto Casimiro, Teixeira Gomes, Rogério Fernandes, Augusto Abelaira, Assis Esperança, Afonso Duarte, Hernâni Cidade, João de Barros, Joaquim de Carvalho, Irene Lisboa, Manuel Mendes, José Rodrigues Miguéis, Jorge de Sena, José Bacelar, Álvaro Salema, Lobo Vilela,Santana Dionísio, José Gomes Ferreira, Adolfo Casais Monteiro, Mário Dionísio, Avelino da Costa Cunhal e Fernando Lopes Graça[8].

A *Contemporânea* apresentou-se como "uma revista para gente civilizada, uma revista expressamente para civilizar gente"[9]. A revista surge em Maio de 1922, contudo já em 1915 tinha sido lançado um número espécimen considerado bastante raro. A *Lusitânia*, uma revista de estudos portugueses, passa a ser publicada a partir de Janeiro de 1924 até Outubro de 1927,

[5] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[6] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[7] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[8] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[9] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf

em Lisboa. Dirigida por Carolina Michaelis Vasconcelos, "a *Lusitânia* aspirou a ser um órgão da nossa cultura, posto ao serviço da reconstrução nacional. A revista conseguiu a colaboração mais erudita que havia na época nos vários domínios dos saberes, reuniu monárquicos e independentes"[10].

Uma das revistas mais influentes do século XX, *Presença*, foi fundada pelo escritor Branquinho da Fonseca em parceria com José Régio a 10 de Março de 1927 e contou com a colaboração de nomes sonantes da época.

> A Presença defendia a criação de uma literatura oposta ao academismo e jornalismo rotineiro. Defendia o primado da crítica, com predominância do individual sobre o colectivo, da intuição sobre a razão, e do psicológico sobre o social, bem como uma literatura livre e mais viva[11].

Sob a direcção de Augusto Martins, Cláudio Bastos e Pedro Vitorino surge, em 1928, a revista *Portucale* que "tem como objectivo dar o devido destaque "às humanidades clássicas e modernas; às ciências experimentais, e técnicas; à natureza, ao mundo do homem; à ciência"[12]. Em Abril de 1932, em Lisboa, surge a revista de estudos portugueses *Integralismo Lusitano* sob a direção de Luís Almeida Braga e Hipólito Raposo. A publicação manifestou-se contra um "Estado antinacional da Maçonaria sem Deus, da Judiaria sem Pátria"[13]. A *Revista de Portugal* surge em 1937, em Coimbra, dirigida por Vitorino Nemésio. "No seu primeiro número afirmava-se como uma simples revista artística e literária, no entanto, ao longo dos restantes exemplares, alarga as suas temáticas, abrangendo aspectos como a Filosofia, Música, Pintura, Crítica, Literatura e, também, Ensaio Estrangeiro"[14]. Na cidade de Lisboa, em 1938, sob a direção de Manuel Lamúrias é fundada a revista *Ocidente*.

> Foi uma revista que deu a conhecer inéditos de autores consagrados e que organizou dossiers de relevo que incluíam sempre notáveis iconografias. Cada número era composto por diversas secções, tais como: Ensaios, Crónicas, Bibliografias, Notas e Comentários. O seu programa era essencialmente cultural e pretendia enaltecer os valores nacionais, esclarecer problemas literários, históricos e artísticos[15].

Inicialmente publicada em Coimbra, em 1942, a revista *Vértice* "defendeu, sobretudo, um movimento neorrealista, e contribuiu, em paralelo com a Seara Nova para a formação de várias

[10] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[11] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[12] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[13] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[14] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[15] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf

gerações"[16]. Mais tarde, em 1988, surge em Lisboa uma segunda série. A revista *Atlântico* surge em 1942, fundada ao abrigo do acordo cultural Luso-Brasileiro. Contou com a colaboração de importantes nomes ligados às artes e literatura.

> A revista tinha como objectivo estabelecer uma ligação entre Portugal e o Brasil e reafirmar o que havia de comum entre os dois países e foi, segundo António Ferro, "Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira[17].

A revista *Lusíada* foi publicada na cidade do porto entre 1952 e 1960, a sua publicação tinha como proposta "assegurar o caminho mental português, sem censura nem reservas, sem partidos nem capelas, sem caprichos e sem feudos, estimando os assuntos e problemas pela sua grandeza intrínseca"[18] Publicada na cidade da Guarda entre 1954 e 1967, a revista *Horizonte* "tinha como modelo o periódico Reader's Digest e uma selecção de cultura cristã. Foi suspensa por razões de vária ordem e apresentava um leque amplo de assuntos: agricultura, arqueologia, arte, ciência, desporto, etnologia, educação, e história"[19]. *Tempo Presente* foi fundada em 1959 e dirigida por Fernando Guedes. Foi publicada até 1961. Fundada em 29 de Janeiro de 1963 a revista *O Tempo e o Modo* teve como primeiro diretor António Alçada Baptista. Foi publicada até 1977. "Em 1970, a revista passa a ser porta-voz do maoísmo lusitano, com a entrada de Amadeu Lopes Sabino e Arnaldo Matos"[20]. O *Prelo*, revista de cultura portuguesa surge em Lisboa em 1983 sob a direção de Diogo Pires Aurélio, "procurou defender a identidade nacional e a arte de ser português, através de uma visão da consciência pública e apelando a um retorno às "coisas portuguesas"[21]. Editada trimestralmente pelo Circulo de Leitores, a revista *Ler* surge em 1987. Passou mais tarde a anual:

> É composta por entrevistas com escritores nacionais e estrangeiros, crítica literária, divulgação de obras e perfis de autores, bem como pela publicação de textos inéditos. (...).Em 22 de Abril de 2008 a LER surgiu totalmente renovada, com uma nova imagem gráfica, ligeira, com a maior informação possível sobre os livros à venda em Portugal, afastando a ideia de ser uma revista exclusivamente intelectual, tendo voltado a ter a direcção de Francisco José Viegas e passado a ser publicada mensalmente[22].

---

[16] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[17] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[18] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[19] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[20] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[21] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf
[22] Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/RevPortugal/Verbetes.pdf

Nos anos 1990 surgem várias revistas no mercado português. De entre as semanais destacamos as publicações *Avante!* que é um órgão oficial do Partido Comunista Português e começou a ser publicado na clandestinidade em 15 de Fevereiro de 1931, com saída irregular, sendo que a partir de 1941 começou a ser editado com mais regularidade, pelo menos uma vez por mês. Em 17 de Maio de 1974 foi publicado o primeiro número fora da clandestinidade, tendo passado a ser semanário desde essa data[23]. Já a *Caras* surge em 1993 no Brasil, tendo sido lançada dois anos depois em Portugal, a 6 de setembro de 1995 após a parceria entre a Editora Abril e o Grupo Impresa, e dirigida desde então por Fernanda Dias[24].

Surgiram, ainda, publicações como a *Sábado*, a *Focus*, a *Time Out Lisboa*, a *Time Out Algarve* e a revista *Maria*. Com periodicidade mensal surgem publicações como: *Revista da Armada*, *BGamer*, *Blitz*, *Boa Estrela*, *Boa Mesa*, *Carteira*, *CasaClaudia*, *Cosmopolitan*, *FHM*, *Loud!*, *Mega Score*, *Maxmen*, *MaxiConsolas*, *O Militante*, *PlayboyPortugal*, *SportLife*, *Selecções*, *Futebolista*, *Vogue* (Portugal), *Elle* (Portugal), *Happy*, *Saber Viver* e *Boa Nova*. A revista anual *Revista Cadernos d' Obra* (científica), as de defesa do consumidor *Pro Teste*, *Dinheiro & Direitos*, *Teste Saúde*, *Poupança Quinze*, *Poupança Acções* e *Eurorisk*; as sensacionalistas *VIP, Flash!*, *Ana* e *TV Guia*, as de televisão *TV 7 Dias* e *Mariana*; as de música *Arte Sonora* e *BlitzLoud!*; as científicas *National Geographic*, *Portugal*, *Quero Saber* e *Teste Saúde*; as especialmente direcionadas para o público feminino, *Happy Woman*; as dirigidas ao público masculino, *FHM*, *Maxmen* ou *GQ*. No mercado surge, também, a revista de arquitetura *Revista NU*; as de automóveis, *AutoSport*, *Turbo*, *Quattroruote*; as de casamentos, *Noivas de Portugal*; as dedicadas à culinária, *Boa Mesa*; as de decoração, *Casa Claúdia*; as de desporto, *Futebolista* e *Sport Life*; as generalistas, *Super Interessante* e *Jornal Digital*; as infantis, *Visão Júnior*, *Super Pop*, *Bravo*, *100% Jovem*. Aparecem as revistas de informática, *Exame Informática* e *PC Guia*; as de moda, *Cosmopolitan*, *Vogue*, e *Elle*; as especializadas em tecnologia, *Exame Informática*, *B!t*, *Computador*, *Guia da Internet*, *Informatica Facil*, *T3* e *Bgamer*; as predominantemente culturais/científicas *Nova Águia*, *Armas e Troféus*, *Beira Alta* e *Raízes& Memórias* e outras, como *Boa Estrela*, *Guia Astral* e *Salmos & Anjos*.

3.8 O mercado das *newsmagazines*

Foi em 1923 que Briton Hadden e Henry Luce fundam a revista *Time* e põem em prática o conceito do *newsmagazine* – a revista semanal de notícias. "O conceito de *newsmagazine*

[23] Informação retirada da Wikipédia, disponível em www.wikipedia.pt
[24] Informação retirada da Wikipédia, disponível em www.wikipedia.pt

remete, inevitavelmente, para a revista norte-americana *Time,* a primeira publicação deste género" (Cardoso, 2012, p. 18). Considerando o povo americano mal-informado os fundadores encontraram, assim, a pertinência para colocar no mercado uma revista que falasse de uma forma sucinta das principais notícias da semana, acrescentando um contexto ao que havia acontecido e emitindo uma opinião. "A fórmula revelou-se um êxito e criou um novo género dentro da imprensa: a *newsmagazine* ou revista de informação geral que, oito décadas volvidas, continua em franca expansão um pouco por todo o mundo" (Cardoso, 2009, p. 163). O sucesso desta publicação nos Estados Unidos gerou dois concorrentes, em 1933 surgem a *Newsweek* e a *U.S. News and World Report* (Regina & Jesus, 2012). Estas publicações vieram revolucionar o mercado dos média "a *Time* surgiu como um produto inovador, capaz de organizar as notícias da semana, independentemente do seu grau de complexidade" (Cardoso, 2012, p. 18) modificando a forma de encarar as notícias. "Especialmente antes do aparecimento dos canais noticiosos televisivos, estes eram influentes meios de comunicação e a sua enfase residia mais em informar do que no entretenimento (Kitch, 2005, p. 15). A forma como as notícias eram veiculadas pelas *newsmagazines* parece ter contribuído de forma decisiva para o seu sucesso, já que "os seus objectivos passavam por explicar, sintetizar, interpreter bem como informar" (Kitch, 2005, p. 16).

Em poucos anos estas revistas dominaram os meios de comunicação social e parecem ter contribuído para a construção de uma identidade nacional. "Durante os primeiros anos, as revistas eram parte de um meio que dominava a comunicação pública americana e a construção de uma identidade nacional comum, desde meados do século XIX" (Kitch, 2005, p. 17). Seguindo a mesma fórmula, surge *Der Spiegel* na Alemanha (1947). A *newsmagazine L'Express* surge em França, em 1953. *Época* foi lançada, em Itália no ano de 1959. Em 1962, surge a *Panorama,* também em Itália. A primeira *newsweekly* brasileira sai em 1968. Em 1936, Henry Luce surpreendeu mais uma vez o jornalismo de revistas, lançando *Life,* a primeira revista ilustrada no mundo a usar a reportagem fotográfica como fórmula básica. Curiosamente Assis Chateaubriand já tivera a ideia de lançar uma revista ilustrada muito antes dos norte-americanos e dos europeus: *O Cruzeiro* é de 1927, mas o jornalismo fotográfico só foi incorporado depois do aparecimento de *Life*. O ano de 1948 marcou também o lançamento da alemã *Stern*. Em Portugal foram precisos 70 anos para que este conceito se tornasse credível e duradouro (Cardoso, 2014). Há que assinalar aquela que poderá ser considerada a primeira *newsmagazine* portuguesa. "No dia 5 de Maio de 1967, o semanário *Vida Mundial*, fundado em 1939 por José

Cândido Godinho, lançou o Nº 1456, o primeiro de uma nova era, o da transformação do jornal em "revistamagazine" (Cardoso, 2008b, p. 1561). No entanto, a afirmação das *newsmagazines* em território nacional não foi um processo fácil, uma vez que "a afirmação, em Portugal, das *newsmagazines* foi um processo lento, longo e cheio de escolhos" (Figueira, 2012, p. 97). Em 1976, quase dez anos depois de se iniciar a aventura da vida mundial pelo território das *newsmagazines*, nasce a *Opção*, pela mão de Artur Portela Filho. Em Portugal, vivia-se um contexto histórico e político radicalmente diferente de 1967.

> A própria data em que é publicado o número zero (22 a 28 de Abril), assinalando o segundo aniversário sobre a Revolução dos Cravos, a construção da capa, tudo revela o carácter marcadamente político do projecto, confirmado no editorial assinado pelo diretor. (Cardoso, 2008b, p. 1561)

Dois anos depois a publicação desaparece e só dez anos mais tarde, em 1988, é que surge uma nova publicação com estas características: o número zero da primeira série da revista *Sábado* que acabaria por fechar as portas em 1993 (Cardoso, 2008b). Parece, assim, possível afirmar que as primeiras tentativas de sucesso das *newsmagazines*, em Portugal, falharam. Contudo, é nesse mesmo ano que surge a *Visão*, sucessora do extinto semanário *O Jornal.* No texto de apresentação da revista, publicado nos três números zero, a *Visão* explica as razões da criação de uma revista que tem por intenção "procurar satisfazer todos os que, não tendo tempo a perder, preferem a qualidade jornalística, a independência editorial, o ângulo original e a síntese prospectiva" (*Visão*, 08 de janeiro de 1993 citado em Cardoso, 2008b, p. 1562). A dramática fotografia de guerra de Inácio Ludgero na primeira capa mostrou que a nova publicação estava preparada para marcar a diferença em relação às antecessoras (Cardoso, 2008b, p. 1562). No final dos anos 90 surgem mais dois títulos concorrentes: *Factos* e *Focus.* Contudo, pouco depois a primeira publicação viu a sua atividade encerrada pelo Tribunal cível de Lisboa por ter sido considerada uma cópia da revista suíça *Facts* (Cardoso, 2008b). Quanto à revista *Focus*, desde logo deu indícios de sucesso, pelo que "o projeto e a equipa chegaram a fazer tremer o confortável monopólio que a *Visão* detinha no segmento das *newsmagazines*" (Cardoso, 2008b, p. 1564).

Nos primeiros anos do século XXI surgem mais duas novas *newsmagazines* em Portugal: a sucessora do jornal *Euronotícias*, a *Tempo* e, mais recentemente, a *newsmagazine Sábado* que é a retoma do título encerrado em 1988. "Integrada no Grupo Cofina, a *Sábado* conseguiu ultrapassar largamente a Focus logo no primeiro ano de existência, com uma circulação média a rondar os 45 mil exemplares, afirmando-se como a concorrente mais próxima da *Visão*"

(Cardoso, 2007, p. 1564). Em 1998 surge a *Visão* que lidera o segmento das *newsmagazines*, sendo considerada a maior revista semanal portuguesa de informação. Nas bancas à quinta-feira, a publicação surgiu no seguimento da ligação da empresa suíça Edipresse à Projornal, sociedade de jornalistas portugueses que editou, até 1992, o semanário *O Jornal*. Em 1999, a Edipresse e a Abril Controljornal associaram-se, tendo passado a *Visão* a integrar o grupo de publicações desta última. Atualmente, a revista *Visão* é editada pela Impresa Publishing, pertence ao grupo Impresa, cujo presidente é Francisco Pinto Balsemão. "No virar do milénio, o título atingia uma média que ultrapassava os 102 mil exemplares por edição" (Cardoso, 2012, p. 90). Este êxito foi explicado "pelo facto de o público português se ter habituado ao conceito de *newsmagazine* e pela garantia de imparcialidade do título, construída através de "anos de experiência e a escola que criámos baseada no rigor, no distanciamento e na credibilidade" (Cardoso, 2012, pp. 90-91). A 2 de dezembro de 2010 tornou-se na primeira publicação jornalística a ser distribuída num *tablet* (*iPad*, no caso) com um formato totalmente revisto para este tipo de dispositivo. No dia em que foi lançada atingiu o 1º lugar do top das aplicações de Notícias e no top geral. Segundo dados do OberCom (2013) a *Visão* lidera o segmento das *newsmagazines* com 6,7% de audiência média, seguindo-se a *Sábado* com 4,7 por cento (OberCom, 2013, p. 9).

De um modo geral, o êxito das *newsmagazines* avançado por Mckay (2000) pode estar relacionado com o facto de as revistas não estarem em competição com os outros *media* o que lhes permite um tratamento mais aprofundado dos temas A este propósito reflete Cardoso que

> o tratamento jornalístico dos temas pode, por isso, ser mais profundo e menos apressado. O valor-notícia "novidade", característica essencial do jornalismo de jornais, média audiovisuais e digitais, encontra-se arredado do universo das revistas, e o imediatismo não faz parte do vocabulário deste tipo de publicações. (Cardoso, 2012, p.40)

Holmes (2000) fala do *design* das revistas, ou seja da forma como as *newsmagazines* interligam palavras e imagens para criar uma marca distinta e apelativa. Por sua vez, Vieira defende que "o jornalismo de revista pode ser traduzido como a arte de seduzir e envolver o seu público- alvo por meio de conteúdo que realmente atenda as suas expetativas" (Vieira, 2005, p. 10 citado em Cardoso, 2012, p. 40). Johnson & Prijatel (2007) apontam como um dos fatores de êxito a dilatação de tempo que as *newsmagazines* têm para tratar aprofundadamente de vários temas, ou seja, ao contrário dos jornais, não trabalham as notícias em cima da hora. O autor francês Charon (2008) aponta como fator distintivo da informação de revista a encenação. As revistas não se limitam a transmitir uma informação série e credível mas trabalham as notícias com

emoção e criatividade, tendo a capacidade de seduzir o leitor. Para Scalzo (2011) os factos por si só não têm lugar de destaque nas revistas, ou seja a notícia não é o género jornalístico previligiado. A este propósito destaca Cardoso que

> reportagem, perfil, entrevista e géneros híbridos, como a crónica e o dossier, são os géneros jornalísticos privilegiados. O tom das "estórias" é também diferente nos dois tipos de imprensa – uma reportagem ou um perfil num jornal corresponde a uma estrutura mais factual, neutra, concisa e curta do que os mesmos géneros jornalísticos tratados numa revista, que permite e incentiva um cunho pessoal do jornalista na forma de construir a narrativa. (2012, p. 41)

De um modo geral, o êxito das *newsmagazines* pode também ser explicado pela vulgarização da televisão a partir de 1960 o que terá levado à criação de um nicho de mercado bem aproveitado pelas revistas (Cardoso, 2012).

Capítulo IV – Média e envelhecimento

4.1 A imagem dos cidadãos idosos nos média

Sublinhadas algumas teorias de comunicação, os primórdios dos jornais e o mercado das *newsmagazines,* passemos agora à temática central deste estudo: o envelhecimento nos média. Na sociedade de informação, a regulamentação social opera por meio de um repertório de símbolos, de imagens e estereótipos, que são expressos através dos meios de comunicação. Portanto, as ideias que os média expressam em relação ao envelhecimento e à velhice são muito significativas, pois podem exercer a função de ponto de referência para os próprios idosos, influenciando o seu comportamento e as suas atitudes e, também, as ideias da criança, do jovem e do adulto, a respeito do que significa envelhecer em sociedade, "ou seja, em última análise os média estão dependentes da sociedade, embora tenham alguma margem para influenciar de forma independente e estejam a ganhar influência à medida que crescem a sua autonomia, gama de atividades, significado económico e poder informal" (McQuail, 2003, p. 5). Assume-se que os média possuem um potencial significativo de influência e que é esse conjunto particular de ideias e valores veiculados pelos media que podem, de facto, conduzir à mudança social. Pode-se dizer que existe uma interdependência entre sociedade e os média.

> A interdependência implica que os media de massas e a sociedade interagem continuamente e se influenciam mutuamente (como a sociedade e a cultura). Os *media* (como indústrias culturais) respondem às exigências da sociedade de informação e entretenimento e, ao mesmo tempo, estimulam a inovação e contribuem para um clima de mudança sócio-cultural que determina novas exigências para a comunicação. (McQuail, 2003, p. 65)

É, assim, fulcral tentarmos responder à questão: de que forma são representadas as pessoas idosas nos média? Vários autores têm estudado esta questão. Segundo Meassi (2008), a velhice ainda é comummente associada a um completo declínio, tanto das capacidades físicas, como da intelectual e da saúde (física e mental). Durante o processo de envelhecimento, vários transtornos relacionados com problemas de saúde, a passagem à reforma, a perda do companheiro, entre outros, podem afetar a autoimagem do idoso e a sua posição na sociedade.

> O juízo que os idosos fazem de si mesmos é, sem dúvida, altamente influenciado pela forma como a sociedade vê a velhice; além disso, são extremamente sensíveis e vulneráveis à opinião dos outros, identificando-se com esta imagem degradante que a sociedade lhe confere. Esta atitude social negativa já deu provas de impedir as pessoas idosas de apreciarem e assumirem os valores positivos da vida e da velhice. (Martins et al., 2010, p. 121)

O inverso também acontece. Paschoal (2002, citado por Martins et al., 2010, p. 122) vai mais longe ao defender que o "idoso mais não é de que uma construção social". Da mesma opinião partilham Stachski & Massi, quando afirma que

> os *mass media*, na maioria de seus enunciados, apresentam os idosos e o processo de envelhecimento com base em fatores negativos à sociedade, como o fim biológico e a ausência de papel social dos velhos. Apesar de apresentarem alguns discursos sobre a "pró-atividade" dos idosos, sobressai o índice de valor social voltado para a dependência económica e a perceção do envelhecimento como problema familiar e social – a partir de seu papel não produtivo na sociedade. (2011, p. 429).

Também Aledo (2013) fala sobre esta imagem pouco atrativa dos idosos e considera mesmo que outra coisa não seria expectável perante a ideia que a sociedade tem dos cidadãos mais velhos.

> Não são necessários muitos argumentos para explicar as razões desta imagem de velhice, do envelhecimento, que não surge de uma forma atrativa, bem antes pelo contrário (...) numa sociedade que considera como traços característicos de uma pessoa de idade, as rugas, a falta de valor social, a improdutividade, senão mesmo a inutilidade, as doenças, a dependência, a solidão, a velhice não pode provocar outra reação senão rejeição. (Aledo, 2013, p. 488)

Aledo refere as consequências negativas deste modo de atuar, uma vez que se difunde uma imagem antiga, onde predominam os aspetos negativos, nomeadamente a discriminação e exclusão a que, por vezes, são sujeitas as pessoas idosas, responsabilizando os média por esta forma de divulgar o tema do envelhecimento e os idosos.

> De cada vez que se lhes dá um tratamento incorrecto, de cada vez que de uma forma sensacionalista se reforça o estigma e se assinalam os estereótipos. O estigma, paravra que significa marca, uma condição, determina o comportamento que se dirige a uma perssoa ou a um grupo e generaliza uma resposta negativa, reforçando os estereótipos. (Aledo, 2013, p. 489)

Por outro lado, o autor salienta que muitas pessoas idosas acabam por interiorizar essa imagem dominante, encarando-se a si mesmas como sendo inúteis e sem qualquer valor.

> Esta interiorização é vista em atos e atitudes na sua vida diária e é claramente manifestada na languagem e expressões que eles usam para se referir a si mesmos: "Eu já não valho para nada", e esse sentido de utilidade ou inutilidade está intimamente ligado à dignidade, auto-estima, ao sentido da própria vida. Essa imagem negativa sobre si mesmo é um entrave ao envelhecimento ativo e saudável para muitas pessoas mais velhas. (Aledo, 2013, p. 490)

No mesmo sentido, um estudo denominado *Fact or fiction? Stereotypes of older Australians* (2013) realizado na Austrália revela uma invisibilidade da população idosa perante os média.

> As discussões durante o estágio qualitativo (grupos focais) indicam que muitas pessoas mais velhas sentem algum sentimento de invisibilidade. Segundo alguns membros mais velhos da comunidade, os média contribuiem para esse sentimento de invisibilidade. Isso inclui a invisibilidade da perspectiva das histórias e também do ponto de vista dos modelos a seguir, assim como dos líderes dos média. (Australian Human Rights Commission, 2013, p. 42)

O mesmo estudo concluiu que "a maior parte dos participantes sente que a attitude dos média é importante para construção de atitudes e comportamentos e muitos sentem que essa atitude é negativa" (Australian Human Rights Commission, 2013, p. 43).

Também no nosso país o tema já tem merecido a atenção de alguns investigadores. Estabelecendo uma comparação entre a realidade portuguesa e a dos Estados Unidos, Marques refere que "investigações sobre os conteúdos da televisão e jornais nos Estados Unidos mostram claramente uma reduzida representação das pessoas idosas nos programas e nos anúncios" (Marques, 2011, p. 91). Segundo a autora, esta percentagem varia entre 2 e 10% e é ainda mais baixa no que diz respeito a mulheres idosas ou a idosos afro-americanos. E em relação a Portugal? Como que os média encaram este grupo etário? Ainda segundo Marques,

> os dados relativos à representatividade das pessoas de diferentes idades nos nossos meios de comunicação não são muito animadores. De facto, de acordo com os resultados do Euro barómetro Especial 71.2, apenas 42% dos portugueses consideram que os meios de comunicação refletem adequadamente todos os grupos etários da nossa sociedade (35% afirmam "não saber" a resposta a esta questão. (2011, p. 91)

Uma outra questão que se coloca é se os média tratam de forma igual os idosos. A autora avança que no que diz respeito à publicidade e à televisão há uma evolução de mentalidades, sendo hoje possível ver pessoas idosas saudáveis, felizes e até, poderosas, a participar em determinadas séries ou a serem protagonistas de campanhas de publicidade, já no que diz respeito aos jornais, Marques afirma que o mesmo já não acontece e, classifica o seu conteúdo noticioso de claramente idadista, exemplificando com a escolha de uma notícia veiculada num jornal diário cujo título apregoava: "Santa Casa da Misericórdia lança campanha para adoção de idosos".

> Quando questionei as pessoas à minha volta sobre o que achavam desta notícia, a maioria não soube muito bem expressar o que sentia. Parecia que algo lhes causava algum desconforto, mas não sabiam o quê, já que a notícia parecia bastante positiva e divulgava uma iniciativa que pretende contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas idosas. O problema do idadismo é, muitas vezes, este. Ele pode assumir formas bastante subtis, disfarçado por mensagens aparentemente positivas. (Marques, 2011, p. 92)

Seguindo este raciocínio pode-se afirmar que os idosos são muitas vezes encarados pela sociedade como menos valorizados, menos capazes, menos eficazes, mais fracos e mais vulneráveis. De facto, alguns autores consideram este fenómeno como próprio da nossa sociedade.

> Nos países ocidentais é comum os preconceitos concebidos contra os idosos. Os meios de comunicação muitas vezes reforçam mitos sobre o envelhecimento, exibindo programas com pessoas idosas representando papéis de "velhos bobos e senis", cômicos, teimosos, excêntricos e tolos satirizando cada vez mais a imagem do velho. (Bell, 1992, p. 305)

Algumas das imagens estereotipadas veiculadas nos meios de comunicação social parecem dizer respeito à sexualidade na velhice. Por exemplo, nas novelas ou noutros programas de televisão, o amor e a sexualidade entre idosos são cenas raras. A propósito, Lobo (2006) refere a notoriedade alcançada pelas personagens de Leopoldo (Oswaldo Louzada) e Flora (Cármen Silva), da telenovela brasileira "Mulheres Apaixonadas" (2003), de Manoel Carlos.

> Este casal de idosos, discriminado pelos jovens da família, sensibilizou quase 100 milhões de telespectadores no horário nobre da Rede Globo e motivou, inclusive, a ida dos dois atores ao Congresso, precisamente na altura em que estava em discussão o Estatuto do Idoso, contribuindo, dessa forma, para sua aprovação. (Lobo, 2006, p. 2)

No entanto, esta é considerada uma exceção pelo autor, que assegura uma indiferença da sociedade brasileira perante os cidadãos idosos.

> Fora disso, nossos maiores, como os denominam os galegos, permanecem como aquele sapato velho, encostado num canto da casa; vistos, algumas vezes, como estorvos, à espera do momento final, numa sociedade que se acostumou com a ideia de que a juventude é eterna e fechando os olhos para a importância de um olhar criterioso e responsável para todas as fases do ciclo vital. (Lobo, 2006, p. 3)

Esta imagem estereotipada de uma velhice sem sexo é apenas uma das muitas que são imputadas aos idosos. Estes novos desafios são colocados à sociedade, ao Estado Social e, possivelmente, aos próprios meios de comunicação social, conforme referem Cerqueira, Magalhães, Cabecinhas & Nogueira: "nos dias de hoje é inegável a importância que os meios de comunicação social assumem a nível individual e coletivo, contribuindo para a definição de identidades" (2011, p. 210). Refletindo sobre o assunto, as autoras mencionam a linha de pensamento de Castells (2007), em que

> a principal batalha social dos nossos dias tem como objetivo conquistar a mente e a consciência das cidadãs e dos cidadãos, no sentido em que aquilo que as pessoas pensam condiciona a construção social da realidade, as suas relações de poder e as relações que

> mantêm as sociedades, ao mesmo tempo que contestam, resistem e desconstroem o poder institucional. (Cerqueira et al, 2011, p. 210)

A este propósito, Andrade fala sobre as representações dos idosos e da velhice nos discursos mediáticos, sublinhando que as mensagens positivas são poucas ou quase nulas.

> Há, assim, o privilégio de certas representações sobre o idoso e a velhice no discurso midiático – as quais se constroem pelas formações discursivas presentes no interdiscurso – enquanto outras, menos hegemônicas, são QUASE caladas (o velho tem necessidades especiais, tem um lugar na sociedade, tem um passado, tem histórias para contar, tem uma beleza singular na sua idade etc.), fazendo com que haja a reprodução de um imaginário social que representa os discursos de poder (o midiático, o econômico, o médico-científico etc.). (Andrade, 2012, s.p.)

O autor analisa, também, as consequências que tais discursos produzem na construção da identidade dos idosos, nomeadamente no modo de se encararem enquanto cidadãos.

> Nesse jogo, as imagens que se formam no espelho do olhar do outro sobre si mesmo causam efeitos sobre o sujeito, sobre a construção de sua identidade, sobre o modo de se ver e, particularmente em nosso estudo, de ser velho e cidadão e de se relacionar com os outros. (Andrade, 2012, s.p.)

Este é, aliás, um tema que tem vindo a ser estudado há algum tempo, destacando-se Northcott na década de 70, Dail na década de 80 e Meredith Tupper na década de 90 (Júnior & Freitas, 2011) com conclusões francamente desanimadoras em "que o idoso possuía pouca visibilidade e esta era depreciativa" (Júnior & Freitas, 2011, p. 5) na década de 70 e "que a imagem veiculada do idoso ressaltava características estigmatizantes relacionadas ao físico, saúde e sociabilização" (Júnior & Freitas, 2011, p. 5) na década de 80. Curiosamente na década de 90 os resultados foram mais positivos, uma vez que "a imagem do idoso na mídia era menos negativa que nas décadas anteriores (...) verificando-se que o discurso do jornal é heterogêneo, ora demonstrando o processo do envelhecimento como período de decadência, ora como período de rejuvenescimento" (Júnior & Freitas, 2011, p. 5). Com base nestes estudos acima referidos os autores concluíram que a imagem dos idosos passa por várias mudanças mas a discriminação mantém-se.

> Constatamos por meio desses estudos que, ao longo dos anos, a imagem do idoso que é veiculada pela mídia passa por importantes mudanças, pois antes eram evidenciados apenas os aspetos negativos do envelhecimento e, com o passar dos anos, as imagens depreciativas foram se atenuando, porém mesmo com a atenuação dos estereótipos, o idoso continuou vítima de descriminação. (Júnior & Freitas, 2011, p. 5)

Alguns autores reivindicam novos papéis sociais para os idosos na sociedade atual, sublinhando a necessidade de políticas públicas que assegurem as necessidades dos idosos.

> Percebe-se também, que em diversas situações não há as mínimas condições de sobrevivência e direitos básicos não são respeitados, muito menos os relacionados à educação, e o idoso encontra-se à deriva na sociedade. Assim, há necessidade de políticas públicas que atendam as demandas do segmento idoso, assegurando que direitos básicos sejam garantidos. (Oliveira, Scortgagna & Oliveira, 2008, s.p.)

Com efeito, sabemos que os média pela sua importância crescente na sociedade em que vivemos contribuem para hegemonizar algumas representações sociais, "no entanto, os meios de comunicação social podem ser também excelentes instrumentos para a visibilidade das minorias ativas, permitindo a difusão de representações polémicas e contribuindo assim para a mudança social" (Cabecinhas & Évora, 2008, p. 2686). De facto, os idosos são, hoje, cidadãos que reclamam, cada vez mais, um papel ativo na sociedade. Os média terão, certamente, um papel decisivo na formação das representações sociais dos idosos, não sendo possível ignorar uma faixa etária em contínuo crescimento. "De qualquer modo, como a mídia poderá continuar ignorando os idosos se um terço da população mundial terá mais de 60 anos de idade até meados do século? Serão mais de dois biliões de pessoas" (Campos et al., 2011, p. 212). De igual forma parece evidente que a mudança não poderá ser feita apenas num sentido, o processo terá de ser bilateral. Ou seja, também, os cidadãos seniores têm uma palavra a dizer e precisam de mudar de atitude. "A responsabilidade de criar e difundir a imagem dos séniores diz respeito, em primeiro lugar, aos próprios idosos" (Aledo, 2013, p. 497). Estamos, então, perante uma situação preocupante.

Se é importante estudar a imagem que os meios de comunicação social veiculam dos idosos enquanto cidadãos integrados numa sociedade é, igualmente importante, destacar que nos dias que correm estes cidadãos são grandes consumidores de informação (Marktest, 2008) ao contrário de algumas décadas atrás quando os idosos viviam essencialmente no mundo rural, afastados das tecnologias de informação, dispondo apenas de um rádio como meio de acesso à informação, sendo as cidades ocupadas por gente jovem em busca de trabalho.

Hoje, são milhares os idosos que vivem nas nossas cidades, aliás, Fonseca (2005) refere este envelhecimento urbano, e até um curioso regresso ao mundo rural, por parte de jovens casais.

Assim, parece de todo pertinente inserir neste capítulo não só a forma como os média retratam os seniores, mas também a forma como se direcionam para este consumidor cada vez mais

ávido de informação e com muito tempo disponível para assistir a programas, noticiários e telenovelas.

Segundo dados da Marktest (2008) divulgados num estudo denominado "Os idosos ligam a TV. e a TV liga aos idosos?" e de um outro estudo de 2012 já acima citado, apontam que os portugueses com idade acima dos 64 anos viram, em média, cinco horas e meia diárias de televisão. Dados interessantes que deveriam influenciar a programação dos canais de televisão. Estes dados permitem concluir que a televisão é o meio de comunicação mais procurado pelo público sénior mas, de facto, uma cultura estereotipada no que ao envelhecimento diz respeito parece estar enraizada na sociedade europeia.

Um estudo realizado em Espanha e divulgado pela Diputación Foral de Bizkaia aponta para resultados discriminatórios, tornando-se evidente, entre outros, que a presença da população idosa nos meios de comunicação social é deficitária, nomeadamente no que diz respeito aos assuntos que diariamente afetam esta faixa etária e conclui que raramente os seniores aparecem como especialistas em assuntos que são exclusivos daquela franja da população e que existem diferenças entre os vários meios de comunicação, sendo a televisão o meio que menos atenção dá a este grupo etário (Diputación Foral de Bizkaia, 2010).

Existe, assim, um longo caminho para percorrer, tal como revelam os estudos efetuados na última década (Aledo, 2013). Segundo resultados do Congresso Confederal de la Unión Democrática de Pensionistas, UDP, que aconteceu em Valência, em 2002, é fundamental que as pessoas de idade deixem de ser consideradas passivas, que deixe de existir a ideia que um individuo sénior é aquele que está dependente de ajudas e serviços (Aledo, 2013).

De igual forma, um estudo realizado em 2007 por alunos da Universidad de Mayores de Alicante demonstra que as premissas assumidas na chamada Declaração de Santander que consistiam que os jornalistas encarassem o envelhecimento como uma etapa mais da vida, com as suas vantagens e inconvenientes, mostrando respeito pelos valores como a experiência, a serenidade, a memória do passado, assim como a inclusão de pessoas idosas em situação de igualdade com a restante população nos noticiários, evitando linguagem pejorativa ou discriminatória, dando voz aos séniores como cidadãos independentes e protagonistas da sua vida não estavam a ser cumpridas (Aledo, 2013).

O estudo acima referido sublinha que a visibilidade desta faixa etária nos média é praticamente nula e que existe uma clara tendência de salientar as características menos favoráveis da terceira idade em detrimento dos aspetos mais positivos.

> A visibilidade do grupo nos meios de comunicação é praticamente nula. Os velhos estão ausentes. (...) A tendência geral é para enfatizar as nossas falhas e não exaltar os nossos valores. Estamos tópica e inadequadamente tratados e de uma forma não-proporcional à percentagem de idosos existente na sociedade espanhola. O grupo aparece uniformemente. A falta de rigor liga-se a estereótipos em excesso e falta de reflexão sobre a realidade da heterogeneidade presente e que, sem dúvida, faz parte dos idosos atuais.(...). A não-aceitação por parte dos média de uma nova cultura significa uma nova cultura em que a colaboração intergeracional é facilitada, torna-se visível nas tendências de informação. A linguagem é usada de forma discriminatória. (Aledo, 2013, p. 494)

Da mesma forma, a autora dá conta dos resultados de uma jornada informativa realizada no seguimento do Dia Mundial de La Sociedad de La Información que se realizou no dia 16 de Maio de 2007 na Galiza, Espanha, na qual foram apresentados as conclusões do tema "idosos e média" que apontaram para uma falta de notoriedade dos seniores nos meios de comunicação.

> Acredito que os idosos estão pouco representados nos meios de comunicação. De uma forma geral a imprensa dedica pouco espaço aos temas que afectam os idosos (...). São muito poucos os espaços que dedicam algum tempo às problemáticas dos idosos e quando existem passam em horários desadequados ou são de curta duração. (Aledo, 2013, p. 494)

A síntese da jornada informativa não podia ser mais esclarecedora: "a atenção dos média é insuficiente. Os idosos precisam de estar mais representados, estão subvalorizados e não são considerados cidadão de plenos direitos" (Aledo, 2013, p. 494).

Em Julho de 2012 a Federación de Asociaciones de Personas Mayores de Cataluña (FATEC), declarou numa carta aberta o seu cansaço e desagrado pela imagem negativa que várias entidades, entre estas os média, têm desta franja da população.

> Os mais velhos estão cansados, muito cansados, pelo facto de que, ainda hoje, determinadas instituições, setores sociais, meios de comunicação ou de publicidade e outros setores consideram todas as pessoas mais velhas, sem exceção, como um setor que precisa exclusivamente de atenção social de emergência e prioridade, cheio de problemas, envelhecido, isolado e inútil. (Aledo, 2013, p. 496)

Aledo (2013) sublinha as conclusões do "II Congreso de Las personas Mayores", que decorreu em Barcelona, em 2013, e que passam pela necessidade de reabilitar a imagem dos idosos, nomeadamente nos média.

> A imagem dos idosos que se transmite através dos média não corresponde à realidade porque é tendenciosa e incide nos estereótipos veiculando imagens que pertencem a outros tempos. É

> necessário aumentar as actividades para idosos para proveito da sociedade e para contrariar esta imagem tão deformada que frequentemente se assiste nos média. (Aledo, 2013, p. 492)

Estamos, portanto, perante um novo consumidor que exige uma mudança social. O que se pode fazer, então, para ultrapassar a questão do idadismo? Marques (2011) acredita que este problema passa, antes de mais, por uma mudança de mentalidade, ou seja por uma promoção positiva do envelhecimento e anti-idadista.

> Esta mudança ideológica já foi iniciada na União Europeia e, talvez, a diretiva comunitária contra a discriminação no trabalho seja o melhor exemplo deste esforço. Todavia, as leis que combatem a discriminação relativa à idade ainda são bastante permissivas (...) A disseminação eficaz desta ideologia anti-idadista deverá ser acompanhada por um trabalho junto dos cidadãos com vista a uma mudança do conteúdo das representações associadas à velhice e ao modo como se encaram as relações entre as diferentes categorias etárias. (Marques, 2011, p. 95)

Entre algumas propostas sugeridas, consta a que nos é apresentada por Magalhães (2008), que defende uma maior difusão, através dos média, de medidas que promovam as imagens positivas acerca do envelhecimento, bem como o maior reconhecimento público da autoridade, da sabedoria, da produtividade e outras contribuições consideradas de extrema importância acerca das pessoas idosas, como é preconizado pelo Plano de Acão Internacional, emanado em 2002 pelas Nações Unidas. Prevê, ainda, a alteração da atual forma de difusão por parte da maioria dos meios de comunicação (televisão, rádio, internet, jornais, entre outros), no sentido de incluir, divulgar e destacar nas suas mensagens a heterogeneidade (variabilidade interindividual) e a multidireccionalidade próprias dos idosos, sem utilizar conteúdos discriminatórios. Assim, quando os meios de comunicação veiculam imagens positivas em relação aos idosos e ao fenómeno do envelhecimento acabam por revelar uma faceta muito construtiva em relação a essa fase do ciclo de vida. No entanto, alguns autores, como por exemplo Bezerra (2008), consideram que é preciso ter atenção para não idealizar e/ou "dourar" a velhice, pois dessa forma poderão criar outro cliché, que poderá consistir na ideia que o idoso que está bem adaptado ao seu processo de envelhecimento é um individuo que está sempre feliz, bem-disposto, muito ativo, etc.

> O novo estereótipo veiculado pelos meios de comunicação, do velho ativo e de espírito jovem, atende mais a uma lógica do mercado de consumo do que a uma tentativa de socialização do velho e de sua melhor qualidade de vida. (Bezerra, 2008, p. 28)

Existem muitos idosos que são contemplativos, introspetivos, mas que se sentem bem adaptados e felizes. Imagens idealizadas e também estereotipadas da terceira idade podem levar muitos idosos a um sentimento de inadequação e frustração por não se identificarem com esses modelos de envelhecimento e de velhice (Bezerra, 2008). E quando se fala em invisibilidade dos idosos nos média esta parece aumentar quando se fala do envelhecimento sob lentes de género. Aliás as desigualdades de género situam-se no centro das preocupações mundiais em desenvolvimento humano (Pinto et al., 2009) Os investigadores recordam que os direitos da não discriminação das mulheres estão consagrados.

> A inscrição da dimensão da igualdade entre homens e mulheres e do princípio da não discriminação na missão da ONU remonta ao seu documento fundador, a *Carta das Nações Unidas* (1945), e adquiriu especial relevância na década de 1970, enquadrando na agenda institucional mundial muitas das questões que emergiram dos movimentos cívicos e feministas dos anos 1960. (CEDAW, 2008, Recomendação 29, citado em Pinto et al., 2009, p. 16)

Estas assimetrias de género remetem-nos para a teoria da Interseccionalidade (McCall, 2005), designada como "a mais importante contribuição teórica que os estudos das mulheres, em conjunto com outros campos, fizeram até agora" (McCall, 2005, p. 1771) Apesar do conceito ter surgido nos anos 60 ou 70 do século passado (Nash, 2008), de facto esta abordagem tem sido utilizada na teoria feminista e, mais recentemente, na teoria relativa à construção da identidade (Staunaes, 2005) Para Pinto et al., "a teoria da interseccionalidade pretende examinar como as várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem a múltiplos níveis para se manifestarem em termos de desigualdade social" (2009, p.5). Para França

> trabalhar com uma perspetiva interseccional é, em primeiro lugar, não mais tentar apreender ou analisar a realidade através de um ou outro conceito isoladamente, como é o que se tentava fazer a partir do conceito de gênero; em segundo lugar, é pensar categorias de classificação dos sujeitos de forma relacional e articulada. (2014, s.p.)

4.2 Média e género: a (in)visibilidade do feminino

A noção de género como uma construção social emerge "exatamente para diferenciar aquilo que é biológico, e, portanto inerente à pessoa, e a construção de significados em torno do sexo" (Barbosa, 1998, p. 25). Carter & Steiner (2004) falam dessa construção social salientando que não pode afirmar-se que exista uma definição universal e homogênea de género que se possa aplicar a todas as culturas ao longo do tempo.

> Outro desenvolvimento importante que orientou o ativismo feminista na década de 1970 foi a distinção entre sexo (baseado nas diferenças biológicas – masculino / feminino) e género (masculinidade / feminilidade). O género é uma construção social e não um facto "natural". Assim, o gênero não pode ser "lido" de forma redutiva a partir da diferença sexual (masculino / feminino), nem pode ser assumido que existem definições universais e homogêneas de gênero que se aplicam a todas as culturas ao longo do tempo. (Carter &Steiner, 2004, p. 4)

Refletindo sobre o poder que os meios de comunicação possuem na formação da opinião pública convoco Pissarra Esteves que salienta a importância dos média na construção de identidades. "Os *media*, enquanto dispositivos nucleares de socialização, de integração social e de reprodução cultural, desenvolvem um trabalho ativo em torno das identidades, o qual no entanto é tudo menos linear" (Pissarra Esteves, 1999, p. 5). É neste trabalho da identidade – a experiência de reconhecimento realizada em contexto comunicacional – que os média marcam a sua presença. O âmbito da sua intervenção, como já referi, é muito variável, segundo as circunstâncias sociais da sua apropriação. Umas vezes como energias vitais e genuínas da identidade, isto é, uma fonte de recursos simbólicos que proporciona aos indivíduos contextos de comunicação favoráveis à construção da sua própria identidade, livre e autónoma; outras vezes, de forma bem diferente, obedecendo a padrões dirigistas e impositivos (Pissarra Esteves, 1999). Pode-se, portanto, afirmar que os média são construtores de identidades, definições e ideologias. Silveirinha define os media como sendo "um dos lugares sociais e políticos de construção de identidades. Por eles perpassam e constroem-se definições e ideologias de diferentes grupos etários, étnicos, de classe, de cultura e de sexo que influenciam a sociedade na construção de identidades comuns" (Silveirinha, 2004, p. 9). Deste modo, os meios de comunicação social são uma fonte ou modelo de identificação na medida em que são uma influência para a sociedade na criação da identidade de cada um dos indivíduos (Correia, 2003, p. 12). Silveirinha (2016) lembra ainda a importância da dimensão de género na produção de notícias, no jornalismo contemporâneo.

> A dimensão histórica genderizada da produção de notícias também encontrou eco no jornalismo contemporâneo. Como Chambers et. (2004) nos lembram, durante a década de 1990, colunistas femininos desenvolveram estilos e apresentaram temas da revista feminina produzindo histórias pessoais. Como formas estratégicas para cativar o público, eles se debruçaram sobre os interesses do leitor cidadão que, em muitos aspectos, eram contrários ao recurso esclarecido e racional feito por aqueles que precisavam estar devidamente informados nos seus processos racionais de tomada de decisão. (Silveirinha, 2016, p. 127)

De facto, desde os anos 70 do século XX que os estudos de género têm vindo a ser discutidos um pouco por todo o mundo, e Portugal não foi exceção (ver Goffman, 1979; Amâncio, 2003; Morrison, 2003; Cerqueira, 2008; Pereira & Veríssimo, 2008; Mota-Ribeiro, 2010; Arnaut, 2011; Cerqueira et al., 2011; Magalhães, 2011; Freitas, 2012; Januário, 2014). Correia salienta que "desde as décadas de 60 e 70 tem sido crescente a atenção prestada às representações de feminilidade e masculinidade difundidas pelos meios de comunicação social, quer na construção de papéis e imagens, quer através da função que estes têm na aquisição de conhecimento e poder público (Correia, 2003, p. 21). Importa aqui sublinhar as diferenças entre os sexos, uma vez que o homem surge como o ser absoluto, enquanto a mulher é o "outro" (Raposo, 2004). Tuchman, na década de 70 do século passado, vai mais além e "introduz o conceito de 'aniquilação simbólica das mulheres' a propósito deste tipo de representações do sexo feminino tendencialmente associado à passividade, à dependência, ao romantismo e à esfera doméstica" (Lobo & Cabecinhas, 2008, p. 1731). Também Silveirinha (2016) na esteira de Simone Beauvoir destaca este papel de força e racionalidade atribuído aos homens em oposição ao papel submisso e emocional das mulheres.

> Os homens foram definidos como atores racionais e as mulheres como sendo mais próximas da natureza e inerentemente emocionais, exigindo controlo. Na verdade, a dicotomia que constrói a mulher como emocional e os homens como racionais é uma hierarquia que insiste que essa razão deve governar a emoção e a conclusão "lógica" disso é que os homens deveriam governar as mulheres. (Silveirinha, 2016, p. 131)

Para Correia (2003) a diferença de notoriedade entre homens e mulheres nos média é muito vincada. As mulheres são raramente representadas nos tópicos que ocupam as agendas noticiosas, até mesmo em temas que afetam profundamente a vida das mulheres, como por exemplo a violência doméstica. Além da violência doméstica não ocupar, maior parte das vezes, as agendas noticiosas existe outro ponto crucial que também não se encontra presente que é o Dia Internacional da Mulher" (Correia, 2003, p. 23), "uma vez que que o discurso jornalístico persiste em difundir mensagens estereotipadas e pouco representativas das mulheres e dos homens na sociedade" (Correia, 2003, p. 21). Este tema, o Dia Internacional da Mulher (DIM) na imprensa, já tinha sido analisado por Cerqueira que concluiu que

> apesar das mudanças sociais significativas nas últimas décadas, as quais têm fomentado uma cobertura noticiosa mais atenta aos temas relacionados com os direitos das mulheres/género/feminismos, conclui-se a prevalência de um jornalismo esporádico. Só em casos pontuais parece existir o chamado jornalismo de comprometimento social, que

> se carateriza por um envolvimento pessoal das/os profissionais neste tipo de temáticas, os quais pretendem refletir de forma mais "ativista" sobre determinados temas (2012, p. 429).

Parece, assim, estar em evidência uma certa invisibilidade do feminino nos média relativamente ao masculino. Associando, agora, o fator sexo feminino com terceira idade verifica-se que esta invisibilidade aumenta.

> Na ficção – telenovela, minisséries, cinema – essas pessoas, em geral, têm papéis secundários e são representados por estereótipos sociais tradicionais, em sua maioria negativos ou que com ou sem alarde, são revestidos de uma imagem moderna e também estereotipada de indivíduos sempre ativos, entusiasmados, joviais e muitas vezes contemplados com possibilidades amorosas e sexuais que, uma vez mais, fogem à realidade. (Mendonça, 2012, p. 72)

Acrescenta o autor que nos discursos vinculados pelos média que se dirige a um público essencialmente feminino, as mulheres de 50 anos aparecem sub-representadas e/ou sub-valorizadas.

> Nos discursos difundidos nos meios cujo público específico é composto por mulheres, aquelas que supostamente estão acima de 50 anos são sub-representadas e, quando o são, prevalecem as visões estereotipadas e/ou como indivíduos que compõem um nicho de mercado a ser explorado por determinados produtos e serviços destinados exatamente ao rejuvenescimento e ao retardamento da velhice. (Mendonça, 2012, p. 72)

Estamos perante o "idadismo" descrito por Staab & Hodges (1998) como sendo um processo que cria estereótipos e que visa discriminar as pessoas só porque são velhas (Staab & Hodges, 1998). Segundo Correia (2003) estas diferenças levam a que os média desenvolvam outros estereótipos.

> Para além destes vários tipos de diferença encontrados também é importante sublinhar que os/as jornalistas tendem a ver as mulheres como vozes sem autoridade, isto é, sem voz ativa para que possam de um modo geral demonstrar as suas ideias em relação àquilo que é noticiado e de modo a poderem defender-se das injustiças a que são sujeitas. Podemos dizer então que o sexo feminino continua a ter pouca visibilidade nos discursos mediáticos (Correia, 2003, p. 23).

Consequentemente esta diminuta visibilidade do sexo feminino vinculada pelos média refletir-se-á na construção das representações sociais de género, tanto para o feminino como para o masculino.

> Assim, as produções jornalísticas não podem ser desligadas do mundo material. Todavia, reconhecendo que estes jornais não são meros transmissores das informações que lhes são passadas, não se pode ignorar o papel das representações jornalísticas na construção de um imaginário coletivo, e portanto na criação de significados sobre o que é ou o que deve ser e fazer uma mulher (o mesmo vale para um homem) na sociedade ocidental e como se deve relacionar com o mundo envolvente. (Cerqueira, 2012, p. 434)

Outro dos estereótipos associados ao género é a beleza. A ideia de uma mulher "objeto" cuja beleza física determina como os outros a julgam, continua enraizada em muitas sociedades (Martin & Gentry, 1997). Contrariamente ao que acontece com os homens cujo envelhecimento parece ser socialmente aceite, às mulheres o processo de envelhecimento não parece ser pacífico nem consensual. Ao homem de "meia-idade" são atribuídos valores desvinculados de sua imagem física, tais como maturidade, charme, poder, sucesso financeiro. Da mulher espera-se, ao contrário, que seja sempre jovem, bela e sedutora. Afinal, "no feminino a sedução se apoia essencialmente na aparência e nas estratégias de valorização estética" (Lipovetsky, 2000, p. 63). Aliás, num estudo desenvolvido em Portugal verificou-se que as mulheres estão mais associadas à família onde predomina a afetividade e o emocional enquanto os homens surgem associados a papéis de força, poder e desempenho profissional (Pereira & Veríssimo, 2008). Quando se fala em mulheres idosas o fator beleza raramente aparece associado até porque como afirma Skura (2016, p. 4), "a mulher velha foi banida de cena quando rostos jovens tomam conta das representações de modelo de beleza". Assim, é este o ideal de beleza aparece em jornais, revistas e televisão, assim como na publicidade "mas todos sabemos que essa é uma questão de imagem visual, que jamais alguém pode pensar em atingir" (Debert, 2011, p. 80). Diz Skura (2016, p. 5) que "o corpo envelhecido se transforma em objeto de vigilância e alimenta a indústria do rejuvenescimento". Contudo parece existir uma vontade de mudança, dando voz às reivindicações de Tuchman que defendia que as mulheres assumissem "posições de influência e poder nos meios de comunicação para que estes mudassem de conteúdos, o que seria uma forma de gerar mudanças a nível social" (Tuchman, 2004, p. 8). Sobre este assunto Cerqueira e Cabecinhas salientam que "todavia, já nos anos 90 assistimos a uma maior atenção da ONU e das suas agências à questão dos regimes de representação das mulheres na sociedade em geral e nos *media* em particular" (2012, p. 108). Referindo-se à "IV Conferência Mundial sobre as Mulheres", que decorreu em 1995, em Pequim, consideraram-na um ponto de viragem "a partir do qual as questões dos direitos das mulheres passam a serem vistas como problemáticas sociais que afetam mulheres e

homens" (Cerqueira & Cabecinhas, 2012, p. 108). Segundo as autoras, no ponto J da Plataforma de Ação da Conferência de Pequim denominado "As Mulheres e os Media" reconhece-se que são fulcrais para o progresso das mulheres, incidindo sobre dois objetivos estratégicos: "incrementar a participação e o acesso das mulheres à expressão das suas ideias e à tomada de decisão nos meios de comunicação social e através deles, e nas novas tecnologias da comunicação" e "fomentar uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres" (Cerqueira & Cabecinhas, 2012, p. 108).

De facto, o documento acima citado sobre a Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995), avança várias medidas a adotar pelos governos e organizações não-governamentais, pelos meios de comunicação social e pelas agências de publicidade. Para além do incentivo de promoção de ações de formação para os profissionais da comunicação social, há também ações concretas contra a discriminação, violência e uso de imagem degradante em relação às mulheres (Viotti, 1995). Foram apontadas algumas conclusões redigidas nos pontos 5 e 6 do documento:

> 5.Constatamos que a situação da mulher progrediu em alguns importantes aspetos na última década mas que esse progresso tem sido irregular, pois persistem desigualdades entre homens e mulheres e continuam a existir grandes obstáculos, com sérias consequências para o bem-estar de todos, 6. Constatamos também que essa situação é exacerbada pela crescente pobreza que afeta a vida da maioria da população mundial, em especial a das mulheres e crianças, e tem origens tanto nacionais como internacionais. (Viotti, 1955, p. 151)

No 20º aniversário desta Conferência que decorreu na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque em 2015, foi feito um balanço dos avanços e dos desafios para a implementação dos acordos estabelecidos para a igualdade de género e os direitos das mulheres, tendo sido identificadas doze áreas de ação prioritárias, onde mais uma vez se encontra a preocupação com as mulheres e os média: mulheres e pobreza; educação e capacitação de mulheres; mulheres e saúde; violência contra as mulheres; mulheres e conflitos armados; mulheres e economia; mulheres no poder e na liderança; mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; direitos humanos das mulheres; mulheres e a mídia; mulheres e meio ambiente; direitos das meninas (ONU, 2015). Também em 2011, o "Congresso de Mujeres Mayores" que se realizou em Madrid, sob o título "Las oportunidaddes de la edad: mujeres sábias" aprovou um manifesto que preconiza várias ações com carácter de urgência que se sintetizam na seguinte frase, salientando as contribuições positivas do envelhecimento das mulheres para "que se deixe de considerar o envelhecimento como um peso para a sociedade, que deem valor aos contributos positivos que desenvolvemos e ao nosso potencial" (Aledo, 2013, p. 495). O documento conclui que desde a

primeira reunião em 1995 foram feitos vários avanços principalmente no acesso à educação, contudo, as mulheres ainda sofrem muitas desigualdades e formas de discriminação. Desde a Conferência de Pequim, registaram-se muitos avanços em diversas áreas, sobretudo na da educação. Contudo, embora as legislações e políticas tenham combatido muitas desigualdades e formas de discriminação de que as mulheres são objeto, os progressos globais continuam a não ser uniformes. Existem disparidades entre regiões e no seio dos países. As estatísticas ocultam também diferenças entre as mulheres em função do local onde vivem, da sua condição económica, da etnia, da idade, da deficiência e de outros fatores (ONU, 2015).

4.3 Os idosos e as novas tecnologias

A sociedade está em constante transformação. Contudo, esta mudança não aconteceu de um dia para o outro. Desde os finais do século XVIII a sociedade tem evoluído de uma forma drástica, não só em termos económicos mas também sociais e tecnológicos. Estamos hoje na era da informação, caraterizada por grandes mudanças.

> Significativas transformações são identificadas na sociedade desde 1ª da revolução industrial. A partir das mudanças ocorridas no contexto social desde século XVIII até os dias atuais, a sociedade atravessa por inúmeros caminhos de modernização em busca do mundo autônomo, ágil e interativo. Os avanços fazem parte de uma nova ordem econômica que dita as regras, apontando as necessidades do novo mundo, ou de uma nova era: da informação. (Maciel, Pessin & Tenório, 2012, p. 8)

Os autores falam do impacto causado por estes avanços tecnológicos nomeadamente na população idosa.

> A sociedade contemporânea vem passando por inúmeras mudanças em todas as áreas do conhecimento humano. Os impactos produzidos nos últimos tempos na sociedade através dos avanços tecnológicos têm provocado uma profunda reestruturação no estilo de conduta, atitudes, hábitos e tendências das populações mundiais, principalmente da população idosa. (Maciel et al., 2012, p. 8)

Perante esta informação parece correto afirmar que urge dar visibilidade a esta faixa etária nos meios de comunicação social, principalmente se estivermos a falar de um jornalismo socialmente comprometido. Por outro lado, os média têm de estar preparados para compreender as exigências e corresponder às expectativas deste "novos" cidadãos idosos que, segundo o estudo da Marketest (2008) aponta que o consumo médio de televisão entre os idosos cresceu mais de meia hora diária, nos últimos cinco anos. Dados que serviram de

reflexão a Pinto, que transmite a sua preocupação face ao aumento do consumo de televisão entre os idosos.

> Um volume de consumo desta dimensão deveria fazer tremer o país. Com as crianças (cujos consumos estão longe destes valores) preocupamo-nos com o tempo e o impacte da TV. Mas com os mais velhos atuamos como se já nada houvesse a esperar, como se não fosse dramático que centenas de milhares vegetem a olhar para o ecrã, sem oportunidades para o que se chama propriamente vida, abandonados a si mesmos, sedados por esse moinho de imagens que entretém e distrai. (Pinto, 2008, s.p.)

Com dados mais atuais, Veríssimo, Quico, Cardoso e Damásio (2012) falam sobre esta tendência, referindo que a faixa de idosos com mais de 64 anos são os que mais consumem televisão.

> Com efeito, a televisão tem uma presença poderosa na rotina dos seniores portugueses. De acordo com dados da Marktest de 2012, os maiores consumidores de TV em Portugal são, por faixa etária, os indivíduos com mais de 64 anos, com 5h15m08s de audiência de TV (mais 44,2% do que a média), seguidos do grupo entre os 55 e os 64 anos, com 4h15m24s (Marktest, 2013, p. 4)

Contudo, apesar dos estudos referidos se centrarem na televisão, é inegável a importância que os média em geral representam na sociedade atual.

> No entanto, se restringirmos a análise aos indivíduos entre os 65 e os 74 anos, o uso das TIC nem sequer fazem parte da rotina da maioria destes indivíduos. Um estudo do INE produzido em 2011 concluiu que apenas 13,9% desta faixa etária usa o PC e 12,5% tem acesso à Internet. (Veríssimo et al., 2012, p. 4)

Apesar de as TIC e da internet não serem os média mais utilizados pelos idosos, várias ações têm sido desenvolvidas para uma aproximação e um aproveitamento das TIC pelas pessoas idosas. Assim, a nível europeu, no âmbito do plano de ação no domínio Tecnologias da Informação e das Comunicações e Envelhecimento (2007), a Comissão Europeia lançou um programa cujo objetivo é, por um lado, fazer a vigilância e o acompanhamento das pessoas idosas para que possam ter uma velhice mais segura e autónoma e, por outro, favorecer o desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações nos serviços prestados às pessoas. Promover o desenvolvimento das TIC coloca-as ao serviço das pessoas de idade em toda a União Europeia, permitindo desta forma prolongar a sua vida profissional, garantindo-lhes um equilíbrio entre vida ativa e profissional, e permitindo também manterem-se socialmente ativas e criativas, através de uma comunicação em rede e do acesso aos serviços públicos e

comerciais. Deste modo, pretende-se evitar o isolamento social dos idosos, em particular aqueles que moram em zonas rurais, com fracos recursos estruturais, de serviços, de transportes, com fraca ou nenhuma retaguarda familiar e sem qualquer assistência social ou apoio domiciliário.

Outro grande objetivo deste programa é dotar as pessoas de "ferramentas" para um envelhecer bem em casa, ou seja no seu lugar, permitindo ter acesso a vários serviços, sem que a pessoa idosa tenha de se deslocar. Parece ser então do consenso geral que as TIC devem permitir aumentar a qualidade de vida e fomentar a independência, sendo que até 2013, a União Europeia e os EUA, junto com o setor privado, investirão mais de um bilhão de euros em pesquisa e inovação dentro do programa "Envelhecer bem na Sociedade da Informação" (Campos, 2010). Com efeito, as tecnologias da informação e das comunicações (TIC) podem levar ao aparecimento de novos produtos e serviços, mais acessíveis e capazes de responder às necessidades das pessoas de idade. O programa encontra-se organizado por várias normas que pretendem contribuir para a inclusão social, tais como: 1) uma Sociedade da Informação aberta a todos (IP/05/643); 2) uma Sociedade da Informação aberta ao crescimento e ao emprego (IP/05/643); 3) Acessibilidade Eletrônica (IP/05/1144); 4) uma agenda política de inclusão digital, conforme acordado em 2006 pelos Estados-Membros reunidos em Riga (IP/06/769) e para o final de 2007 estava prevista uma comunicação relativa à futura estratégia da União Europeia em inclusão digital (Campos, 2010, p. 55). Este projeto pretende atuar em três dimensões: 1) envelhecer bem no trabalho, isto é, pretende-se que os cidadãos tenham um desenvolvimento ativo no trabalho, mantendo-se no mercado laboral até mais tarde, utilizando as TIC e desenvolvendo competências digitais; 2) envelhecer bem na comunidade, ou seja, que os idosos continuem a ser socialmente ativos e criativos, nomeadamente através da utilização das redes digitais como suporte da sua qualidade de vida, pondo fim ao isolamento e permitindo uma melhor eficácia na solução dos seus problemas do dia-a-dia, por exemplo, através de compras *online*, evitando deslocações desnecessárias e colmatando, muitas vezes, a ausência de uma retaguarda familiar adequada e, por fim, 3) o envelhecer bem em casa, criando condições para o aumento da qualidade de vida na longevidade dos idosos, permitindo uma maior independência, de autonomia e até, de dignidade (Campos, 2010). No lançamento deste plano em Junho de 2007, em Bruxelas, a Comissária Europeia da Sociedade da Informação e Meios de Comunicação, Viviene Reding afirmou que "as Tecnologias de Informação e Comunicação proporcionarão novos produtos e serviços mais acessíveis que respondam às necessidades dos nossos idosos" (Campos, 2010, p. 56).

Em Portugal, há já uma tradição para a inclusão das TIC nas várias áreas da sociedade que remonta à publicação do *Livro Verde da Sociedade da Informação em Portugal*, em 1997. De realçar, na década de 80, o projeto MINERVA, tendo-lhe sucedido o Projeto Nónio Século XXI que promovia a formação e utilização dos meios informáticos em contexto educativo. Mais tarde, surgem algumas medidas mais direcionadas para as pessoas idosas, nomeadamente a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação (1999); e-Acessibilidade de *websites* do setor da Administração Pública Central e Local; Programa Nacional para a participação de Cidadãos com Necessidades Educativas Especiais na Sociedade da Informação; Plano de Ação Nacional para o Crescimento e Emprego (2005-2008); Estratégia Nacional para um Desenvolvimento Sustentável (2006-2015); Plano de Ação Nacional para a Inclusão de Cidadãos com Necessidades Especiais (2006); Plano de Ação Nacional para a Inclusão (2006-2008); Plano de Ação Nacional para a Inclusão de cidadãos com deficiências; Plano de Ação Nacional para a Acessibilidade; Linhas de orientação para a e-Acessibilidade nos *websites* da Administração Pública e Plano Tecnológico (2008) que atua em tês eixos: conhecimento, tecnologia e inovação (Gil & Amaro, 2011).

É incontornável que a internet veio revolucionar o mundo tal como o conhecíamos até então, não só facilitando o nosso dia-a-dia e criando novas soluções mas, também, permitindo através dos seus instrumentos uma partilha de conhecimentos. "Assim os meios tecnológicos, como a internet, podem atuar como um canal de construção de informação, e a mesma pode ser transformada em conhecimento por seus usuários" (Maciel et al., 2012, p. 11). Mas não é só o uso da internet que parece estar a entrar no quotidiano das pessoas, o uso de novas tecnologias também têm vindo a aumentar. "Em paralelo, o uso das tecnologias aumentou na sociedade, em diferentes ambientes e faixas etárias. A busca e uso de tecnologias mais atualizadas como smartphone, reprodutores de mídias, jogos interativos, tablets, entre outros, evidenciou-se nos últimos anos na população (Wasserman, Grande, Machado & Behar, 2012, s.p.). Contudo, a utilização da internet e das TIC parece não estar ainda generalizada entre a população idosa. Em Espanha um estudo denominado "Estan todos los que son? La brecha digital e las personas mayores" revela que

> a brecha tecnológica refere-se às desigualdades sobre o acesso, a intensidade e a natureza ou tipo de utilização das TIC; os idosos são um dos grupos sociais muitas vezes associados à brecha tecnológica: a exclusão tecnológica traz riscos de exclusão social. (Martinez-Pecino & Matos, 2014, p. 113)

Em relação às consequências da brecha digital, o estudo concluiu que

> a exclusão tecnológica tem implicações para a nossa comunicação. Devemos considerar que está envolvida com todos os os meios para dirigir as nossas mensagens "e que" para intervir na exclusão tecnológica deve-se agir para além do acesso físico, mas também trabalhar as motivações, habilidades e percepções de utilidade da tecnologia. (p. 113)

No entanto, em Portugal os dados parecem ser mais otimistas. Segundo Martinez-Pecino, Matos e Silva (2013, p. 131) num estudo denominado "Portuguese older people and the internet: Interaction, uses, motivations, and obstacles", os portugueses idosos em estudo parecem utilizar a internet com frequência. "Resultados obtidos a partir de um questionário preenchido por 189 idosos matriculados em universidades para a terceira idade, mostram que 68,1 % consideram-se como sendo utilizadores da internet". Quanto às motivações para utilizar a internet, o mesmo estudo revela que os idosos utilizam o serviço de internet para aceder ao correio electrónico e procurar alguma informação. "Os idosos utilizam a internet principalmente para aceder ao *e-mail* e ler as notícias. Eles afirmam que a internet é útil, ajuda-os a manterem-se atualizados, e serve para preservar (mas não para iniciar) relacionamentos" (Martinez-Pecino et al., 2013, p. 131). Um aspeto importante do estudo revela que os idosos não utilizadores da internet não deram como justificação a sua idade ou problemas de saúde, mas sim outros fatores como o próprio desinteresse pelas novas tecnologias. Parece, portanto, oportuno afirmar que as novas tecnologias podem contribuir para o estreitar das relações entre as gerações, contribuindo para o bem-estar dos idosos, já que "a inclusão digital aponta uma mediação entre o público idoso e a realidade digital, estreitando as lacunas existente entre as gerações, permitindo muito além da socialização, fator este muito importante para a qualidade de vida na terceira idade" (Maciel et al., 2012, p. 13). Estudos mais recentes parecem corroborar esta ideia, principalmente no que diz respeito ao conceito de envelhecimento ativo. "Quanto ao envelhecimento ativo, demonstrou-se que os idosos altamente digitais apresentam um envelhecimento mais saudável, sem que se possa concluir que o uso das TIC garante a inclusão e a participação" (Colombo, Aroldi & Carlo, 2015, s.p.). Wasserman e colaboradores destacam, também, a importância que os novos meios de comunicação podem desempenhar no dia-a-dia destes cidadãos.

> Os idosos têm tornado o computador um grande aliado para estimular a memória e construir/aprimorar os conhecimentos. Há alguns anos atrás, as pessoas mais velhas pouco utilizavam as tecnologias e, quando o faziam, era para se informar com as notícias, por exemplo. No entanto, atualmente, as redes sociais estão cada vez mais fazendo parte do cotidiano dos idosos. As redes sociais são espaços destinados para a socialização, utilizando

> para isso recursos de compartilhamento de informações, fotos, vídeos e principalmente comunicação entre seus usuários. (Wasserman et al., 2012, s.p.)

Mas, de facto, se a internet veio revolucionar e reestruturar a vida das pessoas incluindo os cidadãos mais idosos é fundamental que exista uma educação para os média, contribuindo desta forma para a sua inclusão. Esta parece ser, também, a conclusão de um estudo efetuado em Espanha, com um grupo de idosos:

> Estas oportunidades servem para melhorar a qualidade de vida dos idosos e contribuir para o envelhecimento activo, embora a sua otimização precise de programas e ferramentas de "e-Inclusão" e metodologias que se debrucem sobre a Internet para os idosos, ensinando e preparando os idosos para o uso das novas tecnologias. (Llorente-Barroso, Viñarás-Abad & Sánchez-Valle, 2015, s.p.)

Parecem, assim, pertinentes as ideias veiculadas por Petrella, Pinto e Pereira que referem a necessidade de se adquirir novas competências para uma inclusão efetiva.

> De facto, numa sociedade em mudanças sociodemográficas, tecnológicas e comunicativas, novas competências, não só técnicas mas culturais e sociais, são necessárias para se ser "incluído" para se poder exercer autónomo e criticante a própria cidadania. Se libertada de uma visão "tecnocêntrica" e baseada em competências críticas, culturais e relacionais, a Educação para os Media pode desempenhar um papel importante na inclusão dos idosos, olhando não só para as suas carências e limitações, mas também para a mais-valia representada pela experiência e pelas competências acumuladas ao longo da vida, envolvendo-as numa dinâmica de partilha com as outras gerações. (2014, p. 150)

Pode-se, assim, afirmar que a Educação para os Média surge com o alargamento do conceito de literacia introduzido por Zurkowski em 1974. Por exemplo a Literacia da Informação em geral é definida como um conceito que "inclui também a literacia visual, e a dos média, a literacia dos computadores, a digital e a do uso de redes de internet" (Eisenberg, Lowe & Spitzer, 2003, p. 10).

Já o conceito de Educação para os Média é definido pelo estudo Educação para os Média em Portugal – experiências, atores e contextos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) como "o conjunto de conhecimentos, capacidades e competências e os processos da respetiva aquisição (relativas ao acesso, uso esclarecido, pesquisa e análise nítida dos *media*, bem como as capacidades de expressão e de comunicação através desses mesmos *media*" (Pinto et al., 2011, p. 24) O surgimento dos novos média, nomeadamente da internet, aumenta a preocupação da Educação para os Media, tornando essencial uma literacia mediática. De facto,

a literacia mediática é definida por Sonia Livingstone, e engloba em si a democratização, a capacitação das pessoas comuns contra aqueles que os vêem como elitista, divisionista, uma fonte de desigualdade (Livingstone, 2004, p. 20).

Já os estudos sobre exclusão remontam aos finais do século XIX princípios do século XX. Por exclusão podemos considerar que é uma "acumulação de processos confluentes com ruturas sucessivas que, despoletada no centro da economia, da política e da sociedade, vão afastando e inferiorizando pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes" (Estivil, 2003, p. 20). Para Alves (2014), no conceito de exclusão social devemos incluir todas as esferas sociais onde o indivíduo está inserido (família, amigos, vizinhos, etc). No entanto, não existe conceito de exclusão social sem a noção de inclusão social "na medida em que para uma existir a outra tem de se manifestar (Alves, 2015, p. 67). A noção de inclusão está relacionada com um conjunto de sistemas que une o indivíduo à sociedade (Alves, 2015). No entanto, o autor alerta para o facto de que a "relação entre o indivíduo e as suas esferas sociais mais próximas, não representa por si só um fator de inclusão social, na medida em que a inclusão social também depende de outros fatores, como por exemplo o fator económico" (Alves, 2015, p. 64). As referências identitárias que permitem ao indivíduo sentir-se parte integrante na sociedade, assim como o direito à informação são para Alves fatores determinantes no conceito de inclusão social.

> Na verdade, com o surgimento do novo paradigma da individualização, o indivíduo tende a isolar-se, criando barreiras cada vez maiores entre aqueles que não partilham os mesmos ideais e valores. Este isolamento pode levar à expulsão, ou negação, daqueles que por ele não são reconhecidos, dificultando deste modo a integração e a coesão coletiva, provocando uma fragmentação do laço social. Partindo desta perspetiva, será fácil perceber o poder que as redes sociais, ou comunidades virtuais, têm no dia-a-dia dos cidadãos, na medida em que os valores por si criados irão determinar, ou não, a sua capacidade de viver numa sociedade em rede" (Alves, 2014, p. 65)

A noção de inclusão social ocupa, também, um papel importante nas ideias de Wasserman e colaboradores (2012), que destacam o aumento do uso das novas tecnologias por parte dos cidadãos idosos brasileiros, que vão muito para além do uso do computador, salientando que as notícias já não são o principal motivo da sua utilização, destacando-se a partilha de opiniões e a socialização.

> Um dos principais motivos dos idosos utilizarem as novas tecnologias é a possibilidade de estarem incluídos na sociedade, ou seja, ser ativo e fazer parte do novo panorama. Um dos

> meios para inserir-se neste mundo virtual é por meio das redes sociais. Com as mudanças paradigmáticas, as pessoas idosas vêm conquistando o seu espaço neste mundo virtual. As redes sociais para este público estão se tornando um local não apenas como forma de passatempo, mas como fonte de novos conhecimentos e, em muitos casos, divulgação de seus trabalhos voluntários, direitos dos idosos, potencialidades artísticas e intelectuais. (Wasserman et al., 2012, s.p.).

Até porque, se por um lado, ao primeiro contacto, as novas tecnologias possam parecer complicadas, a sua utilização traz benefícios para os idosos principalmente ao nível da socialização.

> Estar próximo a alguém, diminuir a solidão e os medos do envelhecer, socializar, se divertir, encontrar amigos, ativar o corpo e os neurônios, melhorar os processos cognitivos entre tantos outros benefícios que as novas tecnologias proporcionam ao idoso quando este toca o universo digital. Dessa forma ao entrar em contato com o computador, o idoso supera o primeiro desafio desta inclusão, ampliando as relações interpessoais e intergeracionais, reduz o isolamento social e ao mesmo tempo estimula a parte psíquica e mental. (Wasserman at al., 2012, s.p.)

Esta ideia parece ser partilhada por outros autores. Para Petrella, Pinto e Pereira (2014) é necessária uma estratégia educativa que concorra para uma heterogeneidade do envelhecimento.

> É necessário ir além de conceções tecnocêntricas dos *media*, para poder direcionar os esforços na construção sinergética de uma estratégia educativa que tenha em conta os fatores que concorrem para a heterogeneidade do envelhecimento e que podem contrastar ou influenciar positivamente a qualidade dos usos. (Petrella et al., 2014, p. 153)

No entanto se, por um lado, parece um facto aceite que as novas tecnologias podem beneficiar as relações interpessoais dos idosos, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, o conhecimento e sabedoria dos idosos adquiridos ao longo de uma vida parecem ser uma mais-valia para o estreitar de relações entre gerações.

> Se, por um lado a geração mais velha parece mais predisposta para a exclusão digital e social, por outro lado representa um importante recurso para a sociedade, sobretudo na relação com as novas gerações, onde tem a possibilidade de investir todo o capital simbólico construído e acumulado ao longo da própria vida; em troca recebe novos conhecimentos e recursos emocionais, contribuindo para a colmatagem do fosso intergeracional. (Petrella et al., 2014, p. 154)

Estamos aqui perante a questão da necessária educação para os média como forma de inclusão digital dos cidadãos idosos, sendo este um direito de plena cidadania e uma mais-valia para a

qualidade de vida na terceira idade. "A experiência dos Programas Intergeracionais e os recursos da Educação para os Media podem representar um importante recurso rumo à plena cidadania e a uma "nova" qualidade de vida na terceira idade" (Petrella et al., 2014, p. 155). A sociedade está definitivamente em mudança. Como ficou claro, os indivíduos idosos são protagonistas e agentes desta mudança. Nos dias que correm são já várias as vozes (Campos, 2007; Campos et al., 2011) que reclamam um jornalismo socialmente comprometido ou jornalismo ambiental.

Para Arcine, esta "nova" fase dos média já começou e

> uma das implicações do aumento do número de idosos é a construção da imagem do idoso apresentada pela mídia e pela linguagem a ela aliada. A constituição dessa nova imagem não é realizada sem propósito. Uma indústria inteiramente voltada para este gênero vem sendo montada e expandida com a ajuda do apelo midiático e a adoção de um novo estilo de vida para os idosos. (Arcine, 2010, s.p.)

Segundo a autora, uma forte mudança de mentalidade está a ser operada, nomeadamente no que diz respeito às representações sociais dos idosos e ao seu papel na sociedade.

> Por conta desse movimento na História, um arquivo vem sendo retomado e materializado nos enunciados jornalísticos, evidenciando o trabalho da memória na construção do idoso atual, servindo de fonte para a produção de identidades. A posição-sujeito do idoso tradicional é trazida para esse cenário para auxiliar na constituição de um "novo" idoso. (Arcine, 2010, s.p.)

Para a autora estes novos idosos são agora vistos pela sociedade e pelos média através de uma nova imagem nunca antes percebida.

> Atualmente, ao invés de retratar um idoso considerado velho, isto é, cansado, incapaz, com doenças e limitações; determinados discursos que circulam na mídia vêm agindo de modo a desconstruir essa representação e propor novas identidades para os idosos, mostrando-o ativo, preocupado com a aparência física, com o desempenho sexual, que gosta de praticar esportes radicais, de passear, enfim, de ter momentos prazerosos. (Arcine, 2010, s.p.)

Exige-se, assim, cada vez mais, um jornalismo de proximidade, representativo da sociedade onde está inserido, mas sendo, também, uma alavanca de mudança de atitudes. "As boas escolas de Comunicação estão permanentemente empenhadas em aperfeiçoar os seus cursos. O perfil de ingresso esperado em todas elas corresponde a um profissional capaz de se sensibilizar com a complexidade dos fenómenos sociais à sua volta" (Campos, 2007, s.p.). Acima de tudo, exige-se um conhecimento multidisciplinar no exercício da profissão, já que

> estamos diante de uma profissão enciclopédica e o grande perigo é abrir tanto o leque de conhecimentos que acabaremos não conhecendo coisa alguma e nos perdendo do principal

> que é o estudo da própria vida, a ponto de nos incluirmos no paradoxo de Pascal: Onde está o saber que perdi com o conhecimento? (Campos, 2007, s.p.)

O autor alerta para a pouca relevância que a comunicação social dá ao envelhecimento demográfico e para "a falta de interesse dos cursos de Comunicação Social em preparar os futuros jornalistas em temáticas de cunho ambiental e de ecologia humana, como no caso da visibilidade dos idosos na sociedade, através da mídia" (Campos, 2007, s.p.). Em um outro estudo, o autor vai mais longe ao considerar que os novos meios de comunicação não estão a cumprir adequadamente o seu papel de servir à sociedade e dá o exemplo da TV Digital que permite uma melhoria na qualidade da imagem e facilita o acesso aos mais variados produtos que podem ser adquiridos instantaneamente, contudo as funções interativas ficam limitadas ao plano económico.

> Quase nada se avança na possibilidade de interferir nos conteúdos ou, o que é mais importante, de abrir canais de participação direta para os grupos sociais como permite a tecnologia digital. O resultado é que os meios de comunicação continuam concentrados em poucas mãos, inviabilizando a esperada democratização que abriria o acesso às novas tecnologias a todas as pessoas. (Campos, 2010, s.p.)

Apesar do cenário é certo que já se deram alguns passos para inverter a situação. É o caso do já anteriormente referido apoio que a Comissão Europeia tem dado a novos produtos na área das TIC. O autor considera que, desta forma a Comissão Europeia contribui para chamar a atenção da sociedade para a questão do envelhecimento demográfico que considera ser tão importante como a mudança do clima.

> Do ponto de vista ecológico, é tão importante quanto a mudança do clima e, no entanto, não vem sendo tratado com a devida seriedade, uma vez que parece estranho falar de "envelhecimento" na Sociedade do Conhecimento permeada por bens simbólicos que remetem a um mundo freneticamente high teck, sem tempo ou sem espaço para reflexões. (Campos, 2010, s.p.)

Impõem-se então questionar se os jovens estudantes de jornalismo estarão conscientes da mudança que é preciso operar nos meios de comunicação social, uma vez que o fenómeno do envelhecimento demográfico não é pontual nem momentâneo e que diz respeito a todos nós. E esta é uma questão que começa a surgir nos estudiosos do tema: "perguntamo-nos, então, se a mudança no modo de olhar o idoso não deveria nascer dentro da Universidade, através dos jovens que se preparam para o exercício da profissão, com cidadania e preocupação social" (Campos et al., 2011, p. 211). Para muitos a própria sociedade está a falhar.

> Por que ninguém é processado quando trata mal um idoso? Porque os coletivos urbanos não têm assentos preferenciais suficientes para as pessoas idosas? Porque os terminais eletrônicos dos bancos não podem ter máquinas especialmente reservadas aos idosos com visualização mais simples e com *softwares* mais adequados às dificuldades de leitura do idoso? Porque não se fazem jornais impressos com paginação e tamanho de letras mais confortáveis para leitores idosos? Porque não há *sites* de Internet especialmente desenhados para essa faixa etária? Essa pauta do respeito ao idoso deveria ser uma constante na mídia. (Campos et al, 2011, p. 211)

Um grupo de estudantes de uma universidade brasileira levou a efeito um estudo denominado "idosomídia" onde fez um levantamento das temáticas sobre idosos e envelhecimento tratadas nos meios de comunicação social daquele país e concluiu haver necessidade de uma maior visibilidade desta faixa da população.

> Diante de tudo, ressaltamos que há a necessidade de uma maior visibilidade da terceira idade na mídia, através da criação de produtos específicos para tal faixa etária. Quanto aos produtos já produzidos, devemos salientar que se faz necessária uma reavaliação da linha temática considerada para a terceira idade: há de se manter o entretenimento, o lazer, a motivação, porém, há de se considerar o idoso como parte da sociedade e, assim, mantê-lo ciente dos acontecimentos da atualidade. (Campos et al., 2011, p. 227)

O papel fulcral que os meios de comunicação social desempenham na construção da realidade social e a necessária mudança que acredito ser necessário operar na sociedade, atesta a importância de trabalhos de investigação como este cujo tema central seja o envelhecimento e a visibilidade dos idosos nos média.

Parte II – Investigação empírica

Capítulo V – Metodologia

5.1 Opções metodológicas

Consideremos, agora, as opções metodológicas deste trabalho começando por uma visão abrangente até chegarmos ao nosso modelo de análise. A metodologia pode ser definida "como um conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica" (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1990, p. 15). Coutinho refere que "as metodologias carregam em si mesmas, interesses que condicionam os resultados procurados e encontrados, razão pela qual o investigador deverá procurar identificar os interesses humanos que estão sempre por detrás das diferentes formas de investigar" (2006, p. 438). Por seu lado, Martins resume a metodologia como "uma disciplina instrumental ao serviço da pesquisa; nela, toda a questão técnica implica uma discussão teórica" (2004, p. 291).

A função da pesquisa é investigar o mundo. Estamos, então, perante uma disciplina que pretende entender o mundo. De acordo com Guba e Lincoln (1994) para determinarmos um paradigma temos de ter em conta três questões: 1) a questão ontológica; 2) a questão epistemológica; 3) a questão metodológica, sendo esta referente ao modo como o investigador pode agir perante o seu objeto de pesquisa. Mas, antes de avançarmos façamos uma breve reflexão para compreender a importância dos paradigmas na história da ciência. Convocamos Kuhn para perceber os momentos cruciais que ditaram a mudança da investigação científica.

> Tanto na Matemática como na Astronomia, já na Antiguidade os relatórios de pesquisas deixaram de ser inteligíveis para um auditório dotado de cultura geral. Na Dinâmica, a pesquisa tornou-se igualmente esotérica nos fins da Idade Média, recapturando sua inteligibilidade mais generalizada apenas por um breve período, durante o início do século XVII, quando um novo paradigma substituiu o que havia guiado a pesquisa medieval. (Kuhn, 1962, p. 41)

Sempre que um paradigma não serve para dar resposta à questão que o cientista tem entre mãos, existe um período de crise, a este período segue-se a busca de outro paradigma incompatível com o anterior. A este fenómeno, Kuhn chamou de revoluções científicas. "De modo especial, a discussão precedente indicou que consideramos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior" (Kuhn, 1962, p. 125). Para explicar estes fenómenos o autor estabeleceu um paralelismo entre as revoluções políticas e as revoluções científicas, indicando que se dentro da comunidade política uma fração entender que

determinada instituição não dá resposta a determinado problema, cresce um sentimento de descontentamento e busca de novas soluções, o mesmo parece acontecer na ciência.

> De forma muito semelhante, as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspeto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução. (Kuhn, 1962, p. 126)

Outra ideia adiantada por Kuhn é que se uma teoria falha, é necessário recorrer a outra que terá de ser necessariamente incompatível com a anterior para que possa, assim, resolver a anomalia criada pela anterior.

> Mas se novas teorias são chamadas para resolver as anomalias presentes na relação entre uma teoria existente e a natureza, então a nova teoria bem-sucedida deve, em algum ponto, permitir predições diferentes daquelas derivadas de sua predecessora. Essa diferença não poderia ocorrer se as duas teorias fossem logicamente compatíveis. (Kuhn, 1962, p. 131)

Afirma-se, assim, que revoluções sucessivas levam a paradigmas sucessivos. E este fenómeno é, na opinião do autor, necessário para a evolução da ciência, já que "paradigmas sucessivos nos ensinam coisas diferentes acerca da população do universo e sobre o comportamento dessa população" (Kuhn, 1962, p. 137). Mais ainda, "a tradição científica normal que emerge de uma revolução científica é não somente incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente incomensurável com aquela que a precedeu" (Kuhn, 1962, p. 138).

Comecemos, então, por definir o nosso paradigma de investigação. Por paradigma podemos definir um conjunto de crenças básicas que tratam de princípios básicos ou mais profundos (Guba & Lincoln, 1994) ou ainda uma

> perspetiva, tradição, programa de investigação, paradigma, são portanto termos idênticos que têm em comum uma ideia fundamental: unificar e legitimar a investigação tanto nos aspetos conceptuais como nos aspetos metodológicos, servindo de identificação do investigador no que se relaciona com a partilha de um corpo específico de conhecimentos e de atitudes face à delimitação de problemas, ao processo de recolha de dados e à sua interpretação. (Coutinho, 2011, p. 10)

Importa referir que as filosofias em que cada um dos paradigmas de investigação se baseiam são de natureza bem distinta. Toda a pesquisa se baseia num paradigma e utiliza um ou mais métodos para a sua realização. No que diz respeito às questões ontológicas estas dizem respeito à forma como encaramos a realidade e aquilo que acreditamos ser possível saber sobre essa

mesma realidade; quanto às questões epistemológicas elas debruçam-se sobre a natureza da relação entre o que se sabe, o que se pode vir a saber e o que é possível saber-se e, por fim, temos as questões metodológicas que assentam sobretudo no modo de proceder do investigador de forma a chegar aos conhecimentos que acredita ser possível obter (Santos, 2000). Coutinho (2011) distingue três paradigmas: o positivista, o qualitativo ou interpretativo e o paradigma sócio crítico ou hermenêutico. Segundo a autora o paradigma positivista, também denominado de quantitativo, empírico-analítico, racionalista e empirista procura adaptar o modelo das Ciências Naturais à investigação das Ciências Sociais e Humanas, utilizando essencialmente uma metodologia de cariz quantitativo. Inicialmente as Ciências Sociais e Humanas seguiram este paradigma e a do seu sucessor, o pós-positivismo, impulsionadas pelas ideias "positivistas" do século XIX, de Augusto Comte, que defendia a primazia do conhecimento baseado na observação. O papel da teoria é crucial para os defensores desta perspetiva (Coutinho, 2006). Para além de Augusto Comte, figuras de renome como Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein ou Ruddolf Carnap, conhecidas como o círculo de Viena, dão origem ao positivismo lógico ou neopositivismo, criando uma nova filosofia da ciência integrando os conhecimentos da lógica e da matemática com a tradição empírica do positivismo do século passado. Esta filosofia preconizava que só o método científico dava garantias de obtenção do conhecimento mais objetivo possível, assim como salientava a objetividade do observador que se deveria manter neutro. Esta epistemologia enfatiza o determinismo, a racionalidade, a impessoalidade e a previsão.

O paradigma qualitativo ou interpretativo, também designado por hermenêutico, naturalista e mais recentemente construtivista, terá começado a ser usado na década de 60, assistindo-se na década de 70 uma verdadeira explosão de pesquisadas efetuadas sob este referencial (Coutinho, 2006). Este paradigma adota uma posição relativista (Guba, 1990 citado em Coutinho, 2006, p. 16). "Inspira-se numa epistemologia subjetivista que valoriza o papel do investigador/construtor do conhecimento, justificando-se por isso a adoção de um quadro metodológico incompatível com as propostas do positivismo e das novas versões do pós-positivismo" (Coutinho, 2011, p. 16). Segundo a autora a caraterística mais marcante deste paradigma é a tentativa de substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo próprios de um quadro positivista pelas de compreensão, significado e ação. A abordagem interpretativa/qualitativa procura compreender a complexidade do real a partir do ponto de vista de quem vive. Investigar implica, assim, interpretar as ações de quem também é intérprete, envolvendo interpretações de

interpretações, ou seja, uma dupla hermenêutica em ação (Coutinho, 2011). O terceiro paradigma identificado pela autora diz respeito ao paradigma sócio crítico ou emancipatório que remonta ao movimento da Escola de Frankfurt, na Alemanha. A grande novidade deste paradigma é a introdução da ideologia no processo de produção de conhecimento científico. Este terceiro tipo de conhecimento está ligado a Habermas (1974) e à Teoria Crítica que rejeita a possibilidade de um conhecimento objetivo. "Não há perspetivas neutras ou desinteressadas na investigação, porque todo o investigador está situado socialmente e defende sempre os interesses de um dado grupo social" (Coutinho, 2011, p. 19). O pesquisador interpretativo/construtivista tende a recorrer à visão dos "participantes" acerca da situação a ser estudada, reconhecendo o impacto das convicções e experiências dos indivíduos no próprio processo investigativo (Mackenzie & Knipe, 2006). Para melhor explicar esta ideia convocámos Latorre, Rincón e Arnal (1996, p. 1): "a metodologia construtivista tem como objetivo descrever e interpretar os fenómenos sociais e está interessado no estudo dos significados e intenções das ações humanas a partir da perspectiva dos próprios agentes sociais". Assim, este método estuda a realidade de uma forma abrangente, global, sendo indutivo porque as suas interpretações constroem-se a partir dos factos observados e não a partir de teorias.

> A abordagem desta metodologia de pesquisa é caracterizada como holística, indutiva, ideográfica. Holistica, no sentido de que estuda a realidade de uma abordagem global. Indutiva, porque as categorias, padrões e interpretações constrõem-se a partir das informações obtidas e não de teorias ou hipóteses anteriores. E ideográfica, porque visa compreender e interpretar a singularidade dos fenômenos sociais.O processo é interativo, progressivo e flexível. As estratégias de pesquisa estão a serviço do investigador e não vice-versa. A metodologia construtivista tem como objetivo descrever e interpretar os fenômenos sociais e está interessada no estudo dos significados e intenções das ações humanas a partir da perspectiva dos próprios parceiros sociais. (Latorre et al., 1996, p. 2)

Posso afirmar que convoquei estes investigadores para construir passo a passo a planificação deste estudo: primeiro começei por fazer uma reflexão ou fase exploratória onde tomei contacto com o tema em estudo. Seguiu-se a definição do problema ou a linha orientadora desta investigação. Uma vez identificado o problema, seguiu-se a definição das principais questões de investigação. A revisão documental de toda a problemática constituiu o passo seguinte que conduziu à definição da perspetiva teórica, ou corpo teórico que sustenta todo o estudo (Latorre et al., 1996). Por tudo o que foi exposto, pode-se deduzir que este estudo se inclui num paradigma interpretativo/construtivista, uma vez que esta abordagem tem por finalidade

compreender o mundo real, da experiência humana (Mackenzie & Knipe, 2006). Tendencialmente, os investigadores construtivistas confiam sobretudo nos métodos qualitativos da recolha de dados. Os investigadores que adotaram essa orientação subtraíram-se à verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estas se dão (Chizzoti, 2011, p. 78).

Mas o que é a investigação qualitativa? É a investigação em que "as raízes antropológicas da investigação qualitativa encontram-se no trabalho realizado pelos primeiros antropólogos evolucionistas da segunda metade do século XIX" (Gómez, Flores & Jimenéz, 1996, p. 31). Uma primeira definição avançada por Denzin e Lincoln (1994) destaca que esta consiste numa abordagem múltipla, implicando uma abordagem interpretativa, naturalista e direcionando-se ao objeto de estudo. Isto implica que os investigadores qualitativos estudam a realidade no seu contexto natural, tentando interpretar os fenómenos de acordo com o sentido que estes fazem para as pessoas implicadas (Gómez et al., 1996). Taylor e Bogdan (1986) consideram, de uma forma geral, que a investigação qualitativa é aquela que produz dados descritivos, ou seja reproduz as palavras e as ações das pessoas, baseando-se na observação. "Com o termo 'pesquisa qualitativa' queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação" (Strauss & Corbin, 2009, p. 23). Os autores salientam que esta pesquisa pode referir-se a vários factos, como a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenómenos culturais e interação entre nações. Por outro lado, os pesquisadores reúnem dados através de entrevistas e observações, técnicas associadas aos métodos qualitativos, porém codificam esses dados para que possam ser estatisticamente analisados. "Esses são, na verdade, dados qualitativos quantificados" (Strauss & Corbin, 2009, p. 25).

Os autores referidos reconhecem três componentes principais na pesquisa qualitativa: os dados, os procedimentos e os relatórios escritos e verbais. Os dados podem vir de várias fontes (entrevistas, observações, documentos, registos e filmes). Os procedimentos dizem respeito à organização e interpretação dos dados, através da conceitualização e redução dos mesmos, elaboração de categorias e relacioná-los. A codificação é descrita pelos autores como sendo o processo de conceitualizar, reduzir, elaborar e relacionar (Strauss & Corbin, 2009). Existem

outros procedimentos como a amostragem não-estatística, a redação de memorandos e a diagramação. O terceiro componente, os relatórios escritos podem ser artigos de jornais científicos, em palestras ou em livros (Strauss & Corbin, 2009). O método pode ser então entendido como o caminho que o pesquisador tem de percorrer e as técnicas os mecanismos que tem ao seu dispor (Latorre et al., 1996). Por técnicas de investigação podemos considerar

> os conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa. O inquérito por questionário, a entrevista, o teste, as escalas de atitudes, a regressão simples, constituem exemplos das várias técnicas utilizadas em ciências sociais. (Almeida & Pinto, 1995, p. 85)

Pode, então, dizer-se que cada pesquisa exige um método que determine e organize a técnica adequada a utilizar "para cada pesquisa concreta caberia ao método selecionar as técnicas adequadas, controlar a sua utilização, integrar os resultados parciais obtidos. A metodologia será, assim a organização crítica das práticas de investigação" (Almeida & Pinto, 1995, p. 92). Será possível, então, afirmarmos que os métodos exercem um controlo sobre as pesquisas e a forma como estas se desenvolvem?

> Os métodos têm assim, ao incidir sobre operações de pesquisa, uma relação de interioridade com as práticas de investigação: eles são as próprias práticas de investigação. Representam um certo nível de controlo interno e formal sobre as pesquisas à medida que estas se desenrolam. (Almeida & Pinto, 1995, p. 93)

O método qualitativo é, por estas razões, apontado como investigação naturalista, uma espécie de "guarda-chuva" onde se incluem uma variedade de técnicas de estudos não quantitativos (Sampieri, Collado & Lucio, 2006), como sendo a observação não-estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, avaliação de experiências pessoais, análise da história de vida, análise de conteúdo, interação com grupos ou comunidades ou discussão em grupo. Os estudos efetuados através deste método de pesquisa são, normalmente, conduzidos em ambientes naturais, em que os participantes se comportam como de costume; as variáveis não se definem com o propósito de serem manipuladas nem controladas de forma experimental; as questões de investigação não estão definidas completamente; a recolha de dados não é normalmente feita através de instrumentos de medição padronizados; a análise dos dados não requer a redução a números nem tratamento estatístico, antes descrições detalhadas de situações ou fenómenos. Para além disso e, ao contrário do método quantitativo, estes estudos não pretendem generalizar os resultados, nem necessariamente obter amostras representativas ou mesmo que o estudo

seja replicado – fundamentam-se num processo indutivo, ou seja exploram e descrevem gerando perspetivas teóricas (Sampieri et al., 2006).

Já os métodos qualitativos partem do pressuposto de que o mundo social é um mundo construído com significados e símbolos (Olabuénaga, 2003). Por isso, as técnicas qualitativas procuram entrar dentro do processo de construção social, descrever e compreender os meios detalhados através dos quais se desenvolvem ações, conhecer como se cria a estrutura básica da experiência, o seu significado, através da linguagem e de outras construções simbólicas e recorrer a descrições extensas. "A essência da pesquisa qualitativa é a análise objectiva de um facto subjectivo. Este significado subjetivo define o comportamento dos indivíduos quando eles agem "de acordo com o outro", o que, portanto, faz parte da "ecologia social do ego" (Olabuénaga, 2003, p. 32). A investigação com técnicas qualitativas está submetida a um processo de desenvolvimento assente em cinco fases: definição do problema, sendo esta uma fase nuclear que pretende a procura do significado e isto compreende situar-se, orientar-se, ir ao centro da questão. O desenho: esta fase é essencialmente caracterizada pela sua flexibilidade. O desenho pressupõe uma tomada de decisões que podem ser alteradas ao longo da investigação. Esta fase compreende todos os passos da investigação, a elaboração de um calendário, um programa de trabalhos e um esquema teórico explicativo.

5.2 *Corpus* e modelo de análise

Para este estudo, o nosso *corpus* de análise consistiu nas peças publicadas nos anos de 2011, 2012 (Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Entre Gerações) que passarei a designar apenas por Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e 2013 para efeitos comparativos cujo título, antetítulo e/ou corpo da notícia remeta para o tema dos idosos e/ou envelhecimento, assim como peças com idosos. A seleção recaiu na revista semanal *Visão* pelo facto de ser a revista de informação generalista semanal mais vendida em Portugal durante o ano de 2011, de acordo com a informação do Grupo Marketest. Outro fator que foi determinante para a seleção da revista prendeu-se com a importância que a revista adquiriu na sociedade. De igual forma, Cardoso (2008a, 2008b, 2009) no seu estudo sobre a *newmagazine* justificou a sua opção de escolha baseado "nesta tentativa de radiografar a capa da *newsmagazine* uma das primeiras decisões foi incluir a *Visão* uma vez que se trata da revista de informação geral portuguesa mais antiga e de maior prestígio" (Cardoso, 2009, p. 165).

As lentes de género são uma premissa valorizada até porque "no campo mediático existe uma tendência para difundir representações enviesadas de homens e mulheres, quer como indivíduos (com todas as suas subjetividades inerentes), quer enquanto coletivo" (Cerqueira et al., 2011, p. 122). Por outro lado, concordo com as autoras quando afirmam "que persiste uma lacuna no que concerne à investigação que leve em consideração uma perspetiva de género, enquanto uma problemática voltada para as questões de direitos humanos e cidadania, na análise dos *media"* (Cerqueira et al., 2011, p. 210), justificando-se, assim, o foco da análise genderizada. As investigadoras apontam, assim, a lacuna na análise e compreensão das representações de género nos estudos jornalísticos.

> O projeto que apresentamos segue esta linha de investigação e resulta, em primeiro lugar, da constatação da existência de uma lacuna na investigação científica, nomeadamente no que concerne à análise e compreensão das representações de género que perpassam os conteúdos e linhas editoriais dos *media* em Portugal. (Cerqueira et al., 2011, p. 212)

Por outro lado entendo que também existem escassos estudos no contexto português que se foquem especificamente sobre a cobertura noticiosa dos idosos e do envelhecimento numa perspetiva genderizada. Uma lacuna na investigação que este trabalho procura, assim, colmatar.

5.3. Objetivos do estudo e questões de investigação

- **Objetivo Geral**: elaborar um estudo baseado na análise de peças jornalísticas publicadas na revista selecionada, onde os idosos (indivíduos a partir dos 65 anos inclusive consoante legislação em vigor) sejam protagonistas (aparecem no foco da notícia) e/ou onde a temática do envelhecimento seja central, de forma a perceber como é que os idosos e/ou o envelhecimento são tratados pela revista em estudo.

- **Objetivos específicos:**

  - ✓ Contribuir para uma análise do olhar da imprensa generalista semanal sobre os idosos e o tema do envelhecimento através do estudo de artigos que publica, no que diz respeito ao género jornalístico, número de peças, destaque das peças, entre outros. Os artigos são selecionados sempre que os idosos sejam protagonistas e/ou o tema envelhecimento esteja em foco.

  - ✓ Analisar os diferentes tipos de fontes utilizados nas peças selecionadas, tendo em conta sexo/ profissão.

- ✓ Compreender de que forma se produzem os discursos jornalísticos relativamente aos idosos, olhando sob uma perspetiva genderizada a temática do envelhecimento no nosso país.

- **Questão de partida:** como é que a revista *Visão* tratou e deu visibilidade aos idosos e ao envelhecimento em Portugal durante o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012) e comparativamente ao ano anterior (2011) e posterior (2013)?

Passo, agora, a explicar de forma mais pormenorizada a pergunta de partida para esta investigação. Assim, com esta questão pretende-se analisar não só o número de peças jornalísticas, mas também o destaque atribuído às mesmas, onde os idosos e/ou a temática do envelhecimento foram centrais, o que permitirá verificar a notoriedade e visibilidade dos idosos e/ou da temática do envelhecimento, sendo que por notoriedade assumimos a definição de pessoa de notória competência, prestígio, saber ou famosa e, por visibilidade, entendemos algo que pode ser visto mas não necessariamente bem visível, ou seja não tem de aparecer com destaque. O ano central deste estudo é o de 2012, uma vez que foi o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo, onde uma maior visibilidade dos idosos e do envelhecimento seria expectável. Os anos de 2011 e 2013 servirão de comparação para tentar perceber se, por um lado houve um aumento de visibilidade quer dos idosos quer do tema do envelhecimento durante o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012) em comparação com o ano de 2011, por outro lado com a análise do ano de 2013 pretende-se aferir se existiu alguma mudança no que diz respeito à questão da visibilidade dos idosos e do envelhecimento introduzidos pelo ano de 2012, ou não.

No seguimento desta questão inicial elaborei outras questões secundárias que me parecem pertinentes:

- Qual dos anos em estudo (2011, 2012 e 2013) dá mais visibilidade ao tema do envelhecimento e aos indivíduos idosos em foco?
- Qual a profissão/classe social dos protagonistas mais representativa?
- Qual a localização geográfica das peças selecionadas?

  Pretende-se analisar, por um lado, em que zona geográfica geral acontecem as peças selecionadas: ambiente geográfico rural/urbano e/ou interior/litoral Por outro lado, pretende-se perceber qual a zona do país que aparece com mais frequência (Norte,

Centro, Lisboa, Sul, Ilhas) ou se a ação acontece no estrangeiro e/ou os protagonistas são estrangeiros

- De que forma é que a imprensa em estudo trata e dá visibilidade aos idosos numa visão genderizada?

  Pretende-se analisar a visibilidade que a imprensa dá aos protagonistas das peças selecionadas sob as lentes de género, tendo em conta o número de peças, o destaque que é atribuído às peças, através do tamanho das mesmas, utilização de fotografias a acompanhar as peças jornalísticas e/ou na capa da revista, manchete, etc.

- Que tipo de discurso é utilizado pela imprensa relativamente ao tema do envelhecimento?

  Pretende-se averiguar de que forma é tratado o envelhecimento, tendo em conta a análise dos títulos, nomeadamente se estes remetem para um discurso essencialmente positivo ou essencialmente negativo, alarmista, reivindicativo, apelativo ou meramente informativo.

- Como é feita a seleção das fontes, numa perspetiva de género?

  Pretende-se aqui aferir a notoriedade das fontes jornalísticas nos textos selecionados ao longo dos anos em estudo, numa perspetiva genderizada para tentar perceber se existe uma transposição da dimensão de género para o sexo biológico, se reflete as representações tradicionais de feminilidade e masculinidade ou, se pelo contrário abre caminho a novas representações.

- Qual o tipo de fonte mais utilizado? E qual a profissão/classe social mais representativa?
- Qual o âmbito geral/nacional das peças selecionadas mais representativo?
- Qual o género jornalístico mais utilizado na revista *Visão* no ano de 2012? E nos anos 2011 e 2013?

5.4 Análise de conteúdo categorial temática

A grelha de análise deste estudo e consequente escolha de categorias foi construída a partir dos objetivos e questões que orientaram esta pesquisa. Pretendi, assim, caracterizar a cobertura noticiosa em termos de forma e conteúdo. Harold Lasswell com a sua obra *Propaganda Technique in the World War* (1927) foi o primeiro autor a falar de análise de conteúdo ligada à comunicação social. No entanto, a análise de texto já era possível mesmo antes do recurso aos métodos da ciência moderna, através da hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados

ou misteriosos (Bardin, 1997). Também a *retórica* e a *lógica* são referidas como práticas de interpretação de discursos anteriores à análise de conteúdo (Bardin, 1997). Em relação às origens deste tipo de análise, a autora sustenta que falar acerca da história da análise de conteúdo é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise de comunicações. É seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo. É observar *a posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século" (Bardin, 1997, p. 15). Segundo Bardin, a análise de conteúdo é descrita como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 1997, p. 31) ou, ainda, como sendo "não só um instrumento, mas um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações" (Bardin, 1997, p. 31). Para a concetualização da análise de conteúdo prevê várias fases: pré-análise e escolha dos documentos; formulação de hipóteses e objetivos de pesquisa; aplicação das técnicas específicas segundo os objetivos e por fim, a análise e interpretação dos resultados. Estes procedimentos seguem regras específicas e podem ser aplicados tanto em pesquisas quantitativas como em estudos qualitativos. Este tipo de análise pode ter duas dimensões: a análise dos *significados*, ou seja uma análise temática, e a análise dos *significantes*, ou seja a análise dos procedimentos (Bardin, 1997).

No presente estudo optou-se pela análise categorial temática. Com esta análise foi possível condensar os dados e categorizá-los, facilitando a sua análise e interpretação. Para Bardin (1997) a análise categorial temática opera através do desmembramento de um texto em unidades, transformando-se aquelas em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Diz-nos ainda que se utilizarmos a análise categorial temática "quer dizer da contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada apercebemo-nos que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase (limitada por dois sinais de pontuação) como unidade de codificação" (Bardin, 1997, p. 77). A análise categorial é o tipo de análise mais antiga e é, também, a mais utilizada, pois "poderá ser temática, consoante os

temas que emergem dos textos. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. Este tipo de classificação é chamado de análise categorial" (Caregnato & Mutti, 2006, p. 683).Também neste trabalho algumas categorias constantes da grelha de análise não surgiram *a priori*, pelo contrário, foram surgindo à medida que se analisaram as peças jornalísticas em estudo, ou emergindo dos textos.

Assim, como técnica de análise de dados procedeu-se a uma análise de conteúdo de todas as peças relacionadas com a temática dos idosos e/ou envelhecimento. Entendo que a análise das informações recolhidas será útil para se perceber de que forma se produzem os discursos jornalísticos relativamente aos idosos e ao tema do envelhecimento no nosso país. Não obstante, estou consciente que a análise de conteúdo exige um esforço duplo: é preciso entender o sentido da comunicação escrita mas, também, desviar o olhar e ser capaz de apreender outra mensagem para lá da primeira ou ao lado desta (Godoy, 1995). "A utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados" (Godoy, 1995, p. 24). A pré-análise é uma fase de organização, onde se estabelece um esquema de trabalho, e a exploração do material será o cumprimento das decisões tomadas na fase anterior (Godoy, 1995). No tratamento dos resultados e interpretação sabe-se que é necessário ir além do conteúdo manifesto nos documentos "pois, conforme indicado anteriormente, interessa ao pesquisador para além do conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido" (Godoy, 1995, p. 25). A autora salienta que a interpretação dos dados requer "uma visão holística dos fenómenos analisados, demonstrando que os fatos sociais sempre são complexos, históricos, estruturais e dinâmicos. O enfoque da interpretação varia, podendo ser feito a partir de uma ênfase sociológica, psicológica, política ou, até mesmo, filosófica" (Godoy, 1995, p. 57). Assim, entendo que este estudo de investigação se enquadra num estudo de natureza qualitativa e descritiva.

Para esta investigação foram selecionadas 497 peças jornalísticas que foram analisadas com recurso ao *software* SPSS. A elaboração da grelha de análise procurou responder às principais questões que orientam este estudo. Assim, baseada na tese de Cerqueira (2012) retirei algumas categorias que, devidamente adaptadas, pareceram ser adequadas ao presente estudo: 1) Data; 2) Título; 3) Género jornalístico; 4) Destaque; 5) Localização; 6) Tema; 7) Espaço; 8) Fotografia, infografia, gráficos e outros que acompanham a peça (adaptados da análise visual que já é baseada na tese de Cerqueira, 2012); 9) Sexo dos Protagonistas; 10) Profissão/Classe Social dos Protagonistas; 11) Âmbito Geográfico Geral; 12) Âmbito Geográfico Nacional. A categoria Tipo de

discurso utilizado (13) foi baseada em Serrano (2005) e Cerqueira (2012) e a categoria Fonte utilizada (14) foi adaptada dos vários tipos de categorias referentes a Fontes desenvolvidas por Cerqueira (2012).

Com base nestas 14 categorias selecionadas constituiu-se a seguinte grelha de análise. Passo, então, a explicitar o que entra na descrição de cada categoria desta análise:

- **Descrição:** Data (dia, mês, ano)
- **Tipo de Título**[25] **(assunto de cada peça): Subdividimos os títulos nas seguintes categorias**
    - ✓ Informativo indicativo (meramente informativo com enfoque nas questões: Quem? O Quê? Onde? E Quando?)
    - ✓ Informativo explicativo (informativo mas que remete para explicações acerca de algum acontecimento, tem enfoque no Como?)
    - ✓ Expressivo apelativo (através de uma linguagem conotativa procura ser atrativo)
    - ✓ Expressivo formal ou lúdico (através de uma linguagem por vezes poética invoca factos conhecidos e procura despertar sensações ou dramatizar)
    - ✓ Expressivo interrogativo (coloca questões estabelecendo uma relação com o leitor)
    - ✓ Categorial (indica a categoria ou tema sem sintetizar o assunto)
    - ✓ Declarativo (normalmente recorre a uma afirmação de alguém envolvido na notícia)
- **Género Jornalístico: subdivide-se nas seguintes categorias**
    - ✓ Breve (dois a três parágrafos)
    - ✓ Notícia
    - ✓ Reportagem
    - ✓ Entrevista
    - ✓ Editorial
    - ✓ Fotolegenda
    - ✓ Obituário (para tentar aferir a importância do cidadão idoso, uma vez que nesta secção aparecem pessoas que se destacaram em alguma área)

[25] Baseado na categorização apresentada em Barradas (2012).

- **Destaque (importância atribuída à peça): subdivide-se nas seguintes categorias**
    - ✓ Manchete
    - ✓ Título na primeira página com foto
    - ✓ Título na primeira página sem foto
    - ✓ Última Página
- **Localização: subdivide-se entre**
    - ✓ Página par
    - ✓ Página ímpar
- **Tema: subdivide-se nas seguintes categorias**
    - ✓ Economia
    - ✓ Educação/Formação
    - ✓ Política
    - ✓ Ambiente
    - ✓ Trabalho/Carreira
    - ✓ História de Vida
    - ✓ Família/Sexualidade
    - ✓ Alimentação
    - ✓ Saúde/Hábitos de Vida
    - ✓ Desporto
    - ✓ Efemérides
    - ✓ Estatística/Estudo
    - ✓ Terceira Idade
- **Espaço (espaço em parágrafos ou páginas que a peça ocupa na revista):**
    - ✓ Um a três parágrafos
    - ✓ 1/4 Página
    - ✓ 1/2 Página
    - ✓ Menos de uma página
    - ✓ Uma página
    - ✓ Mais de uma página
    - ✓ Duas páginas
    - ✓ Mais de duas páginas

- **Fotografia, infografia, gráficos**
- **Sexo dos protagonistas:**
    - ✓ Homem
    - ✓ Mulher
    - ✓ Misto (quando existem protagonistas de sexo diferente)
    - ✓ Não se aplica (ex: alimentação na terceira idade)
- **Profissão/Classe Social:** é definida consoante tabela do INE. A profissão pode ser informada ou apreendida através do discurso e/ou imagens
- **Âmbito Geográfico Geral: subdivide-se entre**
    - ✓ Rural
        - Rural Interior
        - Rural Litoral
    - ✓ Urbano
        - Urbano Interior
        - Urbano Litoral
    - ✓ Misto (quando a ação decorre em mais do que um lugar)
- **Âmbito Geográfico Nacional: subdivide-se entre**
    - ✓ Norte
    - ✓ Centro
    - ✓ Lisboa
    - ✓ Sul
    - ✓ Ilhas
    - ✓ Não se aplica
- **Tipo de discurso utilizado[26]:** subdivide-seentre as seguintes categorias
    - ✓ Essencialmente positivo (discurso positivo e otimista apesar de conter alguns aspetos negativos)
    - ✓ Essencialmente negativo (discurso negativo e pessimista no seu global apesar de conter alguns aspetos positivos)
    - ✓ Alarmista (que de alguma forma remeta para algo alarmista que se pense estar a acontecer ou que possa vir a acontecer. Exemplo: Vírus da gripe A pode fazer mais vitimas entre os idosos do que no ano passado)

[26] Baseado na categorização apresentada em Barradas (2012).

- ✓ Reivindicativo (cujo conteúdo reivindique algo para o individuo sénior ou em relação ao envelhecimento. Exemplo: É urgente melhorar as condições de vida da população idosa do interior transmontano)
- ✓ Informativo (cujo conteúdo seja meramente informativo, contando os factos sem tecer quaisquer considerações acerca do assunto)
- ✓ Explicativo (cujo conteúdo passe por justificar factos relacionados com os seniores ou com o próprio envelhecimento. Exemplo: aspetos de carácter cientifico do processo de envelhecimento)
- ✓ Apelativo (cujo conteúdo acerca dos idosos ou do envelhecimento seja atrativo para quem lê)

- **Tipo de fonte utilizada:** subdivide-se entre as seguintes categorias
  - ✓ Governamentais
  - ✓ Associativas
  - ✓ Individuais
  - ✓ Políticas
  - ✓ Organizacionais
  - ✓ Empresariais
  - ✓ Académicas
  - ✓ Sem Citação de Fontes (Peça jornalística que pelo seu conteúdo revele a existência de fontes mas que não sejam reveladas no texto)
  - ✓ Não se aplica (Para todas as peças sem citação de fonte e cuja informação seja mínima e não comprometa a existência do recurso a fontes)
- **Sexo da fonte:**
  - ✓ Homem
  - ✓ Mulher
  - ✓ Não se aplica (por exemplo, segundo fonte institucional)
- **Profissão da fonte:** definida consoante tabela do INE

5.5 Recolha de dados

Passemos agora a uma reflexão para justificar a forma como se procedeu à recolha de dados para esta investigação. Por recolha de dados pode-se considerar a parte de instrumentalização da investigação. Segundo Lessard-Hébert et al. (2005) existem três grandes grupos de técnicas

de recolha de dados utilizadas nas ciências sociais: o inquérito, a observação e a pesquisa documental. A escolha do método de pesquisa documental é, assim, pertinente uma vez que

> a análise dos fenómenos macrossociais, demográficos, socioeconómicos; a análise das mudanças sociais e o desenvolvimento histórico dos fenómenos sociais sobre os quais não é possível recolher testemunhos diretos, ou para cujo estudo estes são insuficientes; a análise da mudança nas organizações e o estudo das ideologias, dos sistemas de valores e da cultura no sentido mais lato. (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 203)

Também Cabecinhas (2009) salienta que a investigação das

> representações sociais apresenta um carácter fundamental e aplicado e faz apelo a metodologias variadas: observação participante, estudos de campo, entrevistas, grupos focais, técnicas de associação livre de palavras, inquéritos por questionário, análise de documentos e de discursos; experimentação no laboratório e no terreno; etc. (Cabecinhas, 2009, p. 12)

O método de recolha de dados parece-me, assim, adequado a este estudo. Para atestar esta afirmação sublinho a convicção de Godoy, ao afirmar que "os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial" (1995, p. 21). Por documentos deve entender-se vários tipos de materiais nomeadamente jornais, revistas, obras literárias, científicas, relatórios, entre outros (Godoy, 1995). A autora destaca algumas vantagens deste tipo de pesquisa, como a possibilidade de termos acesso a pessoas às quais não temos acesso físico ou que já cá não estão, o facto de os documentos constituírem uma fonte-não reativa, ou seja as informações permanecem inalteradas, o facto de serem uma fonte natural de informação de determinada época ou acontecimento social, não se correndo, portanto, o perigo de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação ou do fenómeno social e, ainda, a possibilidade de se estudar grandes períodos de tempo recorrendo a este método (Godoy, 1995). Relativamente às maiores dificuldades metodológicas apontadas a este método destaca-se o facto de os documentos não terem sido conduzidos com o propósito de fornecer informação com vista à investigação social o que pode trazer alguns problemas (Godoy, 1995). De entres estes problemas Godoy (1995) refere que a maioria dos documentos registam relatos verbais, não provendo informações sobre comportamentos não-verbais, que, às vezes, são imprescindíveis para se analisar o sentido de determinada fala ou que nos remetem para um determinado contexto que deu origem a tal fala. Cabe ressaltar também que nem sempre os documentos constituem amostras representativas do fenómeno em estudo (Godoy, 1995, p. 22).

Dentro da pesquisa documental existem três aspetos que devem ser tomados em consideração pelo investigador: a escolha dos documentos, o acesso a estes e a sua análise (Godoy, 1995). Neste estudo pensou-se que o primeiro passo será óbvio, uma vez que se se pretende estudar o envelhecimento na imprensa, a escolha dos documentos só poderá recair sobre artigos de jornais ou revistas. Por outro lado, verifiquei que a maioria dos estudos nos quais o envelhecimento está em destaque recorre às entrevistas (Silva, 2006) ou a métodos puramente quantitativos (Amado, 2008) ou mistos (Fonseca, 2006) e, ainda a escalas amplamente utilizadas em gerontologia (Duarte, 2013). Entendo que é necessário abrir espaço para trilhar outros caminhos. Assim, como neste estudo o envelhecimento representa um papel de destaque, optei por seguir um caminho diferente, escolhendo uma análise mais qualitativa e interpretativa. O acesso aos artigos da revista selecionada não me suscitou qualquer problema, tendo sido encontrados no depósito das bibliotecas de Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira, consultados e digitalizados.

5.6 Análise estatística

Para a análise estatística foi utilizado o programa SPSS versão 19.0.0. Foi criada uma nova variável "Ano", que foi calculada com o recurso ao comando COMPUTE Ano=XDATE.YEAR (Data), que extrai o ano da variável já existente "Data". Iniciou-se a análise estatística pela estatística descritiva.

Frequências e gráficos

Apresentam-se as tabelas de frequências e respetivos gráficos, no entanto foram criadas novas tabelas, com base nas tabelas de frequências, para poder apresentar um só gráfico para cada um dos seguintes casos: Sexo protagonistas 1 a 6, Profissão 1 a 6, Tipo de Fonte utilizada 1 a 6, Sexo da fonte 1 a 6, e Profissão da fonte 1 a 6.

Valores médios

Apresentamos as tabelas de frequências e respetivos gráficos, no entanto, para melhor visualização dos dados, recomenda-se a leitura do ficheiro em DVD. Em relação à utilização de médias, só podem ser usadas em variáveis quantitativas. Por isso, só faz sentido apresentar os valores que apresentamos a seguir na Tabela 1. De destacar que o número de protagonistas varia entre um e sete indivíduos por peça.

	Total	Valor Mínimo	Valor Máximo	Desvio Padrão
Destaque	497	1	5	0,898
Espaço	497	1	8	2,778
Número de protagonistas	491	1	7	1,009
Valor Total	491			

Tabela 1: Estatística descritiva

Cruzamento de Variáveis

Procedeu-se ao cruzamento das seguintes variáveis:

Linhas	Colunas	Linhas
Todas as outras variáveis	Ano	-
Género 1-6	Profissão 1-6	Ano
Género 1-6	Profissão 1-6	-
Género 1-6	Destaque	Ano
Género 1-6	Destaque	-
Género 1-6	Género Jornalístico	Ano
Género1-6	Género Jornalístico	-
Género 1-6	Espaço	Ano
Género 1-6	Espaço	-
Género 1-6	Local_Geo_Geral	Ano
Género 1-6	Local_Geo_Geral	-
Género 1-6	Local_Geo_Nac	Ano
Género 1-6	Local_Geo_Nac	-
Sexo 1-6	Profissão da Fonte 1-6	Ano
Sexo 1-6	Profissão da Fonte 1-6	-
Sexo 1-6	Profissão da Fonte 1-6	Tipo Fonte 1-6
Sexo 1-6	Profissão da Fonte 1-6	Tipo Fonte 1-6 e por Ano

Tabela 2: Cruzamento de variáveis efetuados

Cada uma das variáveis em estudo (título, tema, género jornalístico, sexo dos protagonistas, sexo das fontes, destaque) foi cruzada com o ano em estudo. A variável profissão da fonte foi, ainda, cruzada com a variável tipo de fonte.

Capítulo VI – Análise e discussão dos resultados

6.1 Visibilidade e notoriedade do tema do envelhecimento e/ou dos idosos

Neste subcapítulo procurarei dar reposta às seguintes questões: qual dos anos em estudo (2011, 2012 e 2013) dá mais visibilidade e notoriedade ao tema do envelhecimento e aos indivíduos idosos em foco? Qual o género jornalístico mais utilizado na revista *Visão* no ano de 2012? E nos anos 2011 e 2013?; e qual o âmbito geral/nacional das peças selecionadas mais representativo?, para que se consiga perceber a importância atribuída pela revista *Visão* ao tema do envelhecimento e aos indivíduos idosos, nos anos 2011, 2012 e 2013. Para esse efeito serão analisados alguns pontos, como os protagonistas por peça, sendo que os protogonistas são os idosos que aparecem nas peças jornalísticas analisadas; o número de artigos encontrados na revista *Visão* e espaço atribuído às peças; o tipo de título; o género jornalístico utilizado; o tema tratado em cada peça; a utilização de fotografia, infografia e gráfico e a localização geográfica geral e nacional das peças selecionadas.

Comecemos então pela análise do número de artigos encontrados na *Visão* para este estudo. Uma rápida visualização do Gráfico 1 revela-nos que o maior volume de peças jornalísticas em estudo verifica-se durante o ano de 2012, o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo, o que evidencia um ligeiro aumento do interesse pela tónica do envelhecimento e uma maior visibilidade dos indivíduos seniores durante aquele ano.

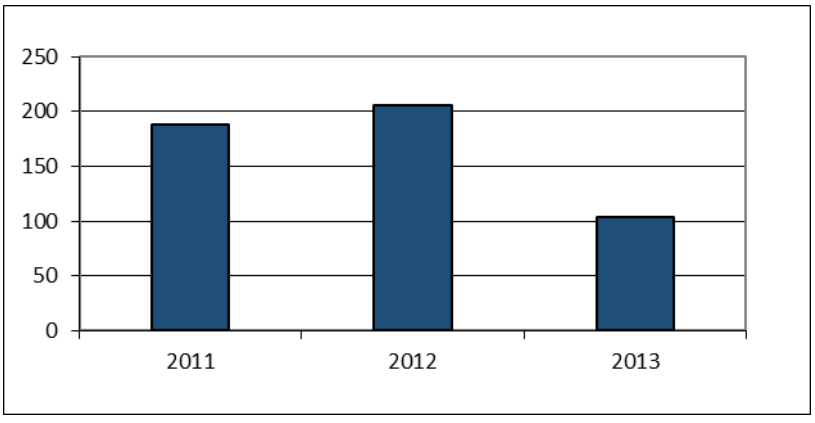

Gráfico 1: Número de artigos sobre a temática do envelhecimento e/ ou idosos na revista *Visão*

Variáveis		Frequências absolutas	Total	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Ano	2011	188	37,8	37,8	37,8
	2012	206	41,4	41,4	79,3
	2013	103	20,7	20,7	100
	Total	497	100	100	

Tabela 3: Frequência absoluta e percentagens sobre a temática do envelhecimento e/ou idosos na revista *Visão*

Pela leitura do Gráfico 1 e da Tabela 3, verificamos que, em 2011 foram selecionadas 188 peças, ou seja, 37,8 % do *corpus*. Em 2012 apuraram-se 206 peças (41,45%) e em 2013, 103 peças jornalísticas (20,7%). O ano onde se verifica uma menor visibilidade da temática do envelhecimento e/ou dos idosos acontece em 2013, o que parece ser sintomático de um desinteresse pelo tema supostamente tratado durante o ano de 2012. Após o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo seria de esperar uma outra visibilidade do envelhecimento e dos indivíduos seniores.

Fulcral em toda esta mudança é, obviamente, o papel dos meios de comunicação social, uma vez que estes contribuem fortemente para a construção da realidade social: "Os meios de comunicação não são apenas espelhos que refletem a realidade como às vezes se diz. Eles são formadores de opinião, de imagens, são construtores da realidade" (Aledo, 2013, p. 498).

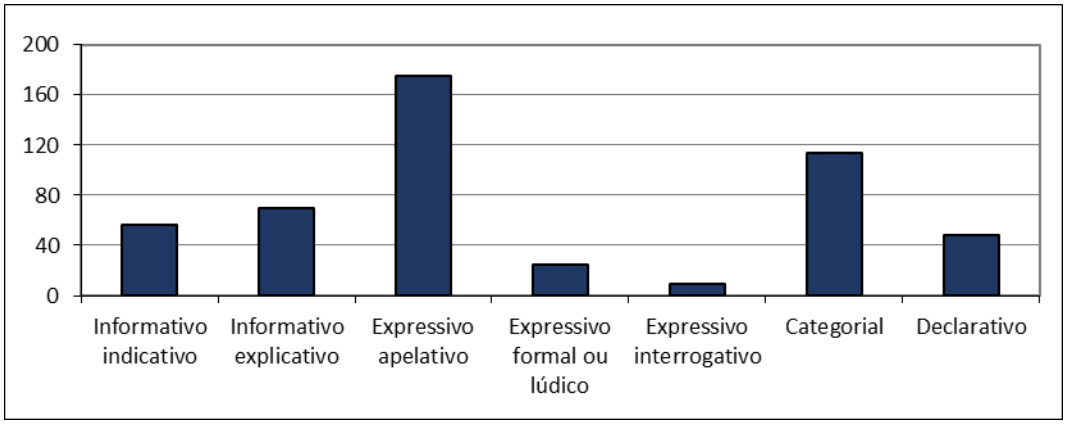

Gráfico 2: Total do tipo de título dos artigos sobre o envelhecimento e/ou idosos na revista *Visão*

Do cruzamento das variáveis Tipo de título por ano (Gráfico 2) apura-se que, no ano de 2011 o título mais utilizado foi o expressivo apelativo (73 vezes), seguindo-se o categorial (39 vezes), o informativo explicativo (28 vezes), o informativo indicativo (23 vezes), o declarativo (16 vezes), o

expressivo formal ou lúdico (5 vezes) e por fim, o expressivo interrogativo com a frequência 4. Em relação ao ano 2012 confirmamos que o título expressivo apelativo também foi o mais registado (60 vezes), seguindo-se o categorial (52 vezes), o informativo explicativo (29 vezes), o informativo indicativo (23 vezes), o declarativo (20 vezes), o expressivo formal ou lúdico com 18 frequências e por fim o expressivo interrogativo que, à semelhança do ano 2011, obteve a frequência mais baixa (4 vezes). Observando os resultados do ano 2013, verificamos que o tipo de título expressivo interrogativo também foi o menos utilizado com apenas 1 frequência. À semelhança dos outros anos, também o título expressivo apelativo foi o mais utilizado (42 vezes), seguindo-se o categorial (23 vezes), o informativo explicativo (13 vezes), o informativo indicativo (10 vezes) e o expressivo formal ou lúdico com 2 frequências. Estes resultados demonstram que, durante os três anos em estudo, a maioria das peças encontradas mereceu um título expressivo apelativo. Tendo em conta a temática deste estudo (envelhecimento e seniores), poderá evidenciar uma tentativa de cativar os leitores para a temática em questão.

Tal procedimento parece ser comum na *Visão*, tal como atesta Cardoso (2005). "Entre os quatro títulos, metade são expressivos formais e a outra metade classifica-se como expressivos apelativos, o que permite concluir que a *Visão* oscilou entre o piscar de olhos bem-disposto ao leitor e o dramatizar dos acontecimentos que captasse a sua atenção" (Cardoso, 2005, p. 118).

Como afirma Mesquita, "os títulos formais e apelativos, plenos de conotações, correspondem ao objetivo estratégico de atrair o leitor, incitando-o a comprar o jornal [ou revista] e a lê-lo" (2003, p. 261).

O tipo de título categorial é, como podemos aferir, o segundo tipo de título mais utilizado nos três anos em estudo. Tendo em conta o elevado número de peças encontradas que se inserem na categoria "breve" – na sua maioria relativas à morte, doença e, menos frequente homenagens e condecorações dos protagonistas – está explicada esta grande frequência de títulos categoriais (Gráfico 3). O que, também, nos remete para outra questão: o número elevado de pequenas peças jornalísticas-breves demonstram uma falta de interesse em dar destaque à temática do envelhecimento e, principalmente aos idosos, às suas estórias e aos acontecimentos marcantes das suas vidas. Para além disso "persiste a dualidade de tratamento e falta contextualização nas matérias, de modo que as reportagens não apenas falem para o idoso, mas do idoso como sujeito social, como pessoa humana que tem projetos e história de vida" (Campos, 2009, p. 274). Se compreendemos que se justifica, na maior parte das vezes, um breve apontamento em relação ao acontecimento "morte", entendemos que existem outras situações merecedoras de

maior destaque, como é o caso das homenagens, das tomadas de posses, dos galardões e dos prémios de investigação e carreira, temas que encontramos nesta investigação, incluídas em peças jornalísticas "breves" e dentro de títulos categoriais: "morte"; "premiado"; "reformado", etc.

Cruzando as variáveis Género Jornalístico por Ano (Gráfico 2, Tabela 4), percebemos que existe uma dispersão de resultados relativamente ao género mais utilizado. Se o género obituário foi o mais utilizado em 2011 (47 vezes), o género breve obteve maior frequência em 2012 (48 vezes), e o género notícia foi o que mais se destacou no ano de 2013 (27 vezes). Já no que diz respeito ao género menos utilizado os resultados são mais homogéneos. O género menos utilizado (a fotolegenda) é transversal aos três anos: apenas quatro frequências em 2011, 20 em 2012 e cinco em 2013. Em 2011, os restantes géneros jornalísticos foram utilizados 39 vezes (notícia), 46 vezes (reportagem), 23 vezes (entrevista) e 29 vezes (breve). Em 2012 a notícia registou 36 frequências, a reportagem foi utilizada em 39 peças, a entrevista em 24 e o obituário obteve um registo de 39 vezes. No que diz respeito a 2013 o género breve foi registado 22 vezes, a reportagem teve uma frequência de 25 vezes, a entrevista somou 13 peças, e o obituário 11 peças.

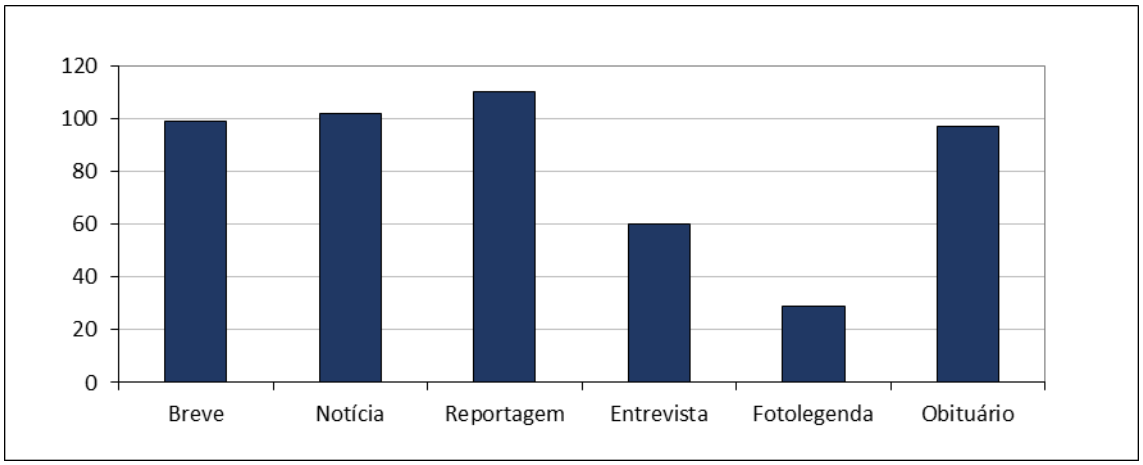

Gráfico 3: Total de peças por género jornalístico nos três anos de estudo

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Género Jornalístico	Breve	29	48	22	99
	Notícia	39	36	27	102
	Reportagem	46	39	25	110
	Entrevista	23	24	13	60
	Fotolegenda	4	20	5	29
	Obituário	47	39	11	97
Total		188	206	103	497

Tabela 4: Número de peças por género jornalístico em cada um dos três anos de estudo

Assim, verifica-se que a reportagem é, também, dos géneros jornalísticos mais utilizados nos três anos em estudo (logo a seguir às breves e às notícias). Curiosamente e, ao contrário do que seria de esperar a reportagem é mais utilizada no ano de 2011 (46 vezes) do que durante o ano de 2012, o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (39 peças) onde seria expectável encontrar mais reportagens acerca do tema do envelhecimento e dos idosos, envelhecimento ativo, saúde, reforma, etc. Atente-se que o género jornalístico obituário soma nos três anos 97 peças (19,51%) o mesmo se registando na categoria breve (99 peças, ou seja 19,91%) o que se justifica perfeitamente, uma vez que dentro das breves se encontram muitas referências a mortes, o que tendo em conta a idade dos nossos protagonistas (seniores), acaba por ser expectável. De salientar que o género jornalístico obituário adquiriu tal importância em algumas publicações que há quem defenda que mais do que um género jornalístico, poderá vir a constituir um género literário.

> Os obituários possuem uma estrutura estável que nos permite defini-los como relatos, e identificá-los como gênero do discurso jornalístico. Sua construção composicional é específica para o meio de comunicação em que estão inseridos. Foi possível determinar a estrutura dos obituários a partir de estudos sobre gêneros textuais. Para um aprofundamento do tema, estudos futuros poderão ser feitos no sentido de verificar se, para além de um gênero do discurso jornalístico, os obituários poderiam ser classificados como gêneros literários. (Cimminiello & Tambelli, 2012, p. 27)

De facto, os obituários não são meros apontamentos de mortes, mas sim verdadeiros textos elucidativos da vida e da obra do protagonista, exigindo muitas vezes uma pesquisa exaustiva e um contacto com amigos, família e colegas de trabalho da pessoa que morreu. Diferente das reportagens sobre as mortes ocorridas por assassinato ou acidentes de trânsito, os obituários

são textos relatados com mestria e sensibilidade. Escrever um obituário é um trabalho jornalístico que exige que se entrevistem amigos e parentes daquele que morreu. A pesquisa precisa ser tão meticulosa quanto possível. Não se fazem julgamentos ao falecido. É preciso ser realista, para que os seus melhores amigos sejam capazes de fechar o jornal e dizer "esse era o Abner que conheci em vida" (Cimminiello & Tambelli, 2012, p. 29). Neste sentido destacam-se os obituários de Nancy Wake (2011) sob o título "O rato, chamavam-lhe eles", um dos agentes especiais que mais condecorações recebeu de Churchill, pela forma formal como está escrita, deixando para o final do texto a revelação que o protagonista era uma mulher; do maestro Pedro Osório (2012) sob o título "Pretérito (quase) Perfeito" e de Kiyoshi Kobayashi (2013) com o título "O mestre que viveu como uma lenda" pelos títulos e escrita apelativa dos textos.

No género reportagem destacam-se as peças "Os doadores de fortunas" (2011) que fala sobre idosos ricos, incidindo sobre o seu percurso de vida e o seu perfil solidário; "O médico adiou-me a morte" (2012), uma reportagem sobre os avanços da medicina e o envelhecimento, e "Nem a sobrevivência escapa" (2013) sobre as pensões de sobrevivência e as parcas condições de vida de uma parte significativa da população idosa portuguesa. A primeira reportagem dá a conhecer estórias de vida fora do comum, onde prevalece o perfil solidário dos idosos ricos. As outras duas peças são reveladoras dos avanços da medicina, do aumento da esperança média de vida e das vivências dos novos idosos, dando a conhecer as várias dificuldades que enfrentam no seu dia-a-dia.

No género entrevista destaca-se a peça com o sociólogo Boaventura Sousa Santos, em 2011, sobre economia, política e sociedade; em 2012 salienta-se a entrevista a Patti Smith sob o título "A luta continua" onde é apresentada o seu último disco, numa conversa que evoca os anos setenta e as especificidades da vida de uma artista que já completou os 65 anos de vida, e relativamente ao ano de 2013 destaco a peça sob o título "Há quem pense que depressão é preguiça", uma conversa com o neurocientista Paul Greengard, nobel da medicina em 2000. As três entrevistas revelam protagonistas com personalidades marcantes.

Já no noticiário refere-se o exemplo da peça intitulada "Majorana por Magueijo", que trata da apresentação do livro do cientista português João Magueijo sobre a vida e obra do físico Majorana; em 2012 destaca-se a peça "O Tsipras de Roma", que faz referência à irreverência do político italiano Beppe Grillo, e durante o ano de 2013 destaca-se a peça "A minha avó dava um filme", onde é apresentada Maria Amélia, uma mulher de 78 anos, que todos os anos parte sozinha ao volante da sua autocaravana numa viagem ao Norte de África. As três peças foram

destacadas pela irreverência dos protagonistas e pela escrita apelativa.

Para estudar a visibilidade atribuída ao tema do envelhecimento e/ou aos idosos analisou-se o espaço o destaque e a localização atribuídos às peças nas edições da revista. No decorrer dos anos 2011 a 2013 (Gráfico 4, Tabela 5), pode verificar-se que, durante o ano de 2011 o espaço de peças com mais frequência foi o "1/4 página" com 55 peças (47 em 2012 e 19 em 2013, num total de 121 peças) e o menos frequente foi o "Menos de uma página" com quatro frequências (8 em 2012 e quatro em 2013, num total de 16 peças). Em 2012 registaram-se 70 peças (maior frequência) que ocuparam entre "Um a três parágrafos" e apenas cinco peças (menor frequência) que ocuparam 1/2 página (15 em 2011 e 3 em 2013, num total de 23 peças). Também em 2013 a maior frequência de peças (32) ocuparam "Um a três parágrafos" e a menor frequência (3) pertence em simultâneo a três peças que ocuparam metade da página e três peças que ocuparam "Mais de uma página" (8 em 2012 e 6 em 2011, num total de 17 peças).

Resta analisar as peças que ocuparam "Uma página" (13, em 2011, 15, em 2012, e 8 em 2013, num total de 36 peças), as peças que ocuparam "Duas páginas" (16, em 2011, 18, em 2012, e 11 em 2013, num total de 45 peças). Por fim, analisemos o número de peças que obtiveram "Mais de duas páginas" (37, em 2011, 37, em 2012, e 23 em 2013)

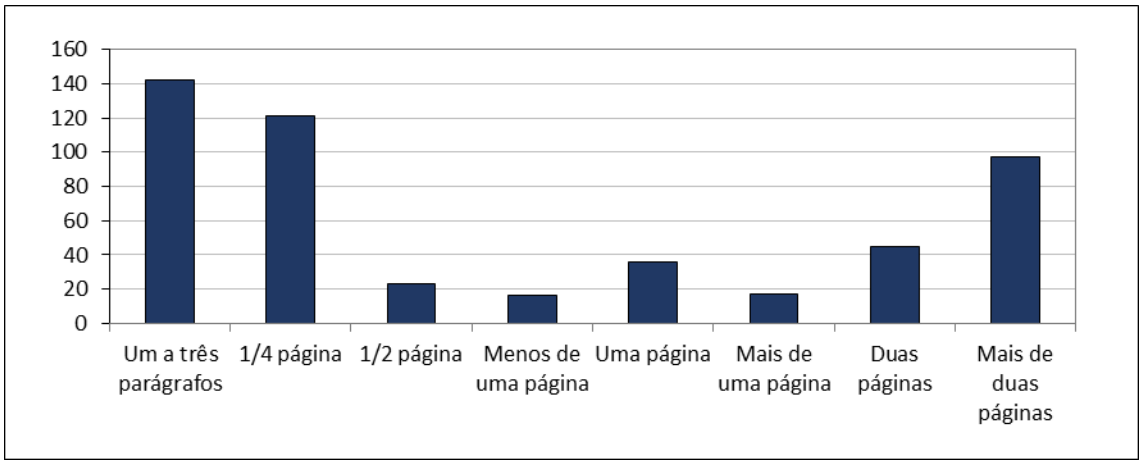

Gráfico 4: Espaço ocupado na edição da revista *Visão*

		Ano			Total
		2011	**2012**	**2013**	
Espaço ocupado	Um a três parágrafos	40	70	32	142
	1/4 Página	55	47	19	121
	1/2 Página	15	5	3	23
	Menos de uma página	4	8	4	16
	Uma página	13	15	8	36
	Mais de uma página	8	6	3	17
	Duas páginas	16	18	11	45
	Mais de duas páginas	37	37	23	97
Total		188	206	103	497

Tabela 5: Espaço ocupado na edição da revista *Visão* por ano

Pode-se assinalar aqui uma semelhança na atribuição de espaço às peças entre os anos de 2012 e 2013, verificando que no ano de 2012 as peças que ocuparam "Um a três parágrafos" foram 33,98% das peças selecionadas (206). O mesmo se passa em relação ao ano de 2013 em que 31,06% das peças selecionadas (103) ocuparam "Um a três parágrafos". Este espaço também é o segundo mais frequente no ano de 2011 (40 frequências) ou seja 21,27% das peças selecionadas, o que considero como sendo sintomático da falta de valorização dada aos protagonistas/tema em estudo. Atentemos, agora, nas peças que ocuparam "Mais de duas páginas". Elas são em mesmo número em 2011 e 2012 (37), contudo estamos a falar de anos diferentes, 2011 teve 188 peças em estudo e 2012 teve 206 peças selecionadas. Por outro lado, 2012 foi o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo, o que na minha opinião se deveria traduzir num maior número de peças com espaço "Mais de duas páginas". Repare-se que as peças com espaço "Mais de duas páginas" em 2013 são apenas 23, o que no total soma 97 peças para um universo de 497, ou seja 19,51% das peças em estudo.

Analisando o Gráfico 5 e a Tabela 6 que são relativos ao cruzamento das variáveis "Destaque das peças por Ano", verificamos que as peças sem qualquer destaque na primeira página são as mais frequentes nos três anos em estudo, tendo sido utilizadas 172 vezes em 2011, 186 em 2012 e 89 em 2013 somando um total de 447 peças que não mereceram qualquer destaque na primeira página da revista em estudo, num universo de 497 peças em estudo, o que se pode explicar pelo grande número de "breves" registado.

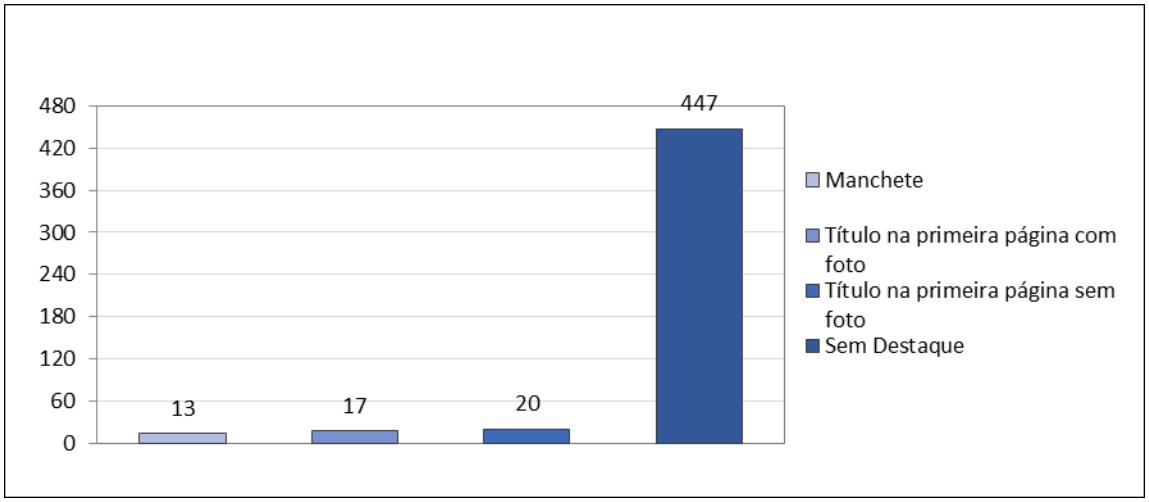

Gráfico 5: Destaque das peças na edição da revista *Visão*

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Destaque	Manchete	4	3	6	13
	Título na primeira página com foto	3	8	6	17
	Título na primeira página sem foto	9	9	2	20
	Sem Destaque	172	186	89	447
Total		188	206	103	497

Tabela 6: Destaque das peças na edição da revista *Visão* por ano

O título na primeira página sem foto aparece nove vezes em 2011 e o mesmo número de vezes em 2012. Em 2013, apenas duas peças tiveram destaque na primeira página, sem foto. Relativamente ao título com foto apenas três peças tiveram esse destaque em 2011, oito em 2012 e seis em 2013. Curiosamente, verificamos que as peças que fizeram manchete têm a frequência mais baixa em 2012, o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (três), o que parece configurar uma lacuna, considerando que seria de esperar neste ano um maior destaque dado ao tema e aos idosos. Em 2011, registaram-se quatro peças que foram manchete e seis peças no ano de 2013. As peças que foram manchete têm como temas a política e economia, ou seja, são peças onde os protagonistas são conhecidos quer seja do mundo da política ou da economia e, como tal, o destaque que é atribuída à peça parece estar relacionada com essa dimensão e não com o facto de estarmos perante um indivíduo sénior, ou seja, o que interessa de facto é a temática e o estatuto social do protagonista. Esta parece ser, aliás, uma ideia partilhada por Campos, quando afirma que "entretanto, a imprensa passa uma imagem 'dual' do idoso: ele

tem nome e sobrenome quando se destaca socialmente, mas é anônimo e invisível enquanto grupo social ou quando envolvido em tragédias, pobreza, miséria" (2007, p. 278).

Pelos valores apresentados Tabela 8, podemos aferir que das 453 peças localizadas em páginas par, 172 foram contabilizadas em 2011, 183 em 2012 e 98 durante o ano de 2013. Das 44 peças localizadas em páginas ímpares, a distribuição foi a seguinte: 16 no ano de 2011, 23 em 2012 e apenas cinco em 2013.

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Localização	Página par	172	183	98	453
	Página ímpar	16	23	5	44
Total		188	206	103	497

Tabela 7: Localização da peça no tipo de página – par/ímpar por ano

Para dar início à análise desta tabela destaca-se a Cartilha da Mídia Judiciária que na sua definição de páginas nobres, refere que

> são todas as páginas ímpares de uma publicação. São chamadas assim porque despertam maior atenção do leitor, uma vez que, ao folhearmos uma publicação, a tendência do olho é cair na página ímpar. Em publicidade, essas páginas são sempre mais solicitadas para a veiculação de anúncios. Em jornais e revistas, as matérias de maior destaque são sempre colocadas nas páginas ímpares. Em livros, é comum que os capítulos se iniciem também nessas páginas. (1991, p. 57)

Esta ideia é, também, veiculada por outros autores. Brickmann (2015, s/p) por exemplo, destaca a propósito do trabalho dos editores: "Dava uma linha de trabalho às páginas, publicando em páginas ímpares, no alto, as notícias principais, e distribuindo o material menos importante nas páginas pares, abaixo da dobra". A ideia de maior visibilidade das páginas ímpar parece a tónica dominante entre os académicos e na análise de trabalhos desenvolvidos, como é o caso do estudo de Cervi (2002), a propósito da visibilidade dada pela imprensa aos candidatos às presidenciais brasileiras em 2002, em que "a variável número da página é importante para a visibilidade do texto porque sabe-se que as páginas ímpares de um jornal são mais visadas que as páginas pares, e que a primeira página tem a maior visibilidade" (Cervi, 2002, s.p.).

Tendo em conta a análise da Tabela 8, percebe-se que a maioria das peças jornalísticas selecionadas para este estudo foi inserida em páginas par, ou seja nas páginas com menos

visibilidade nos jornais e revistas. Mas reparemos, no entanto, na questão do elevado número de peças jornalísticas de pequena dimensão que temos em estudo (breves) e que poderão justificar um número tão elevado de artigos inseridos nas páginas par. Tal como Cerqueira salienta na sua tese de Doutoramento,

> Estes resultados levam-nos a equacionar, por um lado, a maior ou menor importância de certos temas e, por outro, as mudanças gráficas. Uma vez que encontramos no nosso *corpus* de análise um elevado número de peças de pequena dimensão, estas podem ser colocadas com mais facilidade nos locais que ainda falta preencher. (Cerqueira, 2012, p. 316)

Deve-se, contudo, salvaguardar que é durante o ano de 2012, o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo, que aparecem mais peças inseridas nas páginas ímpar, o que parece refletir um maior destaque dado ao tema do envelhecimento e aos cidadãos idosos durante este ano.

A análise das variáveis Tema no total dos anos e por Ano (Gráfico 6 e Tabela 8) permite-nos aferir a visibilidade mas também a notoriedade dos idosos protagonistas. Assim, o tema que mais se destaca durante o ano de 2011 é a história de vida, com 50 peças, logo seguido do tema trabalho/carreira com 47 peças e efemérides com 40. No ano de 2012 destaca-se o tema trabalho/carreira com 59 peças, seguindo-se o tema efemérides com 53 peças e história de vida com 43 registos. Durante o ano de 2013, o tema que mais vezes surge é história de vida com 23, seguindo-se o tema efemérides com 22 peças e trabalho/carreira com 17 registos. Em termos globais, verifica-se que os temas que mais se destacam são o Trabalho/Carreira, História de Vida e Efemérides, sendo os menos abordados, o Ambiente, Família/Sexualidade, Educação/Formação, Estatísticas/Estudo e lazer/Turismo.

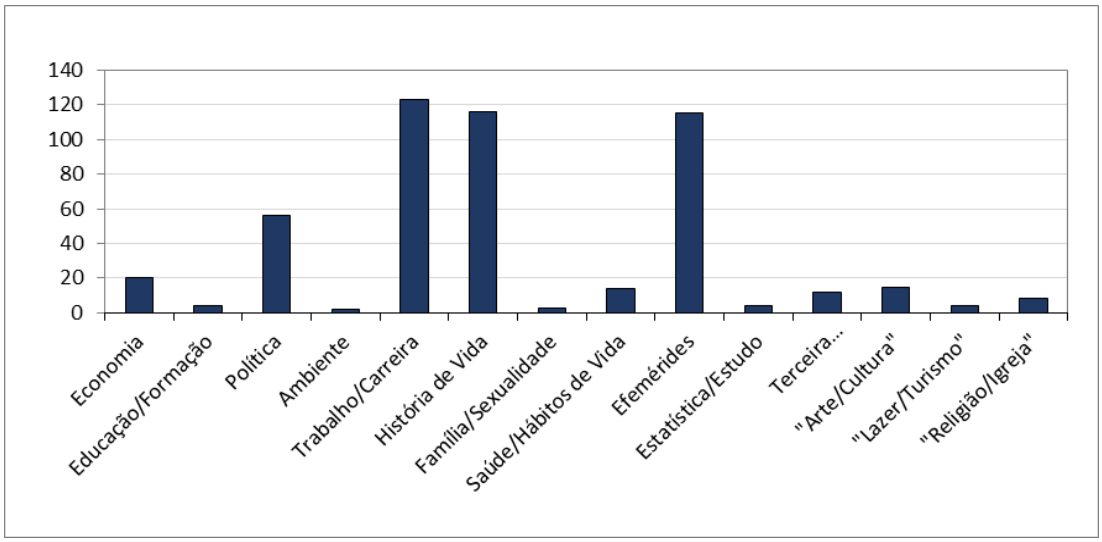

Gráfico 6: Tema da peça na edição da revista *Visão*

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Tema	Economia	8	7	5	20
	Educação/Formação	2	2	0	4
	Política	22	23	11	56
	Ambiente	1	1	0	2
	Trabalho/Carreira	47	59	17	123
	História de Vida	50	43	23	116
	Família/Sexualidade	1	1	1	3
	Saúde/Hábitos de Vida	5	5	4	14
	Efemérides	40	53	22	115
	Estatística/Estudo	1	2	1	4
	Terceira Idade/Envelhecimento	4	8	0	12
	"Arte/Cultura"	5	1	9	15
	"Lazer/Turismo"	1	0	3	4
	"Religião/Igreja"	1	1	6	8
Total		188	206	102	496

Tabela 8: Tema da peça na edição da revista *Visão* por ano

A maior frequência do tema "História de vida" denota que apenas os idosos mais conhecidos em qualquer área (política, economia, ensino, saúde e artes) têm maior visibilidade na imprensa. De facto, da análise das peças em estudo sobressai esta ideia de um idoso "notável", cuja história de vida pode constituir uma leitura aliciante para o leitor em oposição ao idoso comum que praticamente não tem expressão, já que "poucas vezes, ou quase nunca, os meios de comunicação valorizam o trabalho de pessoas idosas quando não são famosas" (Campos, 2009, p. 278). Esta parece ser uma das lacunas do jornalismo contemporâneo.

> O princípio da responsabilidade social recomenda que o jornalismo contribua com o empoderamento dos grupos sociais que carecem de uma imagem pública mais à altura de seu papel na sociedade. Como já vimos, do mesmo modo que a imprensa deve renunciar à dualidade no tratamento de idosos com nome e idosos sem nome, também é necessário que o governo, a sociedade e os meios de comunicação compreendam que os idosos não constituem um grupo homogêneo e só visível a partir do uso que faz dos serviços sociais. Há comunidades de idosos que necessitam da ajuda de agentes externos para o seu empoderamento e há idosos que já têm a oportunidade de uma participação maior, através da volta à Universidade,

> do voluntariado, de alguma atividade que os mantém ocupados e saudáveis. (Campos, 2009, p. 290)

Da análise da Tabela 8, verifica-se, também, que o tema economia teve uma frequência de oito peças em 2011, sete em 2012 e cinco em 2013, aparecendo este tema 20 vezes no global. O tema Educação/formação surge duas vezes em 2011, outras duas em 2012, e é nulo em 2013, num total de quatro peças. O tema "ambiente" apenas mereceu a atenção para uma peça em 2011, uma em 2012 e nenhuma em 2013, num total de dois, o que parece normal tendo em conta os anos em estudo. Pouco frequente é também o tema "Família/sexualidade" com apenas um registo em cada ano de estudo. As restantes peças dividem-se em "Saúde/hábitos de vida" (cinco registos em 2011, cinco em 2012 e quatro em 2013), num total de 14 peças. Já o tema "Estatística/estudo" aparece uma vez em 2011, duas em 2012 e uma em 2013, num total de quatro peças. O tema "Terceira idade/envelhecimento" aparece quatro vezes em 2011, oito em 2012 e é nulo em 2013, num total de 12 peças, o que parece muito pouco, dada a pertinência da temática. De registar que a maior frequência deste tema é precisamente durante o ano de 2012, o Ano Europeu de Envelhecimento Ativo. O tema "Arte e cultura" surge cinco vezes em 2011, uma em 2012 e nove em 2013, num total de 15 peças. "Lazer e turismo" aparece uma vez em 2011, nenhuma em 2012 e três vezes em 2013. Por fim, o tema "Religião/igreja" surge uma vez em 2011, uma vez em 2012, registando o ano de 2013 seis frequências.

No que diz respeito à utilização de fotografias, infografia, gráficos e outros elementos que acompanham as peças, reparamos que apenas 42 peças das 497 em estudo não têm qualquer acompanhamento, ou seja 8% do universo em estudo, verificando-se que essas peças dizem respeito ao género jornalístico "breves". Temos assim 455 peças jornalísticas selecionadas para o nosso estudo que aparecem acompanhadas de fotografias, infografia, gráficos ou outros, ou seja 92% do universo estudado (Tabela 9).

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Elementos gráficos	Não	11	17	14	42
	Sim	177	189	89	455
Total		188	206	103	497

Tabela 9: Fotografia, infografia, gráficos e outros elementos que acompanham a peça por ano

Analisemos, agora, cada ano detalhadamente. Em 2011, das 188 peças em estudo, apenas 11 não tiveram qualquer foto, infografia ou outros, contra 177 peças ilustradas, ou seja 94%. Relativamente ao ano de 2012, para um universo de 206 peças, verifica-se uma utilização de 189 peças ilustradas (91%) contra apenas 17 peças que não tiveram qualquer fotografia, gráfico ou ilustração. Em 2013, o cenário é o mesmo, das 103 peças analisadas, 89 têm fotos (86%) contra 14 peças sem qualquer ilustração. De salientar que as peças que não possuem qualquer fotografia, infografia ou outros são, na maioria, as breves. A tendência parece ser cada vez mais essa. O valor da fotografia na imprensa é, hoje, um facto assente e aceite, até porque a própria fotografia possui o poder de informar. "De qualquer modo, como nos restantes tipos de jornalismo entendido de uma forma lata, a finalidade primeira do fotojornalismo é informar" (Sousa, 2002, p. 8). Para informar, o fotojornalismo recorre à conciliação de fotografias e textos. Quando se fala de fotojornalismo não se fala exclusivamente de fotografia, esta "é ontogenicamente incapaz de oferecer determinadas informações, daí que tenha de ser complementada com textos que orientem a construção de sentido para a mensagem" (Sousa, 2002, p. 9). O valor da fotografia parece estar, assim, desmistificado, porque "Quando poderosas, as imagens fotográficas conseguem evocar o acontecimento representado (ou as pessoas) e a sua atmosfera" (Sousa, 2002, p. 9). O autor considera, ainda, que nem sempre a fotografia assume um papel de informação, muitas vezes trata-se de um complemento ao texto, não perdendo, contudo, o seu valor. "As novas tendências gráficas seguidas por grande parte dos jornais consagram condições de legibilidade e apelo à leitura, pelo que muitas das fotografias inseridas tendem a assumir essencialmente um carácter ilustrativo" (Sousa, 2002, p. 29). Contudo Santos considera a fotografia como um elemento informativo de grande importância.

> Mais do que um simples acessório para —aligeirar as páginas dos jornais, a Fotografia tem uma missão determinante a cumprir: ilustra um ou mais aspetos da estória contada, comprovando os acontecimentos descritos ou mesmo acrescentando novos ângulos de visão. Não só dá informação sobre o assunto em foco, como também pode ter uma função de alerta e de denúncia. (Santos, 2009, p. 4475)

A investigadora assume a mesma posição relativamente à infografia, considerando que este elemento informativo "existe para clarificar o acontecimento e para dar informação de forma organizada, e facilmente percetível" (Santos, 2009, p. 4475). Relativamente à ilustração, a autora considera-a

> um Elemento Informativo que recorre à técnica do desenho para mostrar uma situação que a Fotografia não poderá captar: ou porque o repórter fotográfico não esteve lá no momento, ou porque a própria situação nunca existiu (o acontecimento levado ao exagero). Apesar de ser aparentemente simples, a Ilustração baseia-se em factos e permite uma leitura quase imediata no acontecimento narrado" (Santos, 2009, p. 4476).

A força da fotografia é, também, assumida por França, que considera que

> também as fotografias despertam emoções e sentimentos em quem as regista e/ou quem as observa: ajudam a construir a realidade visual individual de cada um dos seus observadores. Esta ação está intimamente ligada com a força educacional: as escolhas pessoais presentes nos processos de produção orientam a educação visual de quem recebe as imagens. As fotografias educam os seus leitores, requerendo deles capacidade de interpretação e de relacionar fatores, ou tão-somente texto e imagem. (França, 2014, p. 22)

Na sua dissertação de Mestrado a autora salienta o papel da fotografia como uma das formas de comunicação mais apreciadas pelo público, "no entanto, a fotografia é um dos campos onde a universalidade é mais vincada: apesar do seu enquadramento contextual, a fotografia é uma das formas de comunicação mais percetível ao maior número de pessoas" (França, 2014, p. 22). Falando da utilização da fotografia pela imprensa portuguesa a autora é perentória ao afirmar o valor da fotografia como forma de comunicação "'que tem eco nos jornais impressos (e também no *online*), colorindo assim a imprensa portuguesa" (França, 2014, p. 23). A investigadora vai mais além ao afirmar que através da fotografia a imprensa assume um papel de construção da realidade visual.

> Podemos ir mais longe dizendo que a imprensa é a principal responsável pela construção da realidade visual que nos rodeia. Pese embora alguns casos de manipulação de imagem, as fotografias veiculadas pelos jornais testemunham acontecimentos, tornando-os visíveis a todos, mesmo àqueles que não os presenciaram (França, 2014, p. 26).

Também Sousa refere que " fotografia fotojornalística mostra, revela, expõe, denuncia, opina. Dá informação e ajuda a credibilizar a informação textual' (Sousa 2002, p. 5),

Pela análise da Tabela 10, em que se detalha o número de protagonistas por peça em cada um dos anos, podemos verificar quantos protagonistas por peça foram representados durante os três anos e o total de protagonistas, em cada ano. Por protagonistas entende-se o(s)idoso(s) entrevistados, ou acerca de quem se escreveu em cada peça jornalística.

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Número de protagonistas	0-Sem Protagonistas	1	4	1	
	1-Um Protagonista	143	169	83	395
	2-dois Protagonistas	19	18	12	49
	3- Três Protagonistas	15	7	2	24
	4- Quatro Protagonistas	5	5	1	11
	5- Cinco Protagonistas	2	0	2	4
	6- Seis Protagonistas	0	1	1	2
	7- Mais do que 6 Protagonistas	3	2	1	6
Total		188	206	103	497

Tabela 10: Número de protagonistas por peça por ano

Assim, sabemos que no total dos três anos e das 497 peças, foram representados 491 protagonistas, divididos da seguinte forma: 187 protagonistas em 2011 (num total de 188 peças), 202 protagonistas em 2012 (num total de 206 peças) e 102 protagonistas em 2013 (num total de 103 peças). Há seis peças sem qualquer protagonista distribuídas da seguinte forma: uma em 2011, quatro em 2012 e uma em 2013. É ainda de salientar que o maior número de peças encontradas acontece na variável "Um protagonista" com 395 frequências no total, sendo 143 em 2011, 169 em 2012 e 83 em 2013. Já em relação às peças com "Dois protagonistas" foram encontradas 49 peças assim distribuídas: 19 peças em 2011, 18 peças em 2012 e 12 peças em 2013. As peças com "Três protagonistas" registaram um total de 24 peças, em que 15 peças correspondem ao ano de 2011, sete peças ao ano de 2012 e duas peças ao ano de 2013. No que diz respeito às peças com "Quatro protagonistas" a distribuição é de 5 peças em 2011, cinco em 2012 e apenas uma peça em 2013, num total de 11 peças. Em 2011 foram encontradas duas peças com "Cinco protagonistas", zero peças em 2012 e duas peças em 2013. "Já para a hipótese 6 "Seis protagonistas" apenas foram encontradas duas peças nos três anos em estudo, 0 em 2011, uma em 2012 e uma em 2013. As peças com "Mais do que 6 protagonistas" registaram três frequências em 2011, duas em 2012 e uma em 2013, num total de seis. Nesta análise importa ainda salientar que à medida que crescem o número de protagonistas diminui a frequência das peças, com exceção da variável "Mais do que seis protagonistas", cuja frequência é maior do que a registada na variável "cinco protagonistas". Por outro lado, verifica-se que em relação ao Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012), o ano

central deste estudo, não existem alterações significativas em comparação aos outros anos. Por outras palavras durante o ano Europeu do Envelhecimento Ativo não se registou uma maior preocupação em inserir peças jornalísticas com vários protagonistas idosos. Se atentarmos à Tabela 10, verificamos que o ano em que se registou maior frequência de peças com mais do que 6 protagonistas foi o ano de 2011.

Da correlação entre as variáveis "Localização Geográfica Geral" *versus* "Ano" (Tabela 11) há dois aspetos essenciais a reter: em primeiro lugar verifica-se que os protagonistas estrangeiros ou a localização geográfica da ação das peças no estrangeiro são em maior número do que as protagonistas nacionais ou a localização geográfica da ação das peças em território nacional (97, em 2011, 95, em 2012, e 53 em 2013). Vejamos, agora, em termos percentuais. Em 2011, em 188 peças, 97 têm protagonistas estrangeiros ou ação no estrangeiro, ou seja 51%, mais de metade das peças selecionadas para este estudo. Em 2012, das 205 peças em estudo, 95 têm protagonistas estrangeiros ou ação no estrangeiro, ou seja 46%, menos de metade das peças em estudo mas continua a ser um valor muito alto. Em 2013, das 103 peças analisadas, 53 têm como protagonistas estrangeiros ou ação no estrangeiro, ou seja 51%, mais de metade das peças em estudo, obtendo exatamente o mesmo resultado de 2011.

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Localização Geográfica Geral	Rural Interior	3	3	4	10
	Rural Litoral	1	2	0	3
	Urbano Interior	0	7	0	7
	Urbano Litoral	53	75	38	166
	Misto	34	23	8	65
	Estrangeiro	97	95	53	245
Total		188	205	103	496

Tabela 11: Localização geográfica geral por ano

Esta é uma situação discriminatória para os idosos portugueses e, também, para os leitores da revista em estudo. Penso que a revista deveria dar mais visibilidade aos protagonistas portugueses e claramente à ação em território nacional, principalmente no que diz respeito ao ano de 2012 que é o ano central deste estudo. Outro segundo aspeto claramente diferenciador, o número de peças que decorre na localização geográfica nacional "Urbano Litoral" e o

desfasamento que existe em relação às localizações "Urbano Interior", "Rural Litoral" e "Rural Interior". Vejamos: a localização "Urbano Interior" não teve em 2011 e em 2013 qualquer frequência, em 2012 obteve sete peças. Atentemos na localização geográfica "Rural Litoral" que obtêm uma peça em 2011, duas em 2012 e é nula em 2013, obtendo no conjunto dos três anos apenas três peças, o que nos parece francamente pouco. O "Rural Interior" teve visibilidade em três peças de 2011 e 2012, respetivamente, e quatro em 2013.

A variável "Misto" obtém 34 frequências em 2011, 23 em 2012 e oito em 2013, o que faz com que este seja o ano em que existiu maior desfasamento na "Localização Geográfica Geral", ou seja apenas 7% das peças têm mais do que uma localização. Saliente-se que a variável "Misto", de facto, comporta algumas peças que também se passaram quer no "Rural Interior", "Rural Urbano" ou "Urbano Interior", no entanto, significa sempre que também se passaram numa das outras variáveis e a possibilidade dessas variáveis serem ou a "Rural Litoral" ou a "Estrangeiro" é muito elevada, o que na minha ótica continua a fazer jus ao que foi dito anteriormente.

Debrucemo-nos, agora, sobre a análise das variáveis "Localização Geográfica Nacional" *versus* "Ano" (Tabela 12). Verifiquemos, agora, de que parte do país são os protagonistas ou onde decorre a ação das peças nacionais selecionadas. É possível ver que, durante o ano de 2011, o "Norte" teve 12 peças em destaque, nove em 2012 e quatro em 2013, num total de 25 peças. A zona "Centro" aparece 10 vezes em 2011, 8 em 2012 e quatro em 2013, num total de 22 vezes. Tal como seria expectável, a capital aparece com maior destaque nos três anos, num total de 132 peças. Assim, "Lisboa" surge em 38 peças, em 2011, 60 peças, em 2012 e 34 peças em 2013. Segundo a nossa análise o "Sul" é o mais esquecido porque teve 2 peças em 2011, 10 em 2012 e apenas uma frequência em 2013. Registe-se que as ilhas da Madeira e dos Açores não aparecem no gráfico porque não tiveram qualquer representação durante os três anos em estudo.

		Ano			Total
		2011	**2012**	**2013**	
Localização Geográfica Nacional	Norte	12	9	4	25
	Centro	10	8	4	22
	Lisboa	38	60	34	132
	Sul	2	10	1	13
	Misto	28	18	7	53
	N/A	98	100	53	251
Total		188	205	103	496

Tabela 12: Localização geográfica nacional por ano

Assim, parece pertinente concluir que existe um grande desfasamento de visibilidade dos protagonistas e da ação onde decorrem as peças no que diz respeito à variável "Localização Geográfica Nacional", sendo "Lisboa" a variável que merece mais destaque em todos os anos. De salientar que a variável "Misto" obtêm 28 peças em 2011, 18 em 2012 e 7 em 2013 e que, como é óbvio, algumas das variáveis com menos frequência podem estar aqui representadas, mas, tal como na situação anterior, a hipótese da variável com mais frequência ("Lisboa") estar também representada é muito elevada, daí que mantenho as conclusões já referidas.

6.2 Visibilidade dos protagonistas numa visão genderizada

Neste subcapítulo, procurarei dar reposta à questão de estudo sobre a forma como a imprensa em estudo trata e dá visibilidade aos idosos numa visão genderizada. Para conseguir responder a esta questão começamos por aferir o número de homens e mulheres que foram protagonistas em cada peça selecionada.

Analisemos o gráfico 7, relativo ao sexo dos protagonistas. Verifica-se que ao longo dos três anos em estudo, a maior visibilidade dada aos protagonistas do sexo masculino é uma constante. Contudo, à medida que se alarga o número de protagonistas essa diferença vai-se esbatendo. Ou seja, a grande diferença surge no que diz respeito aos primeiros protagonistas de cada peça.

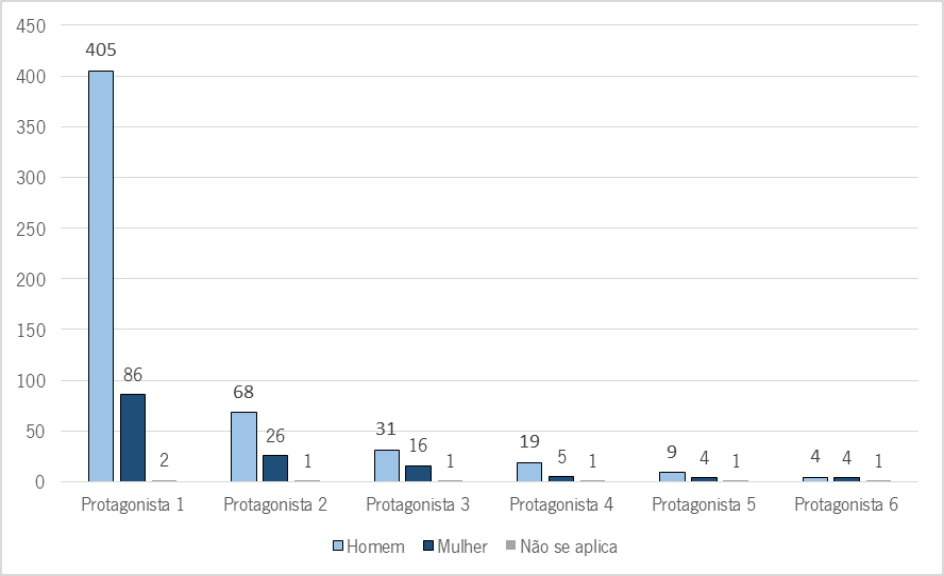

Gráfico 7: Sexo dos protagonistas

Assim, para um universo de 493 peças verifica-se que os protagonistas do sexo masculino surgem 405 vezes como primeiro protagonista, aparecendo o sexo feminino em 86 peças, e existindo outras duas peças nas quais esta questão não se aplica.

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Protagonistas das peças	Homem	198	223	115	536
	Mulher	74	42	25	141
	N/A	6	1	0	7
Total		278	266	140	684

Tabela 13: Sexo dos protagonistas por ano

Como se pode verificar pela análise da Tabela 13 os homens foram protagonistas durante os três anos em estudo 536 vezes, em contrapartida as mulheres aparecem 141 vezes, num total de 684 protagonistas.

Analisemos, agora, os dados relativos aos primeiros protagonistas. Os homens aparecem 405 vezes e as mulheres 86 vezes. Existem duas peças sem quaisquer protagonistas. Relativamente ao sexo dos segundos protagonistas os homens surgem em 68 das vezes e as mulheres em 26, existindo uma peça na qual não se aplica esta questão. No que diz respeito ao sexo dos terceiros protagonistas verifica-se que os homens aparecem 31 vezes e as mulheres 16 vezes, existindo uma peça na qual não se aplica esta questão. Atentemos nos dados referentes ao sexo dos

quartos protagonistas onde os homens surgem 19 vezes e as mulheres cinco, existindo uma peça na qual não se aplica esta questão.

Para os quintos protagonistas verifica-se que os homens surgem nove vezes e as mulheres quatro, existindo uma peça na qual não se aplica esta questão. Por fim, da análise dos dados relativos ao sexo dos sextos protagonistas verifica-se que os homens e mulheres surgem em igual número de vezes, quatro, existindo uma peça na qual não se aplica esta questão.

Como se verifica, pelo que foi exposto à medida que se amplia o número de protagonistas (1, 2, 3, 4, 5, 6), a diferença de visibilidade entre homens e mulheres esbate-se. Contudo, esta diminuição parece estar relacionada com a igual diminuição do número de peças verificadas. Ou seja, existe um número substancialmente maior de peças com primeiros protagonistas. De facto, parece não existir mais nenhuma explicação para esta diminuição da diferença de visibilidade entre homens e mulheres. O sexo masculino aparece sempre em maior número, no entanto a diferença esbate-se à medida que vamos tendo mais protagonistas por peça, contudo as peças com maior número de protagonistas são menos.

Analisemos agora esta situação em cada ano de estudo. Para os primeiros protagonistas, verifica-se que durante o ano de 2011 e relativamente às 188 peças, os homens surgem com 76,6%. No ano de 2012, que é o ano central deste estudo, apuramos que das 203 peças, 86,7% são de protagonistas masculinos. A diferença em termos de visibilidade de género no ano de 2012 é de 150 peças, ou seja de 73,9%. Quanto ao ano de 2013, verificamos que foram apuradas 102 peças, em que 83,3% são do sexo masculino. De facto, o ano de 2012 apresenta-se como o ano com maior predominância de primeiros protagonistas masculinos, o que também se pode justificar atendendo a que este foi o ano internacional do envelhecimento, e por isso o número de peças publicadas foi superior aos outros anos.

Relativamente ao sexo dos segundos protagonistas verificamos que, durante o ano de 2011, das 44 peças em estudo 28 dizem respeito a homens e 15 a mulheres, sendo que em uma peça não se aplica esta questão. É uma diferença de visibilidade de 13 peças. No ano de 2012, temos 32 peças em estudo, com os homens a aparecerem 24 vezes e as mulheres oito, o que perfaz uma diferença de 16 peças. No que diz respeito ao ano de 2013, os homens aparecem em 16 peças e as mulheres em apenas três, o que nos dá uma diferença de visibilidade de 13 peças.

Analisemos agora os dados relativos ao sexo do terceiro protagonista que aparece nas peças em estudo. Em 2011, de um total de 26 peças, 16 dizem respeito a protagonistas de sexo masculino e nove de sexo feminino. Há uma peça na qual a questão de sexo é nula. Verifica-se uma

discrepância de sete vezes. No ano de 2012 apuraram-se 15 peças, bastante pouco na nossa opinião, tendo em conta que este é o ano central do nosso estudo, o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo. A discrepância é de 5. Por fim, em 2013, estudaram-se sete peças no que diz respeito aos terceiros protagonistas, verificando-se que cinco dizem respeito a homens e duas a mulheres. A discrepância é de três vezes.

Quanto ao estudo relativo ao sexo do quarto protagonista verificamos que, das 11 peças estudadas em 2011, seis dizem respeito ao sexo masculino e quatro ao sexo feminino. Existe uma peça na qual não se aplica a questão de sexo dos protagonistas. A diferença é de duas peças. Em 2012, as peças com quatro protagonistas foram nove, sendo que oito dizem respeito a homens e apenas uma é relativa ao sexo feminino. Chamo aqui a atenção para o que me parece ser a exceção do que tinha concluído na análise geral (dos três anos). De facto, a conclusão de que a diferença de visibilidade é menor à medida que o número de protagonistas aumenta parece não encontrar eco neste caso, antes pelo contrário, a discrepância acentua-se neste gráfico relativamente ao ano de 2012 no qual, do total de nove peças, oito dão visibilidade ao sexo masculino. O mesmo acontece em relação ao ano de 2013, das cinco peças em estudo, todas dão visibilidade ao sexo masculino.

Analisando os dados relativos ao quinto protagonista parece manter-se a tendência inicialmente verificada, de diminuição da discrepância de visibilidade de sexo dos protagonistas, à medida que estes aumentam em número. De facto, em 2011, do total de cinco peças em estudo, três dizem respeito a homens e uma a mulheres. Existe uma peça na qual não se aplica a questão de sexo dos protagonistas. A diferença de visibilidade é de duas peças. No ano de 2012 foram analisadas quatro peças, em que três dizem respeito ao sexo masculino e uma ao sexo feminino. A diferença é de uma peça. No ano de 2013 foram estudadas cinco peças, nas quais em três aparecem homens e em duas aparecem mulheres. A diferença é de duas peças. Caso existissem dúvidas acerca da análise inicialmente feita, o estudo do sexo do sexto protagonista acabaria por dissipar qualquer dúvida. De facto, e à exceção dos dados relativos ao sexo do quarto protagonista, a tendência da diminuição da discrepância entre sexos diminui à medida que aumentam o número de protagonistas. A análise das peças em que aparecem seis protagonistas, acentua as anteriores conclusões e até introduz uma novidade. Relativamente ao ano de 2011, consegue-se perceber que das quatro peças analisadas, apenas uma diz respeito ao sexo masculino, duas dizem respeito ao sexo feminino e uma peça na qual não se aplica esta questão. Os protagonistas do sexo feminino aparecem pela primeira vez em maior número, ainda

que a diferença seja apenas em uma peça. Relativamente a 2012, existem três peças em estudo, duas dão visibilidade ao sexo masculino e uma ao sexo feminino. A diferença é de uma peça. No ano de 2013 das duas peças selecionadas, uma diz respeito ao sexo masculino e uma ao sexo feminino.

Analisada que está a visibilidade atribuída ao sexo dos protagonistas ao longo dos três anos em estudo, é pertinente fazer-se uma breve reflexão em relação ao tema, até porque esta análise remete-nos para uma premissa importante deste estudo, a (in) visibilidade de género. Antes de avançarmos impõe-se, contudo, explicar o porquê de este estudo apresentar seis tabelas relativas aos diferentes números de protagonistas. De facto, não me pareceu razoável basear a análise na seleção de peças jornalísticas com apenas um ou dois protagonistas. Pretendi então estender essas peças jornalísticas até seis protagonistas, por forma a que se possa comparar e analisar a visibilidade de sexo nas diferentes posições em que surgem os protagonistas, até para ser possível verificar se existem dados diferentes consoante se trata do protagonista 1, 2, 3, 4, 5 e/ou 6.

Sabendo que a noção de género não é mais do que uma "construção social" (Barbosa, 1998; Carter & Stainer, 2004) e convicta da influência que os média têm na formação da opinião pública (Pissarra, 1999), na construção de identidades (Silveirinha, 2004; Andrade, 2012) e na hegemonização de algumas representações sociais (Cabecinhas & Évora, 2008), justifica-se uma análise genderizada até porque só assim se contribui para a desconstrução das assimetrias. Importa por isso mesmo destacar que "tratar as dimensões de género é contribuir para a desconstrução dos mitos e injustiças sobre as assimetrias historicamente sedimentadas e que continuam a ser reproduzidas" (Cerqueira, 2014, p. 8).

A problemática da (in)visibilidade de género na imprensa tem sido tema de várias investigações, um pouco por todo o lado. Em Espanha um estudo denominado "El Sexo de La Noticia: Reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo" (Bach, Altés, Gallego, Plujá & Puig, 2000, p. 2) fala da desigualdade de género na informação.

> Os vários estudos realizados até agora pela nossa associação demonstram a enorme desigualdade no tratamento de gênero, e acima de tudo, a falta de algumas reflexões - para ajudar a quem escrever informação que deve ter em conta que o processo de incorporação das mulheres no mundo profissional e de trabalho trouxe uma série de mudanças na linguagem e na sociedade que não são refletidas de forma igual e justa, conforme está definido na Constituição espanhola e do Estatuto da Catalunha, já para não mencionar a Convenção dos Direitos Humanos.

Também em Portugal a desigualdade de visibilidade de género nos meios de comunicação social tem constituído motivo de investigação. É exemplo disso a investigação levada a cabo por Mota-Ribeiro e Pinto-Coelho intitulada "Imagens de mulheres na imprensa portuguesa". As investigadoras consideram que

> de entre os contextos onde se produzem representações das mulheres, aqueles que mais prevalecem e mais se enraízam nas representações sociais dos indivíduos são precisamente os que têm que ver com manifestações massificadas, ou seja, os mais amplamente divulgados. Chegam a um público mais alargado e são mais relevantes entre a multiplicidade de estruturas que condiciona a posição da mulher na sociedade (Marshment, 1993). Destacam-se, neste caso, os meios de comunicação social, mais concretamente a imprensa como condicionadores desse papel. (Mota-Ribeiro & Pinto-Coelho, 2005b, p. 2)

Num outro estudo intitulado "O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa" as mesmas investigadoras salientam a assimetria dos discursos na imprensa. "As assimetrias de poder entre homens e mulheres, enquanto grupo sociais, resultam (e manifestam-se), entre outros aspetos, num acesso (ativo e passivo) privilegiado à imprensa, um facto amplamente demonstrado em vários estudos" (2005, p. 1949). De facto, esta desigualdade parece fazer parte do panorama jornalístico. A persistência das desigualdades de género no contexto e nos mais diversos setores da atividade económica, como sublinha Cecilia Ridgeway (2011), sugere que estão igualmente em curso processos sociais que recriam continuamente esta desigualdade e consolidam os lugares binariamente diferenciados. E, no caso do segmento jornalístico, a lógica de integração assimétrica confirma-se, pondo em causa a representação simbólica das mulheres nos mais diversos contextos sociais.

> Esta visão essencialmente comercial dos media coaduna-se com o que Tuchman denominou de "aniquilação simbólica" das mulheres, em que sobressaem a perpetuação de uma ordem (patriarcal) por meio de modelos de subjetividades e de mecanismos de (sub)representação, sobretudo quando nos referimos a um nicho muito específico do mercado, o dito "feminino". (Souza, 2015, p. 132)

De facto, começo por avançar que os resultados não constituíram novidade uma vez que, por um lado, ao longo do processo de seleção de peças e, especialmente, da inserção de dados, este era um panorama que se desenhava no horizonte. Este parece ser o fio condutor da visibilidade de género na imprensa. Por outro lado, Mota-Ribeiro e Pinto-Coelho (2005a, 2005b); Cerqueira (2012) e Mendonça (2012) referem, nos seus trabalhos de investigação que, a questão da visibilidade de género, um aspeto central nos seus estudos, apontavam neste sentido. Também

os dados avançados pela Global Media Monitoring Project (2015) sobre Portugal são relevantes: das 389 pessoas que apareciam nas peças analisadas, 79% eram homens e 21% mulheres. Nas 123 peças analisadas os homens estavam representados em 57 por cento das peças e as mulheres em 43 por cento. Cerqueira (2012) refere inclusive um estudo americano que dá conta de resultados mais abrangentes uma vez que analisam não só os textos mas também as fotografias.

> Maria Len-Ríos e colaboradores (2005) estudaram a representação das mulheres nos textos e fotografias de dois jornais americanos, e constataram que cerca de três quartos das pessoas que aparecem nas notícias são homens. Relativamente às fotografias, dois terços também contêm homens, sendo que os estereótipos ainda persistem, estando eles mais ligados às notícias tradicionalmente associadas ao 'masculino' e as mulheres às restantes. As exceções mostram que existe um equilíbrio entre homens e mulheres nas fotografias que versam sobre o mundo dos negócios. (Cerqueira, 2012, p. 199)

A investigadora, citando Maria Isabel Barreno (1976) destacava os primeiros estudos sobre a contextualização das mulheres na imprensa e a análise de Barbosa (1998) relativa às representações de género na campanha legislativa de 1995 no jornal *O Público*, indicando que

> os atores representados são, na sua esmagadora maioria, homens, líderes ou candidatos. As mulheres aparecem marginais, quase sem palavra, ou seja, objetificadas, e com uma atribuição quase nula de traços idiossincráticos. Mesmo em fotografias, o número de mulheres é mínimo, e são quase sempre, ou mulheres do povo, ou personagens vindas do mundo da comunicação social. A única categoria em que as mulheres aparecem como maioria é nas citadas anónimas, ou seja, não sujeitos individualizados, mas representantes de uma massa anónima, o povo (Barbosa, 1998, p. 120 citado em Cerqueira, 2012, p. 253).

Cerqueira (2012) cita ainda outros investigadores que têm centrado os seus estudos na representação do feminino nos média, nomeadamente Silvana Mota-Ribeiro e Zara Pinto Coelho (2005a, 2005b), trabalhos que Cerqueira considerou importantes para se compreender esta abordagem. Por exemplo, no já referido estudo sobre as imagens de mulheres na imprensa portuguesa (Mota-Ribeiro & Pinto-Coelho, 2005b), as investigadoras retiveram que estas são "diminuidoras e irrealistas face às mulheres", daí apontarem para a necessidade de "redefinição dos significados das palavras, das imagens e dos valores dos significados" (Cerqueira, 2012, p. 264). Na sua dissertação de Doutoramento, Carla Cerqueira depara-se com várias conclusões que vão além da falta de visibilidade das mulheres na imprensa. Retenho a questão da construção dos imaginários sociais que me parece pertinente: (...) isto é: mais do que ter

visibilidade, é a forma como se efetiva essa visibilidade e que impacto é que ela pode ter na construção de imaginários sociais. (Cerqueira, 2012, p. 299)

Assim, sumariando a análise efetuada neste capítulo, os dados parecem apontar para a existência de discursos que configuram expressões de idadismo e sexismo.

Alguns destes temas ganhavam maior destaque, como por exemplo, a família e a mulher, sobre os quais insidiam discursos normatizantes que almejavam a criação de identidades de gênero, buscando fundamentar as representações de homens e mulheres, legando limites aos espaços sociais destinados a cada um dos sexos, assim como, ao que se referia a responsabilidade sobre a família e sua manutenção" (Ribas, 2011, p. 97).

Mas analisemos o que dizem Santos, Cerqueira & Cabecinhas: "entendidos como os atores "naturais" do espaço público, os homens surgem representados predominantemente em áreas como a política e governação, economia e finanças, diplomacia, mundo empresarial, desporto, movimentos sociais, entre outros" (2015, p. 441). As autoras salientam o papel dos homens como detentores de poder e influência, já que "nas posições de poder decisório, os homens surgem como os principais intervenientes na construção do passado histórico dos seus países" (Santos et al., 2015, p. 441). Mais adiante, é referido que "nos movimentos sociais, em contextos de convulsão e protestos políticos, os principais intervenientes tendem a ser homens (jovens) que procuram promover os princípios democráticos" e ainda "por outro lado, estas peças caracterizam a intervenção das mulheres como não-expectável e pouco significativa, remetendo-as para os papéis tradicionais de género" (Santos et al., 2015, p. 442). Aqui não são só analisadas as assimetrias de género nas *newsmagazines* portuguesas, mas também a forma como são tratadas ou descritas as mulheres quando são foco de atenção destas revistas (Santos et al., 2015).

> Nas *newsmagazines* portuguesas, as representações das mulheres com cargos políticos incluem comummente referências a aspetos da sua vida privada, tais como a vivência da conjugalidade/casamento, o exercício da maternidade, a conciliação da vida profissional com a familiar, etc. Por outro lado, tais menções aparecem raramente nas representações mediáticas de homens; quando surgem, servem o propósito de assinalar o carácter multifacetado das suas ações e de enaltecer a capacidade destes em conciliar vários domínios em simultâneo. (Santos et al., p. 445)

Também Souza (2015) refere, para além da disparidade de género, o tipo de discurso produzido,

> o que nos leva a crer, por ora, é que tanto a disparidade de género no seio da produção jornalística, como o discurso de caráter androcêntrico são apenas algumas das componentes

> de um processo ainda mais complexo dos mecanismos de controlo político-económico e social da linguagem que se revela profundamente marcado pelo género, onde as mulheres continuam a ter um estatuto social inferior relativamente aos homens. (Souza, 2015, p. 146)

Uma ideia partilhada por Trigo, que sublinha os clichés que parecem ser utilizados pela imprensa. "A imprensa, que poderia ser um espaço adequado para uma abordagem mais ampla, repete clichês e se prende ao factual sem buscar uma análise mais profunda dos fatos noticiados, especialmente aqueles que se referem à violência" (Trigo, 2015, s.p.). Mais que a invisibilidade do sexo feminino na construção dos discursos mediáticos parece inquestionável a assimetria em quantidade e na qualidade de representação entre homens e mulheres. E quando falamos de mulheres idosas? Para Brito da Motta (2012), este é um cenário ainda mais negativo: se já é difícil encontrar uma história das mulheres, essas eternas prisioneiras da vida privada e do cotidiano, que dirá uma história das mulheres velhas! Quem estaria interessado na sua "desimportância social" (Britto da Motta, 2012, p. 84)? Este é, também, o cenário com que me deparei após a análise dos dados que conduziram este estudo, uma vez que na minha análise os homens aparecem como primeiros protagonistas 144 vezes e as mulheres 43 vezes (em 2011). No Ano europeu do envelhecimento Ativo (2012) os homens apareceram 176 vezes como primeiros protagonistas e as mulheres apenas 26 vezes. No último ano em estudo (2013), os homens foram primeiros protagonistas em 85 peças jornalísticas e as mulheres apenas 17 vezes. Ora, esta invisibilidade das mulheres como protagonistas idosas e/ou no que ao tema do envelhecimento diz respeito e a marcante visibilidade dos homens como protagonistas preferenciais faz eco das investigações até agora citadas e constitui motivo de preocupação uma vez que influenciará com certeza a construção de imaginários sociais. Assim, parece existir uma necessidade de repensar os espaços de representações das mulheres idosas, não parecendo, contudo, ser uma tarefa acessível. "Pensar (ou repensar) os espaços de representações das mulheres idosas, para colocar em análise e tecer considerações sobre contradições e conciliações, dentro dessas observações, é um complexo processo de construção, reprodução e transformação de sentidos" (Skura, 2016, p. 3). A autora alerta para a necessidade de se analisar as representações da velhice sob as lentes de género:

Analisar as representações femininas da velhice é uma tarefa que invariavelmente será perpassada pelo viés de gênero, porque as discussões de género envolvem um processo de construção histórica, social, política, econômica e de relações de poder constituídas, e as da velhice também (Skura, 2016, p. 8)

6.3 Caraterísticas socioeconómicas dos protagonistas das peças

Neste subcapítulo, procurarei dar resposta à questão de estudo sobre qual a profissão/classe social dos protagonistas mais representativa. Consideramos que estas variáveis são importantes para que se compreenda de que forma são selecionados os idosos do nosso estudo, para além da variável de género, traçando-se através da variável profissão um perfil socioeconómico. Outra variável em análise foi a profissão dos protagonistas. Para melhor compreensão do Gráfico 8, impõem-se uma nota: consoante se pode analisar no presente gráfico existem seis eixos relativos a Profissão 1, 2...6, esses eixos refletem a profissão de cada protagonista (protagonista 1, 2..6) ou seja a profissão 1 corresponde ao protagonista 1, a profissão 2 ao protagonista 2 e assim sucessivamente.

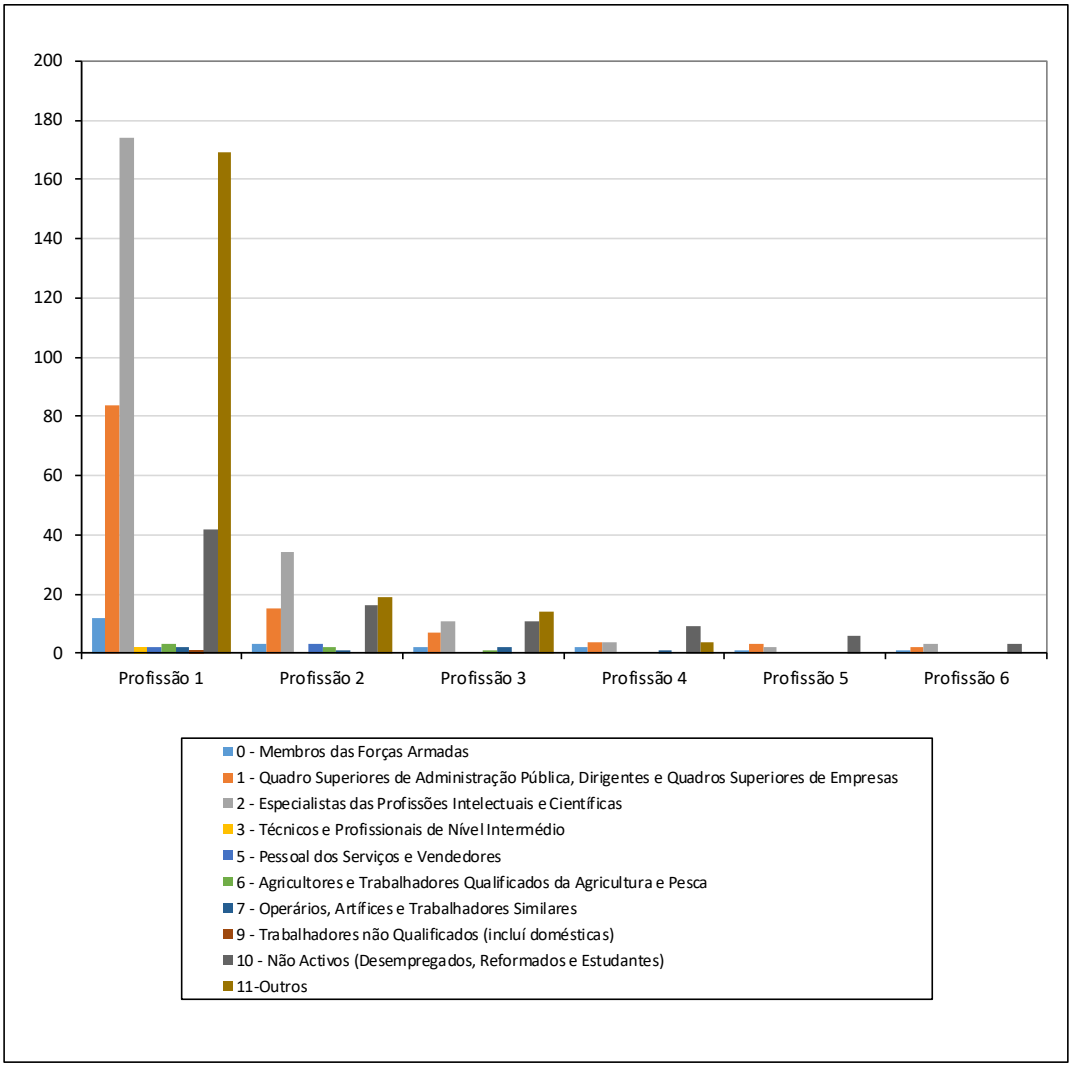

Gráfico 8: Número de indivíduos por profissão em cada nível de protagonismo (1 a 6)

Em termos globais, verifica-se que a profissão com mais destaque entre os protagonistas foi a denominada (2) "Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas", seguindo-se a denominada (11) "Outros" nos quais se incluem o clero, os presidentes da República, ministros e secretários de Estado, artistas plásticos, artistas de circo, etc). A (1) "Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas" aparece em terceiro lugar, seguindo-se a designada (5) "Pessoal dos Serviços e Vendedores". A denominada (10) "Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes) aparece em quinto lugar. Em sexto surge a (8) "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares", precedida da (0) "Membros das Forças Armadas". Nos últimos lugares surgem as profissões (6) "Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca" e (9) "Trabalhadores não Qualificados (inclui domésticas).
Cruzemos, agora, as variáveis Profissão *versus* Ano, para compreendermos qual a profissão que teve mais visibilidade consoante os protagonistas.

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Profissão 1	0 - Membros das Forças Armadas	5	2	5	12
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	26	43	15	84
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	66	81	27	174
	3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0	2	0	2
	5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	1	1	0	2
	6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	2	1	0	3
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1	1	0	2
	9 - Trabalhadores não Qualificados (incluí domésticas)	0	1	0	1
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	21	10	11	42
	11-Outros	65	60	44	169
Total		187	202	102	491

Tabela 14: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 1 em cada ano

Através da análise da Tabela 14, podemos aferir que durante o ano de 2011 os protagonistas mais ouvidos no total de 187 peças jornalísticas eram "Especialistas das Profissões Intelectuais e

Científicas" com 66 peças, logo seguidos pelos "Outros" com 65 peças. Os "Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas" com 26 peças, aparecem em terceiro lugar. O quarto destaque vai para os "Não Ativos" (Desempregados, Reformados e Estudantes) com 21 peças. Os "Membros das Forças Armadas" foram ouvidos cinco vezes e os "Agricultores e os Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca" tiveram duas peças. Os "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares" aparecem uma vez. Em 2012 os "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" foram ouvidos 81 vezes, seguindo-se os "Outros" com 60 peças. Com 43 peças surgem os "Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas". Os "Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio" e os "Membros das Forças Armadas" aparecem duas vezes cada grupo. Seguem-se os restantes grupos com uma peça cada um. Isto para um total de 202 peças jornalísticas. Já no que diz respeito ao ano de 2013 o grupo "Outros" aparece distanciado com 44 frequências, seguindo-se os "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" com 27 peças jornalísticas. Com 15 frequências surgem os "Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes" e Quadros Superiores de Empresas", seguindo-se os "Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes" com 11 peças e os "Membros das Forças Armadas" com cinco frequências. Podemos afirmar que existe um desfasamento entre a visibilidade dada às profissões intelectuais, empresariais, aos políticos e governantes e às restantes profissões.

Mas analisemos a profissão dos protagonistas seguintes:

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão 2	0 - Membros das Forças Armadas	0	2	1	3
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	7	4	4	15
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	15	15	4	34
	5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	1	0	2	3
	6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	1	1	0	2
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	0	1	0	1
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	7	3	6	16
	11-Outros	11	6	2	19
Total		42	32	19	93

Tabela 15: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 2 em cada ano

Passarei, agora, a designar as profissões pelo número que lhes corresponde, apresentando apenas a designação escrita das que apresentam mais e menos visibilidade. Relativamente ao ano de 2011 verificamos portanto que, também no que diz respeito aos segundos protagonistas, a profissão com mais visibilidade é a de "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" com 15 frequências, seguindo-se a (11) com 11 peças e a (1) e (10) com sete frequências. As profissões "Pessoal dos Serviços e Vendedores" e "Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca" surgem com uma peça cada, num total de 42 peças. Atentemos, agora, no ano de 2012. Os "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" foram ouvidos 15 vezes, seguindo-se a (11) com seis peças, a (1) com quatro, a (10) com três, a (0) com duas. Nos últimos lugares surgem os "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares" e os "Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca" com uma peça cada, para um total de 32 peças. O panorama altera-se em 2013. Das 19 peças selecionadas verificamos que o grupo de profissões com mais visibilidade é o "Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)", com 6 frequências, os grupos (1) e (2) surgem com 4 cada. Os grupos (5) e (11) foram representados 2 vezes e os "Membros das Forças Armadas" aparecem apenas 1 vez. Note-se que, pela primeira vez, temos mais representantes "Não Ativos" do que os "Especialistas" ou os

"Quadros superiores".

Atentemos à Tabela 16, relativa aos terceiros protagonistas:

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão 3	0 - Membros das Forças Armadas	1	1	0	2
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	3	4	0	7
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	6	3	2	11
	6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	0	0	1	1
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2	0	0	2
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	6	2	3	11
	11-Outros	8	5	1	14
Total		26	15	7	48

Tabela 16: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 3 em cada ano

A profissão com mais visibilidade dos terceiros protagonistas das peças selecionadas em 2011 (26) é a "Outros" com oito peças, seguem-se a (10) e a (2) com seis frequências. Em terceiro lugar aparece a (1) com três peças, seguindo-se a (7) com duas peças. Em último surge a (0) com uma frequência. De salientar que neste caso o segundo lugar é ocupado simultaneamente pelos "Não Ativos" e pelos "Especialistas". Em 2012 a profissão com mais visibilidade nos terceiros protagonistas é a "outros" com cinco peças, seguindo-se a (1) com quatro frequências. Em terceiro lugar aparece a (2) com três peças, e por fim os "Membros das Forças Armadas". De salientar que, durante o ano de 2012, no que diz respeito aos terceiros protagonistas das 15 peças apuradas, não há qualquer visibilidade aos "Operários" e aos "Agricultores". Em 2013, das sete peças em estudo, três dizem respeito aos "Não Ativos", duas à profissão (2) e uma respetivamente para as profissões (6) e (11).

Vejamos a tabela 22, relativa à profissão 4 por Ano. Em 2011 das 11 peças analisadas, quatro dizem respeito ao grupo de profissões (10) "Não Ativos", seguem-se com igual número de

frequências (2) o grupo de profissões (1), o grupo (2) e o grupo (11). Em último lugar aparecem os "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares" com uma peça. Relativamente ao ano de 2012 com oito peças em estudo, a profissão com mais visibilidade é o grupo (1), (10) e (0) com duas peças respetivamente. Os grupos (2) "Especialistas" e (11) "Outros" aparecem em último com uma frequência cada um.

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Profissão 4	0 - Membros das Forças Armadas	0	2	0	2
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	2	2	0	4
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2	1	1	4
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1	0	0	1
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	4	2	3	9
	11-Outros	2	1	1	4
Total		11	8	5	24

Tabela 17: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 4 em cada ano

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Profissão 5	0 - Membros das Forças Armadas	0	1	0	1
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	2	1	0	3
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	0	1	1	2
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	3	0	3	6
Total		5	3	4	12

Tabela 18: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 5 em cada ano

A Tabela 18, relativa às profissões 5 *versus* Ano não traz qualquer novidade. Para cinco peças analisadas em 2011, três dizem respeito ao grupo (10) "Não Ativos" e duas ao grupo (1). Em

2012 das três peças selecionadas os grupos (o) “Membros das Forças Armadas”, (1) “Quadros Superiores” e (2) “Especialistas” aparecem com uma frequência cada um. Em 2013 das quatro peças em destaque, três são do grupo (10) Não Ativos” e uma do grupo (2) “Especialistas”.

Verifica-se que, à medida que aumenta o número de protagonistas, diminui substancialmente o número de peças. Verifica-se, por último, que na Tabela 19, das profissões relativas aos protagonistas 6 temos, em 2011, quatro peças analisadas. As profissões em destaque com igual número de peças são o grupo (1) “Quadros Superiores” e (10) “Não Activos” com duas frequências cada um. No ano de 2012, as peças analisadas foram três, tendo duas frequências o grupo (2) “Especialistas” e uma peça o grupo (0) “Membros das Forças Armadas”. Em 2013 apenas foram analisadas duas peças. Destas, estão em igual número os grupos (2) “Especialistas” e (10) “Não Ativos”, com uma peça cada.

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Profissão 6	0 - Membros das Forças Armadas	0	1	0	1
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	2	0	0	2
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	0	2	1	3
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	2	0	1	3
Total		4	3	2	9

Tabela 19: Número de indivíduos por profissão no nível de protagonismo 6 em cada ano

Analisados que estão cada grupo de profissões tendo em conta o número de protagonistas, verificamos que as profissões com mais destaque, tal como já havia sido referido no quadro geral, são as profissões “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, “Quadros Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas” e os “Outros” que, tal como já referi, engloba elementos do clero, políticos, governantes e artistas. As profissões com menos visibilidade são as do grupo “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” e os “Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca”. Assim, quanto à questão de estudo sobre qual a profissão/classe social dos protagonistas mais representativa, poderemos concluir que a profissão (2) “Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas” foi a que obteve maior número de registos, no entanto, à medida que aumenta o

número de protagonistas, o desfasamento de visibilidade entre estes grupos de profissões diminui, o que poderá estar relacionado com a diminuição significativa do número de peças em estudo que, também, já foi acima referido. Um facto que não pode passar despercebido é o grupo "Outros", nas quais estão incluídas profissões de destaque como políticos e governantes, diminuir visivelmente à medida que aumenta o número de protagonistas o que estará relacionado, na minha ótica pela diminuição da importância atribuída aos protagonistas à medida que se afastam dos primeiros lugares de destaque.

6.4 Fontes utilizadas nas peças

Neste subcapítulo proponho-me responder às seguintes questões: qual o tipo de fonte mais utilizado?; qual a profissão/classe social mais representativa? e como é feita a seleção das fontes, numa perspetiva de género?, por ano e comparativamente. Para dar sustentabilidade a esta análise impõem-se, agora, uma breve reflexão acerca das fontes de informação jornalística. Fontcuberta (1999) reconhece que "a relação entre os meios e as fontes é uma das mais complexas e estruturantes de todo o processo de produção das notícias" (Fontcuberta, 1999, p. 46). O autor adianta, ainda, que "quanto maior for a quantidade, qualidade e diversidade das informações que comunica e das fontes que cita, maior será a credibilidade e, por isso, a influência" (Borrat citado em Fontcuberta, 1999, p. 46). No entanto, a explicação sobre o uso das fontes parece estar longe de ser um assunto pacífico.

> Todavia, a preponderância das fontes de informação no processo noticioso não é um dado adquirido nem a sua explicação é linear. O relacionamento entre fontes de informação e jornalistas está envolto num espesso nevoeiro, em que nem sempre se percebe quem mais tolda a mensagem (notícia). Por isso, vários estudos têm sido desenvolvidos para tentar compreender qual a relação que efetivamente existe, assim como qual a relação que melhor serve o jornalismo. (Ribeiro, 2014, p. 38)

Na sua dissertação de Doutoramento, Ribeiro (2014) ressalta contudo que, apesar da pressão que parece existir em todo o processo de execução de notícias, os jornalistas acabam por ser os grandes decisores de todo o processo noticioso.

> O controlo do processo noticioso varia de caso para caso, dependendo do contexto, do tipo de fontes envolvidas, do tipo de órgão de comunicação social implicado e do assunto em causa, levando em consideração que o jornalista tem sempre a última palavra. (Ribeiro, 2014, p. 62)

Debrucemo-nos então agora sobre a análise do Gráfico 10, relativo ao tipo de fonte utilizada nas peças jornalísticas selecionadas para estudo durante os anos de 2011, 2012 e 2013. A análise

efetuada comporta diferentes tipos de fonte: “governamentais”, “políticas”, “organizacionais”, “académicas”, “empresariais”, “individuais”, “associativas” e “sem citação de fontes”, que neste estudo representa todas as peças jornalísticas que quer pelo conteúdo informativo quer pela sua dimensão e importância revelam que existe uma fonte que pode passar pelo trabalho de pesquisa efetuado pelos jornalistas para obter dados que lhes permita a execução das peças mas onde não há citação de fontes. Existe, também, a categoria “não se aplica” para todas aquelas peças (essencialmente breves) onde a informação é muito escassa e que, por isso, não justifica a inclusão de uma categoria de fonte. Pela análise do gráfico 15 consegue-se perceber que o tipo de fonte mais utilizada, como primeira escolha de fonte, foi a denominada “sem citação de fonte”, ou seja, os trabalhos de pesquisa, logo secundadas pelas individuais. Seguem-se as fontes organizacionais, as académicas, fontes governamentais, as fontes empresariais e, por fim, as fontes associativas.

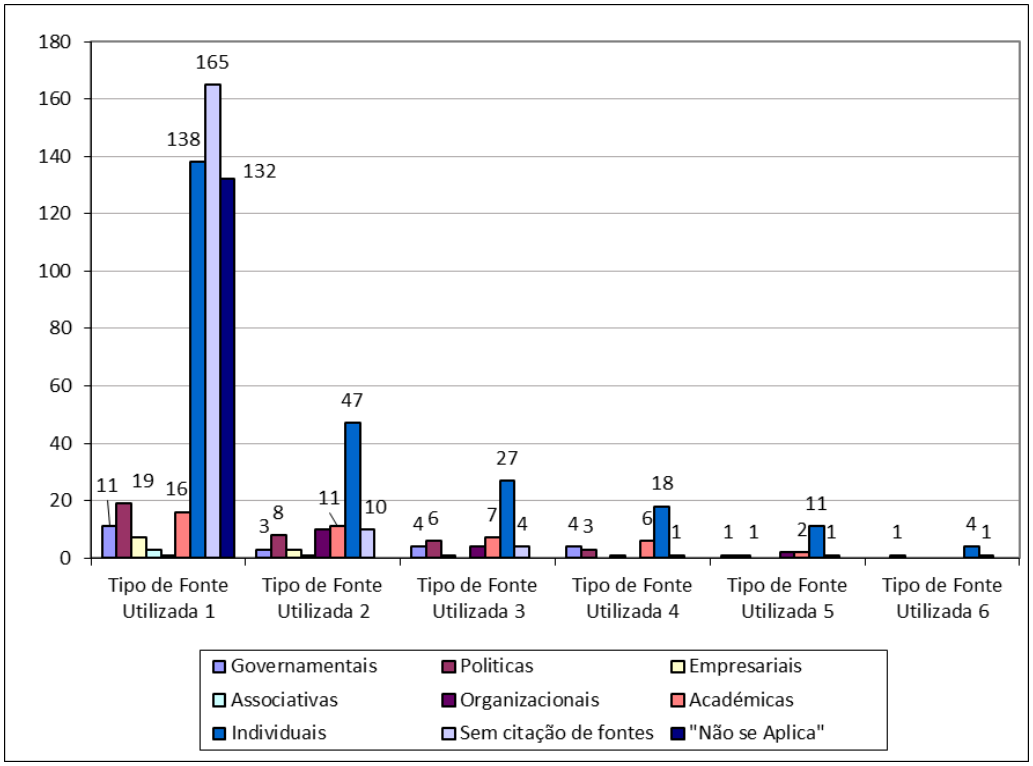

Gráfico 9: Número de peças quanto ao tipo de fonte utilizada

Tal análise poderá parecer, à partida, algo confusa, uma vez que não são as fontes consideradas credíveis e de poder que foram mais utilizadas na elaboração das peças selecionadas para este estudo. No entanto, uma análise mais atenta ao tipo de peças jornalísticas que temos “entre mãos” corrobora perfeitamente esta ideia, é que uma percentagem significativa das peças em

estudo são "Obituários" muito elaborados e detalhados que obrigaram a uma pesquisa por parte dos autores e "Histórias de Vida" nem sempre contadas na primeira pessoa mas sim descritivas e contendo muita e distinta informação que obrigou, certamente, o/a jornalista a efetuar trabalho de pesquisa e investigação, consultando ou escutando fontes que não nos são dadas a conhecer. Depois desta breve reflexão que nos permitiu perceber os resultados do gráfico acima representado, atentemos agora nas tabelas seguintes, que nos permitem ter uma visão individualizada da visibilidade de cada tipo de fonte em cada um dos anos em estudo.

Pela análise da Tabela 20, verifica-se que durante o ano de 2011 é possível verificar que a Fonte 1 mais utilizada foi a "Sem citação de fonte" com 63 peças em estudo, seguindo-se as fontes "individuais" com 59 peças. Em terceiro lugar aparecem fontes "políticas" e "académicas" com 6 peças e, por último as fontes "empresariais". As fontes "associativas" e "organizacionais" tiveram frequência nula, portanto não foram utilizadas como fontes durante 2011, no que diz respeito à variável "fonte 1". Há 43 peças onde não se sabe qual é a fonte, o que estará relacionado com o elevado número de peças jornalísticas que designamos de "Breves". Vejamos o caso de 2012. O tipo de primeira fonte mais utilizada durante o ano central deste estudo foi a "Sem citação de fonte" com 69 peças, seguindo-se as fontes "Individuais" com 45 peças. As fontes "Políticas" aparecem em terceiro lugar com nove frequências, seguindo-se as "Académicas" com sete peças. As fontes "Empresariais", "Associativas" e "Governamentais" aparecem três vezes. Por último, surge a fonte "Organizacional" com uma frequência. Existem 61 peças de fonte "Não se aplica". O ano de 2013 traz uma novidade a este panorama, sendo a categoria de fonte mais utilizada as "individuais" com 34 peças, seguindo-se a "Sem citação de fontes" com 33 frequências. As fontes "Políticas" aparecem quatro vezes, as "Académicas" três vezes e, por último as "Empresariais" com uma peça. Em 28 peças, a fonte é desconhecida.

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Tipo de fonte utilizada 1	Governamentais	8	3	0	11
	Politicas	6	9	4	19
	Empresariais	3	3	1	7
	Associativas	0	3	0	3
	Organizacionais	0	1	0	1
	Académicas	6	7	3	16
	Individuais	59	45	34	138
	Sem Citação de Fontes	63	69	33	165
	Não se aplica	43	61	28	132
Total		188	201	103	492

Tabela 20: Número de peças para o tipo de fonte utilizada 1 por ano

Relativamente à "fonte 2" a análise da Tabela 21 revela que a tendência registada no que diz respeito à "fonte 1", ou seja a fonte mais utilizada, é completamente alterada. Contudo, esta situação era expectável pois, como já referi, a grande percentagem de fontes referenciadas como "Sem fontes" e "Não se aplica" acontecem devido ao elevado número de peças jornalísticas consideradas "Óbitos" peças que possuem uma única fonte, a denominada no nosso estudo "fonte 1", portanto o grande pico deste tipo de fontes acontece no gráfico da "fonte 1". O desaparecimento da categoria "Não se aplica" está relacionada com as peças jornalísticas "Breves", sendo que também apenas são contabilizadas no gráfico da "fonte 1".

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Tipo de fonte utilizada 2	Governamentais	2	1	0	3
	Politicas	4	2	2	8
	Empresariais	2	0	1	3
	Associativas	0	1	0	1
	Organizacionais	3	3	4	10
	Académicas	5	2	4	11
	Individuais	20	17	10	47
	Sem Citação de Fontes	3	3	4	10
Total		39	29	25	93

Tabela 21: Número de peças para o tipo de fonte utilizada 2 por ano

Assim, em 2011, a fonte mais utilizada foi a categoria das "Individuais" com 20 peças, seguindo-se as "Académicas" com cinco frequências, as "Políticas" com quatro, as "Organizacionais" e as "Individuais" com três peças cada e, por fim, as "empresariais" com duas peças. As fontes "Associativas" não tiveram qualquer registo. A diminuta ou quase nula notoriedade das fontes "Associativas" parece ser uma premissa conhecida dos investigadores. Cerqueira alertou para este fenómeno.

> As associações queixam-se de ser pouco ouvidas enquanto fontes e de as/os jornalistas preferirem as fontes governamentais em detrimento de outras visões. Além disso, refere-se que o recurso a celebridades ou pessoas conhecidas na sociedade portuguesa também pode ser uma estratégia para conseguir a cobertura jornalística. (Cerqueira, 2012, p. 354).

Em 2012, a fonte mais utilizada como segunda fonte foi a categoria das "Individuais" com 17 peças, seguindo-se a categoria "Sem fontes" com três frequências, as fontes "Académicas" e "Políticas" com duas peças cada e as fontes "Governamentais" com uma peça. Durante o ano de 2013 foram contabilizadas 10 peças da categoria de fonte "Individuais". As categorias "Organizacionais", "Académicas" e "Sem fontes" registaram quatro peças cada e a fontes "Políticas" tiveram duas peças.

Os dados obtidos relativos à "Fonte 3" é notório o destaque para a categoria "Individuais" com 10 peças (2011 e 2012) cada um e sete peças em 2013. Em 2011 seguem-se as "Académicas" com quatro e as "Políticas", "Organizacionais", "Governamentais" e "Investigação jornalística" com duas frequências. Repare-se que a "Sem citação de fontes" ainda aparece na "Fonte 3" e já não tinha sido contabilizada na "Fonte 2", isto acontece quando estamos perante peças jornalísticas muito extensas com recurso a vários tipos de fontes. Em 2012, em segundo lugar, surgem as "Organizacionais" com duas frequências e as "Académicas", "Governamentais", "Políticas" e "Empresariais" com uma peça cada. Já em 2013 em segundo lugar aparecem as "Políticas" com três peças. Em terceiro surgem as "Académicas" com duas peças e as "Governamentais" com uma peça.

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Tipo de fonte utilizada 3	Governamentais	2	1	1	4
	Politicas	2	1	3	6
	Empresariais	0	1	0	1
	Organizacionais	2	2	0	4
	Académicas	4	1	2	7
	Individuais	10	10	7	27
	Sem Citação de Fontes	2	0	2	4
Total		22	16	15	53

Tabela 22: Número de peças para o tipo de fonte utilizada 3 por ano

	Tipo de fonte utilizada 1	Tipo de fonte utilizada 2	Tipo de fonte utilizada 3	Tipo de fonte utilizada 4	Tipo de fonte utilizada 5	Tipo de fonte utilizada 6
Governamentais	11	3	4	4	1	
Politicas	19	8	6	3	1	1
Empresariais	7	3	1			
Associativas	3	1		1		
Organizacionais	1	10	4		2	
Académicas	16	11	7	6	2	
Individuais	138	47	27	18	11	4
Sem citação de fontes	165	10	4	1	1	1
"Não se Aplica"	132					

Tabela 23: Número de peças para o tipo de fonte utilizada

Verifica-se que a utilização de “sem citação de fontes” cai de forma redundante, assim como a categoria “não se aplica” e isto como já foi explicado tem a ver com as características das peças jornalísticas, consoante recorrem a uma ou a mais do que uma fonte, mas também se verifica uma diminuição da utilização de outras categorias, o que se prende obviamente com a diminuição do número de peças à medida que aumentam o número de fontes citadas. Como se pode verificar pelos dados relativos às fontes 4, 5 e 6 o número geral de peças passa das 33 na fonte 4 (quarta fonte utilizada) para 18 na fonte 5 (quinta fonte utilizada) e para apenas seis peças na fonte 6 (sexta fonte utilizada). Como se pode verificar a categoria de fonte mais

utilizada nas quartas, quintas e sextas fontes são as "individuais".

A profissão das fontes citadas é outras das variáveis em estudo (Gráfico 11). Pretende-se aferir qual ou quais as profissões das fontes utilizadas ao longo dos três anos de estudo e verificar se existe um desfasamento ou, antes pelo contrário, se há um nivelamento do tipo de profissões das fontes citados nas peças.

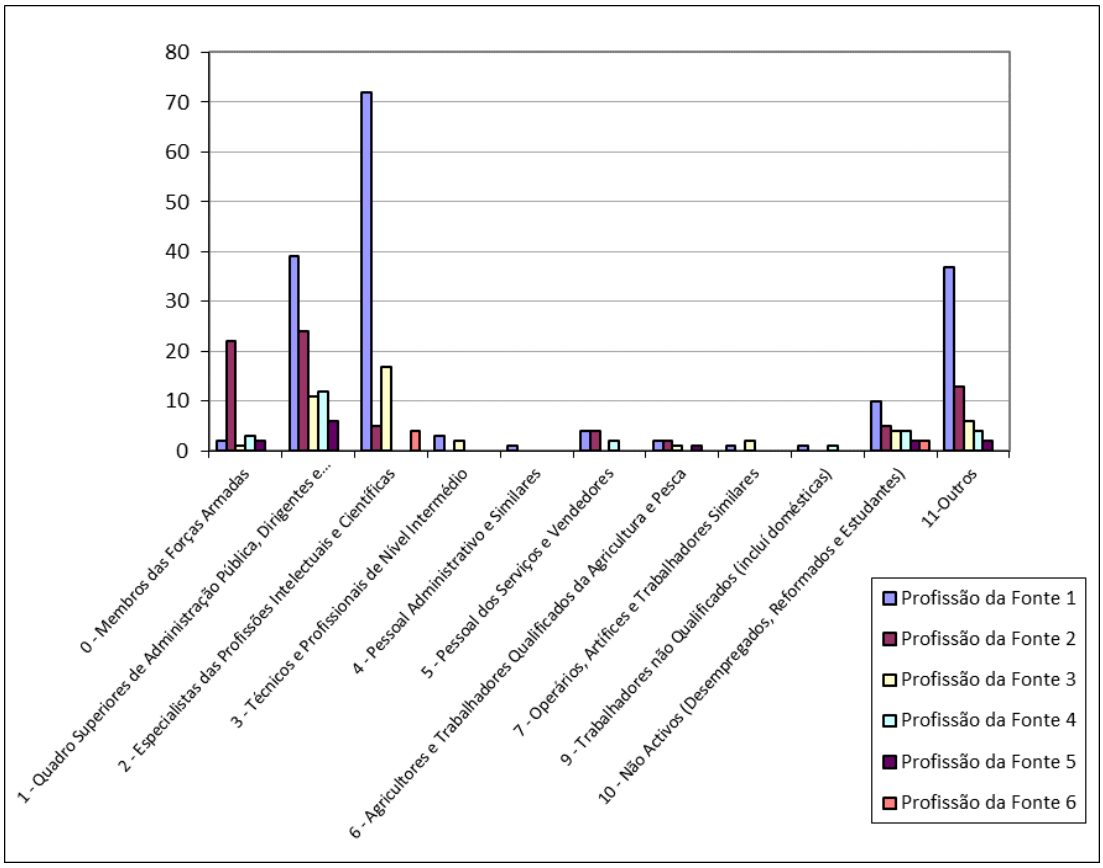

Gráfico 10: Número de peças quanto à profissão das fontes (1 a 6)

O gráfico acima apresentado mostra a profissão das fontes (em categorias) e a que fonte especificamente se aplica (fonte 1, 2, 3, 4, 5 e 6). Vemos que a categoria "Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas" se destaca. Em segundo lugar surge a categoria "Quadros Superiores da Administração Pública e Dirigentes". A categoria "Outros" onde se incluem maioritariamente os políticos e governantes surge em quarto lugar, seguindo-se os "Membros das Forças Armadas". Seguem-se os "Não Ativos", o "Pessoal dos Serviços e Vendedores", e os "Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio". No fim da tabela surgem as categorias "Agricultores e Trabalhadores Qualificados", "Operários, Artífices e trabalhadores Similares" e num número irrisório os "trabalhadores Não Qualificados).

Antes de efetuar qualquer análise aos resultados apresentados pensei que seria importante elaborar uma correlação entre as categorias das profissões das fontes e a posição que a fonte

ocupa na peça (fonte 1, 2, 3, 4, 5 e 6), ou seja a ordem pela qual foi ouvida e referida. Assim, as categorias "Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas", "Quadros Superiores da Administração Pública e Dirigentes" e "Outros" têm mais expressão na fonte 1. A fonte 2 encontra mais expressão nas categorias "Quadros Superiores da Administração Pública e Dirigentes" e "Membros das Forças Armadas". Já a fonte 3 tem mais notoriedade na categoria "Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas". As fontes 4 e 5 são mais vezes encontradas na categoria "Quadros Superiores da Administração Pública e Dirigentes" e a fonte 6 aparece mais na categoria "Não Ativos".

Verifica-se a grande disparidade existente entre o número de fontes escolhidas com profissão equiparada a "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" (135) ou "Quadros Superiores da Administração Pública e Dirigentes" (77) e as fontes com profissão "Pessoal Administrativo ou Similar" (1) ou "Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca" (6) ou "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares" (3) ou ainda "Trabalhadores não Qualificados (incluí domésticas) " (2).

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Profissão das fontes	0 - Membros das Forças Armadas	1	1	1	3
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	36	25	16	77
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	59	42	34	135
	3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	3	5	2	10
	4 - Pessoal Administrativo e Similares	0	0	1	1
	5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	7	2	1	10
	6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	2	3	1	6
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2	1	0	3
	8 – Operadores de instações, Máquinas e Trabalhadores de Montagem	0	0	0	0
	9 - Trabalhadores não Qualificados (incluí domésticas)	0	2	0	2
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	6	4	17	27
	11-Outros	28	17	17	62
Total		144	102	90	336

Tabela 24: Número de peças quanto à profissão das fontes no total dos anos

Concluo, portanto, que as fontes com mais notoriedade encontram-se inseridas nas categorias "Quadros Superiores da Administração Pública e Dirigentes", "Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas" e "outros" ou seja pessoas conotadas com o "saber" e o "poder". Tendo em conta as leituras que efetuei os resultados obtidos parecem estar de acordo com o que se têm escrito acerca das fontes, da sua utilização e do seu poder: "os media tendem a reproduzir simbolicamente, de modo fiel e imparcial, a estrutura de poder existente na esfera institucional da sociedade" (Évora, 2005, p. 8). De facto, parece ser esta a prática corrente na escolha das fontes de informação pela maioria dos meios de comunicação social, privilegiando as pessoas que se encontram em posições de destaque. Évora destaca

> a probabilidade de que aqueles que detêm um status elevado ou se encontram em posições de poderem emitir opiniões acerca de assuntos controversos verem aceites as suas definições, dado que são vistos como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada do que tem a maioria da população sobre determinados assuntos. (2005, p. 8)

Também Ribeiro faz alusão a este *status quo* das fontes que parece imperar no jornalismo.

> Nesta perspetiva, Hall et al. distinguem vários tipos de fontes poderosas: os representantes das principais instituições sociais; o poder institucional (fontes autorizadas); o estatuto representativo (deputados, ministros, outros funcionários de Estado e grupos de interesses organizados, como os sindicatos ou o patronato); e os especialistas. E é da relação estruturada com estas fontes poderosas que resulta o «papel ideológico» dos media, papel esse que assenta na construção de uma imagem particular da sociedade de acordo com os interesses da classe dominante. (Ribeiro, 2014, p. 21)

O autor vai mais longe ao classificar as fontes mais utilizadas como sendo de elite. Ericson, Baranek e Chan (1987), em *Visualizing Deviance*, verificaram que, mesmo perante uma enorme gama de fontes disponíveis (documentos oficiais, textos académicos, análises e estatísticas de toda a ordem), os jornalistas limitam a sua performance ao preferirem usar os press releases e a citação de fontes, fazendo com que as organizações noticiosas fiquem subjugadas aos interesses das fontes organizadas (Ericson et al., 1987, p. 345). Os autores salientaram também a prevalência das fontes de elite, as quais conseguem "definir o desvio" (Ericson et al., 1987, p. 361) dos conteúdos noticiosos por terem mais meios para fazer e provocar atos nas notícias, enquanto os outros cidadãos estão mais limitados (Ericson et al., 1987).

Pode-se afirmar que, também aqui neste estudo, esse foi o resultado encontrado. A seleção das fontes foi feita entre as chamadas fontes de elite em detrimento de outras fontes com profissões mais ligadas ao cidadão comum. Verifiquei que as profissões ligadas ao ensino, à banca, as

profissões liberais, os especialistas, os académicos, os quadros superiores de empresas e dirigentes, os políticos e os membros das forças armadas encontram bem mais expressão do que os não ativos. E estes últimos ainda têm mais expressão do que os técnicos de nível intermédio ou os administrativos e similares ou, ainda, os vendedores. Isto justifica-se pela inclusão nesta categoria de reformados que desempenharam profissões ligadas às duas categorias com mais notoriedade. Já em relação aos operários, agricultores e trabalhadores não qualificados, esses praticamente não têm visibilidade como fontes, nas peças em estudo.

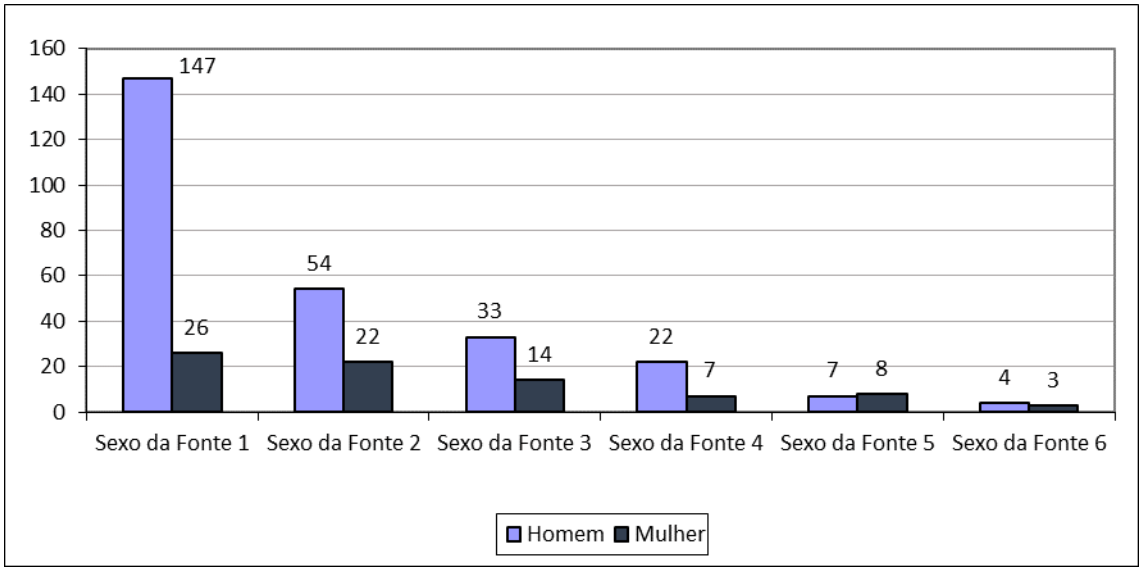

Gráfico 11: Número de peças quanto ao sexo das fontes

Continuando a análise sobre as fontes utilizadas nas peças selecionadas para este estudo debrucemo-nos, agora, sobre a variável "Sexo das fontes". Numa primeira leitura e antes de uma reflexão sobre a literatura científica existente sobre o assunto verifico pela análise do gráfico acima que existe uma diferença significativa entre a citação das fontes masculinas e as fontes femininas. E esta diferença é especialmente acentuada quando analisamos a primeira fonte citada "fonte 1". No global dos três anos verificamos que os homens são citados como fonte 266 vezes e as mulheres apenas 80 vezes. De realçar que em relação à "fonte 1", a primeira fonte mais ouvida, os homens obtêm 147 frequências e as mulheres apenas 26, num total de 173 peças, em relação à segunda fonte com mais notoriedade, "fonte 2", os homens foram ouvidos 54 vezes e as mulheres 22 vezes, num total de 76 peças. Já como "Fonte 3" foram citados 33 homens e 14 mulheres, num total de 47 peças. Como "fonte 4", "fonte 5" e "fonte 6" verifica-se que há uma diminuição do desfasamento inicial o que também se explica pela diminuição do número de peças. Assim como "fonte 4" os homens foram ouvidos 22 vezes e as mulheres sete

vezes, num total de 29 peças. A grande diferença reside na "fonte 5" em que as mulheres são ouvidas oito vezes e os homens sete vezes, num total de 15 peças. Como "fonte 6" temos quatro homens e três mulheres num total de sete peças. Ao fazermos o cruzamento entre esta variável e os anos em estudo pretendemos aferir qual o ano em que houve maior desfasamento e uma maior aproximação de igualdade de género das fontes.

Para uma melhor leitura inseri as tabelas correspondentes ao cruzamento das variáveis "Sexo das Fontes" versus Ano (Tabelas 25 a 30). Assim, verifica-se no que diz respeito à "fonte 1" e ao ano de 2011 (Tabela 24), os homens foram citados 63 vezes (82%) e as mulheres 13 (17%) num total de 76 peças. Em 2012, o ano central deste estudo, em 59 peças, os homens foram citados 48 vezes e as mulheres 11 vezes. Os homens são portanto ouvidos em 81% das vezes e as mulheres em apenas 18% das peças. Uma diferença que consideramos muito acentuada. Reparemos, contudo, que durante o ano de 2013, os homens são citados 36 vezes e as mulheres apenas duas vezes, ou seja os homens foram ouvidos como "fonte 1" em 94% das peças e as mulheres em apenas 6% do total selecionado. Tendo em conta que estamos a falar das primeiras fontes a serem citadas este número é muito baixo, revelando uma diminuta visibilidade das mulheres como primeiras fontes citadas durante 2013.

		Ano			**Total**
		2011	**2012**	**2013**	
Sexo da fonte 1	Homem	63	48	36	147
	Mulher	13	11	2	26
Total		76	59	38	173

Tabela 25: Número de peças *versus* sexo da fonte 1 no total dos anos

À medida que vamos aumentando o número de fontes o número de peças vai diminuindo, assim como o desfasamento da visibilidade entre homens e mulheres como fontes. As tabelas seguintes atestam esta ideia. Nota-se em 2011 uma aproximação entre fontes masculinas e femininas, citadas como "fontes 2". Em 33 peças, os homens foram citados 22 vezes e as mulheres 11 vezes. Em 2012, os homens são ouvidos 17 vezes e as mulheres desempenham o papel de segunda fonte em seis peças, em 23 peças selecionadas. Em 2013 o desfasamento é, mais uma vez, mais acentuada, com os homens a serem citados 15 vezes e as mulheres cinco vezes.

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Sexo da Fonte 2	Homem	22	17	15	54
	Mulher	11	6	5	22
Total		33	23	20	76

Tabela 26: Número de peças *versus* sexo da fonte 2 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Sexo da Fonte 3	Homem	13	12	8	33
	Mulher	7	2	5	14
Total		20	14	13	47

Tabela 27: Número de peças *versus* sexo da fonte 3 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Sexo da Fonte 4	Homem	9	5	8	22
	Mulher	2	4	1	7
Total		11	9	9	29

Tabela 28: Número de peças *versus* sexo da fonte 4 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Sexo da Fonte 5	Homem	1	2	4	7
	Mulher	5	1	2	8
Total		6	3	6	15

Tabela 29: Número de peças *versus* sexo da fonte 5 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Sexo da Fonte 6	Homem	1	2	1	4
	Mulher	1	0	2	3
Total		2	2	3	7

Tabela 30: Número de peças *versus* sexo da fonte 6 no total dos anos

Continuando a análise das tabelas dos resultados deste cruzamento de variáveis, parece estar encontrado o fio condutor que tínhamos enunciado, menor desfasamento entre igualdade de sexo das fontes, à medida que aumenta o número das mesmas. Sendo que, o maior desfasamento entre homens e mulheres como fontes citadas acontece durante o ano de 2013, e a maior aproximação de igualdade de visibilidade acontece durante o ano de 2012. Apesar de ser em 2012 que existe uma maior aproximação de visibilidade entre o sexo das fontes citadas, é durante o ano de 2011, e apenas como quinta fonte, que as mulheres são ouvidas mais vezes. Este é o único momento ao longo de três anos, num total de 346 peças com citação de fontes, que este facto acontece, o que claramente revela uma fraca visibilidade das mulheres como fontes nas peças jornalísticas selecionadas para este estudo. Mas, de facto, ao longo das leituras que efetuei para a análise desta variável, este era já um cenário expectável. Num estudo sobre jornalismo de saúde que teve como base os principais jornais de referência portugueses as investigadoras Lopes, Ruão, Marinho e Araújo salientam esta tendência:

> Victoria Camps (1998) acredita que o século XXI será das mulheres. Se tomarmos os jornais analisados como um reflexo do tecido social, esta otimista premissa não se cumpre. Os artigos noticiosos da nossa amostra incorporam uma percentagem elevada de vozes declinadas no masculino. Apenas um quarto das fontes de informação ouvidas são mulheres. Regista-se um grupo significativo de fontes apresentadas na forma coletiva: os médicos, os investigadores, entre outros. (2011, p. 109)

Na mesma linha de orientação, Mota-Ribeiro e Pinto-Coelho destacam que

> os estudos feministas evidenciam que o aumento da presença feminina não tem tido a correspondência esperada na redistribuição do poder nas redações, nem numa alocação mais diferenciada do tipo de temas atribuídos a uns e outros, sendo as mulheres apenas maioria no tratamento de temas considerados marginais e desvalorizados na hierarquia dos valores notícia e, como sujeitas da comunicação, continuando a ser vistas como fontes menos credíveis do que as masculinas. (2005a, p. 1942)

Num estudo que envolveu dois diários de referência nacional, Cerqueira (2012) deu enfoque à questão da falta de visibilidade das mulheres como fontes privilegiadas, ao fazer uso da afirmação de que "as investigações, mesmo as mais recentes, têm demonstrado que as mulheres como fontes recebem pouca atenção dos *media* noticiosos e quando aparecem são apresentadas de forma estereotipada, portanto limitadas aos papéis tradicionalmente associados ao 'feminino'" (Farré et al., 1998; Gallego, 2007 citados em Cerqueira, 2012, p. 201). Cerqueira destacou, também, os estereótipos associados à escolha das fontes e ao que parece aceites e

convencionado pela sociedade.

> De acordo com Karen Ross (2007), as fontes escolhidas tendem a estar de acordo com as conceções tradicionais, daí as preferências por homens, brancos, ocidentais, etc. As/os jornalistas não ouvem com tanta frequência as vozes mais controversas ou menos rotineiras enquanto fontes do seu trabalho (2012, p. 202).

Em termos académicos, esta parece ser também a tónica dominante, nomeadamente entre os estudos feministas dos média que parecem apontar para o facto de, para além de as mulheres serem pouco ouvidas como fontes, quando assim acontece, parece haver um segundo sentido para o caso que não a sua condição individual, ou seja, a sua mais-valia enquanto pessoa e mulher.

> A literatura dominante na área dos estudos feministas dos *media* tem ressaltado a representação das mulheres enquanto fonte, pela sua relação familiar e não pela sua condição individual. No tocante a esta questão apurámos que em alguns casos as mulheres são referenciadas pela relação familiar existente – esposa (sobretudo as primeiras-damas), irmã (de uma figura conhecida), filha (quando estão em áreas consideradas tradicionalmente 'masculinas', como é o caso da esfera militar, em que se procura uma justificação para o facto de elas escolherem a profissão), mas no cômputo geral das notícias estas são apenas exceções. (Cerqueira, 2012, p. 352)

A investigadora vai mais além, ao referir que as mulheres acabam mesmo por ser desvalorizadas e que os seus pontos de vista não são destacados nem tidos em conta o que coloca em risco a sua subjetividade, pois "são vistas como parte integrante de um coletivo, diluídas enquanto pessoas, homogeneizando perspetivas e pontos de vista, ou seja, invisibilizando as suas subjetividades" (Cerqueira, 2012, p. 352). De facto, de uma maneira geral parece ser esta a situação das mulheres ouvidas pela revista *Visão* como fonte durante os três anos selecionados para este estudo. A falta de notoriedade das mulheres, enquanto fonte, é percetível. Pode afirmar-se que, nas peças em estudo, as mulheres praticamente não têm rosto nem voz, quando comparadas com a notoriedade atribuída aos homens, destacando-se estes como fontes privilegiadas. Uma conclusão que parece fazer eco da investigação de Cerqueira.

> Em termos globais, no que concerne às fontes, constata-se que as mulheres anónimas e mesmo algumas das associações que lutam diariamente pela igualdade de género e pelos direitos das mulheres permanecem quase sem rosto e sem voz nas páginas destes jornais. Mais, algumas são mencionadas, mas raramente são citadas, não existindo uma valorização das suas posições públicas. (Cerqueira, 2012, p. 357)

Assim, sumariando a análise efetuada neste capítulo, os dados parecem apontar para a

existência de dois tipos de estereótipos: o idadismo e o sexismo, conclusões que parecem ser partilhadas com outras investigações. Veiga (2010), a propósito da produção jornalística de um programa de televisão, concluiu que "o sexo da notícia faz-se notar nas várias fases e dimensões da produção jornalística, tanto em termos qualitativos como quantitativos (Veiga, 2010, p.126). Também Souza (2010) adianta, a propósito da análise da representação condicionada dos sujeitos no conteúdo mediático por parte dos média numa tentativa de ganhar mais audiência, que "para tal vale-se de mecanismos de sub-representação das mulheres nos quais a omissão do discurso público é o principal recurso" (Souza, 2010, p. 94) Num estudo onde se analisaram as representações sociais que emergem das *newsmagazines* portuguesas, Santos, Cerqueira e Cabecinhas classificaram os resultados obtidos como evidenciando o "sexismo benevolente". Neste trabalho as autoras consideraram que "as *newsmagazines* portuguesas inviabilizam, assim, a diversidade de identidades e experiências, favorecendo a perpetuação de valores androcêntricos e relações de poder desiguais" (2015, p. 437). Salvaguardando as mudanças socioculturais, políticas e económicas que tem vindo a ser observadas na última década, as investigadoras afirmaram que no que concerne ao espaço público os homens continuam a ser a "norma" e as mulheres a "exceção" (Santos, Cerqueira & Cabecinhas, 2015).

Por sua vez, retomando a noção de idadismo como um preconceito contra idosos "que pode manifestar-se de forma claramente negativa ou camuflar-se em práticas sociais que são aceitas e, em muitos casos, bem vistas" (Vieira, 2013, p. 12) ou ainda como um conjunto de crenças associadas a idosos que podem tornar-se em comportamentos discriminatórios (Palmore, 1999), tentemos refletir sobre a dimensão sociocultural da velhice e dos idosos. O idadismo tem sido estudado por vários investigadores (Brewer, Dull & Lui, 1981; Palmore, 1999; Sousa, 2002; Cherry & Palmore, 2008; Justo & Rozendo, 2010; Marques, 2011; Aledo, 2013; Castro, 2015) existindo mesmo uma escala para medir o idadismo, denominada *Fraboni Scale of Ageism-FSA* (Fraboni, Saltstone & Hughes, 1990). Há, no entanto, quem defenda um idadismo positivo (Palmore, 1999; Cherry & Palmore, 2008), no entanto os autores asseguram que analisando o idadismo positivo existe potencialmente um preconceito uma vez que determinado comportamento em relação a idosos poderá estar condicionado devido à idade dos indivíduos:

Em outras palavras, quando a idade é utilizada como critério para algum tipo de tratamento diferenciado, mesmo que positivo, o cenário pode ser problemático, por potencialmente associar-se a conteúdos negativos frequentemente atribuídos a idosos (Vieira, 2013, p. 65).

Castro (2015) alerta para o preconceito da velhice veiculado pelos discursos mediáticos. "O

desrespeito ao idoso pode ser constatado ainda em certas produções midiáticas onde sua imagem é acionada na tênue fronteira entre o humor e o escârnio" (Castro, 2015, p. 108). A autora considera que apesar do idadismo se encontrar disseminado este preconceito ainda é pouco discutido tanto pelos académicos como pelos média e salienta que é necessário refletir sobre o idadismo na comunicação, lembrando que a promoção de imagens positivas dos mais velhos faz parte da agenda de recomendações da ONU (2012), tal como refere o Relatório do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA).

> Desenvolvimento de uma nova cultura de envelhecimento baseada em direitos humanos, com uma mudança de mentalidade e atitudes sociais relacionados ao envelhecimento e às pessoas idosas (...). Isto requer (...) medidas afirmativas que contestem a discriminação por idade e reconheçam os idosos e idosas como indivíduos autônomos (UNFPA, 2012 citado em Castro, 2015, p. 108)

E esta preocupação é tão mais importante quanto a certeza da importância da regulamentação social expressa através dos meios de comunicação (Macquail, 2003) e da força que os discursos narrativos assumem na construção social de identidades culturais e atuais estilos de vida. Castro reconhece o papel ativo do recetor da comunicação e reconhece também o "carácter dialético da conformação social dos discursos, entendemos que os discursos sobre o envelhecimento acionados pelos meios de comunicação participam na construção social dos padrões identitários e estilos de vida no contemporâneo" (Castro, 2015, p. 112). É assim inegável o papel que os média assumem quando se discute a dimensão sociocultural da velhice.

> Ao atentarmos nesta discussão para a dimensão sociocultural da velhice, é indispensável, destacar a importância dos meios de comunicação social na constituição das identidades culturais dos mais velhos e nas variadas formas de lidar com a velhice, tanto por parte dos idosos quanto por suas famílias e outras instâncias da sociedade (Castro, 2015, p. 113)

6.5 Discurso utilizado pela *Visão* relativamente ao tema do envelhecimento

Neste subcapítulo, procurarei dar reposta à questão de estudo sobre que tipo de discurso é utilizado pela revista *Visão* relativamente ao tema do envelhecimento. Analisarei, então, o tipo de discurso presente nos textos e os géneros jornalísticos e títulos utilizados nas peças, nos três anos de estudo. Outro aspeto que considero bastante importante neste estudo prende-se não só com a visibilidade dada às peças que falam sobre ou acerca de idosos, mas também a análise do tipo de discurso produzido. Assim, podemos aferir que de um modo geral o tipo de discurso utilizado é o discurso informativo, seguindo-se o discurso explicativo, o discurso apelativo e o

reivindicativo. De salientar que os discursos essencialmente positivo e essencialmente negativo são os menos encontrados. Já o discurso alarmista praticamente não tem expressão (Gráfico 12 e Tabela 31).

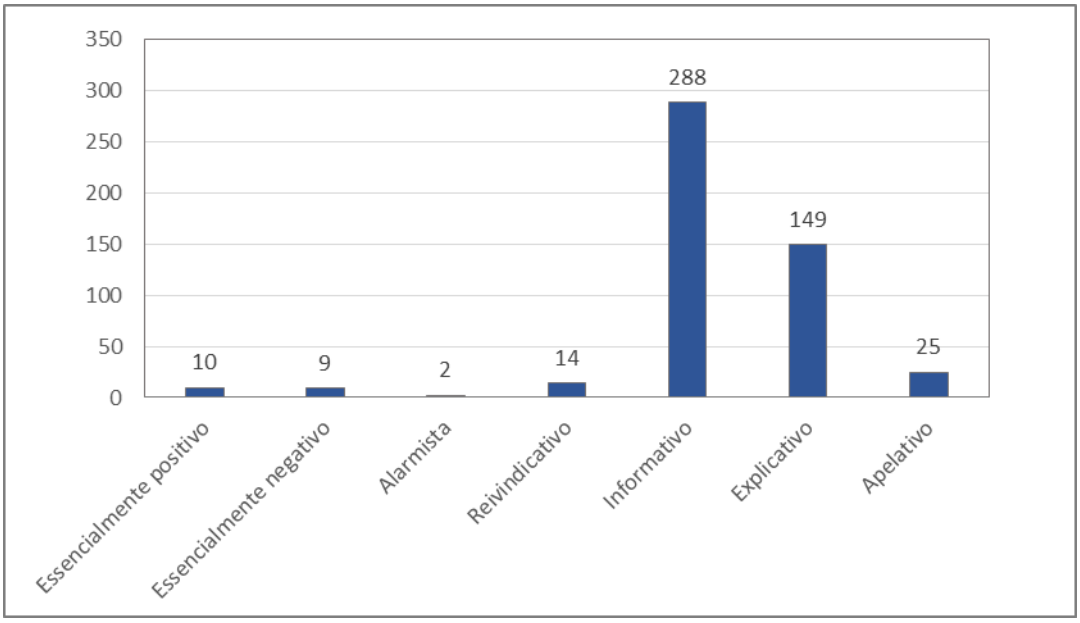

Gráfico 12: Número de peças quanto ao tipo de discurso utilizado

Variável	%	% válida	Total cumulativo
Essencialmente positivo	10	2,0	2,0
Essencialmente negativo	9	1,8	3,8
Alarmista	2	0,4	4,2
Reivindicativo	14	2,8	7,0
Informativo	288	57,9	65
Explicativo	149	30	95
Apelativo	25	5	100
Total	497	100	

Tabela 31: Percentagem de peças quanto ao tipo de discurso

Passamos a explicar em que consiste cada um destes discursos. Por discurso explicativo entendemos as peças jornalísticas que comportam um discurso onde se pretende explicar uma situação, um fenómeno, como funciona o sistema de pensões, por exemplo. Em relação ao discurso apelativo, significa que a peça em questão possui um texto onde se faz um apelo ou um convite. O discurso reivindicativo passa pela existência de um texto onde haja uma reivindicação

clara, uma ordem ou necessidade de mudança. Detemo-nos, agora, no discurso essencialmente positivo e essencialmente negativo. O primeiro surge num texto onde se destaque o carácter positivo quer em relação ao tema (envelhecimento) quer em relação ao protagonista. Neste caso funcionam como exemplo as peças acerca do envelhecimento ativo. Já em relação ao discurso essencialmente negativo, ele será identificado em artigos cujo conteúdo recorra à pobreza, à solidão, ao isolamento social, etc. Podemos aferir que 57% das peças são de carácter informativo mas, de facto, tal poderá ser explicado pelo elevado número de peças de género jornalístico "categorial" e "breves" onde as notícias de mortes, homenagens e distinções aparecem amplamente destacadas. Logo de seguida surgem as peças cujo discurso é de carácter explicativo (30%), o que estará relacionado com o número de peças jornalísticas cujo tema está relacionado com "histórias de vida" e "Carreira/Trabalho", onde a componente explicativa é muito forte. O tipo de discurso apelativo não é muito usual (5%) no entanto ele aparece essencialmente relacionado com os temas "Saúde/Hábitos de vida" e "Envelhecimento/ Terceira Idade", onde se regista essencialmente uma nova tendência de hábitos de vida entre a terceira idade e a apetência por "estórias" acerca dos descritos como "novos idosos". As peças de saúde onde são focados os seniores já não possuem um discurso tão apelativo, são mais direcionadas para as doenças que prevalecem na sociedade, consideradas muitas vezes como "pragas". A desertificação e a solidão dos idosos é referenciada através de um discurso essencialmente negativo (1,8%). Já as peças de carácter essencialmente positivo surgem associadas muitas vezes a temas como "Família/Sexualidade", "Arte/Cultura" e "Lazer/Turismo". Assim, quanto à questão de estudo sobre que tipo de discurso é utilizado pela imprensa relativamente ao tema do envelhecimento, poderá concluir-se que estamos perante um discurso essencialmente informativo e explicativo.

Capítulo VII – Considerações finais

Sistematizemos agora toda a análise efetuada ao longo deste estudo, para que possamos dar respostas concretas às questões que orientaram esta investigação. Retomemos a questão de partida: como é que a revista *Visão* tratou e deu visibilidade aos idosos e ao envelhecimento em Portugal durante o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012) e comparativamente ao ano anterior (2011) e posterior (2013)? Verifica-se que foi durante o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012) que foram encontradas mais peças sobre a temática do envelhecimento ou com protagonistas idosos (206 peças), o que permite afirmar que o envelhecimento teve mais visibilidade (embora ténue) durante o ano de 2012, tal como seria expectável.

De entre as peças selecionadas, destaca-se a utilização do género de título expressivo apelativo, durante os três anos, o que tendo em conta a temática deste estudo (envelhecimento e idosos), torna possível afirmar que se denota uma tentativa de cativar os leitores para a temática em questão e que permite responder a outra questão que orientou este trabalho: qual o tipo de discurso utilizado pela imprensa relativamente ao tema do envelhecimento? De facto, parece claro que foi utilizado um tipo de discurso informativo e, até, apelativo.

Continuando a análise verifica-se, no entanto, que no que diz respeito ao espaço dedicado às peças, estas ocuparam pouco destaque. No ano de 2012 os artigos que ocuparam "Um a três parágrafos" foram 33,98% das peças selecionadas (206). O mesmo se passa em relação ao ano de 2013 em que 31,06% das peças selecionadas (103) ocuparam "Um a três parágrafos". Este espaço também é o segundo mais frequente no ano de 2011 (40 frequências) ou seja 21,27% das peças selecionadas. Esta ocorrência parece ser sintomática da falta de valorização dada aos protagonistas/tema em estudo e da pouca importância atribuída às peças sobre o envelhecimento e/ou idosos, principalmente durante o ano de 2012, que sendo o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo deveria publicar mais peças de maior dimensão. Esta falta de destaque das peças em estudo parece evidenciar a existência de preconceitos e estereótipos relativos aos idosos e à temática do envelhecimento, como a invisibilidade, a falta de socialização e de importância dos cidadãos idosos, levando a que a que estas peças não sejam consideradas suficientemente importantes para terem uma "chamada" na primeira página e/ou um lugar de destaque na revista. As peças que fizeram manchete têm a sua frequência mais baixa precisamente em 2012, e têm como temas a política e economia, logo são peças onde existe uma notoriedade dos protagonistas que são conhecidos quer seja do mundo da política ou da

economia, justificando-se a sua visibilidade pela sua posição social e não pelo facto de serem idosos. Relativamente aos temas das peças verificou-se que a "História de vida", "Trabalho/carreira" e "Efemérides" são os temas que mais se destacam nos três anos em estudo. Uma análise mais atenta permite-me alguns comentários:

- se em relação ao tema "História de vida" a visibilidade é, muitas vezes, atribuída aos idosos, aos acontecimentos marcantes e estórias da sua vida, assim como à sua experiência pessoal, no que diz respeito ao tema "Trabalho/carreira" estamos, na maioria das vezes, perante um idoso de sexo masculino que é, antes de mais, uma figura pública e a visibilidade acontece devido a esse *status,* devido à notoriedade do protagonista.
- Por outro lado, se nas "Histórias de Vida" e nas peças subordinadas ao tema "Trabalho/carreira" o discurso é, na sua maioria, essencialmente positivo; já no que diz respeito ao tema "Efemérides", os idosos adquirem muitas vezes visibilidade devido à sua morte, o que nos remete mais uma vez para a questão da figura pública. Existem, contudo, algumas peças relativas à aposentadoria, homenagens e tomadas de posse, estas últimas em número diminuto.

Relativamente à questão: qual a profissão/ classe social dos idosos mais representativa, ficou claro que a mais representada nos três anos em estudo foi a de "Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas". Nos últimos lugares surgem as profissões (6) "Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca" e (9) "Trabalhadores não Qualificados (inclui domésticas). A situação repete-se no que diz respeito à profissão das fontes. As conclusões deste estudo fazem assim eco das investigações e dos estudos já efetuados, que dão conta que a escolha das fontes de informação efetuada pela maioria dos meios de comunicação social privilegia as pessoas que se encontram em posições de destaque (Évora, 2005; Ericson et al., 1987; Ribeiro, 2005, 2014). Estamos, também aqui, perante o conceito de notoriedade das fontes. Vejamos agora a representatividade de homens e mulheres para responder à questão: de que forma é que a imprensa em estudo trata e dá visibilidade aos idosos sob uma perspetiva de género? Ao longo dos três anos em estudo a maior visibilidade dada ao sexo masculino é uma constante. Aliás, nas peças relativas aos primeiros protagonistas (primeiros idosos a ter visibilidade nas peças) as mulheres aparecem 86 vezes e os homens 319 vezes, o que constitui uma diferença muito acentuada. Assim, este estudo vem corroborar a investigação efetuada por Mota-Ribeiro e Pinto-Coelho (2005a, 2005b) Cecilia Ridgeway (2011), (Souza, 2015), Cerqueira

(2012) e Santos et al. (2015). O mesmo se verifica na seleção das fontes o que permite responder à questão: como é que as fontes são selecionadas tendo em conta a dimensão de género? Existe de facto uma diferença abrupta entre a citação das fontes masculinas e as fontes femininas e, ao contrário do que acontece nas outras variáveis em que esta diferença de visibilidade de género se esbate à medida que aumenta o número de protagonistas, neste caso esta diferença acentua-se no que diz respeito à primeira fonte consultada. Mais uma vez os resultados obtidos corroboram outras investigações e estudos (Lopes et al., 2011; Mota-Ribeiro & Pinto-Coelho, 2005a, 2005b; Cerqueira, 2012). Todos deram enfoque à questão da falta de visibilidade das mulheres como fontes privilegiadas. Esta foi, também, a conclusão obtida com a análise que conduziu este estudo. Fica claro o desfasamento existente entre a visibilidade atribuída a homens e mulheres quer no que diz respeito ao estudo dos protagonistas quer relativo às fontes utilizadas. A chamada "feminização do envelhecimento" ainda não se reflete nos textos jornalísticos e os discursos veiculados pela imprensa acerca do envelhecimento feminino e das mulheres idosas são escassos, havendo uma preferência clara pelo homem quer como protagonista quer como fonte jornalística. Quanto ao conteúdo dos discursos jornalísticos percebe-se que a visibilidade da mulher está interligada com a sua posição social, com a notoriedade alcançada, ou seja ela é procurada enquanto protagonista ou enquanto fonte jornalística mais pelo seu *status* do que pela dimensão de género. Partilho da opinião de Cerqueira (2012) relativa ao longo caminho que a imprensa ainda tem de percorrer de forma a garantir uma cidadania diversificada. Diz a autora que "se olhamos para os *media* como veículos que podem potenciar uma cidadania inclusiva e diversificada, verifica-se que algo está a falhar" (Cerqueira, 2012, p. 309). Entendo, portanto, ser pertinente aconselhar editores e jornalistas a ter um maior cuidado na elaboração e publicação de peças jornalísticas no que diz respeito à equidade de género na escolha dos protagonistas, assim como na utilização das fontes jornalísticas

Por fim resta-me reconhecer as limitações inerentes a este trabalho. Não há, no meu entender, limitações que não constituam desafios. Assim, tenho a consciência que este estudo tem limitações, desde logo parece evidente o facto de não terem sido efetuados dois tipos de análise distintos: um estudo dirigido aos idosos que se encontram na terceira idade (dos 65 anos aos 79) e um outro estudo que incluísse a denominada quarta idade, onde seriam incluídos os protagonistas que se encontrassem na faixa etária dos 80 anos em diante. Teríamos assim dois tipos de protagonistas diferentes em estudo, a terceira e a quarta idades, o que nos permitiria

obter um estudo mais específico e heterogéneo. Por outro lado, estou convicta que o presente trabalho sairia enriquecido se a análise tivesse em conta a diferença entre os protagonistas nacionais e os protagonistas estrangeiros, ou seja, se tivessem sido realizados dois estudos distintos, um que contemplasse os protagonistas nacionais e outro com os protagonistas estrangeiros, cada um dos estudos com a suas respetivas variáveis. Acredito que, dessa forma, se poderia estabelecer uma comparação mais fidedigna entre os diferentes protagonistas e até avaliar se a revista *Visão* veicula imagens diferenciadas, ou não, de idosos portugueses e dos idosos estrangeiros.

De salientar, ainda, que este estudo peca por não terem sido estudadas outras variáveis ao nível da análise de conteúdo que permitissem aferir de uma forma mais completa e abrangente a importância das narrativas veiculadas pela revista para a perceção da dimensão sociocultural da velhice, da forma como a sociedade encara o envelhecimento e os idosos e como influencia a construção da própria autoimagem dos idosos. Se estas são limitações que admito existir no presente trabalho, constituem também desafios para futuras investigações: desenvolver um trabalho de investigação que distinga terceira idade de quarta idade. Por outro lado, englobar no mesmo estudo duas investigações distintas, uma direcionada aos idosos portugueses e outra para os idosos estrangeiros, utilizando variáveis adequadas a cada estudo, de forma a poder fazer uma comparação fidedigna sobre a forma como a terceira e quarta idade são representadas na *Visão* e perceber se existem diferenças de tratamento e visibilidade entre os idosos portugueses e estrangeiros, não só ao nível dos protagonistas mas também no que diz respeito ao uso de fontes de informação e, desenvolver uma análise de conteúdo mais abrangente de forma a aferir a força dos discursos mediáticos e o seu papel na construção social de identidades culturais.

Penso, também, que uma análise mais qualitativa beneficiaria este trabalho, assim como a elaboração de um estudo de receção onde os idosos fossem ouvidos, sendo assim possível aferir a perceção que estes têm sobre a forma como a revista *Visão* tratou o tema do envelhecimento e/ou os idosos, assim como a visibilidade e notoriedade que consideram ter sido dispensadas à temática do envelhecimento e/ou aos idosos pela revista durante os anos em estudo.

Outro ponto que julgo poderia ter sido mais trabalhado é a análise de imagens. No presente trabalho foi feito apenas um levantamento das peças que eram acompanhadas por imagens (infografia ou gráficos) e aquelas que não tinham qualquer imagem. Penso que uma análise mais minuciosa das imagens, da sua localização e espaço ocupado, valorizaria este trabalho.

Referências bibliográficas

Aledo, D. L. (2013). La Imagen de las personas mayores en los medios de comunicación. *Sociedad y Utopía. Revista de Ciencias Sociales, 41,* 483-502. Retirado de http://bit.ly/2rUs1MK

Almeida, J. F. de & Pinto, J. M. (1995). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Almeida, V. C. (2010). Comunicação e pós-modernidade: parâmetros para reflexão. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Retirado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/almeida-verbena-comunicacao-e-pos-modernidade.pdf

Alsina, M. A. A. (1996). Jornalismo e "construção de futuros". Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Retirado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-jornalismo-futuros.pdf

Alsina, R. M. (1993). *La construcción de la noticia*. Barcelona: Ediciones Paidós.

Alvarez, M. C. (2004). Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo Perspec., 18*(1), 168-176. doi: 10.1590/S0102-88392004000100020.

Alves, P. J. F. (2015). *Os Seniores e as Sociedades em Rede. Um estudo sobre a Exclusão Social na Terceira Idade*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Amado, N. M. (2008). *Sucesso no envelhecimento e histórias de vida em idosos sócio-culturalmente muito e pouco diferenciados*. Tese de Doutoramento em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social, XXXVIII*(168), 687-714. Retirado de http://bit.ly/2AKTN25

Andrade, E. R. (2012). Representações da Mídia Impressa que Formatam o Idoso e Reproduzem Identidades. In *Anais eletrônicos do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE*. Retirado de http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/ANDRADE_ELIANE_RIGHI_DE.pdf

Altheide, D. & Snow, R. P. (1988). Toward a theory of mediation. In J. A. Anderson (Ed.), *Communication Yearbook II* (pp. 194-223). Beverly Hills: Sage.

Arcine, F. R. (2010). Mídia, Discurso e Subjetivação do "Novo" Idoso: Que Melhor Idade é Essa*?* *Revista Linguagem, 13*. Retirado de http://bit.ly/2k7Glz1

Arnaut, C. (2011). *As questões de género na publicidade: perceções de estudantes e profissionais das áreas de Marketing e Publicidade*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Serviços, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Australian Human Rights Comission (2013a). *Fact or fiction? Setereothypes of older Australians. Report 2013*. Australia: Australian Human Rights Comission. Retirado de http://bit.ly/20R2bYx

Ayestaran, S. & Páez, D. (1987). Representaciones sociales y estereótipos grupales. In D. Páez (Ed.), *Pensamiento, individuo y sociedad: cognición y representación social* (pp. 262-276). Madrid: Editorial Fundamentos.

Bach, M., Altes, E., Gallego, J., Plujá, M. & Puig, M. (2000). *El sexo de la noticia. Reflexiones sobre el género en la informacion y recomendaciones de estilo*. Barcelona: Romanyà/Valls, S.A. Retirado de https://books.google.pt/books?isbn=8474265061

Ball-Rokeach, S. J. & Defleur, M.L. (1976). A dependency model of mass media effects. *Communication Research*, *3*(I), 3-21. doi: 10.1177/009365027600300101

Baltes, M. M. & Carstensen, L. L. (1999). Social-psychological theories and their applications to aging: From individual to collective. In V. L. Bengtson; J.-E. Ruth & K. W. Schaie (Eds.), *Handbook of theories of aging* (pp. 209-226). Nova Iorque: Springer.

Baltes, P. (1997). On the incomplete architecture of human ontogeny: Selection, optimization and compensation as foundation of developement theory. *American Psycchologist*, *52*, 366-380.

Baltes, P. & Baltes, M. (1990). Psychologist perspectives on sucessful aging: The model of selective optimization with compensation. In P. Baltes & M. Baltes (Eds.), *Sucessfull aging: perspectives from the behavioral sciences* (pp. 1-34). Cambridge: Cambridge University Press.

Baltes, P. B.; Lindenberger, U. & Staudinger, U. M. (2006). Life Span Theory in Developmental Psychology. In W. Damon & R.M. Lerner (Eds.). *Handbook of Child Psychology, Volume One: Theoretical Models of Human Development* (pp. 569-595). Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc.

Baltes, P. B. & Staudinger, U. M. (2000). Wisdom: A metaheuristic (pragmatic) to orchestrate mind and virtue toward excellence. *American Psychologist,* 55(1), 122-136. Retirado de http://bit.ly/2s7kRoJ

Baltes, P. B.; Reese, H. W. & Lipsitt, L. P. (1980). Life-Span Developmental Psychology. Annual *Review of Psychology, 31*, 65-110. doi: 10.1146/annurev.ps.31.020180.000433

Bandeira, M. L., Azevedo, A. B., Gomes, C. S., Tomé, L. P., Mendes, M.F., Baptista, M. I. & Moreira, M. J. G. (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa 1950-2011 Evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos. Retirado de http://bit.ly/2rl2v6j

Bandura, A. (1969). *Principles oh behaviour modification*. Nova Iorque: Holt Rinehart and Winston.

Bandura. A. (1977). Self efficiency: toward a unifying theory of behavioural. *Psychological Review, 84*(2), 191-215. doi: 10.1037/0033-295X.84.2.191

Barbosa, M. (1998). *Invisibilidade e tectos de vidro. Representações do género na campanha eleitoral legislativa de 1995 no jornal "Público".* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Alto Comissário para a Igualdade e a Família.

Bardin, L. (1997). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bastos, A., Faria, C. & Moreira, E. (2011). Desenvolvimento e envelhecimento cognitivo: Dos ganhos e perdas com a idade à sabedoria. In C. Paúl & O. Ribeiro (Eds.), *Manual de Gerontologia* (pp. 107-128). Lisboa: Lidel.

Baudrillard, J. (1981). *A sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.

Beauvoir, S. (1990). *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bell, J. (1992). Preconceito social da velhice: factores e consequências. Retirado de http://www.psicologiananet.com.br/tag/preconceito-da-velhice/

Bensgton, J.; Rice, C. & Johnson, L. (1999). Are Theories of aging important? Models and explanation on gerontology at the turn of the century. In V. Bengston & K. W. Shaie (Eds.), *Handbook of Theories of Aging* (pp. 3-20). Nova Iorque: Springer Publishing Company.

Berger, P. & Luckmann, T. (1976). *The Social Construction of Reality*. Harmonsdsworth: Penguin.

Bezerra, B. B. (2008). *A terceira idade é o público-alvo*. Monografia apresentada para conclusão do curso de Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Brasil.

Blanchard-Fields, F. (1996). Chen Y. Adaptive cognition and aging. *American Behavioral Scientist, 39*, 231-248. doi: 10.1177/0002764296039003003

Bluck, S. & Glück, J. (2004). Making Things Better and Learning a Lesson: Experiencing Wisdom across the Lifespan. *Journal of Personality, 72*, 543–572. doi: 10.1111/j.0022-3506.2004.00272.x

Breed, W. (1999). Controle social na redação. Uma análise funcional. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 152-156). Lisboa: Veja.

Brewer, M. B.; Dull, V. & Lui, L. L. (1981). Perceptions of the elderly: stereotypes as prototypes. *Journal of Personality and Social Psychology, 41*, 656-670. doi: 10.1037/0022-3514.41.4.656

Britto da Motta, A. (2012). As velhas também. *Ex Aequo, 23*, 13-21.

Brittos, V. C. & Gastaldo, E. (2006). Mídia, poder e controle social. *ALCEU, 7*, 13, 121-133. Retirado de http://bit.ly/2rDdKGN

Brugman, G. (2006). Wisdom and aging. In J. Birren & K. Schaie (Eds.), *Handbook of psychology of aging* (pp. 445-476). EUA: Elsevier.

Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia, 14*(28), 125 -137. Retirado de http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/03.pdf

Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista (Ed.), Cultura: Metodologias e Investigação (pp. 51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições. Retirado de http://hdl.handle.net/1822/9644

Cabecinhas, R. & Évora, S. (2008). Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história. In M de L. Martins & M. Pinto (Orgs.), *Comunicação e cidadania: actas do Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM)* (pp. 2685-2706). Braga: CECS. Retirado de http://bit.ly/2qZIvCV

Caeiro, J. C. (2008). *Políticas Públicas, Política Social e Estado Providência*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Campos, P. C. (2007). Jornalismo ambiental, envelhecimento demográfico e Universidade Aberta à Terceira Idade: a tese do empoderamento. *Rumores-Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, 7*. Retirado de http://bit.ly/2CMfW1t

Campos, P. C. (2009). Jornalismo e Sociedade: A visibilidade do idoso nos meios de comunicação. (Estudo de caso: jornais El País e ABC – 2007). *Orbis: revista de Ciencias Humanas, 12*, 6-46. Retirado de www.revistaorbis.org

Campos, P. C. (2010). Jornalismo Ambiental, Envelhecimento Demográfico e Universidade Aberta à Terceira Idade: A Tese do Empoderamento. *Razon y Palabra -Primera Revista*

Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación, 72. Retirado de www.razonypalabra.org.mx

Campos, P. C.; Fontes, C. K.; Meassi, C. G.; Monteiro, D. P.; Morais, C. F.; Nascimento, G. F.; Piola, B.C.Z & Sei, M. N. (2011). Jornalismo e Sociedade, a (in) visibilidade do idoso na imprensa brasileira. *Orbis. Revista Científica Ciencias Humanas, 19* (7), 210-244. Retirado de http//www.revistaorbis.org.ve

Cardoso, C. (2005). Anúncio e capa de revista: territórios paralelos ou contíguos? *Caleidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura, 5/6*, 111-199. Retirado de http://bit.ly/2k83d1p

Cardoso, C. R. (2008a). Nos bastidores do óbvio: A capa de *Newsmagazine* como Dispositivo de Comunicação. In M. L. Martins & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 589-601). Braga: CECS. Retirado de http://bit.ly/2rYNAuA

Cardoso, C. R. (2008b). Contributos para uma História da *Newsmagazine*. In M. L. Martins & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 1152-1166). Braga: CECS. Retirado de http://bit.ly/2sf5f2E

Cardoso, C. R. (2009). A capa de *newsmagazine* como dispositivo de comunicação. *Observatorio (OBS*) Journal, 8*, 162-203. Retirado de http://bit.ly/2rl7qUQ

Cardoso, C. R. (2012). *Seduzir ou Informar?- A capa da newsmagazine como dispositivo de comunicação.* Coimbra: Edições MinervaCoimbra.

Cardoso, C. R. (2014). A *newsmagazine* em Portugal: 70 anos até à consolidação do conceito. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Carmo, H. (2008). *Intervenção Social com grupos*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carneiro, R.; Chau, F.; Soares, C.; Fialho, J. A. S. & Sacadura, M. J. (2012). *O envelhecimento da População: dependência, Ativação e Qualidade*. Relatório final. Centro de recursos dos Povos de Culturas de Expressão Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa. Retirado de http://bit.ly/2qSFdDe

Carstensen, L. L. (1992). Social and emotional patterns in adulthood: support for socioemotional selectivity theory. *Psychology and aging, 7*(3), 331-338. doi: 10.1037/0882-7974.7.3.331

Carstensen, L. L. (1993). Motivation for social contact across the life span: A theory of socioemotional selectivity. In J. Jacobs (Ed.), *Nebraska symposium on motivation:*

Developmental perspectives on motivation (Vol. 40, pp. 209-254). Lincoln: University of Nebraska Press.

Carter, C & Steiner, L. (Eds.) (2004). *Critical Readings: Media and Gender.* Open University Press: Maidenhead.

Castro, G. S. (2015). Precisamos discutir o idadismo na comunicação. *Revista Comunicação & Educação, 20*(2), 101-114. doi: 10.11606/issn.2316-9125.v20i2p101-114

Cattell, R. B. (1971). *Abilities: Their structure, growth, and action*. Boston: Houghton Mifflin.

Carvalho, V. (2007). *A Sustentabilidade da Segurança Social*. Trabalho de avaliação para conclusão do III Curso de Pós-graduação em Direito Fiscal, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Retirado de www.cije.up.pt/download-file/153

Caregnato, Rita C. A. & Mutti, Regina (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm, 15*(4), 679-684. Retirado de http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17

Cerqueira, C. (2008). A imprensa e a perspectiva de género: quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. *Observatório (OBS) Journal, 5*(1), 139-164. doi: 10.15847/obsOBS222008101

Cerqueira, C. (2012). *Quando elas (não) são notícia: Mudanças, consistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Cerqueira, (2014). Os média, os públicos e os discursos de género: (in)visibilidades, linguagens e protagonistas. In A. R. Jorge; C. Cerqueira & S. I. Magalhães (Eds.), *PubliDiversidade. Representações Sociais e Igualdade de Género na Publicidade* (pp. 7-15). Braga: União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Cerqueira, C. & Cabecinhas, R. (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da inov(ação legislativa à mudança social. *ex æquo, 25*, 105-118. Retirado de http://hdl.handle.net/1822/21045

Cerqueira, C., Magalhães, S.I., Cabecinhas, R. & Nogueira, C. (2011). As representações de género nas revistas portuguesas de informação generalista: em busca de uma cidadania inclusiva. In S. Pereira (Ed.), *Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania* (pp. 209-219). Braga: CECS. Retirado de http://bit.ly/2qfUBux

Cervi, E. U. (2002). A Cobertura da imprensa e as eleições presidenciais 2002. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Retirado de http://bocc.ubi.pt/pag/cervi-emerson-imprensa-eleicoes-2002.html

Charon, J.-M. (2008). *La Presse Magazine*. Paris: La Découverte.

Cherry, K. E. & Palmore, E. (2008). Relating to older people evaluation (rope): a measure of self-reported ageism. *Educational Gerontology, 34*, 849-861. doi: 10.1080/03601270802042099

Cimminiello, M. C. S. V. & Tambelli, A. L. R. (2012). Obituário: um gênero em construção? *REVISTA INTERFACES, 3*, 27-32. Retirado de http://bit.ly/2rDz4fg

Colombo, F., Aroldi, P. & Carlo, S. (2015). Nuevos mayores, viejas brechas: TIC, desigualdad y bienestar en la tercera edad en Italia. *Comunicar, Revista Científica de Educomunicación, 45,* XXIII, 47-55. doi: 10.3916/C45-2015-05

Correia, F. (1997) *Os Jornalistas e as Notícias A Autonomia Jornalística em Questão*. Lisboa: Editorial Caminho, S. A.

Correia, J. M. (2003). *Introdução à Gerontologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Coutinho, C. P. (2006). Quantitativo versus qualitativo: questões paradigmáticas na pesquisa em avaliação. In *Actas do XVII Congresso da ADMEE: A avaliação de competências – Reconhecimento e validação das aprendizagens adquiridas pela experiência* (pp. 436-448). Lisboa: FPCE-UL. Retirado de http://bit.ly/2rUjv01

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Chaparro, M. C. (2009). Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes. O xis da questão (blog). Retirado de http://oxisdaquestao.provisorio.ws/artigos/iniciacao-uma-teoria-das-fontes/

Daniel, F.; Antunes, A. & Amaral, I. (2015). Representações sociais da velhice. *Análise Psicológica, 3*(XXXIII), 291-301. Retirado de http://hdl.handle.net/1822/37996

Daniel, F.; Simões, T. & Monteiro, R. (2012). Representações sociais do "envelhecer no masculino" e do "envelhecer no feminino". *Ex aequo, 26*, 13-26.

Debert, G. G. (2011). Velhice e tecnologias do rejuvenescimento. In M. Goldenberg (Ed.), *Corpo, envelhecimento e felicidade* (pp. 65-82). Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (1994). Introduction: Entering the field of qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 1-17). Thousand Oaks: Sage Publications.

Deputación Foral de Bizkaia (2010). *Las personas mayores y los médios de comunicación en Bizkaia.* Bolbao: Diputación Foral de Bizkaia. Departamento de Acción Social. Retirado de http://bit.ly/2rUbXuo

Dinis, C. M. R. (1997). *Envelhecimento e qualidade de vida no concelho de Faro*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Diogo, A. A. L. (1993). *Modernismos, pós-modernismos, anacronismos: para uma história da poesia portuguesa recente*. Lisboa: Edições Cosmos.

Duarte, V. M. (2013). *Fragilidade nas Pessoas Idosas*. Tese de Doutoramento em Gerontologia e Geriatria. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, porto, Portugal.

Eisenberg, M. B.; Lowe, C. A. & Spitzer, K. L. (Eds.) (2003). Information Literacy. Essential skills for the information age. Westport: Libraries Unlimited.

Ericson, R., Baranek, P. & Chan, J. (1987). *Visualizing Deviance: A Study of News Organization*. Toronto: University of Toronto Press.

Erikson, E. (1964). *Insight and Responsability*. Nova Iorque: Norton.

Erikson, E. H. (Ed.) (1978). *Adulthood*. Nova Iorque: Norton.

Estivil, J. (2003). *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social*. Genebra: Bureau Internacional do trabalho – STEP/Portugal.

Évora, S. L. (2005). As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: Os "definidores primários" das discussões. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Retirado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf

Fausto Neto, A. (1991). *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.

Fernandes, A. A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social. *Sociologia: Problemas e Práticas, 36*, 39-50.

Ferreira, F. G. (2012). Gêneros jornalísticos no Brasil: estado da arte. *Bibliocom*. Retirado de http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/bibliocom/article/viewFile/1194/1114

Ferreira, M. J. P. (2012). *A qualidade da experiência subjectiva e o envelhecimento: relações com o bem-estar e solidão*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de http://hdl.handle.net/1822/20569

Ferrigno, J. C. (2002). O Estigma da Velhice: Uma Análise do Preconceito Aos Velhos à Luz da Idéias de Erving Goffman. *A terceira idade*, 24, 48. Retirado de www.sescsp.org.br/sesc/download/indice_terceira_idade_43.pdf

Fidalgo, J, (2000). A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas. *Comunicação e Sociedade, 2*, 319-337. Retirado de http://hdl.handle.net/1822/5513

Field, D. & Minkler, M. (1988). Continuity and change in social support between young-old and old-old or very-old age. *Journal of Gerontology, 43*, 100-106. doi: 10.1093/geronj/43.4.P100

Figueira, J. (2012). *A Imprensa Portuguesa (1974-2010).* Coimbra: Angelus Novus Editora.

Fiske, J. (1990). *Introdução ao estudo da comunicação*. Porto: Asa Editores II, S.A.

Fonseca, A. M. (2004). *Desenvolvimento Humano e Envelhecimento*. Lisboa: Climpsi Editores.

Fonseca, A. M. (2005). Aspectos Psicológicos da "Passagem à reforma": Um estudo qualitativo com reformados portugueses. In C. Paúl & A. Fonseca (Ed.), *Envelhecer em Portugal: Psicologia, saúde e prestação de cuidados* (pp. 45-73). Lisboa: Climepsi Editores.

Fonseca, A. M. (2006). *O Envelhecimento: uma abordagem psicológica.* Lisboa: Universidade Católica.

Fonseca, A. M. (2007). Subsídios para uma leitura desenvolvimental do processo de envelhecimento. *Psicologia, Reflexão e Crítica, 20*(2), 277-289. Retirado de http://hdl.handle.net/10400.14/11755

Fontcuberta, M. (1999). *Pistas para compreender a notícia*. Lisboa: Notícias Editorial.

Foucault, M. (1975). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Fraboni, M.; Saltstone, R. & Hughes, S. (1990). The Fraboni Scale of Ageism (FSA): An Attempt at a More Precise Measure of Ageism. *Canadian journal on aging, 9*(1), 56-66. doi: 10.1017/S0714980800016093

França, J. B. S. (2014). *O que (não) veem os nossos olhos. Fotojornalismo na imprensa portuguesa*. Dissertação de Mestrado Comunicação e Jornalismo. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Retirado de http://tinyurl.com/ogwv2ww

França, M. (2014). Trabalhando com a noção de interseccionalidades. Blog *Questões de Gênero*. Retirado de http://bit.ly/2BySwPw

Fredrickson, B. L. & Carstensen, L. L. (1990). Choosing social partners: how old age and anticipated endings make people more selective. *Psychology Aging, 5*(3), 335-347. doi: 10.1037//0882-7974.5.3.335

Freitas, S. (2012). Príncipe ou Sapo? Os estereótipos masculinos em *spots* brasileiros e portugueses. *Comunicação e Sociedade, 21*, 109-121. doi: 10.17231/comsoc.21(2012).703

Freud, A. (1946). *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2012). HELPAGE INTERNATIONAL. Envelhecimento no século XXI: celebração e desafio. ONU. Retirado de http://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/portuguese-Exec-Summary_0.pdf

Galbraith, J. K. (1958/1976). A Sociedade da Abundância. In *Estudos e Documentos 2000*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Gall, L. T., Evans, D. R. & Howard, J. (1997). The retirement adjustment process: changes in the well-being of male retirees across time. *Journal of Gerontology, 52B* (3), 110-117. doi: 10.1093/geronb/52B.3.P110

Gans, H. (1980). *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Evanston: Northwestern University Press.

Gargurevich, J. (1982). *Géneros periodísticos*. Espanha: Ediciones Ciespal

Gergen, K. & Gergen, M. (2000). *The New Aging: Self Construction and Social Values*. Nova Iorque: Springer.

Gil, H. & Amaro, F. (2011). e-Inclusão: «dos 7 aos 77». In *61st Internacional Council for Educational Media and the XIII International Simposium on computers in Education (ICEM&SIIE'2011), joint conference* (pp. 60-65). Retirado de http://hdl.handle.net/10400.11/857

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa Qualitativa, Tipos Fundamentais. *RAE - Revista de Administração de Empresas, 35*(3), 20-27. Retirado de http://docplayer.com.br/3208008-Pesquisa-qualitativa.html

Goffman, E. (1979*). Gender advertisements*. Nova Iorque: Harper and Row Publishers, Inc.

Goldani, A. M. (1999). Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros. In A. A. Camarano (Ed.), *Muito além dos 60: os novos idosos eiros* (pp. 75-114). Rio de Janeiro: Ipea.

Gomes, R. M. (2009). *A importância da Internet para jornalistas e fontes.* Lisboa: Livros Horizonte.

Gómez, G. R., Flores, J. G. & Jiménez, E. G. (1996). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Granada: Ediciones Aljibe.

Gomis, L. (1991). *Teoría del Periodismo: Cómo se Forma el Presente*. Barcelona: Paidós.

Gonçalves, D., Martin, I., Guedes, J., Cabral-Pinto, F. & Fonseca, A.M. (2006). Promoção da Qualidade de vida dos idosos portugueses através da continuidade de tarefas produtivas. *Psicologia, Saúde e Doenças, 7*(1), 137-143. Retirado de http://hdl.handle.net/10400.14/11756

Guba, E. & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The SAGE Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Thousand Oaks: Sage Publications.

Guedes, V. M. (2007). Fragmentos de um discurso: a narrativa do jornalismo cultural na pós-modernidade. Retirado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-viviane-fragmentos-de-um-discurso.pdf

Grijélmo, Á. (2003). *El estilo del periodista*. Madrid: Taurus.

González, G. (2005). *Fundamentos del periodismo*. Madrid: Frágua.

Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis: mugging, the state and law and order*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Havighurst, R. J. (1972). *Developmental tasks and education*. Nova Iorque: David McKay Company.

Heckhausen, J. & Shulzs, R. (1995). A life-span theory of control. *Psychology Revue, 102*(2), 284-304. doi: 10.1037/0033-295X.102.2.284

Hohfeldt, A., Martino, C. L. & França, V. V. (Eds.) (2011). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes.

Homma, A.; Shimonaka, Y. & Nakazato, K. (1992). Psychosomatic state of centenarians. *Nihon Ronen Igakkai Zasshi, 29*(12),922-930. doi: 10.3143/geriatrics.29.922

Horn, J. L. (1982). The theory of fluid and crystallized intelligence in relation to concepts of cognitive psychology and aging in adulthood. In F.I.M. Craik & S. Trehub (Eds.), *Advances*

in the study of communication and affect. Volume 8: Aging and cognitive processes Plenum (pp. 237-278). Nova Iorque: Plenum.

Jakobson, R. (1960). Linguistics and Poetics. In T. Sebeok (Ed.), *Style in Language* (pp. 350-377). Cambridge, MA: M.I.T. Press.

Januário, S. (2014). *Género e Media: estereótipos das masculinidades na publicidade das revistas masculinas em Portugal*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Johnson, S. & Prijatel, P. (2007). *The Magazine from Cover to Cover*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.

Júnior, A. M. & Freitas, S.A de (2011). A (Re)Construção da velhice no discurso midiático. In *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí – Realização Cursos de História, Letras, Direito e Psicologia* (pp. 1-11). Jataí: CAJ. Retirado de http://bit.ly/2r0kQEu

Justo, J. S. & Rozendo, A. S. (2010). A velhice no Estatuto do Idoso. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 10*(2), 471-489.

Kitch, C. (2005). *Pages from the past history Memory in American Magazines*. Chapel Hill: University of North Carolina Press. Retirado de http//www.jou.sagepub.com/content/7/4/524.full.pdf

Kohlberg, L. (1973). Stages and aging in moral development: Some speculations. *Gerontologist, 13*(4), 497-502. doi: 10.1093/geront/13.4.497

Kohlberg, L. (1981). *The philosophy of moral development: Moral stages and the idea of justice*. São Francisco: Harper & Row.

Kuhn, T. S. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editoria Perspectiva.

Kunzmann, U. & Baltes, P. B. (2003). Beyond the traditional scope of intelligence: Wisdom in action. In R. J. Sternberg, J. Lautrey, & T. I. Lubart (Eds.), *Models of intelligence: International perspectives* (pp. 329–343). Washington: APA.

Lang, F. R. & Cartensen, L. L. (2002). Time counts: Future time perspective, goals, and social relationships. *Psychology and Aging, 17*(1), 125-139. doi: 10.1037/0882-7974.17.1.125

Lasswell, H. D. (1927). *Propaganda Technique in the World War*. Nova Iorque: Peter Smith.

Latorre, A.; Rincón, D. & Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona: GR92.

Lazarsfeld, P. F.; Berelson, B. & Gaudet, H. (1968). *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Lemon, B. W.; Bengtson, V. L. & Peterson, J. A. (1972). An Exploration of the Activity Theory of Aging: Activity Types and Life Satisfaction Among In-movers to a Retirement Community. *Journal of Gerontology, 27*(4), 511-523. doi: 10.1093/geronj/27.4.511

Lerner, R. M. (2002). *Concepts and Theories of Human Development*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum.

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lewin, K. (1947). Frontiers in Group Dynamics II. Channels of Group Life; Social Planning and Action Research. *Human Relations, 1*, 2 143-153. doi: 10.1177/001872674700100201

Lipovetsky, G. (2000). *A Terceira Mulher: Permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Cia das Letras.

Llorente-Barroso, C., Vinãras-Abad, M. & Sánchez-Valle, M. (2015). Mayores e Internet: La Red como fuentede oportunidades para un envejecimiento activo. *Comunicar, Revista Científica de Educomunicación, 45*(XXIII), 29-36. doi: 10.3916/C45-2015-03

Lobo, N. (2006). A comunicação e o idoso. *Comunicação e Cidadania, 4*(1-2). Retirado de http://bit.ly/2rUmzt9

Lobo, P. & Cabecinhas, R. (2008). As mulheres nas notícias televisivas: metodologia para uma análise crítica das representações sociais de género. In M. L. Martins & M. P. (Eds.), *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 1729-1736). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Retirado de http://hdl.handle.net/1822/37222

Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S. & Araújo, R. (2011). Jornalismo de saúde e fontes de informação, uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010. *Derecho a comunicar. Revista Científica de la Asociación Mexicana de Derecho a la Información, 2*, 100-120. Retirado de http://derechoacomunicar.amedi.org.mx/pdf/num2/numero2.pdf

Lyotard, J.-F. (2003). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.

Magalhães, S. I. (2011). *Como ser uma Ragaza. Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Maciel, S. C.P; Pessin, G. & Tenório, C. L. (2012). Terceira Idade e Novas Tecnologias: Uma Relação de Possibilidades e Desafios. In *Anais do I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades* (pp. 8-18). Rio de Janeiro.

Mackenzie, N. & Knipe, S. (2006). Research dilemmas: Paradigms, methods and methodology. *Issues In Educational Research, 16*, 2, 193-205. Retirado de http://www.iier.org.au/iier16/mackenzie.html

Magalhães, C. (2008). *Estereótipos Acerca das Pessoas Idosas em Estudantes do Ensino Superior, no Distrito de Bragança.* Tese de Doutoramento em Gerontologia Social. Universidade de Extremadura, Badajoz, Espanha.

Magalhães, C. P.; Antão, C.; Anes, E. & Fernandes, A. (2009). Idadismo. Comunicação apresentada no Congresso o Doente Crónico e a Saúde Comunitária. Lousada. Retirado de http://hdl.handle.net/10198/4247

Magalhães, C.; Fernandes, A.; Antão, C. & Anes, E. (2010). Repercussão dos Estereótipos sobre as Pessoas Idosas. *Revista Transdisciplinar de Gerontologia, III*(2), 7-16. Retirado de https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2606/1/RTG_III_2.pdf

Magnum, S. P. (1998). Passive properties of human skeletal muscle during stretch maneuvers. A review. *Scandinavian journal of medicine & science in sports, 8*(2), 65-77.

Maia, G. F. (2008). Corpo e velhice na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 3*, 704-711. Retirado de http://www.revispsi.uerj.br/v8n3/artigos/pdf/v8n3a11.pdf

Maletzke, G. (1976). *Sociologia de la comunicacion social*. Quito: Época.

Marocco, B. (2004). A zona de sombra dos conceitos de agenda-setting e Gatekeeper. *Revista Contracampo, 12*, 63-84.

Marques de Melo, J. (1998). *Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal Folha de S. Paulo e da revista Veja*. Retirado de intercom.org.br/papers/1998/gt03/gt0301.pdf

Marques de Melo, J. (2009). *Jornalismo: compreensão e reinveção*. São Paulo: Saraiva.

Marques, S. (2011). *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Martin, M. C. & Gentry, J. W. (1997). Stuck in the Model Trap: The Effects of Beautiful Models in Ads on Female Pre-Adolescents and Adolescents. *Journal of Advertising, 26*, 19-33. Retirado de http://www.jstor.org/stable/4189031

Martinez-Pecino, R.; Delerue Matos, A. & Silva, P. (2013). Portuguese older people and the Internet: Interaction, uses, motivations, and obstacles*. Communications - The European Journal of Communication Research, 38*(4), 331-346. doi: 10.1515/commun-2013-0020

Martinez-Pecino, R. & Delerue Matos, A. (2014). ¿Están todos los que son? La brecha digital y las personas mayores. In R. Martinez-Pecino & J.M. Guerra (Eds.), *Aspectos Psicosociales de la Comunicación* (pp. 107-114). Madrid: Pirámide.

Martins, H. H. T de S. (2004). Metodologia Qualitativa de Pesquisa. *Educação e Pesquisa, 30*(2), 289-300. Retirado de http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf

Martins, R.; Andrade, A. I. & Rodrigues, M. L. M. (2010). "A Vida Vista pelos idosos". *Millenium, 39*, 121-130. Retirado de http://www.ipv.pt/millenium/Millenium39/8.pdf

Martins, R. M. L. & Rodrigues, M. L. M. (2005). Estereótipos sobre idosos: Uma representação social gerontofóbica. *Millenium. Revista do ISPV, 29*, 249-254. Retirado de http://www.ipv.pt/millenium/Millenium29/32.pdf

Martins, R. M. L. & Santos, A. C. A. (2008). Ser Idoso Hoje. *Millenium. Revista do ISPV, 35*, 1-8. Retirado de http://www.ipv.pt/millenium/Millenium35/8.pdf

Maslow, A. H. (1970). *Motivation and personality*. Nova Iorque: Harper & Row.

McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Journal of Women in Culture and Society, 30*(3), 1771-1800. doi: 10.1086/426800

McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Medina, J. L. B. (2001). Gêneros jornalísticos: repensando a questão. *Revista SymposiuM, 1*, 45-55. Retirado de https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF

Mendes, F. R. (2011). *Segurança Social: O Futuro Hipotecado*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mendonça, M. L. (2012). Imagens de mulher: representações do envelhecimento feminino nos *media* brasileiros. *Comunicação e Sociedade, 21*, 67-78. doi: 10.17231/comsoc.21(2012).700

Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva.

Montero, M. D. (1993). *La información Periodística y su Influencia Social.* Barcelona: Labor/Universitat Autónoma de Barcelona.

Moles, A. A.; Bogard, L.; Crozier, M.; Gerbner, G.; Glucksmann, A. F.; Wiebe, G. D.; Morin, V. & Wangermëe (1973). *Civilização Industrial e Cultura de Massas*. Petrópolis: Vozes.

Molotch, H. & Lester, M. (1974). News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review, 39*, 101-112. Retrado de http://www.jstor.org/stable/2094279

Morrison, J. F. (2003). *"Minorities, Media Depiction". Encyclopedia of International Media and Communications*. EUA: Elsevier Science.

Moscovici S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: P.U.F.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R.M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 18-77). Cambridge: Cambridge University Press.

Mota-Ribeiro, S. (2010). *Do Outro Lado do Espelho: Imagens e discursos de género nos anúncios das revistas femininas – uma abordagem socio-semiótica visual feminista*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de http://hdl.handle.net/1822/12384

Mota-Ribeiro, S. & Pinto-Coelho, Z. (2005). O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa. In *Livro de Actas 4º Sopcom: "Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação"* (pp. 1941-1951). Retirado de http://bit.ly/2rDeHir

Mota-Ribeiro, S. & Pinto-Coelho, Z. (2005). Imagens de mulheres na imprensa portuguesa (Images of women in the Portuguese Press). In *Livro de Actas do IV Congresso da Sopcom:"Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação*" (pp. 1-12). Retirado de http://bit.ly/2qZEBdg

Nações Unidas (2015). *World Population Ageing 2015*. Nova Iorque: Nações Unidas. Retirado de https://tinyurl.com/jtscjoa

Nash, J. C. (2008). Re-thinking intersectionality. *Feminist Review, 89*(1), 1-15. doi: 10.1057/fr.2008.4

Nazareth, J. M. (1979). *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

Nogueira, C. (1991). *Percepções de Auto-Eficácia: Teoria e Investigação em contextos educativos*. Braga: Universidade do Minho/ Instituto de Educação.

Olabuénaga, J. I. R. (2003). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidade de Deusto.

Olievenstein, C. (1999). *A Arte de Envelhecer*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.

Oliveira, M. C. R., Fernandes, M. & Carvalho, R. R. (2011). O papel do idoso na sociedade capitalista contemporânea: Uma tentativa de análise. In *Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital*. São Luís: Universidade

Federal do Maranhão/Centro de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Retirado de http://bit.ly/2caeb2g

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002). *Older persons in emergencies: an active ageing perspective*. Geneva: Organização Mundial de Saúde. Retirado de http://bit.ly/2r0C2tR

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2009). *Global Health And Aging*. Geneva: Organização Mundial de Saúde / National Institute on Aging / National Institutes of Health / U.S. Department of Health and Human Services. Retirado de http://bit.ly/1A3COQN

Palmore, E. B. (1999). *Ageism: Negative and Positive*. Nova Iorque: Springer Publishing Company.

Papaleo Netto, M. (2007). *Tratado de gerontologia*. São Paulo: Atheneu.

Paul, C. (1997). Noções gerais sobre o envelhecimento. In C. Paul (Ed.)*, Lá para o fim da vida: idosos, família e meio ambiente* (pp.9-24). Coimbra: Livraria Almedina.

Paúl, C. (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social. *Sociologia: revista da Faculdade de Letras do Porto, 15*, 275-287. Retirado de http://bit.ly/2qfTefC

Pereira, F. C. & Veríssimo, J. (2008). A Mulher na Publicidade e os Estereótipos de Género. *Observatorio (OBS*) Journal, 2*(2), 281-296. doi: 10.15847/obsOBS222008120

Petrella, S., Pinto, M. & Pereira, S. (2014). O Idoso e a Educação para os Media. Novos Desafios entre Envelhecimento e Exclusão Social. In M. L. Martins & J. Veríssimo (Ed.), *Atas do 8º SOPCOM Comunicação global, cultura e tecnologia* (pp. 150-155). Lisboa: SOPCOM - Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Retirado de http://bit.ly/2qnoww4

Pissarra Esteves (1999). Os media e a questão da identidade. Sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Retirado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/pissarra-media-identidade.pdf

Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade,* 2, 277-294. doi: 10.17231/comsoc.2(2000).1401

Pinto, T.; Nogueira, C.; Vieira, C.; Silva, I.; Saavedra, L.; Silva, M. J.; Silva, P.; Tavares, T.-C. & Prazeres, V. (2009). *Guião de educação género e cidadania: 3º ciclo do ensino básico*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Poon, L. W.; Martin, P.; Clayton, G. M.; Messner, S.; Noble, C. A. & Johnson, M. A. (1992). The influences of cognitive resources on adaptation and old age. *International Journal of Aging and Human Development, 34*, 31-46. doi: 10.2190/T3FB-V3XE-L057-1WM3

Prada, V. V. de (1966). *II História Económica Mundial*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A.

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Raposo, V. L. C. (2004). *O Poder de Eva "O Princípio da Igualdade no Âmbito dos Direitos Políticos; Problemas Suscitados pela Discriminação Positiva".* Coimbra: Almedina.

Ribas, A. C. (2011). A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal o apóstolo (1929-1959). *Espaço Plural, 24*, 96-106.

Ribeiro, V. F. M. (2005). *Fontes sofisticadas de informação Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*. Tese de Mestrado de Comunicação e Cultura Variante de Jornalismo Político. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, porto, Portugal. Retirado de http://hdl.handle.net/10216/13047

Ribeiro,V. F. M. (2014). *O spin doctoring em Portugal: Estudo sobre as fontes profissionais de informação que operam na Assembleia da República*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Especialidade de Estudos de Jornalismo, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Ridgeway, C. L. (2011). *Framed by Gender: How Gender Inequality Persists in the Modern World*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Riley, M. W. & Riley, J. W. Jr. (1994). Age integration and the lives of older people. *The Gerontologist, 34*(1), 110-115. doi: 10.1093/geront/34.1.110

Rodrigues, A. D. (1993). O acontecimento. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (pp. 27-33). Lisboa: Vega.

Rosa, M. J. V. (1993). O desafio social do envelhecimento demográfico. *Análise Social, xxviii*(122), 679-689.

Rosa, M. J. V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rosa, M. J. V. & Chitas, P. (2010). *Portugal: os Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sampieri, R. H., Collado, C.H. & Lucio P. B. (2006). *Metodologias de Pesquisa*. São Paulo: Mc. Graw-Hill.

Santos, A., Cerqueira, C. & Cabecinhas, R. (2015). Entre a norma e a exceção: assimetrias de género nas *newsmagazines* portuguesas. *Comunicação e Sociedade*, *27*, 437-455. doi: 10.17231/comsoc.27(2015).2111

Santos, F. & Encarnação, F. (1997). *Modernidade e Gestão da Velhice*. Faro: Centro Regional de Segurança Social do Algarve.

Santos, H. (2009). O fim dos Géneros Jornalísticos? Os Elementos Informativos que resultam das novas práticas. In Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Eds.), *Livro de Actas – 6º Congresso Sopcom* (pp. 4469-4479). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas* e fontes. Coimbra: Minerva.

Scalzo, M. (2011). *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto.

Schmitz, A. A. (2010). Classificação das fontes de notícias. BOCC. Retirado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf

Schneider, R. H. & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de psicologia, 25*(4). doi: 10.1590/S0103-166X2008000400013

Sêga, A. R. (2000). O Conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovic. *Anos 90, 13*, 128-133. Retirado de http://bit.ly/13dmseW

Seligman, M. E. P. (1972). Learned Helpessness. *Annual Review of Medicine, 23*, 407-412. doi: 10.1146/annurev.me.23.020172.002203

Sigal, L. (1973), Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking. Lexington: D.C. Heath.

Shaie, K. W. & Willis, S. L. (2003). *Psicologia de la edade adulta y la vejez*. Madrid: Pearson Educacion.

Silva, M. E. V de (2006). *"Se fosse tudo bem, a velhice era boa de enfrentar!" Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice - um estudo no Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento. Universidade Aberta Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de http://hdl.handle.net/10400.2/788

Silva, M. G. (1998). Apoio domiciliário ao idoso. *Geriatria, 11*(106), 16-17.

Silveirinha, M. (2004). Representadas e representantes: as mulheres e os media. *Media & Jornalismo, 5*, 930.

Silveirinha, M. J. (2016). Sensitive to others: emotions, care and gender in the construction of news. In C. Cerqueira; R. Cabecinhas & S. I. Magalhães (Eds.), *Gender in focus: (new) trends in media* (pp. 125-140). Braga: CECS

Siqueira, H. S. G. (2005, 27 de outubro). Cultura de Consumo Pós-Moderna. *Jornal A Razão*. Retirado de www.angelfire.com/sk/holgonsi/consumismo2.html

Skura, I. (2016). Mulheres, Velhices e Espaços de Representação. In *Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul* (pp. 1-14). Intercom. Retirado de http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0773-1.pdf

Smith, J. & Baltes, P. B. (1990). A study of wisdom-related knowledge: Age/cohort differences in responses to life planning problems. *Developmental Psychology, 26*, 494-505. doi: 10.1037/0012-1649.26.3.494

Staunaes, D (2005) From culturally avant-garde to sexually promiscuous: troubling subjectivities and intersections in the social transition from childhood into youth. *Feminism & Psychology, 15*(2), 149-167. doi: 10.1177/0959353505051719

Sousa, J. P. (2002). Fotojornalismo Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Retirado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf

Sousa, J. P. (2003). *Elementos da Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Lisboa: Edições Universidade Fernando Pessoa

Souza, J. (2010). A invisibilidade das mulheres nos *media*: quando a representação de género define o sexo da notícia. *Media & Jornalismo*, 91-103. Retirado de http://bit.ly/2B2hUOd

Souza, J. (2015). O género da recessão: quando os modelos de gestão e as políticas económicas neoliberais definem as posições-de-sujeito das mulheres. *Revista Lusófona de Estudos Culturais, 3*(1), 257-268. Retirado de http://bit.ly/2qSGb2k

Staab, A. S. & Hodges, L. C. (1998). *Enfermería gerontológica: adptación al processo de envejecimiento*. México: Macgraw-Hill Interamericana.

Stacheski, D. R. & Massi, G. A. (2011). A Social value indices: mass media, language and aging. *Interface - Comunic., Saude, Educ., 15*(37), 425-436. doi: 10.1590/S1414-32832011005000017

Staudinger, U. M. & Baltes, P. B. (1996). Interactive minds: A facilitative setting for wisdom-related performance? *Journal of Personality and Social Psychology, 71*, 746-762. doi: 10.1037/0022-3514.71.4.746

Sternberg, R. J. (1980). Sketch of a componential subtheory of human intelligence. *Behavioral and Brain Sciences, 3*, 573-584. doi: 10.1017/S0140525X00006932

Sternberg, R. J. (Ed.) (1990). *Wisdom: Its nature, origins, and development*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sternberg, R. J. & Jordan, J. (Eds.) (2005). *Handbook of wisdom: Psychological perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.

Strauss, A. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa Qualitativa, Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: ARTMED.

Stuart-Hamilton, I. (2002). *A psicologia do envelhecimento: Uma introdução*. Porto Alegre: ARTMED.

Tajfel, H. (1981). Social Stereotypes and social groups. In J. C. Turner & H. Giles (Eds.), *Intergroup behavior* (pp. 144-167). Oxford: Blakwell.

Takamura, J. (2007). Global challenges for an aging population. In J. Blackburn & C. Dulmus (Eds.), *Handbook of gerontology: Evidence-based approaches to theory, practice and policy* (pp. 545-564). Hoboken, Nova Jersey: Wiley.

Taylor, S. J. & Bogdan, R. (1986). *Introducción: ir hacia la gente, en Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. México: Paidos.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Tichenor, P., Donohue, G. & Olien, C. (1980). *Community Conflict & The Press*. Beverly Hills: Sage.

Tofler. A. (1980). *The Third Wave*. EUA: Bantam Books.

Torres, A. (2013). Mulher, trabalho e natalidade. In *Demografia, Natalidade e Políticas Públicas*. *Conferência CNECV – 2013* (pp. 53-74). Lisboa: Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Retirado de http://bit.ly/2qSUYKv

Traquina, N. (Ed.) (2004). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja.

Trigo, A. L. (2015). Mulheres na mídia: nada a comemorar uma análise sobre a exposição feminina na imprensa e na publicidade brasileiras. *Anais do V Congresso da ANPTECRE "Religião, Direitos Humanos e Laicidade", 5*.

Trigo, J. A. (2013). O discurso jornalístico dos impressos na pós-modernidade: a expressão na capa do jornal Super Notícia. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras, 13*(2). Retirado de http://bit.ly/2qnL6EO

Tuchman, G. (1983) *La poluicción de la noticia. Estúdio sobre la construcion de la realidade*. Barcelona: Gustavo Gili.

Tuchman, G. (2004). A Aniquilação Simbólica das Mulheres. In Silveirinha, M.J. (Eds.), Os Media e as Mulheres. Lisboa: Livros Horizonte.

Vasconcelos, T. (2011, 27 de dezembro). O Jornalismo e a construção social da realidade. *Observatório da imprensa*, *674*. Retirado de http://bit.ly/2r0vE5M

Vaz, E. (2008). *A Velhice na Primeira Pessoa*. Santo Tirso: Editorial Novembro.

Vieira, C. & Perista, H. (2012). Introdução Para uma Compreensão Genderizada do Processo de Envelhecimento. *Ex aequo, 26*, 9-11. Retirado de http://bit.ly/2r0lx0L

Vieira, R. de S. e S. (2013). *Estereótipos e preconceitos contra os idosos*. Dissertação de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

Wasserman, C., Grande, F. P. T., Machado, R. L. & Behar, A. P. (2012). Redes Sociais: Um novo mundo para os idosos. *RENOTE - Revista Novas tecnologias da Educação, 10*(1). Retirado de http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/30863/19222

Whitbourne, S. K. (1987). Personality development in adulthood and old age: Relationships among identity style, health, and well-being. *Annual review of gerontology and geriatrics, 7*, 189-216.

White, D. M. (1993). O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In N. Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, teorias, estórias* (pp. 142-151). Lisboa: Veja.

Wolf, M. (1992). *Teorias da Comunicação*: Lisboa: Editorial Presença.

Zurkowski, P. G. (1974). *The Information Service Environment Relationships and Priorities: report 5*. Washington, D.C.: National Commission on Libraries and Information Science. Retirado de http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf

Outras referências

Barradas, M. F. (2012). Títulos de notícias: o que nos dizem, como nos dizem. Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Retirado de http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/4096

Brickmann, C. (2015). Pague o mais e leve o menos. Observatório da imprensa, edição 848, 28/04/2015. Retirado de http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/pague-o-mais-e-leve-o-menos/

Cancela, D. M. G. (2007). O Processo de Envelhecimento. Publicado em *psicologia.com.pt, O Portal dos Psicólogos*. Retirado de http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf

Cartilha da Mídia Judiciária (1991). Relacionamento com os meios de comunicação, compartilhar para multiplicar. Retirado de http://bit.ly/2rYnlo8

Comissão Europeia (2006). The demographic future of Europe - from challenge to opportunity. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Retirado de http://bit.ly/2rUl52c

Comissão Europeia (2009). The demographic future of Europe - from challenge to opportunity / DG Employment, Social Affairs and Equal Opportunites. Retirado de http://bit.ly/2qg5oVW

Fonseca, A. M. (2012). Comunicação subordinada ao tema "Reforma e Envelhecimento Activo", integrada no II ciclo de Seminários Gerontologia Social Aplicada - Envelhecimento Activo & Vínculos Multigeracionais, Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.

Global Media Monitoring Project (2015). GMMP 2015 Essential Information. Retirado de http://whomakesthenews.org/gmmp-2015

Hemeroteca Digital. Retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2002). Censos Demográficos 2002. Lisboa: INE. Retirado de http://bit.ly/2qjRPAL

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011). Censos Demográficos 2011. Lisboa: INE. Retirado de http://bit.ly/2qZLbRh

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012). Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal 2001-2011. Acedido em http://bit.ly/2qSRk3g

Instituto Nacional de estatística (2014). Estatísticas Demográficas - 2013. Retirado de http://bit.ly/2sXkzkq

Instituto Nacional de estatística (INE) (2015). Estatísticas Demográficas - 2014. Retirado de http://bit.ly/2s5ZTqc

Marktest (2008). Idosos vêem 5h30m de tv por dia. Retirado de www.marktest.com/wap/a/n/id~10fe.aspx

Marktest (2013). 7 milhões de leitores de jornais. Retirado de http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1c82.aspx

Martinho, E. (2011). Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências "Solidariedade entre Gerações". Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.

Meassi, C.G. (2008). A construção social do idoso a partir da representação midiática. Retirado de http://www.faac.unesp.br/pesquisa/idosomidia_antigo/docscarla.html

Nações Unidas (2015). World Population Prospects: The 2015 Revision; International Labour Office (2014).World Social Protection Report 2014/15. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Retirado de http://bit.ly/2rsAmWl

Neri, A. L. (2001). Envelhecimento e qualidade de vida na mulher. Trabalho apresentado no 2º Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia, Universidade estadual de Campinas, Brasil. Retirado de http://portaldoenvelhecimento.com/old/artigos/maio2007/2congresso.pdf

Obercom (2013). Investigação e saber em comunicação. Retirado de www.obercom.pt › Newsletter › Arquivo › 78

Oliveira, C. R., Scortgagna, P. A. & Oliveira, F. S. (2008). Políticas Públicas e o Direito do Idoso à Inserção em Espaços Educativos. Trabalho apresentado no III Congresso Ibero-americano de Psicogerontologia, Subjectividade, Cultura e Poder. Retirado de http://geracoes.org.br/arquivos_dados/foto_alta/arquivo_1_id-173.pdf

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002). Active Ageing, A Policy Framework. A contribution of the WHO to the Second United Nations World Assembly on Ageing. Madrid: World Health Organization.

Organização para as Nações Unidas (ONU) (2015). Governos aprovam novos papéis para a Comissão sobre a Situação das Mulheres. Organização para as Nações Unidas (ONU) Mulheres / Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres Retirado de http://www.onumulheres.org.br/noticias/governos-aprovam-novos-papeis-para-a-comissao-sobre-a-situacao-das-mulheres/

Perista, H. & Perista, P. (2012). Género e Envelhecimento Planear o Futuro Começa Agora! Estudo de Diagnóstico Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa. Retirado de http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/EstudoCIG_Genero_Envelhecimento.pdf

Perista, H. & Silva, A. (2008). Igualdade de género na vida local: Resultados de alguns diagnósticos municipais. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Retirado de http://bit.ly/2qZQpfO

Pinto, M. (2008). Os Idosos ligam a TV. E a TV liga aos idosos? Post no *Blog Jornalismo e Comunicação*. Retirado de http://bit.ly/2qg8kSo

Regina, C. & Jesus, J. (2012). *História da revista no Brasil e no mundo*. Atividade apresentada ao Curso Comunicação Social – Jornalismo, turma N01, sob orientação do prof. Esp.

Leonardo Lotti, como um dos pré- requisitos para avaliação da 1ª unidade da disciplina Redação Jornalística II. Brasil: Universidade Tiradentes (pp. 5-99). Retirado de https://www.passeidireto.com/arquivo/2079399/historia-da-revista-no-brasil-e-no-mundo

Veríssimo, I., Quico, C., Cardoso, M. R. & Damâsio, M. J. (2012). Serviços inclusivos de promoção da saúde e bem-estar via televisão digital: reportagem e debate interativos sobre Diabetes. Retirado de http://tinyurl.com/nohbe4c

Viotti, M. L.R. (1955). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Pequim. Retirado de www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf

Apêndice 1 – Breve Historial da Revista *Visão*

Lançada a 25 de Março de 1993, após três números zeros gratuitos

> a *Visão* é, sem dúvida, o título que merece ser destacado como aquele que melhor preparou o seu lançamento, que regista maior longevidade e se mantém líder de mercado, apesar das várias tentativas falhadas de concorrência e da atual existência de duas outras *newsmagazines*, a *Focus* (desde 1999) e a II Série da *Sábado* (desde 2004). (Cardoso, 2009, p. 172)

A publicação surgiu no seguimento da ligação da empresa suíça Edipresse à Projornal, sociedade de jornalistas portugueses que editou, até 1992, o semanário *O Jornal*. Dirigida por Pedro Camacho, a *Visão* foi o projeto jornalístico que sucedeu ao extinto semanário *O Jornal* e teve como primeiro diretor Carlos Cáceres Monteiro. Com saída à quinta-feira e concebida como uma publicação de 100 páginas, a *Visão* chegou a ter cerca de 250 páginas, devido ao aumento do espaço ocupado pela publicidade. Ao mesmo tempo, as vendas disparam para valores acima dos 100 mil exemplares, que se mantêm até hoje. A revista apostou em cinco grandes secções: "Nacional e Investigação", "Mundo", "Sociedade", "Cultura" e "Economia", que no entender de Cardoso, (2009) "podiam dar origem a temáticas mais concretas e apelativas, tais como "Comportamentos", "Imobiliário", "Saúde", "Sexo", "Comunidade" ou "Pessoas"" (p.173).

Logo nos dois primeiros trimestres de 1998 e após cinco anos de crescimento sustentado a revista *Visão* ocupou o segundo lugar ficando apenas atrás do *Expresso* (Cardoso, 2009) citando números da Marketest.

> O mesmo estudo revelava também que a *Visão* era o título com o maior número de leitores do sexo feminino, entre a imprensa semanária portuguesa, atingindo quase o equilíbrio de género-53,5 leitores contra 46,5 leitoras. Nos restantes títulos a diferença a favor do sexo masculino rondava os 30 por cento. (Cardoso, 2009, p. 173)

Em 1999, a Edipresse e a Abril Controljornal associaram-se, tendo passado a *Visão* a integrar o grupo de publicações desta última. Mais tarde, a Abril venderia a sua posição aos sócios e, depois, seriam os suíços a vender a sua quota a Balsemão que passou a ser o único proprietário da empresa, agora designada Edimpresa e integrada,com a Sojornal*,* editora do *Expresso*, e a *SIC*, na *holding* IMPRESA. O título continuou a crescer e no início do milénio, as vendas ultrapassavam os 102 mil exemplares por edição.

> Um resultado tanto mais satisfatório por ser alcançado já com a concorrência da Focus, que apenas registara 30 mil exemplares de circulação média. Este resultado veio dar

> razão ao estudo Brand Asset Valuator, conduzido pela agência de publicidade Young & Rubicam, entre Março e Maio de 2000, que tinha concluído que a *Visão* era a publicação semanal de informação geral com maior potencial de crescimento. (Cardoso, 2009, p. 174).

Em relação aos temas tratados há que sublinhar dois pontos importantes: por um lado se o sexo era um dos temas habitualmente tratados pelas *newsmagazines* tornou-se visível que

> desgastava um pouco o produto junto do público. Por exemplo, mesmo que uma capa sobre 'a ginástica do amor' tenha uma produção cuidada, uma mãe de família tem tendência para esconder a *Visão* nos transportes públicos. Isto traduz-se num comportamento interior de divórcio entre o leitor e a revista. Por este motivo, passámos a ser muito mais parcimoniosos com o recurso a capas de sexo, embora esta seja uma das tónicas das *newsmagazines*. (Cardoso, 2009, p. 174)

Por outro lado, se os temas internacionais fazem parte da tradição das *newsmagazines* quando a *Visão* experimentou apostar no internacional como tema de capa as vendas baixaram. Segundo o diretor da *Visão*, em 2001, Carlos Cárceres Monteiro,

> certos assuntos internacionais vendem bem, mas têm de estar ligados à atualidade, à emoção ou ao drama. O mesmo se aplica à economia, que apenas resulta quando ligada a personalidades ou fórmulas de sucesso, misturando-se um pouco com temáticas naturais da sociedade. (citado em Cardoso, 2009, p. 174)

Atualmente, a revista *Visão* é editada pela Impresa Publishing, pertence ao grupo Impresa, cujo presidente é Francisco Pinto Balsemão. A Edimpresa é uma das mais importantes editoras de revistas em Portugal, editora esta que se encontra em pleno crescimento. Em 2 de Dezembro de 2010 tornou-se na primeira publicação jornalística a ser distribuída num *tablet* (*iPad*, no caso) com um formato totalmente revisto para este tipo de dispositivo. No dia em que foi lançada atingiu o primeiro lugar do top das aplicações de Notícias e no top geral. Atualmente, além da revista principal, a redação da *Visão* produz as seguintes extensões de marca: *Visão História* e *Visão Júnior*. Além disso, dispõe de um *site*[27], está nas redes sociais e é publicada no *iPad* e *smartphones.* Segundo dados avançados pelo Grupo Impresa (2013) a média de idades dos leitores da revista *Visão* situa-se entre os 25 e os 44 anos. São quadros médios e superiores e residentes em áreas urbanas. O leitor da *Visão* é, ainda, descrito como sendo bastante preocupado com as questões ambientais e sociais, estando estas no topo das suas prioridades. Tem, também, uma forte ligação às novas tecnologias, comunicação e internet.

[27] Disponível em http://visao.sapo.pt/

Apêndice 2 – Frequências gerais

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Ano	2011	188	37,8	37,8	37,8
	2012	206	41,4	41,4	79,3
	2013	103	20,7	20,7	100
	Total	497	100	100	

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Tipo de Título	Informativo indicativo	56	11,3	11,3	11,3
	Informativo explicativo	70	14,1	14,1	25,4
	Expressivo apelativo	175	35,2	35,2	60,6
	Expressivo formal ou lúdico	25	5,0	5,0	65,6
	Expressivo interrogativo	9	1,8	1,8	67,4
	Categorial	114	22,9	22,9	90,3
	Declarativo	48	9,7	9,7	100
	Total	497	100	100	

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Género Jornalístico	Breve	99	19,9	19,9	19,9
	Notícia	102	20,5	20,5	40,4
	Reportagem	110	22,1	22,1	62,6
	Entrevista	60	12,1	12,1	74,6
	Fotolegenda	29	5,8	5,8	80,5
	Obituário	97	19,5	19,5	100
	Total	497	100	100	

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Destaque	Manchete	13	2,6	2,6	2,6
	Título na primeira página com foto	17	3,4	3,4	6,0
	Título na primeira página sem foto	20	4,0	4,0	10,1
	Sem Destaque	447	89,9	89,9	100
	Total	497	100	100	

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Tema	Economia	20	4,0	4,0	4,0
	Educação/Formação	4	0,8	0,8	4,8
	Política	56	11,3	11,3	16,1
	Ambiente	2	0,4	0,4	16,5
	Trabalho/Carreira	123	24,7	24,8	41,3
	História de Vida	116	23,3	23,4	64,7
	Família/Sexualidade	3	0,6	0,6	65,3
	Saúde/Hábitos de Vida	14	2,8	2,8	68,1
	Efemérides	115	23,1	23,2	91,3
	Estatística/Estudo	4	0,8	0,8	92,1
	Terceira Idade/Envelhecimento	12	2,4	2,4	94,6
	"Arte/Cultura"	15	3,0	3,0	97,6
	"Lazer/Turismo"	4	0,8	0,8	98,4
	"Religião/Igreja"	8	1,6	1,6	100
	Total	496	99,8	100	
Missing	System	1	0,2		
Total		497	100		

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Localização	Página par	453	91,1	91,1	91,1
	Página ímpar	44	8,9	8,9	100
	Total	497	100	100	

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Espaço	Um a três parágrafos	142	28,6	28,6	28,6
	1/4 página	121	24,3	24,3	52,9
	1/2 página	23	4,6	4,6	57,5
	Menos de uma página	16	3,2	3,2	60,8
	Uma página	36	7,2	7,2	68,0
	Mais de uma página	17	3,4	3,4	71,4
	Duas páginas	45	9,1	9,1	80,5
	Mais de duas páginas	97	19,5	19,5	100
	Total	497	100	100	

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Fotografia, infografia, gráficos e outros que acompanham a peça	Não	42	8,5	8,5	8,5
	Sim	455	91,5	91,5	100
	Total	497	100	100	

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Número de protagonistas	1-Um protagonista	395	79,5	80,4	80,4
	2- dois protagonistas	49	9,9	10,0	90,4
	3- Três Protagonistas	24	4,8	4,9	95,3
	4- Quatro Protagonistas	11	2,2	2,2	97,6
	5- Cinco Protagonistas	4	0,8	0,8	98,4
	6- Seis Protagonistas	2	0,4	0,4	98,8
	7- Mais do que 6 Protagonistas	6	1,2	1,2	100
	Total	491	98,8	100	
Missing	Não se aplica	6	1,2		
Total		497	100		

	Homem	Mulher	N s/a
Protagonista 1	405	86	2
Protagonista 2	68	26	1
Protagonista 3	31	16	1
Protagonista 4	19	5	1
Protagonista 5	9	4	1
Protagonista 6	4	4	1

Sexo dos protagonistas

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Protagonista 1	Homem	144	176	85	405
	Mulher	43	26	17	86
	Não se Aplica	1	1	0	2
Total		188	203	102	493

Sexo do protagonista 1 por ano

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Protagonista 2	Homem	28	24	16	68
	Mulher	15	8	3	26
	Não se Aplica	1	0	0	1
Total		44	32	19	95

Sexo do protagonista 2 por ano

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Protagonista 3	Homem	16	10	5	31
	Mulher	9	5	2	16
	Não se Aplica	1	0	0	1
Total		26	15	7	48

Sexo do protagonista 3 por ano

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Protagonista 4	Homem	6	8	5	19
	Mulher	4	1	0	5
	Não se Aplica	1	0	0	1
Total		11	9	5	25

Sexo do protagonista 4 por ano

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Protagonista 5	Homem	3	3	3	9
	Mulher	1	1	2	4
	Não se Aplica	1	0	0	1
Total		5	4	5	14

Sexo do protagonista 5 por ano

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Protagonista 6	Homem	1	2	1	4
	Mulher	2	1	1	4
	Não se Aplica	1	0	0	1
Total		4	3	2	9

Sexo do protagonista 6 por ano

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Localização Geográfica Geral	Rural Interior	10	2,0	2,0	2,0
	Rural Litoral	3	0,6	0,6	2,6
	Urbano Interior	7	1,4	1,4	4,0
	Urbano Litoral	166	33,4	33,5	37,5
	Misto	65	13,1	13,1	50,6
	Estrangeiro	245	49,3	49,4	100
	Total	496	99,8	100	
Missing	System	1	0,2		
Total		497	100		

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Localização Geográfica Nacional	Norte	25	5,0	5,0	5,0
	Centro	22	4,4	4,4	9,5
	Lisboa	132	26,6	26,6	36,1
	Sul	13	2,6	2,6	38,7
	Misto	53	10,7	10,7	49,4
	N/A	251	50,5	50,6	100
	Total	496	99,8	100	
Missing	System	1	0,2		
Total		497	100		

		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Tipo de Discurso Utilizado	Essencialmente positivo	10	2,0	2,0	2,0
	Essencialmente negativo	9	1,8	1,8	3,8
	Alarmista	2	0,4	0,4	4,2
	Reivindicativo	14	2,8	2,8	7,0
	Informativo	288	57,9	57,9	65,0
	Explicativo	149	30,0	30,0	95,0
	Apelativo	25	5,0	5,0	100
	Total	497	100	100	

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão da Fonte 1	0 - Membros das Forças Armadas	1	0	1	2
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	18	14	7	39
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	34	27	11	72
	3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0	2	1	3
	4 - Pessoal Administrativo e Similares	0	0	1	1
	5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	3	1	0	4
	6- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	1	1	0	2
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1	0	0	1
	9 - Trabalhadores não Qualificados (incluí domésticas)	0	1	0	1
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	2	2	6	10
	11- Outros	15	11	11	37
Total		75	59	38	172

Número de peças quanto à profissão da fonte 1 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão da Fonte 2	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	9	6	7	22
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	11	7	6	24
	3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	2	2	1	5
	5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	2	1	1	4
	6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	1	1	0	2
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	1	0	4	5
	11-Outros	6	4	3	13
Total		32	21	22	75

Número de peças quanto à profissão da fonte 2 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão da Fonte 3	0 - Membros das Forças Armadas	0	1	0	1
	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	7	3	1	11
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	7	5	5	17
	3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	1	1	0	2
	6- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	0	0	1	1
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1	1	0	2
	10- Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	2	0	2	4
	11-Outros	2	1	3	6
Total		20	12	12	44

Número de peças quanto à profissão da fonte 3 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão da Fonte 4	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	0	2	1	3
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	5	1	6	12
	5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	2	0	0	2
	9 - Trabalhadores não Qualificados (incluí domésticas)	0	1	0	1
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	0	2	2	4
	11-Outros	3	1	0	4
Total		10	7	9	26

Número de peças quanto à profissão da fonte 4 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão da Fonte 5	1 - Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	2	0	0	2
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1	1	4	6
	6- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	0	1	0	1
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	0	0	2	2
	11-Outros	2	0	0	2
Total		5	2	6	13

Número de peças quanto à profissão da fonte 5 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Profissão da Fonte 6	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1	1	2	4
	10 - Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)	1	0	1	2
Total		2	1	3	6

Número de peças quanto à profissão da fonte 6 no total dos anos

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Tipo de Fonte Utilizada 4	Governamentais	4	0	0	4
	Politicas	1	1	1	3
	Organizacionais	0	1	0	1
	Académicas	2	0	4	6
	Individuais	5	8	5	18
	Sem Citação de Fontes	0	0	1	1
Total		12	10	11	33

Número de peças para o tipo de fonte utilizada 4 por ano

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Tipo de Fonte Utilizada 5	Governamentais	1	0	0	1
	Politicas	1	0	0	1
	Organizacionais	1	1	0	2
	Académicas	1	0	1	2
	Individuais	3	3	5	11
	Sem Citação de Fontes	1	0	0	1
Total		12	8	4	6

Número de peças para o tipo de fonte utilizada 5 por ano

		Ano			Total
		2011	2012	2013	
Tipo de Fonte Utilizada 6	Politicas	1	0	0	1
	Individuais	1	1	2	4
	Sem Citação de Fontes	0	0	1	1
Total		2	1	3	6

Número de peças para o tipo de fonte utilizada 6 por ano

Anexo 1 – Classificação das profissões nacionais - Última revisão (segundo INE)

1. Membros das Forças Armadas
2. Quadro Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas
3. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
4. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
5. Pessoal Administrativo e Similares
6. Pessoal dos Serviços e Vendedores
7. Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca
8. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
9. Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem
10. Trabalhadores não Qualificados (incluí domésticas)
11. Não Ativos (Desempregados, Reformados e Estudantes)